

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

SOCIEDADES DO TORCER

UMA ETNOGRAFIA DA POLÍTICA E DOS FACCIÓNALISMOS A
PARTIR DE CLUBES DE FUTEBOL NO BRASIL

VINÍCIUS TEIXEIRA PINTO

Porto Alegre

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

VINÍCIUS TEIXEIRA PINTO

SOCIEDADES DO TORCER

Uma etnografia da política e dos faccionalismos a partir de clubes de futebol no Brasil

Tese apresentada para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Pinto, Vinícius Teixeira

Sociedades do torcer - uma etnografia da política e dos faccionalismos a partir de clubes de futebol no Brasil / Vinícius Teixeira Pinto. -- 2022.

408 f.

Orientador: Arlei Sander Damo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Torcer. 2. Socialidade torcedora. 3. Faccionalismo clubístico. 4. Associacionismo. 5. Antropologia da política. I. Damo, Arlei Sander, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



ATA PARA ASSINATURA Nº _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
ANTROPOLOGIA SOCIAL - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Vinicius Teixeira Pinto, com ingresso em 12/03/2018

Título: **Sociedades do torcer - uma etnografia da política e dos faccionalismos a partir de clubes de futebol no Brasil**

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Data: 12/12/2022

Horário: 09:00

Local: <https://us02web.zoom.us/j/89900989388?pwd=NmJXMkZhSmc2WTVaUVdPVStudzkvUT09>

<u>Banca Examinadora</u>	<u>Origem</u>
Carlos Eduardo Valente Dullo	UFRGS
João Manuel Casquinha Malaia Santos	UFMS
Luiz Henrique de Toledo	UFSCAR

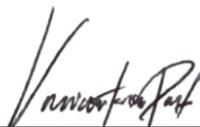
Porto Alegre, 12 de dezembro de 2022

<u>Membros</u>	<u>Assinatura</u>	<u>Avaliação</u>	<u>Indicação de Voto de Louvor</u>
Carlos Eduardo Valente Dullo	_____	APROVADA	SIM
João Manuel Casquinha Malaia Santos	_____	APROVADA	SIM
Luiz Henrique de Toledo	_____	APROVADA	SIM

Conceito Geral da Banca: (APROVADA) Correções solicitadas: () Sim (X) Não

Indicação de Voto de Louvor: (x) Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.



Aluno

Arlei Sander Damo Assinado de forma digital por Arlei Sander Damo
Dados: 2022.12.12 12:36:24 -03'00'


Orientador

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 205D - Bairro Agronomia - Telefone 33088220
Porto Alegre - RS

Agradecimentos

Esta tese contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que concedeu uma bolsa de doutorado de setembro/2018 a fevereiro/2022. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), especialmente a seus professores, servidores, demais funcionários e colegas que proporcionaram condições para a conclusão de meu doutoramento em Antropologia. Sou devedor ainda das demais instituições federais de ensino e pesquisa pelas quais passei em minha trajetória acadêmica. Meu agradecimento à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde me tornei mestre em Antropologia. Agradeço especialmente à Prof^ª María Eugenia Domínguez com quem, ainda em 2015, discuti meu interesse em pesquisar torcidas de futebol. E, ainda, à Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e seus professores e estudantes, que me ensinaram tanto ao longo dos dois anos em que fui docente.

Durante meu processo de formação no PPGAS/UFRGS, tive a supervisão do Prof. Arlei Damo, que muito generosamente me orientou desde o ano prévio à seleção de doutorado. Esse trabalho contém muitas de suas ideias às quais tive o privilégio de conhecer em primeira mão.

Apresentar uma tese com diferentes entradas etnográficas só foi possível graças aos tantos torcedores e torcedoras que, sabendo de meus interesses acadêmicos, ajudaram-me na realização dessa pesquisa. Nesse universo, incluo desde amigos de longa data até completos estranhos que, dentro de suas possibilidades, me apresentaram pessoas, me levaram a lugares, me trouxeram informações e, em alguns casos, me permitiram contar suas histórias. Agradeço em especial a meus interlocutores mais duradouros nas inserções de campo: Matheus Moreno e Arthur Tochetto, antigos integrantes da banda da Guarda Popular, e Josieli Lamana Miorin e Yuri Concentino Perufo, do Consulado do Internacional de

Santiago. Menciono ainda outros que não convivi tão intensamente, mas que participaram em momentos oportunos: desde Santiago, o cônsul colorado Adelino Lutz e demais representantes consulares; na Popular, Diego Abrahão, Juan Ahumada e Gabriel Nunes; Na Força Feminina Colorada – cuja interação foi apressada visto que o tempo de pesquisa pós-pandemia que tive foi exíguo – a presidenta Francine Malessa, sua vice Janaína Pinto e a fundadora Malu Barbará; na pesquisa histórica do Internacional, os historiadores Raul Pons e Cesar Caramês que forneceram atalhos; do lado gremista, registro a fundamental contribuição do Departamento Consular, tanto através do diretor Fernando Coffferri e de sua assistente Camila Silveira, como também pelos mais de 20 cônsules(as) que atenderam às minhas ligações e responderam às minhas questões sobre seus Consulados.

Para além das interlocuções etnográficas, há ainda aquelas com os pares acadêmicos. Minha gratidão aos professores Luiz Henrique de Toledo e Eduardo Dullo, cujas contribuições no exame de qualificação enriqueceram as etapas seguintes da pesquisa. Agradeço também ao Prof. João Malaia pelo aceite em compor, junto dos dois primeiros, minha banca de tese. Sou grato também ao Prof. Ramón Llopis-Goig, que me recebeu durante o mês de fevereiro/2019 para um rápido intercâmbio na Universitat de València e ao Prof. Daniel Alves Seabra que, mesmo com um contato feito às pressas, atendeu-me na Universidade Fernando Pessoa no Porto para uma discussão sobre nossas pesquisas. Em sala de aula, aqui, fui aluno dos(as) profs(as) Ruben Oliven, Sérgio Baptista da Silva, Fabíola Rohden, Ceres Victora, Jean Segata em disciplinas que me ajudaram a iniciar reflexões que, se não eram a respeito do eixo central da tese, contribuíram com pontos específicos.

Agradeço ainda à companhia de minha turma de doutorado, principalmente nos primeiros dois anos do curso, e aos colegas do Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP) que, em mais de uma ocasião leram meus textos, alguns dos quais enquanto pequenos fragmentos dessa tese, Agradeço, em especial, àqueles que acompanharam a maior parte do caminho percorrido: Aline Rochedo, Angícia Mourão, Diéssica Gaige, Fabíola Carvalho, Guilherme Bartz, Guillermo Gómez, Joanna Sevaio, João Morales e Renan Azevedo.

Para além dos muros da universidade, sou grato a alguns amigos que estiveram próximos no decorrer dos últimos anos: Pedro, Lari, minha afilhada Ana e o pequeno Martín, Rodrigo Silva, Gabi, Bianca, Mari, Elton, Thiago Lima, Filipe Rosado e Milla – a pessoa mais colorada que já conheci! Agradeço ainda a Julio, e sua família que me acolheu na temporada valenciana, e Eduardo Zanella. De 2021 para cá, tive também a cumplicidade de Elisa e sua companhia para os dias da vida. Obrigado por tanto. Agradeço, por fim, a meus pais, Vera e Paulo que, mesmo de longe, foram meus maiores apoiadores. A todos vocês, meu muito obrigado.

Resumo

Esta é uma tese a respeito das lógicas de formação de torcidas organizadas, associações, coletivos de torcedores, em suma, sociedades torcedoras – em um sentido amplo – do futebol brasileiro. O ponto de partida é a cidade de Porto Alegre com especial ênfase sobre os grupos vinculados aos Sport Club Internacional, uma entidade esportiva tradicional na prática do futebol profissional, que é composta por mais de 100 mil associados, além de vivida, das mais diversas formas, por cerca de 6 milhões de torcedores, simpatizantes e fanáticos. O que trago para debate, considerando o estado avançado dos estudos sobre o futebol e suas torcidas, é, um olhar etnográfico para o faccionalismo clubístico, compreendido como a outra face do pertencimento clubístico, isto é, enquanto uma tendência para a produção de identidades/diferenças no âmbito interno de uma mesma comunidade de sentimento. Ou ainda, enquanto a forma pela qual torcedores de um mesmo clube se associam e divergem entre si. Assim, por meio de inserções de campo, bem como pesquisa da literatura historiográfica e antropológica do tema, observo, em perspectiva diacrônica, como Torcidas Organizadas Independentes, barras bravas, Consulados e movimentos políticos – modalidades tão singulares de organização coletiva torcedora – se formaram no entorno dos clubes, desde fora e desde dentro dessas entidades. Defendo uma antropologia política do torcer com o intuito de analisar como ocorreram os movimentos de surgimento, transformação e – em alguns casos – dissolução desses agrupamentos, jogando luz sobre suas diferentes socialidades torcedoras em busca de identificar tendências políticas da organização do torcer.

Palavras-chave: Torcer; socialidade torcedora; faccionalismo clubístico; associacionismo; antropologia da política.

Abstract

This is a thesis regarding the formation logics of fan groups, associations, supporter collectives, in sum *sociedades torcedoras* [supporting societies] – in a broad sense – of Brazilian football. The starting point is the city of Porto Alegre with special emphasis over the groups linked to the Sport Club Internacional, a traditional sports entity in the professional football practice that is composed by over 100 thousand associates, and lived by various forms by over 6 million fans, supporters and fanatics. What I bring into debate considering the advance state of football studies and its fan groups, is an ethnographic view of club factionalism, comprehended as another face of *pertencimento clubístico* [being a member of the club community], that is, as a tendency towards the production of identities/differences inside the same community of emotions. Even as a way by which supporters of a same club associate and diverge from one another. Thus, through fieldwork and research of historiographical and anthropological literature on the subject I observe in diachronic perspective how *Torcidas Organizadas Independentes* [Independent Supporters Groups], *barras bravas*, *Consulado* [Consulate] and political movements – singular modalities of collective supporters organization – are formed around the clubs, outside and inside of these entities. I endorse a political anthropology of supporting in order to analyze how movements of emergence, transformation – and in some cases – solution of these groups have occurred, shedding light on the different *sociedades torcedoras* [supporting socialites] in order to identify political tendencies of the supporting organization.

Keywords: Supporting; supporting socialities; club factionalism; associacionism, political anthropology.

Sumário

Introdução.....	22
I. A CONDIÇÃO TORCEDORA.....	34
Capítulo 1.....	35
1. Uma etnografia da política com as sociedades torcedoras em Porto Alegre.....	36
1.1. ABANDONAR A VIOLÊNCIA, PASSAR À POLÍTICA.....	37
1.1.1. <i>O estudo dos torcedores.....</i>	37
1.1.2. <i>O apelo de um tema.....</i>	39
1.1.3. <i>Outras agendas para as torcidas.....</i>	47
1.1.4. <i>As socialidades torcedoras.....</i>	52
1.2. ETNOGRAFIA COM AS TORCIDAS DO INTERNACIONAL.....	53
1.2.1. <i>O que é uma torcida organizada, afinal?.....</i>	53
1.2.2. <i>Implicações da etnografia de um “problema social”.....</i>	57
1.2.3. <i>Segredos e vigilância do antropólogo.....</i>	60
1.2.4. <i>Pesquisar “em casa”?.....</i>	64
1.2.5. <i>Um olhar em diacronia.....</i>	67
Capítulo 2.....	70
2. O associacionismo e o estatuto do torcer.....	71
2.1. BRASIL F.C., O PAÍS DOS CLUBES DE MASSAS.....	73
2.1.1. <i>O circuito futebolístico brasileiro.....</i>	73
2.1.2. <i>Herança associacionista.....</i>	82
2.2. DO FOOT-BALL DAS ELITES AO “CLUBE DO POVO”.....	89
2.2.1. <i>Três irmãos rejeitados, o mito fundador do Gre-Nal.....</i>	89
2.2.2. <i>A inscrição da rivalidade no tecido da cidade.....</i>	93
2.3. ROLO COMPRESSOR EM CAMPO, DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA NA ARQUIBANCADA.....	99
2.3.1. <i>A decadência do amadorismo e as primeiras torcidas.....</i>	99
2.3.2. <i>Vicente Rao, o chefe da torcida colorada.....</i>	107
2.4. OS DIFERENTES ESTATUTOS DE ASSOCIADO E TORCEDOR.....	113
2.4.1. <i>Contornos borrados.....</i>	113
2.4.2. <i>Clubes de associados.....</i>	115
2.4.3. <i>A condição exógena do torcer.....</i>	116
II. ANTROPOLOGIA POLÍTICA DO TORCER.....	119
Capítulo 3.....	120

3.	Performances do torcer	121
3.1.	PALCOS, PÚBLICOS E PERFORMANCES.....	122
3.1.1.	<i>O Inter do Beira-Rio</i>	122
3.1.2.	<i>Performances, etiquetas e pequenos territórios do torcer</i>	127
3.1.3.	<i>...e o Inter do Sesc</i>	132
3.2.	MODALIDADES CONTEMPORÂNEAS DE ORGANIZAÇÃO DO TORCER	140
3.2.1.	<i>Incontáveis torceres e duas tendências na formação de torcidas.....</i>	140
3.2.2.	<i>Consulados.....</i>	144
3.2.3.	<i>Torcidas Organizadas Independentes</i>	145
3.2.4.	<i>Barras Bravas.....</i>	147
3.2.5.	<i>Movimentos políticos</i>	148
3.2.6.	<i>Tendências centrífugas e centrípetas</i>	149
Capítulo 4	152	
4.	Lógicas de formação/dissolução das sociedades torcedoras	153
4.1.	PARA UMA ANTROPOLOGIA POLÍTICA DO TORCER.....	154
4.1.1.	<i>A política para além do Estado</i>	154
4.1.2.	<i>Guerra primitiva</i>	163
4.2.	SOCIEDADES A PARTIR DO TORCER.....	168
4.2.1.	<i>Insubordinação como valor.....</i>	168
4.2.2.	<i>Fuga e captura</i>	175
4.2.3.	<i>Faccionalismo e máquina de guerra</i>	181
ENTORNOS DO BEIRA-RIO, IMAGENS	189	
III.	FUGA	199
Capítulo 5.....	200	
5.	Transformações do torcer na era Beira-Rio.....	201
5.1.	CASA DO POVO	202
5.1.1.	<i>(1960) A proliferação das bandeiras</i>	202
5.1.2.	<i>(1970) A decadência das charangas.....</i>	209
5.1.3.	<i>(1980) As torcidas viris</i>	215
5.2.	CRISE E RENOVAÇÃO.....	219
5.2.1.	<i>(1990) O protagonismo roubado.....</i>	219
5.2.2.	<i>(2000) O fim das gerais</i>	225
5.2.3.	<i>(2010) O direito de torcer</i>	230
Capítulo 6	240	
6.	A festa da Popular.....	241
6.1.	A BARRA DO INTER.....	242
6.1.1.	<i>Cinco mil lugares para os loucos</i>	242
6.1.2.	<i>Surgimento, extinção e reestruturação</i>	245
6.2.	GURIZADA BARRA BRAVA.....	250
6.2.1.	<i>Bar e ladaia.....</i>	250
6.2.2.	<i>O conselheiro</i>	255
6.2.3.	<i>O professor.....</i>	259
6.2.4.	<i>Vidas breves</i>	262
6.3.	INFERNO MURGUEIRO.....	264
6.3.1.	<i>Colorado hoje eu vim te ver: música, bandeirolas e trapos.....</i>	264
6.3.2.	<i>Ponha raça! Não podemos perder: protestos e cobranças</i>	271
6.3.3.	<i>Eu canto, bebo e brigo: uma festa hostil</i>	275
IV.	CAPTURA.....	281
Capítulo 7.....	282	
7.	Relacionamento Social.....	283
7.1.	O QUADRO SOCIAL COLORADO	285
7.1.1.	<i>Planos, mensalidades e vantagens.....</i>	285

7.1.2.	<i>Estádio só para sócios</i>	287
7.1.3.	<i>Um crescimento abrupto</i>	293
7.1.4.	<i>Consumo, dádiva e política – chaves para pensar o associado no século XXI</i>	298
7.2.	O FACcionalismo LEGÍTIMO	306
7.2.1.	<i>Os sujeitos políticos do coloradismo</i>	306
7.2.2.	<i>O tempo da política</i>	309
7.3.	HISTÓRIA RECENTE DA POLÍTICA COLORADA	312
7.3.1.	<i>O fim do Império Otomano (ou A história das eleições diretas no Internacional)</i>	312
7.3.2.	<i>Espólios do MIG e pulverização no pleito de 2020</i>	315
7.3.3.	<i>A ascensão da “democracia”</i>	319
7.4.	NAS CLASSES DIRIGENTES	322
7.4.1.	<i>Democratização funcional contemporânea</i>	322
7.4.2.	<i>Como nos velhos tempos – associações de massas, porém restritas</i>	325
Capítulo 8		330
8.	Torceres à distância	331
8.1.	O DEPARTAMENTO CONSULAR AOS OLHOS DOS DIRIGENTES	332
8.1.1.	<i>Extensões territoriais e formais</i>	332
8.1.2.	<i>Histórico e contexto</i>	337
8.1.3.	<i>O avanço territorial do grenalismo</i>	339
8.1.4.	<i>Gauchismos a partir do futebol</i>	342
8.2.	PERFIS DOS CONSULADOS DO INTERIOR DO ESTADO	348
8.2.1.	<i>Sociedades torcedoras e excursionistas</i>	348
8.2.2.	<i>Branquitude e presença das camadas médias-altas locais</i>	354
8.3.	O CONSULADO AOS OLHOS DOS TORCEDORES	358
8.3.1.	<i>O Consulado de Santiago</i>	358
8.3.2.	<i>Conhecer a realidade e ajudar a comunidade</i>	360
8.3.3.	<i>Entre o clube a comunidade – a dupla obrigação do cônsul</i>	363
8.3.4.	<i>Uma feminista em meio aos homens do Consulado</i>	365
8.3.5.	<i>Tendências centrípetas</i>	371
CONTORNOS DO BEIRA-RIO, IMAGENS.....		374
Considerações finais		380
Referências bibliográficas		388

Figuras, gráficos e tabelas

FIGURAS

<i>Figura 1: Enquete “O clube mais querido do Brasil” de 1969.....</i>	<i>81</i>
<i>Figura 2: Fortim da Baixada, anos 1900-1910.....</i>	<i>95</i>
<i>Figura 3: Fortim da Baixada, anos 1910.</i>	<i>96</i>
<i>Figura 4: Do alagadiço campo da rua Arlindo ao aterro.....</i>	<i>98</i>
<i>Figura 5: Registro fotográfico de Maria von Ockel.</i>	<i>106</i>
<i>Figura 6: Vicente Rao.</i>	<i>109</i>
<i>Figura 7: Estádio dos Eucaliptos, anos 40.....</i>	<i>111</i>
<i>Figura 8: Estandartes do DCP, anos 40.....</i>	<i>112</i>
<i>Figura 9: Beira-Rio em construção. Anos 60.....</i>	<i>122</i>
<i>Figura 10: Beira-Rio, lado sul.....</i>	<i>124</i>
<i>Figura 11: Setor Coração do Gigante,.....</i>	<i>128</i>
<i>Figura 12: O modesto estádio do Sesc.....</i>	<i>135</i>
<i>Figura 13: A zagueira e capitã Benites com a torcida no Sesc.</i>	<i>138</i>
<i>Figura 14: Beira-Rio nos anos 70.</i>	<i>204</i>
<i>Figura 15: Faixa da Camisa 12, anos 70.....</i>	<i>205</i>
<i>Figura 16: O time do Internacional de 1979.</i>	<i>206</i>
<i>Figura 17: Torcida Falcão Povão.....</i>	<i>207</i>
<i>Figura 18: Escudos de TOS.....</i>	<i>216</i>
<i>Figura 19: Beira-Rio, final do Campeonato Brasileiro/76.....</i>	<i>228</i>
<i>Figura 20: O jogador Caíco e a coreia.....</i>	<i>229</i>

<i>Figura 21: Torcida FFC.</i>	232
<i>Figura 22: Bandeirão da FFC.</i>	234
<i>Figura 23: I Encontro Nacional Direito de Torcer no Parque Gigante.</i>	239
<i>Figura 24: Bandeirolas na Guarda Popular.</i>	244
<i>Figura 25: "Guarda Popular - Inferno Murgueiro".</i>	266
<i>Figura 26: Ruas de Fogo.</i>	269
<i>Figura 27: A banda da Popular no Gauíba.</i>	271
<i>Figura 28: Portesto da banda da Popular.</i>	272
<i>Figura 29: Protesto da Popular após eliminação do time.</i>	274
<i>Figura 30: A Caravana Colorada para Consulados.</i>	336
<i>Figura 31: Cônsul e Representantes consulares posam em frente às arrecadações.</i>	362
<i>Figura 32: A torcedora Josieli Miorin.</i>	369
<i>Figura 33: Ação conjunta do Consulado com UBM e Coletivo Sobre Elas em Santiago.</i>	369

GRÁFICOS

<i>Gráfico 1: Evolução recente de alguns dos maiores quadros sociais do futebol brasileiro.</i>	84
<i>Gráfico 2: Público médio do Campeonato Brasileiro (1977-1997).</i>	221
<i>Gráfico 3: Número de jogos que superaram 100 mil presentes por década.</i>	222
<i>Gráfico 4: Partidas do Campeonato Brasileiro 2019 no Beira-Rio.</i>	291
<i>Gráfico 5: Partidas da Copa do Brasil 2019. Das oitavas de final até a final.</i>	291
<i>Gráfico 6: Composição dos públicos nas competições nacionais de 2019.</i>	292
<i>Gráfico 7: Relação entre tamanho do quadro social colorado e receitas (2002-2009).</i>	296
<i>Gráfico 8: Quadro social colorado por localidade.</i>	301
<i>Gráfico 9: Distribuição de Consulados da dupla Gre-Nal pelo Estado.</i>	342
<i>Gráfico 10: Consulados do S.C. Internacional fora do Rio Grande do Sul.</i>	343
<i>Gráfico 11: Área de abrangência dos Consulados de Inter e Grêmio.</i>	345
<i>Gráfico 12: Consulados entrevistados.</i>	350
<i>Gráfico 13: Quantidade de participantes dos Consulados.</i>	351
<i>Gráfico 14: Meio de deslocamento escolhido por cônsules(as) para jogos.</i>	353
<i>Gráfico 15: Frequência média de deslocamentos do(a) cônsul(esa) para jogos em Porto Alegre.</i>	353
<i>Gráfico 16: Atividades realizadas por Consulados do interior do RS, 1º semestre/2022.</i>	354
<i>Gráfico 17: Ocupação profissional de cônsules(as) entrevistados(as).</i>	355
<i>Gráfico 18: Faixas etárias.</i>	356
<i>Gráfico 19: Idade de cada entrevistado(a).</i>	356

TABELAS

<i>Tabela 1: Lista dos 20 clubes de maior torcida do Brasil.</i>	<i>75</i>
<i>Tabela 2: Modalidades de sociedades torcedoras a partir do S.C. Internacional.</i>	<i>151</i>
<i>Tabela 3: Quadro social colorado por faixa etária.</i>	<i>288</i>
<i>Tabela 4: Composição do quadro social por localidade.</i>	<i>301</i>
<i>Tabela 5: Chapas que se candidataram para renovação de 150 cadeiras do CD em 2020.</i>	<i>318</i>
<i>Tabela 6: Quadro do Conselho de Gestão que assumiu o Internacional em 2021.</i>	<i>329</i>
<i>Tabela 7: Número de municípios alcançados pelos Consulados da dupla Gre-Nal no Brasil.</i>	<i>344</i>
<i>Tabela 8: Distribuição de Consulados e CTGs por regiões do Brasil.....</i>	<i>347</i>

Foto de capa: Arquivo Histórico S.C.I.

Foto da folha de rosto: Arquivo Histórico S.C.I.

Abreviaturas

ANATORG: Associação Nacional de Torcidas Organizadas do Brasil

CAS: Central de Atendimento ao Sócio

CBF: Confederação Brasileira de Futebol

CD: Conselho Deliberativo

CONMEBOL: Confederação Sul-Americana de Futebol

CTG: Centro de Tradições Gaúchas

DGP: Departamento de Cooperação e Propaganda

DTG: Departamento do Torcedor Gremista

FFC: Força Feminina Colorada

FICO: Força Independente Colorada

FIFA: Federação Internacional de Futebol

Gre-Nal: Grêmio e Internacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MI2000: Movimento Inter 2000

MIG: Movimento Inter Grande

MPRS: Ministério Público do Rio Grande do Sul

MTG: Movimento Tradicionalista Gaúcho

PdC: O Povo do Clube

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PT: Partido dos Trabalhadores

RS: Rio Grande do Sul

RSSSF: Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation

Sesc: Serviço Social do Comércio

TO(s): Torcida(s) Organizada(s)

UEFA: União das Associações Europeias de Futebol

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

Difícilmente alguém poderia ter imaginado, cerca de 120 anos atrás, quando foi chutada a primeira bola de futebol em Porto Alegre, que duas das associações esportivas da cidade do começo do século passado se tornariam importantes clubes do futebol sul-americano. Verdade seja dita, dificilmente alguém sequer imaginaria que o futebol, um modismo estrangeiro que causou fascínio entre os jovens de elite da época, tomaria as proporções que hoje conhecemos, tanto como elemento constitutivo do nacionalismo brasileiro quanto como mercadoria da indústria do entretenimento. Pensando na capital do Rio Grande do Sul, que é o ponto de partida dessa tese, não ignoremos que, então, se tratava de um município composto por pouco mais de 70 mil habitantes, onde o remo, o ciclismo e o turfe já eram *sports* com públicos constituídos.

Na *belle époque* porto-alegrense, os lazeres esportivos e culturais tinham espaço em grêmios e associações: os tão difundidos *clubs* da segunda metade século XIX. Não por acaso, a chegada do futebol à cidade motivaria a criação de sociedades de recreação voltadas a este fim. Nesse contexto histórico, participavam destas coletividades apenas poucas dezenas de homens das camadas mais altas que, além de jogar, também organizavam as competições esportivas e definiam os rumos de

suas agremiações. Eles eram os *sportsmen* que desempenhavam, a uma só vez, os papéis de jogadores, de sócios e de dirigentes em seus clubes de futebol. De qualquer maneira, as dimensões esportivas eram muito mais modestas e os poucos circuitos competitivos que existiam no Brasil eram, quando muito, citadinos

Hoje, os entusiastas da versão espetacularizada desse esporte acompanham seus clubes em circuitos nacionais e continentais. O conjunto dos que se interessam pelo jogo, contudo, não é mais composto, quase que exclusivamente, pelos jogadores das entidades às quais se vinculam, afinal, há algumas décadas, o jogar, nesses clubes, se tornou exclusividade de profissionais treinados e especializados. Na realidade, a maioria daqueles que acompanham o futebol tampouco participa das decisões políticas em seus clubes. Esse espaço virou, por excelência, o terreno dos dirigentes, além de uma pequena fração dos quadros sociais, os grupos de conselheiros e, mais recentemente, de profissionais especializados em gestão, finanças e mercado.

Os atuais grandes clubes brasileiros – que são remanescentes do começo do século passado – têm em sua composição milhares de associados, além de milhões de torcedores, de modo que a maioria daqueles que pertencem a um clube de futebol o faz, atualmente, somente na condição de torcedor ou torcedora. São pessoas que, tendo diferentes graus de proximidade e interesse em relação a seus clubes, manifestam seu pertencimento à determinada comunidade de sentimento. Definem-se como colorados, gremistas, flamenguistas, vascaínos e assim por diante. Há, nesse universo, quem pouco se interesse pelo time de coração ou pelos jogos e, mesmo assim, considere-se como pertencente a seu clube. Há, por outro lado, quem não perca um jogo e esteja a par de todas as notícias de seu clube, mesmo vivendo e experimentando o pertencimento clubístico à distância.

Décadas depois do tempo dos *sportsmen* e da sociabilidade dos prestigiosos *clubs*, chama a atenção que, apesar de tamanhas mudanças nas formas de praticar esse esporte e de vivenciar o clubismo, muitas das entidades mais exitosas ao longo desse processo tenham conservado sua forma de organização enquanto associações civis, isto é, enquanto sociedades esportivas de associados. Ao mesmo tempo, conviveram, no decorrer do século XX, com o surgimento de tantas outras

sociedades derivadas do pertencimento clubístico original. São as associações de torcedores em agrupamentos organizados, as chamadas torcidas organizadas de futebol, que surgiram no exterior desses clubes, com o propósito de reunir pessoas para, de maneira coletiva, torcer e apoiar o time de futebol.

E este é precisamente o eixo que orienta a tese que proponho aqui: pensar, na esteira dos desenvolvimentos teóricos sobre o pertencimento clubístico (Damo, 2005), os processos internos de formação de dissensos e afirmação de diferenças visíveis através dos faccionalismos clubísticos. Embora pertencer e faccionalizar sejam tendências aparentemente opostas, considero-as complementares. Enquanto que o pertencimento a um mesmo clube de futebol diz respeito à necessidade de fazer parte de uma comunidade de sentimento em oposição às demais, a segunda tendência, a da faccionalização interna, tem relação com a necessidade de demarcar, perante a própria comunidade, outras pertencências para além da clubística. Ao final, trata-se de um jogo de identidades e diferenças por meio do futebol, em que o pertencimento clubístico é manifesto para fora da comunidade enquanto que o faccionalismo o faz para dentro da mesma. Desse modo, quem torce para o Internacional o faz em oposição ao Grêmio e aos demais clubes do circuito futebolístico. Não obstante, dentro do universo colorado, há diferenças internas, que são territoriais, de classe, de raça, de gênero, faixa etária e tantas outras.

Isso posto, a tese que apresento aqui diz respeito às lógicas que norteiam a formação de sociedades torcedoras derivadas do pertencimento clubístico no futebol brasileiro. Ela foi elaborada a partir da cidade de Porto Alegre, com especial ênfase sobre os grupos vinculados aos Sport Club Internacional, uma entidade esportiva centenária e tradicional na prática do futebol profissional do país, que é composta por aproximadamente 100 mil associados, além de vivido, das mais diversas formas, por cerca de 6 milhões de torcedores, simpatizantes e fanáticos. Para efeitos comparativos, visando enfatizar aspectos do faccionalismo, recorreu-se eventualmente a dados referentes ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, o clube com o qual o Internacional rivaliza, mas que do ponto de vista da formação de sociedades torcedoras em muito se assemelha e, por esse motivo, pode-se afirmar que as tendências observadas em relação às socialidades coloradas provavelmente ocorram

em outras comunidades clubísticas do circuito brasileiro, salvaguardadas as especificidades.

O que trago para debate, considerando o estado avançado de estudos sobre o futebol e suas torcidas, é uma proposta de antropologia política das sociedades torcedoras, notadamente as torcidas organizadas e barras bravas, mas também os Consulados e movimentos políticos dentro dos clubes. Trata-se de um enfoque sobre o modo como se constituem as diferentes dinâmicas que conformam o social – suas socialidades.

O emprego desses conceitos, que logo adiante retomarei enfatizando os debates teóricos que ajudaram a desenvolvê-los, procura responder a questões mais básicas que deram origem às inquietações por trás dessa pesquisa. A primeira delas: por que, dentro de um mesmo clube de futebol, há uma tendência consolidada para a formação de subgrupos? Em seguida outras: como se formam as torcidas organizadas? Como elas crescem? Como se fragmentam e, por fim, dissolvem-se? Enfim, quais são as lógicas políticas por trás dessas sociedades torcedoras derivadas do clubismo?

Em princípio, as discussões que conduziram a esse objeto de estudo – que, reitero, é o das lógicas por trás da formação, reprodução e fragmentação de subgrupos torcedores – tinha como referência o encaixe com as Torcidas Organizadas Independentes (TOs)¹ de futebol. Por essência, elas constituem espaços de sociabilidade, muitas vezes formalizados e burocratizados, relativamente restritos dentro de um dado clube de futebol. Como sabemos, em diferentes comunidades de pertencimento (clubes), é possível verificar a existência de uma,

¹ Sempre que empregado o termo “Torcida Organizada” com iniciais maiúsculas, ou sua sigla TOs, estou fazendo referência a uma modalidade específica de associação torcedora. São precisamente as coletividades que surgiram no futebol brasileiro a partir dos anos 1960 que tinham como característica principal, na comparação com as organizações anteriores, a independência em relação ao clube ao qual pertenciam. Em outras palavras, não eram orquestradas e arregimentadas por dirigentes de suas entidades esportivas, mas, em vez disso, por uma sociedade paralela de torcedores. O financiamento desses grupos, na maioria dos casos, advém de contribuições de seu próprio quadro social de integrantes. Além da organização formal, essas torcidas têm seus próprios dirigentes. A história e os elementos que caracterizam esses grupos aparecerão em detalhe nos **Capítulos 3, 4 e 5**. Por outro lado, quando o termo empregado for “torcida organizada”, com iniciais minúsculas, refere-se a genericamente a qualquer grupo organizado de torcedores.

duas, três ou até mais torcidas organizadas que reúnem públicos próprios, em função de classe social, vínculos territoriais, faixa etária e demais pertencimentos e afetos pessoais. Como muitas delas possuem estatutos sociais, sedes e representação política institucionalizadas, chegam a formar efetivamente associações recreativas em paralelo aos clubes de futebol cujo pertencimento clubístico está ancorado.

Assim, se os clubes são formalmente sociedades esportivas, afinal são entidades de propriedade social, pareceu-me válido pensar nas torcidas organizadas enquanto sociedades torcedoras, ou sociedades do torcer. Este é um conceito que será fundamental ao longo desta tese, dado que permitiu ampliar o escopo analítico, incluindo na abordagem, além das Torcidas Organizadas, demais grupos, subgrupos, segmentos, fragmentos de torcedores que se organizam, e em razão disso formam associações mesmo que de curta duração, com o propósito de se relacionarem com seu clube de futebol e com outros grupos de torcedores, do próprio clube ou alheio a ele, em forma de coletividades.

Assim, serão tratados como sociedades do torcer quaisquer grupos que, reunidos em função do pertencimento clubístico de seus participantes, constituem espaços de sociabilidade próprios. Esses espaços podem ser setores de um estádio, bares para ver os jogos e até grupos de WhatsApp. Podem ser associações duradouras, sobrevivendo às décadas ou efêmeras. O essencial é que esses grupos contenham um ponto em comum capaz de agregar pessoas e formar o social. Sendo, por definição, tão vastos os arranjos possíveis das coletividades torcedoras, esta tese não tem a pretensão de englobar todos os associacionismos derivados do pertencimento clubístico ao Internacional, seja porque o propósito não é o de catalogar expressões do coloradismo, seja porque essas formas são amplas, fluídas e altamente cambiantes.

Com uma concepção mais alargada a respeito de associações entre torcedores, espero trazer ao debate conjuntos de torcedores que apareceram ao longo da pesquisa e que, suas formas de associação coletiva, não se encaixaria em um olhar exclusivamente apontado para as TOs. É o caso dos movimentos políticos que, de modo semelhante a partidos políticos, se formam em clubes de futebol, além dos Consulados, que são representações institucionais de alguns desses clubes fora

da cidade. Esses últimos são grupos organizados por um representante local delegado de forma oficial. Trata-se de uma forma de associação torcedora que não ocorre em muitos clubes brasileiros, mas que é característica do Rio Grande do Sul.

Empregando a categoria sociedade, não pretendo dar a entender que as coletividades torcedoras sejam grupos homogêneos, fechados, autocontidos e bem delimitados – o que seria uma compreensão reificada do social que emprega a noção de sociedade para definir populações em unidade territorial e cultural (Strathern, 2014a; Viveiros de Castro, 2012). Reconheço as diferentes críticas, especialmente a partir dos anos 60 e 70, dirigidas a esse conceito que é bastante caro às ciências sociais. Tampouco é o caso de toma-lo por oposição à noção de indivíduo. Nesta tese, recorro a esta categoria muito influenciado pela antropologia política do etnólogo Pierre Clastres (2012) concebida para abordagem das lógicas políticas do social.

É certo também que a etnologia clastresiana, bastante preocupada em fornecer alicerces filosóficos para o tema do poder, reproduziu, talvez a contragosto, concepções próximas às de Durkheim, visto que o social aparece como totalidade superior e exterior ao indivíduo, dotada de racionalidade supraindividual (Viveiros de Castro, 2012). Sem mencionar ainda a própria manutenção da divisão engessada entre “nós” e “eles”, entre “ocidente” e seus “outros” presente na fórmula “sociedades para o Estado” vs. “sociedades contra o Estado”.

Assim, recupero a contribuição de Clastres, especialmente em diálogo com a releitura de Deleuze & Guattari (1995), enfocando nas modulações do político que podem coexistir em diferentes formações do social – e que, no caso de uma comunidade de pertencimento clubístico, pode assumir uma grande diversidade de disposições. Com isso, considero ser interessante manter o entendimento de que a preocupação principal da antropologia política clastresiana recaía sobre as lógicas da sociedade em funcionamento, sobre seus mecanismos, sobre suas máquinas (Sztutman, 2020), aproximando-se mais do conceito de “socialidade”, empregado

posteriormente por antropólogos britânicos (Barbosa, 2004). Essa discussão, em todo caso, será bem aprofundada no **Capítulo 4**, quando darei ênfase às diferenças nas formas de organização do torcer.

Para dar conta dessas tendências das múltiplas lógicas sociais – ou maquinários políticos – no entorno dos clubes de futebol e que são variáveis em função de conjunções sócio-históricas, avalei adaptar a compreensão clastresiana do social para o caso das coletividades torcedoras. Com isso, aporto o conceito de *socialidade torcedora*, que atravessará toda a tese, e que busca visibilizar as tendências da organização torcedora nos grupos que estiveram ao alcance deste estudo.

Meu objetivo não será o de explicar as sociedades torcedoras por meio da comparação com as sociedades ameríndias das terras baixas, um esforço frazeriano de pouca validade para o tratamento tanto destas como daquelas. Nesta tese, procuro aportar outras possibilidades de compreensão dos processos políticos no meio esportivo, por via da “exegese antropológica” (Strathern, 2006, p. 47) enquanto a criação de “um mundo paralelo ao mundo observado”, “através de um meio expressivo” com “suas próprias condições de inteligibilidade”. Em outras palavras, um esforço de produzir deslocamentos, tendo por meta oferecer alguma contribuição desde “categorias de análise” elaboradas em outro local/momento da disciplina.

Para elaborar tal tese a respeito da formação e da reprodução de sociedades torcedoras no entorno dos clubes do futebol brasileiro, conduzi uma pesquisa que combinou diferentes entradas em campo ao longo dos últimos quatro anos. A primeira delas, e mais duradoura, ocorreu entre meados de 2019 e dezembro de 2020, época em que residi na Avenida Padre Cacique a cerca de 50 metros de distância do Estádio Beira-Rio. Nesse período, estive em convívio cotidiano com torcedores da

Guarda Popular, uma torcida barra brava² surgida nas arquibancadas coloradas em 2004. Além de encontra-los nos jogos, nossa relação se estreitou principalmente graças ao intermédio de um ponto de encontro recorrente, o bar Dezenove Zero Nove que foi fundado justamente por antigos participantes da banda dessa torcida.

Aproximando-me desses torcedores, procurei conhecer a história da torcida através das narrativas de eventos críticos determinantes para o grupo – quase sempre conflituosos. Com essa interlocução, meu cuidado foi o de buscar identificar o que fazia, desde suas concepções, o que qualificava a Guarda Popular enquanto uma torcida de tipo barra. Nesse sentido, foi necessário considerar elementos musicais e estéticos, que são considerados centrais para a distinção em relação às demais torcidas, além do rol desempenhado pela chefia torcedora para, então, refletir sobre a alta propensão para o faccionalismo e a insubordinação interna, com a frequente formação de subgrupos e insurgências que, por seu turno, ensejam o uso da força como forma consentida para a resolução de conflitos extremos e atinentes à coletividade.

A segunda entrada etnográfica, que durou cerca de um ano, entre 2021 e 2022, aconteceu com os torcedores do Consulado do Internacional em Santiago, município do interior do Rio Grande do Sul. Desta vez, o convívio não foi tão recorrente, acontecendo durante alguns deslocamentos que fiz até lá ou através de comunicação online. Com esse grupo, que se tratava de uma representação institucional do clube naquela cidade, busquei conhecer uma forma de socialidade torcedora que, ao menos teoricamente, se encontrasse no extremo oposto da barra brava. Sendo uma associação de torcedores formalizada e burocratizada dentro do clube de futebol, procurei entender como conflitos e diferenças internas eram negociadas.

Para além das entradas etnográficas, recorri à pesquisa documental em jornais e matérias jornalísticas, bem como revisão da literatura principalmente

² A barra brava, ou barra, é uma modalidade de torcida organizada. Surgiram no Brasil apenas no século XXI, tendo forte inspiração estética e política nas *hinchadas* argentinas. Diferentemente das TOs, não constituem associações formais como estatutos, regimentos e sistema político. Os aspectos referentes a essa forma de organização torcedora – e sua socialidade – serão trabalhados nos **Capítulos 4 e 6**.

historiográfica e antropológica sobre as torcidas de futebol no Brasil para compreender como esses grupos figuraram num contexto mais amplo das formas coletivas do torcer no país. Essa investigação, sempre atenta aos modos como se buscou organizar coletivamente torcedores, foi fundamental para o desenvolvimento do objeto de estudo. A partir de uma perspectiva em diacronia sobre os processos históricos do futebol, fez-se possível situar as sociedades torcedoras que dialoguei etnograficamente no quadro mais geral da história das entidades esportivas no país. Pensando, ora, como os clubes organizaram a diversidade torcedora, ora como torcedores se organizaram para se fazerem ver e ouvir nos seus clubes.

Para dar conta da formação de sociedades torcedoras, tendo o Sport Club Internacional como ponto de referência, estruturei a tese em quatro blocos compostos, cada um, por dois capítulos. O primeiro deles se chama **A condição torcedora** e seu propósito principal é o de avaliar os atuais desafios para uma abordagem antropológica sobre as torcidas de futebol. No **Capítulo 1**, trago dois pontos principais. Primeiro, a partir de revisão bibliográfica sobre os estudos a respeito do torcer, indico como as torcidas organizadas foram trabalhadas desde diferentes campos de estudos e tradições teóricas a partir dos anos 1960 com o pioneirismo de Elias & Dunning. Apesar da variedade de prismas e objetos de estudo, muito se insistiu, posteriormente, na questão da violência torcedora. Reconhecendo a importância dessas contribuições, indico que o tema poderia ser deslocado da violência para a política, levando em conta como as sociedades torcedoras, muitas delas beligerantes, fazem parte da comunidade clubística, mas não se esgotam nesta disposição.

Na segunda parte do capítulo, reflito sobre as implicações metodológicas ao conduzir uma pesquisa a respeito de torcidas de futebol. Entre os tantos pontos que surgiram no decorrer da etnografia, destaco o fato de que algumas das coletividades

torcedoras, bem como alguns dos interlocutores, estão sob estigmas sociais, entre eles o da violência. Nesse sentido, trago detalhes de minha inserção mais delicada, na barra brava, em que esses tópicos foram mais constantes, visto que havia, naquele contexto, a necessidade constante de negociar quais informações poderiam ser divulgadas em uma pesquisa antropológica sem acarretar em prejuízos para os informantes. Também considerei conveniente refletir sobre meu grau de familiaridade com o tema estudado. Isso pois, além de pesquisador, fui um torcedor colorado nesses últimos anos – como já o era antes da pesquisa. Conforme tento demonstrar em toda a tese, dentro de uma comunidade de pertencimento clubístico, há incontáveis maneiras de experimentar alteridades, de maneira que elas fizeram parte de todo o processo etnográfico.

No **Capítulo 2**, a discussão gira em torno da definição de como se estabeleceu a relação entre clubes de futebol e torcedores desde o surgimento desse esporte no Brasil. No primeiro momento, busco retomar a história de clubes como o Internacional, considerando sobretudo a maneira como essas entidades esportivas foram organizadas. Recordando que as mesmas eram associações restritas de *sportsmen* que além de dirigir seus clubes eram também os jogadores, procuro avaliar como, com a popularização do futebol e com o crescente número de associados, se deu o surgimento da figura do torcedor. Nessa direção, veremos como ocorreram as primeiras tentativas de os clubes organizarem suas torcidas nas arquibancadas a partir de chefes de torcida.

Verificando as atividades sociais dos clubes de princípios do século XX, é possível notar como há uma marcada cisão entre ser associado e ser torcedor. O primeiro grupo é o dos homens que fazem parte da entidade esportiva e praticam o futebol além de outros esportes. Enquanto isso, a quem é interdito fazer parte do clube social e tampouco jogar, resta ajudar/apoiar/torcer. Não por acaso, veremos a aparição do torcer como categoria para definir as mulheres que, na posição de dependentes sociais de maridos e pais, eram autorizadas a frequentar os jogos naquela época, mas não a jogar e tampouco a associarem-se ao clube. Assim, a seção final do capítulo oferece uma especulação teórica a respeito da condição exógena do torcer em relação à tradição associacionista do futebol.

O segundo bloco, chamado **Antropologia política do torcer**, se dedica aos aspectos mais teóricos que orientam a tese. No **Capítulo 3**, trago a partir da experiência etnográfica uma avaliação sobre algumas das diferentes performances torcedoras no futebol de espetáculo atual. Para isso, considere as mais de 50 partidas que assisti, ao longo da pesquisa, nos estádios tanto no futebol masculino quanto no feminino, desde diferentes setores e valores de ingressos. Destaco como o fator territorial é fundamental na assistência esportiva, havendo regras de etiqueta que variam em função dos subgrupos que se territorializaram nos locais. Além disso, apresento as modalidades coletivas de organização torcedora que acompanhei durante a pesquisa: torcidas barras bravas, Torcidas Organizadas Independentes, Consulados e movimentos políticos do clube.

O **Capítulo 4** da tese tenta sintetizar minha proposta de antropologia política do torcer desde a apropriação de conceitos oriundos da etnologia ameríndia das terras baixas. Retomo os conceitos de sociedade, socialidade, faccionalismo e outros que apresentei logo antes para pensar como opera a política em diversas coletividades torcedoras. O objetivo é fornecer categorias para avaliar comparativamente a experiência etnográfica com dois grupos que, em tese, são opostos completos: as torcidas barras bravas e os Consulados.

Chegando à segunda metade da tese, o terceiro bloco, intitulado **Fuga**, dá espaço para aquelas que são as torcidas que se organizaram à revelia da vontade do clube de futebol. São dois capítulos que procuram abordar esses grupos. No **Capítulo 5**, proponho refletir, a partir da inauguração do Beira-Rio em 1969, como subitamente proliferaram grupos de torcedores em todo o país. Passo por diferentes processos, entre eles a desapareição das antigas charangas organizadas pelos clubes, a virilização das novas torcidas ditas independentes, a decadências dos grandes estádios e a recente era da arenização, quando se afirmaram torcidas “politizadas” que, há alguns anos, têm reivindicado direitos nos estádios. O **Capítulo 6**, por sua vez, é dedicado exclusivamente à Guarda Popular e explora o surgimento do agrupamento no começo deste século, as cizânias e, por fim, o súbito término em 2011 devido à beligerância. Além desse período, o procuro, desde os relatos de seus torcedores, mostrar como ocorreu a reunificação do grupo após cessar a

animosidade entre as lideranças internas. A partir, ainda, de histórias pessoais, apresento perfis de participantes da torcida, pensando sempre como a insubordinação se constitui como um valor nas barras bravas, o que mantém os torcedores quase sempre desobrigados em relação à chefia do grupo, dificultando, em razão disso, a duração da coletividade a longo prazo.

No último bloco, chamado **Captura**, veremos maneiras contemporâneas pelas quais os clubes de futebol têm conseguido ingerir a organização de sociedades torcedoras. A primeira delas é a organização dos torcedores via quadro social e é tratada no **Capítulo 7**. Nesse ponto, dou ênfase aos planos de sócio-torcedor que se difundiram pelo Brasil há cerca de duas décadas e procuro pensar quais sociedades apareceram em decorrência dos quadros sociais. No caso do Internacional, um dos clubes que mais concedeu direitos de participação a essa categoria social, é possível identificar os movimentos políticos que se formam e atuam como partidos políticos na institucionalidade do clube. São grupos, de acordo com o estatuto que rege a entidade, que estão autorizados a divergirem dentro das regras democráticas, no que constitui uma espécie de faccionalismo legítimo, com forte inspiração nas disputas atinentes às democracias liberais.

Por fim, no **Capítulo 8**, me dedico a abordar os Departamentos Consulares que clubes como Internacional e Grêmio dispõem com o intuito de representarem legalmente a entidade fora da cidade e aumentarem a quantidade de associados em suas localidades. Essa etapa contou com uma abordagem que priorizou as diferentes escalas dessas sociedades torcedoras. Na primeira parte, o enfoque é dirigido ao modo como os clubes de futebol, a partir de seus dirigentes, planejam a atuação de seus representantes instituídos. Nesse sentido, fica visível como há um esforço que busca arregimenta-los em ações solidárias, excursões e eventos para a celebração e a reprodução do clubismo. Por outro lado, olhando os Consulados “desde a ponta”, isto é, desde como são vividos pelos torcedores que fazem parte dele, é possível identificar “linhas de fuga”, divergências internas e negociações constantes entre os participantes que, nem sempre, compartilham os mesmos pertencimentos sociais e ideológicos, mas que, apesar disso, se mantêm sob uma sociedade torcedora organizada pelos seus clubes.

I. A CONDIÇÃO TORCEDORA

Capítulo 1

1. Uma etnografia da política com as sociedades torcedoras em Porto Alegre

O capítulo de abertura desta tese consiste em uma exposição argumentativa a respeito dos aspectos teóricos e metodológicos que formam o plano de fundo da pesquisa que apresento a seguir. São reflexões que orientaram desde os primeiros projetos meus desenvolvimentos analíticos sobre as sociedades do torcer. Elas se dividem em duas seções relativamente autônomas: (1) na primeira, a partir de revisão bibliográfica dos estudos a respeito das torcidas de futebol, identifico as temáticas que dominaram os debates antropológico, sociológico e historiográfico. Percebendo a ênfase colocada sobre a “violência”, indico diferentes linhagens que trabalharam a questão, ora por via do conflito, ora por meio das corporalidades e identidades. Sugiro um caminho alternativo: um olhar que desloque a discussão para a política nos grupos de torcedores e em seus clubes; (2) na segunda, coloco em debate as implicações ao conduzir uma pesquisa etnográfica com torcidas de futebol, algumas delas socialmente estigmatizadas. A reflexão prossegue avaliando também minha posição epistemológica nas inserções de campo enquanto pesquisador/torcedor, com o intuito de situar os dados produzidos a partir da etnografia.

1.1. Abandonar a *violência*, passar à política

1.1.1. O ESTUDO DOS TORCEDORES

O futebol tem sido objeto costumeiro do interesse antropológico no Brasil desde os anos 1980, com um crescimento exponencial de pesquisas a partir da década posterior. A publicação *Universo do Futebol*, de 1982, dirigida por Roberto DaMatta é lembrada como um marco, visto que inaugurou um projeto teórico de entendimento do esporte, não mais qualificado como o “ópio do povo”, mas, em lugar disso, como uma via para a compreensão da sociedade brasileira. Através do futebol, dizia este autor, o povo brasileiro dava palco a suas preocupações e esperanças (DaMatta, 1982, p. 16). Em paralelo, o tema passava a ser inserido e legitimado na agenda dos cursos de pós-graduação do país, até então desinteressados – à exceção das dissertações de Simoni Lahud Guedes (1977)³ e Benedito César (1981).

Desde então, proliferam teses, dissertações e inclusive grupos de pesquisa que tematizaram uma considerável variedade de discussões a partir do esporte. Não farei uma revisão generalizada das abordagens antropológicas, sociológicas ou historiográficas do futebol no país, lembrando que outros autores já produziram balanços semelhantes, avaliando os estágios de desenvolvimento e interesse pelo tema na agenda acadêmica do país (Toledo, 2001; Alabarces, 2004; Giglio & Spaggiari, 2010; Spaggiari, Machado, & Giglio, 2016; Malaia & Drummond, 2013; Teixeira & Hollanda, 2018). A pretensão aqui é outra: situar as possibilidades de contribuição de minha pesquisa.

Sem ignorar, portanto, o estado já avançado desses estudos, antes ampliados em torno da categoria “futebol” e hoje cada vez mais especializados, pormenorizados, há que reconhecer que a triagem dos materiais analisados adiante passou por uma definição prévia da “relevância” dos mesmos, um recorte, em alguma medida, arbitrário. Valendo-me do volume de pesquisas disponibilizadas nas

³ Sobre o pioneirismo e o contexto de desenvolvimento desse trabalho, ver Guedes (2013) em <https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/simoni-lahud-guedes/> (acessado em 03/08/20).

últimas décadas, adotei como principal critério para seleção a proximidade com meu interesse em pensar as torcidas nas relações que estabelecem com seus clubes. Por isso, detive-me sobre aquelas que exploraram os torcedores e os dirigentes esportivos na modalidade espetacularizada do jogo, o futebol de espetáculo (Damo, 2005).

Enquadro os *torcedores* e os *dirigentes* como duas categorias de agentes no universo de pesquisa (Toledo, 2002), sendo aqueles os que fazem circular as emoções futebolísticas e estes, os que controlam o espetáculo nos âmbitos político e econômico (Damo, 2005, p. 39), com uma ressalva que pretendo demonstrar a partir de minha etnografia: a distinção entre esses dois conjuntos talvez não seja tão nítida quanto suas definições sugeriram, podendo ser borrada, visto que as torcidas podem proporcionar a conversão de torcedores em dirigentes, ou, ainda, uma espécie de dupla vinculação, no caso de pessoas que oscilam – ou comportam em simultâneo – ambos os pertencimentos.

Assim, não me restringi às abordagens das “torcidas organizadas” pois considerei a necessidade de problematizar este termo, de desnaturalizá-lo, de historicizá-lo, afinal há outros coletivos que também se organizam ou se organizaram em grupos de torcedores, mas não têm sido identificados como tal, conforme veremos adiante. Por essa razão, minha pesquisa não se encerrou às “torcidas organizadas” reconhecidas pelo Sport Club Internacional, mas deslizou em direção aos elementos mais gerais da organização do torcer⁴, aos processos de formação e definhamento de segmentos organizados de torcedores, às tendências de centralização ou fragmentação nesses grupos, ao que chamarei, a partir da elaboração teórica, de aspectos da socialidade.

⁴ Por organização do torcer, não me refiro a modelos ortodoxos, como organogramas ou instâncias burocráticas. Trata-se de um olhar para a organização política e social a partir da etnografia com os próprios torcedores. O clube, por certo, tenta exercer formas de controle, que podem ocorrer a partir dos sistemas de identificação, passando pelo diálogo com autoridades como o Ministério Público e a polícia, até as próprias torcidas que organiza ou custeia. Ainda assim, os torcedores possuem uma margem de manobra elástica, visto que muitas de suas atividades podem acontecer à revelia do clube – como a reunião em bares ou nas casas de amigos. Nos demais capítulos, veremos a relação entre clube e torcedores na ordem das linhas de fuga e de captura.

Dito isso, entendo que a avaliação tanto das questões já debatidas quanto das lacunas nesta área de estudos deveria abranger de modo amplo os trabalhos que enfocaram as torcidas, as assistências, os públicos e os “políticos” do esporte. Nas páginas seguintes, veremos que, no que se refere a esse quadro selecionado, o tema da “violência” se converteu no maior interesse e justificativa dos estudos sociológicos do futebol. Por isso, fiz um balanço sobre as principais linhagens teóricas que formularam a questão num primeiro momento. Em seguida, introduzi outros debates que tiveram menos atenção nesse campo, sugerindo que há uma via menos explorada – a da política – que poderia ser ocupada por este trabalho.

O argumento que defendo, por meio desta revisão de literatura, é o de que as categorizações externas dos “atos de violência” das torcidas estão atravessadas por uma moralidade acusatória que os percebe enquanto negatividade, enquanto resultado da próprio “falta de civilização” desses grupos (Garriga Zucal, 2010), desvelando uma discursividade da indignação contra a violência (Rifiotis, 2006; 2008) associada à ilegitimidade da mesma. Conforme demonstrarei a partir da etnografia, há definições êmicas através das quais os torcedores não manifestam entendimentos semelhantes a estes. Por essa razão, ao fim da seção, sugeri levar a abordagem das torcidas, incluindo as reiteradas participações em brigas, para o nível da política, desde um abandono à noção de “violência” em favor de outras, tais como “disputa” e “concorrência”, onde o enfrentamento físico pode ser considerado legítimo.

1.1.2. O APELO DE UM TEMA

A associação entre torcidas e violência é frequente, quem sabe até automática para muitas pessoas. Ela é feita por noticiários e jornais que visibilizam esses grupos quase que exclusivamente por suas participações em brigas ou protestos em seus clubes. Nas transmissões televisivas das partidas de futebol, o mesmo acontece: ouvem-se suas músicas e veem-se suas bandeiras tremularem como se a “festa da torcida” fosse obra da espontaneidade torcedora. Os nomes desses grupos não são mencionados e os comentaristas esportivos demonstram pouco ou nenhum conhecimento de suas histórias.

No Brasil, as torcidas – é preciso dizer – tampouco puderam, por suas próprias forças, desassociarem-se do rótulo. Incapazes de cessarem o “antagonismo violento”, tanto para fora quanto para dentro de seus grupos, afastaram-se da utopia torcedora, da “República dos torcedores”, um “ponto de articulação das lutas internas e externas à esfera do futebol” onde “jovens provenientes de todos os estratos sociais projetaram suas exigências de participação política nas instâncias de poder” (Florenzano, 2019, p. 36), como devem haver sonhado alguns autores.

Abaixo não procurei reconstituir o processo de fabricação dessa associação com a violência e sequer dispus de instrumentos adequados para refletir sobre as representações externas sobre as torcidas. Tampouco está a meu alcance indicar o momento de nascimento do que tem sido enquadrado como a “violência torcedora”, visto que os primeiros tumultos e brigas entre torcedores parecem ser contemporâneos ao aparecimento dos primeiros torcedores, que também apresentaram comportamentos capazes de escandalizar os jornais de então em diferentes países, conforme tantas pesquisas já o demonstraram (Vamplew, 2004; Dunning, 1999; Chaim, 2018; Frydenberg, 2017)⁵.

Em vez de seguir por esse caminho, pretendi tomar a associação das torcidas à violência enquanto um dado relevante levando em conta que, entre os trabalhos que pensaram os públicos do futebol, um volume considerável deles enfocou a violência ou o conflito (Giulianotti, 1994a), as temáticas que, não sem motivo, mais sensibilizaram a atenção acadêmica, especialmente reavivadas após alguns eventos de grandes proporções no futebol televisionado⁶.

⁵ Coloco entre aspas o termo “violência” sobretudo ao apresentar exemplos oriundos de contextos nacionais e históricos tão díspares pois parece-me precipitado supor que exista uma necessária linearidade entre os comportamentos “escandalizantes” de outrora e as brigas de hoje comumente lidas a partir da ideia de violência. Considerando a bibliografia referida, é possível perceber a recorrência das noções de “desordem” e “tumulto” na descrição de tais eventos durante a primeira metade do século XX, o que não pode ser negligenciado para a historicização dos mesmos, pensando inclusive na forma como foram significados e tratados pelo Estado. É pertinente pressupor que as ideias agenciadas a partir de uma briga, antes e agora, sejam diferentes.

⁶ No Brasil, houve um episódio marcante entre as torcidas de Palmeiras e São Paulo em 20 de agosto de 1995. Nesta data, no estádio Pacaembu, o confronto que invadiu o campo de jogo resultou em mais de cem feridos e um torcedor morto (Toledo, 1997). Por consequência da briga, as torcidas organizadas ficaram proibidas (Piva, 2019) de ir aos jogos até 2003 no estado de São Paulo. Na Europa, as tragédias de Heysel, em 1985, e Hillsborough, em 1989, quando respectivamente 39 e 96 pessoas foram mortas, provocaram, embora causadas por razões diferentes, importantes transformações nos

Mesmo considerando apenas as abordagens sociológicas que rejeitaram uma espécie de “psicologia das massas”⁷, o conjunto de pesquisas desenvolvidas a respeito do tema não é homogêneo, porém penso ser possível identificar “escolas”, linhagens teóricas e ênfases conceituais predominantes, o que não significa inexistência de intercâmbio na área de estudos. Apontarei, o que entendo terem sido, os principais fios condutores da indagação sociológica.

O primeiro que destaco, cujas publicações tiveram início nos anos 1960, decorre de um desdobramento da teoria do processo de civilização de Norbert Elias e tem sido denominada como a Escola de Leicester (Bairner, 2006). Eric Dunning (1992, p. 12), seu principal representante, também a definiu enquanto uma perspectiva *eliasiana* do esporte e do lazer. Note-se como a violência – desde sua supressão – ganha centralidade enquanto o problema sociológico desses autores:

Vários tipos de desporto integram um elemento de competição. São confrontos que envolvem força física ou proezas de tipo não militar. Para reduzir os danos físicos ao mínimo, existem regras que obrigam os adversários a adoptar um determinado tipo de comportamento. Deste modo, por trás destes estudos do desporto, existe sempre a pergunta: que espécie de sociedade é esta onde cada vez mais pessoas utilizam parte do seu tempo de lazer na participação ou na assistência a estes confrontos não violentos de habilidades corporais a que chamamos “desporto”. (...) que espécie de sociedade é esta onde as pessoas, em número cada vez maior, e em quase todo o mundo, sentem prazer, quer como actores ou espectadores, em provas físicas e confrontos de tensões entre indivíduos ou equipas, e na excitação criadas por essas competições realizadas sob condições onde não se verifica derrame de sangue, nem são provocados sérios ferimentos nos jogadores? (Elias, 1992a, pp. 39-40).

Para eles, a sociedade em questão era a sociedade “desportivizada”, marcada pelas ideias de “justiça”, de “igualdade de condições” e de cumprimento das regras;

protocolos de segurança, em especial na Inglaterra a partir principalmente da análise e das indicações do Taylor Report sobre este último evento (Alabarces, 2012; Holzmeister, 2005). Para uma abordagem das mudanças nos protocolos de segurança e policiamento do futebol no contexto europeu, cf. O’Neill (2005); Tsoukala (2009).

⁷ Ver a revisão de Bromberger (1995, pp. 207-211) sobre o tema. Segundo ele, são explicações que usaram três ideias principais para pensar os públicos de futebol: primeiro, as massas conformam unidades psicológicas que ultrapassam os indivíduos; segundo, massificados, os indivíduos perdem a capacidade racional; terceiro, nesta condição, os indivíduos são propensos à obediência em relação ao grupo. Teorias da “bestialização” coletiva se mostram insuficientes por sua distância em relação ao fenômeno quando desconsideram as lógicas simbólicas singulares das associações coletivas.

uma sociedade de caráter civilizador, em que as pessoas devem submeter tanto seus sentimentos quanto suas ações aos regramentos (Elias, 1992b, pp. 223-225); por excelência, o território do *fair play* (Damo, 2002, pp. 16-32; Brito, Morais, & Barreto, 2011). A violência aparece, nesta abordagem, como *negatividade*, enquanto atitude antiesportiva, *antijogo*⁸ (Toledo, 2020a) ou ainda negação do jogo-esporte, dado que este seria a supressão de determinados comportamentos apesar do acirramento da tensão que o confronto provoca.

Lançado este postulado, os autores avançaram primeiro pela análise debruçada sobre as *firms* inglesas, que são agrupamentos de torcedores dos times locais⁹, e, depois, pela indicação de que a questão deveria ser levada à escala supranacional, podendo ser pensada nos contextos de outros países (Dunning, 1999; Murphy, Williams, & Dunning, 1990). Entre os aspectos elencados para o hooliganismo, destacaram a presença predominante da “classe trabalhadora de nível mais baixo”; a “segmentação ordenada” por via da formação de “bandos de esquina”, grupos menores unidos por laços étnicos e territoriais, além da marca de uma

⁸ Na leitura eliasiana dos esportes, qualquer conduta que venha a tentar ludibriar os regulamentos pelo uso de técnicas corporais ilícitas – violentas ou não – se conforma enquanto a negação do esportivo. Recentemente, Toledo (2020a), através do escrutínio do termo “antijogo”, propôs o reposicionamento do mesmo, desta vez enquanto categoria da diferença – ideia buscada em Tarde (2007) – *contra* a convencionalização e universalização das regras. Abordando a icônica trapaça de Maradona ante os ingleses na Copa do Mundo de 1986, o inusitado mordisco do uruguaio Luis Suárez contra um jogador adversário na Copa de 2014 entre outros casos, o antropólogo sugeriu que esses gestos de “(...) antijogo exprimem a diferença dentro de novas retotalizações (iterações do gesto êmico), e parece que os exemplos aqui trazidos, sobretudo o de Maradona, conformariam esse caso. Já outras, digamos, se perderiam na diferença, abduzidas pela sensualidade da diferença, tal como compreendida a partir de Tarde, e *aqui poderíamos prospectar antijogo no interior da miríade de comportamentos transgressores torcedores*, tema de difícil análise quando alocado somente das perspectivas que tomam por base noções como jogo (Huizinga, Callois, Elias, Simmel, entre outros mais). Aberturas para uma nova extensão das noções de jogo podem passar pelas condutas antijogo e, não obstante, parece que não há muros a constranger essa categoria que acaba fluindo caminhos conceituais próprios que poderão sempre ser colocados à prova etnográfica” (Toledo, 2020a, p. 288), grifo meu. Ousaria acrescentar que o *antijogo*, enquanto jogo que comporta a burla da norma, seria, tensionando as ideias Clastres ([1972] 2012) que explorarei nos capítulos seguintes, um jogo da diferença, como pensado por Toledo, mas também do Múltiplo – um jogo dos incapturáveis (Deleuze & Guattari, 2012c), dos insubordináveis. No **Capítulo 4**, avançarei detidamente sobre o tema.

⁹ *Football Firm* é o termo que define grupos organizados de torcedores nos clubes britânicos. Entre as mais notáveis estão Millwall Bushwackers (ligada ao Millwall em Londres), Inter City Firm (ligada ao West Ham, em Londres), Red Army (ligada ao Manchester Utd, em Manchester), The Herd (ligada ao Arsenal, em Londres), Service Crew (vinculada ao Leeds Utd, em Leeds), entre outras. Proliferaram principalmente a partir dos anos 1970 e 1980. De modo semelhante às torcidas organizadas, rivalizam entre si, mantendo frequentemente relações de antagonismo violento. Os termos *hooligan* e *hooliganism*, por sua vez, não são definições êmicas e fazem alusão, de forma pejorativa, aos comportamentos enquadrados como de vandalismo e de destruição por essas torcidas.

“masculinidade agressiva”, que atribui prestígio à capacidade de lutar (Dunning, Murphy, & Williams, 1992). O conjunto de fatores não explicaria por si só a violência, visto que haveria que considerar também contingências, mas permitiria assinalar a origem do “problema” através da detecção de invariantes nesses grupos.

Contudo, ao se reportarem aos pertencimentos sociais dos torcedores e indicarem que os comportamentos são oriundos da combinação de fatores elencada, os autores ignoraram o futebol e suas dinâmicas próprias (Bairner, 2006; Best, 2010). Além disso, seus críticos identificaram generalizações e imprecisões resultantes de uma postura metodológica demasiado afastada que priorizou casos reportados por outrem, ademais de um olhar censitário.

Uma geração posterior, também nas universidades britânicas, buscou solucionar as lacunas que haviam percebido dando prioridade às identidades sociais como fio condutor. A leitura *identitária*, podemos chamar assim, traz o conceito de subcultura para sinalizar a necessidade de focar as lógicas dos torcedores para além de seus outros vínculos sociais, e abre caminho para trabalhos que consideram as práticas presentes nos grupos estudados (Giulianotti, Bonney, & Hepworth, 1994; Giulianotti, 1994b), o que, não por acaso, acarretou em mudanças metodológicas com maior espaço para etnografias.

Em conjunto com a ideia de globalização (Armstrong & Giulianotti, 1999), essas pesquisas procuraram trabalhar com os conceitos empregados pelos próprios torcedores. Deste modo, destacaram a importância de pensar desde noções êmicas da hostilidade, da violência, do território e do antagonismo (Armstrong, 1998). A mudança de perspectiva levou à percepção da influência de outros fatores, além dos já explorados por Dunning, em função dos contextos locais: nacionalismo, religião, política, música, entre outros.

Além destas duas tendências mobilizadas a partir do contexto britânico, há conjuntos de autores na América do Sul que merecem destaque. Poderíamos identificar na Argentina um grupo de pesquisadores que consolidou sua agenda a

respeito das *hinchadas*¹⁰ com inspiração na obra de Eduardo Archetti (1985; 2003), antropólogo que se debruçou sobre os esportes e a dança com atenção para as masculinidades e a cultura nacional, ao mesmo tempo em que inseria uma nova chave de compreensão: o corpo. A leitura *archettiana* procurou pensar o tema da violência enquanto uma linguagem que inclui/exclui, e que, convertida em capital simbólico, classifica torcedores em um sistema de honra e prestígio (Alabarces, Garriga Zucal, & Moreira, 2008; Garriga Zucal, 2007).

A participação em brigas e enfrentamentos passaria, nesta abordagem, a ser tomada como um meio de avaliação das habilidades corporais, valorizando os torcedores de acordo com suas demonstrações de coragem, valentia e força física, o que fazia dos combates “instancias de apreciación y evaluación de los hinchas, que tratan de cumplir con las expectativas colectivas” (Alabarces, Garriga Zucal, & Moreira, 2008, p. 121). Esses autores reposicionaram o conceito de “violência”, demonstrando seu caráter polissêmico e, inclusive, acusatório (Garriga Zucal, 2010; Taddei, 2016; Murzi, 2019) enquanto apostaram no escrutínio das categorias locais. Com isso, revigoraram as discussões sobre as torcidas pensando a questão da violência desde a noção de *aguante*, um termo que aparece tanto no futebol como outros contextos naquele país e que indica, no caso do jogo, a capacidade corporal de dar suporte ao time ou à torcida através dos cânticos ou das brigas.

Foi um êxito desses autores pensar o torcer desde as ideias “nativas” e demonstrar que, nesse contexto, brigar não aparece como indício de regresso à barbárie ou de falta de racionalidade. Pelo contrário, em um sistema que hierarquiza a partir deste critério, as práticas esperadas são exatamente aquelas. Além disso, eles conseguiram dar mais contexto às torcidas quando incluíram em suas análises as relações que elas estabeleceram com o Estado, com as forças policiais (Garriga Zucal, 2016; Gil, 2008) e com o dirigismo esportivo (Moreira, 2011; 2013b). O impacto da proposta argentina reverberou em outros países hispano-falantes, em especial nas

¹⁰ Termo que, no espanhol sul-americano, deriva do verbo *hinchar* e que pode ser traduzido como *torcida*. A categoria é bastante regional. Na Espanha, por exemplo, o termo mais semelhante à nossa noção de *torcida* é *afición*.

etnografias do futebol colombiano (Castro Lozano, 2010; Londoño & Jaimes, 2019) e mexicano (Varela Hernández & Magazine, 2017).

Elenco, ainda, um último conjunto de autores que reúne aqueles que não se restringiram aos contornos da violência, investindo em propostas mais amplas para o tratamento do conflito enquanto elemento central da composição do jogo, não raro mobilizando a ideia de “jogo absorvente” empregada por Geertz (1989) para levar ao plano simbólico a análise da briga de galos balinesa. Para esses trabalhos, o futebol, pensado desde a releitura de Lévi-Strauss (2012), pode ser visto como ritual de formato disjuntivo operador de assimetrias entre seus jogadores, por via da oposição entre vencedores, de um lado, e vencidos, de outro (Damo, 2001, p. 85; Toledo, 1996, p. 102). A perspectiva *simbólica* do conflito, como denominarei, permitiu avançar para as dimensões cotidianas do mesmo, escapando de sua simplificação às brigas e inserindo o problema da constituição da “pessoa torcedora” (Damo, 2012; Toledo, 2019; 2020b) por meio do futebol e seus circuitos de antagonismos, de modo a ampliar o debate para as sociabilidades decorrentes desse contexto.

Assim produziu-se, a partir do contexto brasileiro, um conceito crucial para a compreensão das rivalidades clubísticas – ou da fabricação de alteridades – no futebol, o *pertencimento clubístico* que Damo (2005, p. 25) definiu como um “sentimento de pertencimento a uma comunidade afetiva; adesão única e inquebrantável que tem a ver com as filiações parentais e com as redes de sociabilidade masculina”. A proposta seguiu a mesma linha da ideia de *partisanerie*, categoria cunhada anos antes no contexto francófono, que considerava que a participação no jogo se dava pela mediação de um engajamento a uma das partes querelantes. A tomada de partido era pensada justamente como aquilo que garantia à assistência a manutenção do interesse dramático pela competição (Bromberger, 1995, p. 110).

A vantagem do conceito de pertencimento clubístico em relação a seu antecessor decorre de sua capacidade de indicar que o engajamento a uma das partes está atravessado por fatores sociais, especialmente de afetos e parentesco, que superam uma suposta “liberdade” e “independência” de escolha do time pelo

indivíduo. Dito de outra forma, existem circuitos futebolísticos cujas opções são delimitadas por marcadores sociais e, poderíamos acrescentar, fatores territoriais. Com isso, houve significativa contribuição pela demonstração do futebol enquanto um sistema que faz circular as emoções e que converte o *indivíduo* em *pessoa* por meio do engajamento a comunidades de sentimento que se opõem (Damo, 2012). A manutenção dessas relações, com a linguagem própria da troca de provocações e gracejos entre esses rivais, só conseguiria operar em contextos onde a *fidelidade clubística* é um mediador do gosto e do interesse pelo jogo, sendo justamente aquilo que garante a duração da oposição para além do tempo-jogo.

Bromberger, anos antes, já conseguia demonstrar, desde uma proposta ritualista do esporte, como as rivalidades entre os clubes, entre as cidades e até mesmo entre as regiões de um mesmo país eram gestadas nos estádios de futebol da Europa. Elas derivavam precisamente desta natureza opositiva do confronto capaz de fabricar e atualizar interminavelmente oposições simbólicas (Bromberger, 1995, pp. 264-266).

Além da proposta do engajamento clubístico, é possível identificar, também no Brasil, uma linhagem que procurou explorar noções de conflito, no entanto por meio do conceito de *sociabilidade*, mostrando-se tributária de debates antes realizados no âmbito da antropologia urbana. Para esses autores, as brigas nas torcidas não inviabilizavam as relações entre torcedores, fossem eles rivais ou não. Constituíam, em vez disso, o “outro lado da moeda”. Neste sentido, Toledo (1996; 2002; 2010) foi quem melhor definiu a imbricação entre jogo e conflito:

No que concerne ao futebol, especificamente, pensa-lo como uma forma de sociabilidade é sempre pensar, em alguma medida, no conflito. O futebol funda uma sociabilidade assentada em um *jogo de diferenças* e oposições. Retomando o aspecto lúdico em suas várias dimensões, como fruição e festa, mas também como negociação e excesso, ele recria a cada jogo ou partida diferenças simbólicas entre torcedores, bem como dramatiza as contradições sociais, discussão recorrente sobre as implicações do futebol. Pensar no conflito no futebol é pensar na polissemia promovida por sua sociabilidade. Sociabilidade que consegue unir adversários em uma mesa de bar ou na sede das Torcidas Organizadas, bem como segrega-los nas arquibancadas (Toledo, 1996, p. 104).

Estas pesquisas apostaram em aproximações etnográficas para o acompanhamento dos grupos de torcedores, apresentando suas práticas e condutas, sempre situadas em seus contextos (Toledo, 1996; Teixeira, 1998). Com isso, essa geração pode se afastar de uma determinada “sociologia da violência” (Murad, 2012; Pimenta, 1997) que buscou explicações para o fenômeno em causadores sociais apartados da sociabilidade do jogo. O conflito foi aportado, em contrapartida, desde as temáticas da cidade e da rua (Toledo, 1996), do estádio (Toledo, 2013), da música e da festa (Teixeira, 2001; 2006), do antagonismo jocoso (Damo, 2012; Gastaldo, 2005; 2010), entre outras facetas.

1.1.3. OUTRAS AGENDAS PARA AS TORCIDAS

Para os propósitos principais deste trabalho, sugiro deixar de lado a categoria “violência”, seja como definição das práticas dos torcedores ou enquanto ponto de partida do estudo. A categoria não necessariamente contempla a percepção torcedora daqueles que a praticam sobre si mesmos, conforme alguns dos autores citados já puderam aportar. Em outras palavras: os considerados “violentos”, em lugar de se perceberem assim, definem-se, mais seguidamente, como “corajosos”, “inconsequentes”, “torcedores de verdade” e outras noções.

Pensando que a bibliografia e o material etnográfico que apresentarei na sequência desta tese relacionam o conflito a brigas ou a disputas, entendo que a discussão poderia ser reposicionada ao nível da política no futebol – incluindo então torcedores, (rivais ou não), dirigentes, clubes e instituições que organizam a prática do esporte. É preciso pensar qual jogo está sendo jogado/disputado por essas torcidas. Tendo isso em conta, reuni as pesquisas que sedimentaram outras agendas para o estudo das mesmas, com o fim de identificar pontos já abordados e outros que entendo enquanto viáveis para a proposta que elaboro aqui.

No que classifico enquanto “outras agendas”, é preciso dizer que a análise dos torcedores não se encerrou nos temas correlacionados à “violência” – ou, de forma mais expandida, ao conflito e ao antagonismo. Alguns trabalhos investigaram, do ponto de vista historiográfico, o modo como surgiram os primeiros agrupamentos

de torcidas organizadas no Brasil, dando início ao esforço de apontar fases, épocas e momentos de inflexão nos estádios do país. Teixeira (1998), Hollanda (2008), Malaia (2012) e Melo (2012), por exemplo, se dedicaram a apresentar este surgimento e desenvolvimento a partir do caso do Rio de Janeiro e de seus principais clubes de futebol.

Estas pesquisas inauguraram uma historiografia das transformações nas formas estilísticas e organizativas nas arquibancadas do país durante o século XX. Somam-se a elas, ainda, outras mais recentes sobre os grupos organizados, que considerando as contribuições legadas até a virada do século, passaram a investir em pontos mais específicos das práticas do torcer (Florenzano, 2019; Hollanda, Azevedo, & Queiroz, 2014; Pinheiro, 2020). Além da busca por apontamentos gerais do desenvolvimento das torcidas organizadas, demais autores avançaram em direção ao estudo do aparecimento de segmentações nos estádios em função de pertencimentos sociais específicos. Aguiar (2018), em sua tese, conseguiu, a partir de um esforço de contextualização, demonstrar fatores que permitiram o surgimento da torcida Coligay no Rio Grande do Sul. O agrupamento, vinculado ao Grêmio, existiu na segunda metade dos anos 1970 e é, até hoje, o maior exemplo de uma *torcida gay*, seguindo a terminologia do contexto histórico, nos estádios de futebol do Brasil. Por sua vez, Pinto (2017) acompanhou novas torcidas organizadas que levantaram a pauta das lutas contra o que denominaram, machismo e homofobia no futebol. A dissertação procurou compreender as continuidades e as rupturas desde os anos da Coligay em relação à última década, quando nasceram os grupos autodefinidos *queer*, *livres* ou *feministas*.

Para além do viés historiográfico, outros pesquisadores discutiram a relação entre fatores macroeconômicos e macropolíticos e a reconfiguração dos estádios e dos públicos de futebol, o que incluiu abordagens das transformações na gestão esportiva e os processos de *comodificação* (Giulianotti, 2010; Llopis-Goig, 2014; Kennedy & Kennedy, 2012), bem como das transformações na composição e no comportamento da assistência (Giulianotti, 2002; Llopis-Goig, 2013; Llopis-Goig & Flores, 2017; Bandeira, 2019). Neste eixo temático, Oliveira Junior (2017) pensou, a partir de torcedores do Internacional, no processo de implementação do chamado

“padrão FIFA”¹¹ em algumas das grandes cidades brasileiras. Em um primeiro momento, demonstrou como o processo de *arenização* do futebol e a agência do marketing esportivo se empenharam em transformar torcedores em clientes. Além disso, abordou o que denominou a indigenização de um sistema global, isto é, as formas pelas quais os processos de padronização internacional foram negociados, disputados e reelaborados localmente. Sua pesquisa ainda apresentou um grupo de torcedores colorados que surgiu justamente em decorrência destes processos, tendo como sua principal bandeira a luta contra a “elitização” do estádio de futebol¹².

Essa agenda de pesquisa coincidiu com o interesse pelo tema dos megaeventos esportivos (Damo & Oliven, 2014; Toledo, 2013; Mascarenhas, Bienenstein, & Sánches, 2011) por ocasião da vinda da Copa do Mundo FIFA e dos Jogos Olímpicos ao país, o que proporcionou cartografias das remodelações de estádios de futebol e cidades, iniciada em princípios dos anos 2000 (Gaffney & Mascarenhas, 2006; Gaffney, 2008; Mascarenhas, 2015), porém aprofundada na década seguinte (Curi, 2012; 2016; Campos, 2016; Bocchi, 2016; Mandelli, 2018; Oliveira Jr, 2017; Bandeira, 2019), bem como, estudos sobre os movimentos de oposição às transformações e à “clientelização” dos torcedores (Simões, 2017; Lopes & Hollanda, 2018).

Contudo, do ponto de vista da institucionalização da política dos clubes de futebol, poucos trabalhos foram adiante iluminando aspectos relacionados à constituição dessa classe ou às práticas desses agentes (Rocha, 2013; Santos F. X., 2015). Godio (2010), por exemplo, estudou precisamente o dirigismo esportivo nos clubes profissionais da Argentina. A pesquisa procurou compreender como dirigentes políticos organizam espetáculos futebolísticos e, simultaneamente, produzem identificações coletivas. Para tanto, considerou em sua apresentação os

¹¹ Este termo foi evidenciado especialmente a partir da organização da Copa do Mundo FIFA de 2014 disputada no Brasil. Nos anos que antecederam a competição, o país precisou garantir a construção e reforma de 12 diferentes estádios, espalhados de norte a sul, dentro da padronagem internacional definida pela FIFA. Entre outros elementos, eles deviam trazer cadeiras em vez de arquibancadas, iluminação e gramado de alta tecnologia, amplas salas de imprensa, vestiários confortáveis. A *arenização* dos estádios brasileiros será abordada em detalhe no **Capítulo 5**.

¹² O grupo é, no caso, o movimento O Povo do Clube (PdC) que, atualmente, participa das disputas eleitorais e da política institucional no Internacional. Abordarei esse tópico no **Capítulo 7**.

fatores simbólicos que constituem a classe. Também no contexto argentino, Moreira (2013a; 2018) se dirigiu às relações políticas das classes dirigentes com as torcidas dos clubes locais, abordando inclusive a questão eleitoral no futebol, o duplo vínculo desses agentes com seus clubes e com partidos políticos, a presença do mercado e a influência de diferentes modelos jurídicos.

Além desses, é possível citar um conjunto de trabalhos que enfocou nos impactos das transformações legislativas que, no contexto da comodificação do esporte, deram início ao modelo de *clube-empresa* ou de *sociedades anônimas* em muitos países da América do Sul e da Europa (Simões, 2020)

Pensando no nível mais alto da política esportiva, o dos dirigentes que controlam as competições esportivas, há ainda um conjunto minoritário de trabalhos que deu atenção aos circuitos de concorrência entre clubes em diferentes contextos históricos (Mascarenhas, 1999; 2014; Malaia, 2010; Santos D. , 2012) e ao funcionamento das instituições que organizam essas disputas (Giglio, 2013; Rocha, 2019), como a Federação Internacional de Futebol (FIFA) que detém o monopólio sobre a matriz espetacularizada do jogo. Sua forma hierarquizada e piramidal, submetendo a si as organizações continentais do futebol e, em seguida, as nacionais, já foi descrita enquanto uma “estabilidade enganosa”, dado que é dependente de uma crença dos partícipes desta cadeia de organizações na legitimidade da instituição, cuja maior ameaça é o surgimento de um futebol não certificado pela mesma (Rocha, 2019, p. 66).

Quanto às questões estéticas dos públicos, um eixo que, considerando a presença visual e musical, aparece como elemento central das torcidas, pode-se afirmar que a bibliografia tem sido bastante tímida, e que o assunto foi tratado como pauta secundária. Toledo (1993) desenvolveu uma análise dos xingamentos dos torcedores de futebol pensando como eles estão relacionados a comportamentos e a uma forma verbal específica. Damo (2017a) esboçou um mapeamento das falas, dos diálogos, gritos coletivos torcedores ao longo da partida. Também chamou atenção para o uso de aparelhos eletrônicos, como os rádios a pilha. Gastaldo (2010) apresentou ainda uma abordagem das formas jocosas no futebol. Geralmente relações de mutualidade que incluem aceitar e retribuir piadas, sátiras, provocações.

Naturalmente, estas jocosidades obedecem a alguns critérios, parâmetros e formatos.

Sobre a sonoridade das torcidas, Hollanda (2008, pp. 503-522) abordou o surgimento de músicas e cânticos nos estádios do Rio de Janeiro. O autor ainda sinalizou a possível relação entre este “sucesso” musical-estético com a possibilidade de permanência e sobrevivência de grupos organizados. Alabarces (2015) pensou a participação da torcida argentina na Copa do Mundo FIFA de 2014, quando a música “Brasil, decime qué se siente”, tomou conta dos estádios da competição. Em sua proposta, a atuação destes torcedores está centrada na participação musical, enquanto um componente fundamental para reprodução das lógicas do supracitado *aguante*.

Avaliando o estado da arte, é possível mapear tendências e notar que algumas questões já foram bastante discutidas. Desde os anos noventa, várias hipóteses foram trabalhadas sobre a violência no futebol, conforme indiquei. Mais recentemente, as pesquisas têm olhado para os estádios como espaços da política, onde disputas acontecem, hierarquizando e distinguindo torcedores. Os estudos sobre movimentos contra o processo de “arenização” ou contra a “lgbtfobia”, o “machismo” e demais discriminações sinalizam isso. Percebo, porém, uma possibilidade pouco explorada: pensar como performances torcedoras – que poderiam ser definidas como estéticas e políticas – permitem, ou restringem, uma transição para a participação dos segmentos torcedores dentro dos clubes de futebol.

Damo (2016) percebeu no foco sobre a violência espetacularizada um reducionismo dos conflitos nas torcidas organizadas e afirmou: “É urgente politizá-los, o que implica pensá-los de forma articulada aos fluxos de poder no espectro das instituições clubísticas e nos seus intrincados jogos políticos” (p. 349). Com esta consideração, avalio que há uma via para a compreensão do conflito em seu sentido estritamente político, indicando um caminho em direção às disputas nos clubes, seja em tempos eleitorais ou não. Tal proposição demanda pensar as torcidas em relação com os demais atores que fazem parte deste campo pois, como vimos, são poucos os estudos que observaram os modos como torcedores, desprovidos dos capitais econômicos e sociais habituais, ingressam no meio, demarcam suas posições e

negociam seus interesses, fazendo uso principalmente de suas competências estéticas e de seus capitais corporais.

1.1.4. AS SOCIALIDADES TORCEDORAS

Tendo em vista o – hoje avançado e cada vez mais especializado – campo de estudos do futebol e das torcidas, esta tese, em sua concepção, se alinhou gradualmente às recentes produções teóricas que na última década posicionaram as formas do torcer enquanto práticas perpassadas pelo político em tantos aspectos: as disputas com dirigentes de futebol, as questões de gênero, sexualidade, raça e classe social, além de outras.

Uma lacuna que podemos perceber está na análise dos vínculos entre a participação das torcidas nos níveis institucionais de seus clubes e “violência”, conflito, além de outros assuntos que dominaram o enquadramento sociológico e antropológico do torcer em diferentes contextos nacionais. Assim, neste estudo, procurei olhar para os movimentos de formação e dissolução de torcidas de futebol, tomando-as como sociedades do contexto esportivo, diferentes daquelas constituídas por dirigentes, profissionais, jogadores, entre outras. Por meio desta configuração, tornou-se viável levar o debate do torcer em direção a uma proposta de antropologia política voltada às lógicas de poder nas próprias torcidas e nas relações estabelecidas com seus clubes, demais torcidas e rivais (Teixeira Pinto, 2021).

Com essa saída teórica para pensar a respeito das lógicas, buscou-se a elaboração de um quadro conceitual pertinente ao caso das torcidas de futebol. Assim, o conceito de *socialidade torcedora* atravessará esta tese do começo ao fim. Com ele, pretende-se circunscrever precisamente os aspectos que conformam as relações sociais nas sociedades torcedoras. A elaboração desta categoria das discussões originadas na etnologia das terras baixas da América do Sul, com destaque para a obra de Pierre Clastres, como veremos em detalhe no **Capítulo 4**. A noção de socialidade, além de tributária desta antropologia política, ajudará a visualizar as dinâmicas que operam e as tendências que orientam os coletivos de

torcedores. Além disso, a proposição de um conceito próprio para o fenômeno da formação de torcidas de futebol permitirá estabelecer um eixo de comparação entre os diferentes grupos que existem atualmente no contexto brasileiro. Conforme demonstrarei adiante, diferentes contextos históricos e sociais fizeram parte da composição do atual cenário das torcidas, o que configurou relações específicas entre os clubes e a variedade de organizações torcedoras em seus entornos. Essa compreensão é uma espécie de pano de fundo da tese apresentada aqui, porém será melhor percebida nos **Blocos III e IV**, quando veremos de forma pormenorizada as duas tendências de formação de torcidas: quando os clubes as organizam; e quando os torcedores se organizam para frequentar seus clubes.

1.2. Etnografia com as torcidas do Internacional

1.2.1. O QUE É UMA TORCIDA ORGANIZADA, AFINAL?

Em uma manhã do final do inverno de 2018, Juan Ahumada, que então ocupava o cargo de Diretor de torcidas do Internacional, permitiu que eu acompanhasse os preparativos do clube em relação às torcidas organizadas para uma partida do Campeonato Brasileiro daquele ano. O jogo aconteceria às 16 horas para um público que superaria os 30 mil torcedores. Era o primeiro ano do Internacional na primeira divisão depois de seu rebaixamento. De forma improvável, o time aparecia nas primeiras posições da classificação em uma disputa ponto a ponto contra adversários com maiores expectativas de título. Comparando com os anos de 2016 e 2017, quando seus péssimos resultados motivaram o acirramento de protestos da torcida e de cobranças a jogadores e dirigentes, o clima era de tranquilidade.

Quatro horas antes da partida, fui recebido, no setor administrativo, enquanto ainda sucedia uma reunião com os representantes das torcidas. Na antessala, aguardava ser chamado e observava os transeuntes apressados: funcionários do clube sobretudo, mas também pessoas vinculadas a Consulados que

apareciam para buscar os ingressos de seus afiliados e inclusive um ex-jogador do time que ganhou a Copa do Brasil em 1992.

Minha espera durou em torno de trinta minutos até que vi as lideranças das torcidas deixando a sala de reunião e reconheci meu interlocutor. Apresentei-me e fui levado a uma segunda sala. O espaço era calmo e reservado. Nos sentamos ao redor de uma mesa e tivemos quase uma hora para conversar sobre sua trajetória pessoal e suas atuais funções no clube.

Conforme me contou, ele próprio havia sido membro da torcida Guarda Popular, especialmente na época do antigo Beira-Rio, portanto antes de sua reforma em 2012. Juan disse que seu trabalho era o de “logística”, um termo que até então eu não tinha escutado dentro daquele contexto, desempenhando atribuições que possibilitavam a atuação da torcida nos jogos.

Nossa conversa, no entanto, foi se direcionando sobretudo à sua chegada à política institucionalizada do clube. Conforme contara, havia se aproximado do movimento O Povo do Clube (PdC), uma espécie de partido político no Internacional fundado em 2012, precisamente dentro do contexto da reformulação do estádio colorado. O grupo se lançou pela primeira vez às eleições do clube em 2016 e, surpreendentemente, conseguiu a segunda maior votação para o Conselho Deliberativo. Com 18,21% dos votos válidos superou a cláusula de barreira e elegeu 43 dos 150 conselheiros titulares que deveriam ser renovados para o biênio 2017-2018¹³.

Vamos tratar mais detidamente sobre o movimento político de torcedores no **Capítulo 7**, em um momento mais oportuno quando adentrarei os meandros da política institucional nos clubes de futebol. Por ora, importa salientar que uma das reivindicações principais desse movimento era a de que o Internacional fizesse do Beira-Rio um estádio “democrático” e com “clima de futebol”. Em 2017, com o clube vivendo grave crise na segunda divisão do campeonato nacional, uma concessão da

¹³ Cf. “Chapa 2, liderada por Marcelo Medeiros, vence Eleição 2016”, disponível em <http://www.internacional.com.br/conteudo?modulo=2&setor=18&codigo=36884> (acessado em 14/03/20).

direção à oposição conduziu Juan ao cargo de diretor de torcidas. Seu trabalho consistiria em fazer a mediação entre a direção do Inter e as torcidas organizadas com o objetivo de proporcionar um “ambiente de jogo”. Nas reuniões com as torcidas, sempre nos dias das partidas, cabia a ele definir com as lideranças acordos sobre como funcionaria o acesso dos torcedores, quais materiais poderiam ser usados além de outros aspectos que envolvessem diretamente o Internacional.

Ao contrário do que eu então imaginava, havia um número definido de torcidas organizadas. Sobre isso, Juan afirmou enfaticamente que eram apenas cinco: Camisa 12, Força Independente Colorada (FICO), Nação Independente, Guarda Popular e Força Feminina Colorada (FFC). Todas elas reconhecidas enquanto tais pelo Inter. Do ponto de vista da formalidade, isso implicava em uma institucionalização da relação entre as partes: para formar uma torcida e frequentar o estádio com bandeiras, instrumentos musicais e outros adereços era necessário o reconhecimento burocrático; ao mesmo tempo, para se tornar um torcedor organizado reconhecido era preciso associar-se ao clube, além de fazer um cadastro específico com biometria na Central de Atendimento ao Sócio (CAS), indicando seu vínculo com determinada torcida.

Perguntei ainda se também seriam atribuições de seu cargo mediar ou se responsabilizar por eventuais problemas provocados nas torcidas: brigas, depredações ou outros eventos que pudessem prejudicar judicialmente ou desportivamente o clube. Juan respondeu que, nestas circunstâncias, cabia a seu setor estabelecer um diálogo com o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) para a responsabilização individual de torcedores. Nos anos recentes, em casos de distúrbios, as torcidas vinham sendo suspensas preventivamente até que entregassem os nomes dos torcedores causadores dos atos isolados. Depois dessa permuta, encerrava-se a suspensão. Juan falou sobre o que considerava uma mudança na política de controle das torcidas: antes a intervenção do poder público era mais dependente do policiamento ostensivo da Brigada Militar. Os grupos torcedores acabavam sendo generalizados e responsabilizados coletivamente; mais recentemente, com a entrada do MPRS, o controle passou a ser feito mais à distância e em parceria com os clubes de futebol que se tornaram competentes para a

vigilância e identificação de torcedores. Além disso, as responsabilidades passaram a ser individualizadas

As informações de que havia um número restrito de cinco torcidas organizadas e de que o clube atuava em conjunto com o Estado, obtidas logo nas primeiras incursões etnográficas no momento de planejamento do projeto de tese, teria impactos decisivos logo na fase inicial da pesquisa. Minha expectativa naquele ponto, baseada em minha experiência prévia como torcedor comum, era escutar que um clube como o Internacional tem uma quantidade incontável de torcidas organizadas, que esses grupos se formam sem o controle da instituição e, nesse sentido, sem qualquer tipo de vínculo legal entre essas partes. Afinal, para além das torcidas organizadas mais famosas e de suas bandas, eu estava acostumado a ver pelo estádio e arredores grupos menores identificados por faixas, camisetas ou adesivos, que surgiam e desapareciam em questão de meses. Nesse momento, eu começava a entender que, para o Internacional, o controle das torcidas, tanto no que se refere às regras de conduta no estádio quanto ao monitoramento numérico desses grupos, era relativo somente às “torcidas organizadas”, em um sentido estrito do termo e talvez estivesse sendo orientado até pela relação com agentes externos ao futebol, como a interlocução com o Ministério Público local e com a polícia, a partir de suas demandas de identificação das “torcidas” e dos “torcedores organizados” do clube.

Ao mesmo tempo, percebia que outras associações de torcedores eram ignoradas nos níveis oficiais do clube: a torcida Roots, cuja imagem importa a temática do reggae para o futebol, tendo como símbolo uma adaptação do Saci, mascote colorado que, nesta versão, aparece usando dreads, roupas em cores verde, amarelo e vermelho, além de fumar, obviamente; o grupo Coluna Vermelha, que não se define como uma torcida, mas que busca aglutinar torcedores simpáticos às bandeiras do antifascismo; ou a barra brava Os Donos da História, dissidência da Guarda Popular organizada por antigas lideranças desta, que frequentou o setor superior sul do Beira-Rio entre os anos de 2015 e 2016. Havia ainda os Consulados do clube, grupos de torcedores que se organizam fora de Porto Alegre, presentes em todos os jogos no Beira-Rio, além das partidas em outras cidades, estados e países.

Ficava evidente que havia uma noção – com aspas – de “torcida organizada” que dizia respeito aos grupos oficializados. Por outro lado, considerando que a pesquisa avançava em direção ao problema da política nas torcidas de futebol, se mostrava interessante dar um passo atrás no sentido de definir quais grupos de torcedores estariam ao alcance deste estudo. Essa noção de “torcida organizada”, além de não servir à categorização de muitas outras formas de associação torcedora, se mostraria um conceito datado e localizado, dificultando um esforço antropológico de comparação com outros momentos históricos e até outros contextos nacionais, onde são usadas outras categorias para identificar os conjuntos de torcedores.

Com a proposta de avaliar as lógicas que orientam os movimentos de formação e de dissolução dos agrupamentos torcedores no decorrer da história do futebol de Porto Alegre, um caminho possível para uma abordagem mais ampla do tema seria o de deixar de lado a categoria “torcida organizada” como foco da análise, passando a outra: as sociedades torcedoras, categoria mais aberta e inclusiva que compreende um leque infinito das chamadas formas coletivas do torcer (Toledo, 2002).

1.2.2. IMPLICAÇÕES DA ETNOGRAFIA DE UM “PROBLEMA SOCIAL”

Tendo em conta a necessidade de delimitar o que são as torcidas de futebol, acima vimos que esse termo é usado mais corriqueiramente para nomear agrupamentos específicos de torcedores. A percepção do que são essas torcidas organizadas atualmente também está muito vinculada à ideia de que são grupos violentos. Neste sentido, o campo estudado muitas vezes é tratado publicamente de maneira generalizada como um “problema social” que demanda a proposição de soluções.

Entendo que é importante fazer o reconhecimento da presença desse componente durante a elaboração e a execução da pesquisa apresentada aqui, visto que há condicionamentos derivados dele que influenciaram diretamente sobre os acessos permitidos ao pesquisador e, ainda, sobre a expectativa a respeito dos resultados da pesquisa.

Quanto a este segundo ponto, Ingold (2017) repensou, através da abordagem da etnografia, a antropologia e as pretensões desse conhecimento. É crucial não as confundir e tampouco simplifica-las em uma relação de meios e finalidades, em que a primeira seria uma via para a segunda. A etnografia, segundo ele, poderia ser compreendida enquanto um modo de aprender e de se corresponder com as pessoas; pode ser pensada enquanto um compromisso ontológico. A antropologia, por sua vez, não deveria se satisfazer com a mera “reprodução” ou “tradução” da diferença. Vejamos o seguinte trecho:

Anthropology is nothing if not speculative, and I want to cherish and protect the intellectual freedom I have, as an anthropologist, to speculate on the conditions and possibilities of human life in this world. Of course I must be prepared to back up my position with reason, argument, and evidence. But I should not have to validate it by pretending that the arguments I am putting forward, and seeking to defend, are actually distillations of the views of the people among whom I have worked and studied. Indeed, I might profoundly disagree with them. Participant observation can be uncomfortable, and we certainly don't have to go into it thinking that everything the people tell us is true or wonderful. They may do or say things that we find awful or abhorrent. Our task, then, is not to mask this abhorrence with a veil of sympathy, or present an artificially sanitized account of their words and deeds, but directly to take issue with them (Ingold, 2017, pp. 23-24).

Em vez da condescendência de “dar voz” ao “outro”, em vez de esconder-nos atrás de outras vozes, a liberdade intelectual para especular sobre as “condições e possibilidades da vida humana”, com base em argumentos e evidências. Esta é a contribuição esperada por esse autor para a antropologia. Podemos, com isso, evitar a busca pelo “sentido último” de práticas supostamente “estranhas” e consensuais, negar a exotização da alteridade, aceitando sua complexidade, seus conflitos e suas transformações, sobretudo quando consideramos a necessidade de reposicionar a relação nós/eles em uma época de “antropologias reversas” (Maluf, 2010; Goldman, 2011a)

Faço essas ponderações pois entendo ser impossível ignorar as atuais discussões públicas sobre as torcidas organizadas, suas reverberações sobre a tese proposta e a potencial devolutiva desta para o debate. Há hoje grupos que sugerem

bani-las ou proibi-as porque as percebem como espaço para a práticas de crimes; grupos que as romantizam, por considerarem estes os torcedores mais verdadeiros; grupos que demandam suas transformações para dar fim ao machismo, à homofobia e às violências que reproduzem.

Por certo, questões dessa ordem sempre atravessaram as propostas de investigação, tanto na antropologia como em outras áreas, o que legou reflexões que devo considerar. As torcidas não são o primeiro tema – percebido como um problema social – cujo posicionamento de seus pesquisadores é demandado com recorrência, reacendendo o dilema entre as formas de intervir no campo estudado. Abu-Lughod (2012) explorou a questão analisando as leituras salvacionistas sobre as mulheres muçulmanas, em especial as afegãs que fazem uso da burca. Segundo sua abordagem, há, nos contextos em que a vestimenta é usada, uma diversidade de significados que por certo é desconhecida para a fórmula etnocêntrica que a reduz enquanto a simples opressão da mulher. Por outro lado, as leituras de um relativismo cultural irrestrito sugeririam a inação pela presunção de que os significados locais são compartilhados homogeneamente. Para ela, por trás deste segundo entendimento, prevalece uma lógica de oposição entre Ocidente e Islã, enquanto mundos fechados em si mesmos. Uma incompatibilidade entre “nós” e “eles”.

As soluções propostas pelo Ocidente liberal, como definiu a autora, provavelmente não são aquelas desejadas pelas mulheres muçulmanas. Configuram-se muito mais como uma espécie de ação missionária cristã, ainda que sob a roupagem dos direitos humanos. Isso nos aponta para a necessidade de reconhecer a diferença, porém, em um sentido que não aquele do relativismo cultural:

O que advogo é o trabalho duro envolvido em reconhecer e respeitar as diferenças – precisamente como produtos de diferentes histórias, como expressões de diferentes circunstâncias e como manifestações de desejos diferentemente estruturados. Nós podemos querer a justiça para as mulheres, mas podemos aceitar que pode haver ideias diferentes sobre a justiça e que mulheres diferentes podem querer, ou escolher, futuros diferentes daqueles que vislumbramos como sendo melhores? (Abu-Lughod, 2012, p. 462).

Nos debates do futebol, há uma série de vozes apontando soluções especialmente para o “problema” da violência das torcidas. Incluem-se aí algumas posturas – que compreendo serem – salvacionistas, no sentido definido por Abu-Lughod (2012). Isto é, são “soluções” generalizadas, porém formuladas desde uma experiência muito particular do esporte, que ignoram a diversidade de participação nos estádios. Trago a discussão enquanto questão metodológica por compreender que o componente moral necessariamente se faz presente no trabalho antropológico e que, justamente por isso, não deve nos levar a posições “favoráveis” ou “contrárias” a ele. Repensando o debate entre D’Andrade (1995) e Schepher-Hughes (1995), em que esta defendia o compromisso político do pesquisador e aquele colocava a moral em posição incompatível com a objetividade do conhecimento, Fassin (2019) propunha uma antropologia moral, atenta para abordar os fundamentos culturais das distinções entre bem e mal, o que inclui considerar também os valores do próprio pesquisador.

Em outras palavras, entendo que não está ao alcance deste trabalho elaborar “soluções”, mas, em vez disso, adentrar a heterogeneidade das formas coletivizadas do torcer, de tal modo que seja possível, recuperando Ingold (2017), especular sobre as possibilidades de experiência do futebol para com isso acrescentar algo aos debates que envolvem as torcidas. Neste sentido, torcedores, torcedoras e torcidas têm suas próprias considerações a respeito das questões que envolvem seus cotidianos. Esta etnografia, na medida em que atuou em diferentes frentes no decorrer de quatro anos de pesquisa, com distintos níveis de interlocuções desde dirigentes a torcedores, nos campeonatos masculino e feminino, em grupos de Porto Alegre e do interior do estado, tenta, ao longo de seus capítulos, trazer muitas destas compreensões – às vezes conflitantes – e fornecer mais elementos para as discussões contemporâneas sobre o torcer.

1.2.3. SEGREDOS E VIGILÂNCIA DO ANTROPÓLOGO

Durante janeiro de 2020, acompanhei, através de um telejornal local, a operação do MPRS que cumpriu 16 mandados de prisão preventiva, além de buscas e apreensão contra torcedores organizados do Internacional em Porto Alegre e região

metropolitana. A ação, segundo a apuração da reportagem, foi motivada por um confronto que envolveu membros de três torcidas ao fim do jogo contra o Atlético Mineiro, disputado um mês antes¹⁴.

O vídeo da briga, obtido das câmeras de segurança, era exibido em repetição no noticiário¹⁵. Nele, via-se um torcedor caído, aparentemente inconsciente sendo chutado por outros dois. Uma multidão se deslocava arremessando pedaços de ferro e de madeira. Tudo isso acontecia no pátio do Beira-Rio. Enquanto as cenas eram reprisadas, o comentarista na bancada afirmava:

Isso não tem nada a ver com futebol. Essas pessoas não são torcedores. Torcedor é quem vai lá para torcer, eventualmente vaia, aplaude o seu time. Vai lá para ver futebol. Isso é bandidagem. Isso só aconteceu porque se demorou muito nesse combate. Agora a gente tem que aplaudir o Ministério Público que tá cumprindo exemplarmente com a sua função. O futebol é um espetáculo que tem que ser familiar. Tem que ter criança, tem que ter família, tem que ter o vovô, a vovó. Tem que ter pipoca, algodão doce, tudo de bonito que tem no futebol¹⁶.

No mesmo dia, o Juizado do Torcedor de Porto Alegre decidiu suspender preliminarmente tanto a Guarda Popular como a Camisa 12, as duas torcidas envolvidas, dos estádios pelo período de 120 dias em razão da participação no episódio. Considerando a gravidade das imagens, alguma punição já era esperada entre os torcedores com quem eu convivía. As prisões, no entanto, se converteram no principal assunto das últimas semanas daquele mês, poucos dias antes da ansiada estreia do Internacional na Copa Libertadores. Nas rodas de conversa, comentava-se menos sobre o jogo e mais a respeito dos conhecidos que haviam sido levados e as adversidades que poderiam estar passando, eles e suas famílias, em decorrência daquilo.

¹⁴ Ver “MP prende torcedores envolvidos em briga no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre” em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/17/mp-cumpre-mandados-de-prisao-contra-torcedores-envolvidos-em-briga-no-estadio-beira-rio-em-porto-alegre.ghtml> (acessado em 25/10/20).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Comentário do jornalista Túlio Milman, *Jornal do Almoço*, 17/01/20. Transcrição minha.

Por meio de sua conta de Instagram, a Guarda Popular se manifestou logo após os incidentes. Em 11 de dezembro, atribuía os “atos violentos” a grupos menores pertencentes às torcidas e pedia desculpas. O incidente, segundo a nota, contrariava a vontade das lideranças de ambas as organizadas que, ao lado da Diretoria de Torcidas do Internacional, vinham trabalhando para um “clima pacífico” e “de parceria” entre as partes. Em fevereiro, desta vez após as prisões, a Guarda Popular voltou a fazer um comunicado na mesma rede social. O tom era outro e critica o Ministério Público:

(...) Nas casas noturnas, nos finais de semana no litoral, no trânsito, infelizmente, acontecem momentos como o que presenciamos naquele fatídico dia. Mas com o torcedor o peso é outro! Na ânsia em dar resposta a nossa sociedade, um inocente foi preso, ficando 12 dias privado de sua liberdade sem nem mesmo estar no local no dia da partida. Isto é inaceitável, com toda a tecnologia para identificação dos torcedores. Queremos nossos irmãos de volta, para os mesmos poderem provar que são plenamente capazes de ter uma conduta diferente. Confiamos na justiça e no bom senso de todos que estão conduzindo este processo. Nada vai nos separar!¹⁷

O nome do torcedor que não teria estado no confronto não é citado pelas notas divulgadas. Nas conversas que tive com os torcedores, falava-se que teria sido a liderança de um dos comandos que hoje conformam a Guarda Popular. O anonimato para o público externo é recorrente na torcida. Demais publicações em Youtube, Instagram ou Facebook raramente apresentam rostos ou nomes. O grupo interdita, ademais, o registro de imagens na banda e a grande parte dos espaços usados por torcidas são restritos: ensaios, viagens, e a própria área ocupada no estádio.

O resguardo do anonimato parece caminhar junto a um controle da informação e das condutas. Podemos atribuir isso a pelo menos dois fatores: primeiro, à forma como as torcidas são percebidas por outras pessoas, especialmente entre os demais torcedores, os noticiários e o Ministério Público; segundo, à necessidade de se proteger de outras torcidas.

¹⁷ Nota oficial da torcida no Instagram @popularoficial, postagem em 03/02/20.

O primeiro motivo talvez seja o mais explícito. Comentários como aquele referente aos mandados de prisão cumpridos contra os torcedores são a normalidade, cristalizada por uma análise que dificilmente supera o bordão que se repete a cada incidente indesejado envolvendo jogos de futebol: “eles não são torcedores, são marginais”. Há uma imagem depreciativa bem consolidada a respeito desses grupos em parte pelo uso da força física e da intimidação contra rivais, dirigentes e jogadores. Além disso, a acusação de interesse político ou econômico contra as lideranças sugere ainda a pura e simples corrupção dos valores amadores que deveriam orientar um envolvimento desinteressado dos apoiadores com o jogo.

“As coisas erradas”, ou “a parte ruim”, acontecem em muitos outros momentos da vida social, conforme ouvi com recorrência de meus interlocutores. Eles se referem à violência e sobretudo à participação de alguns membros em atividades ilícitas. Essa compreensão comum na torcida informa sobre um conjunto de condutas desejadas e indesejadas. Quando o grupo compara seus “problemas” com as brigas de trânsito ou das casas noturnas e sugere estar sendo alvo de perseguição, nos indica orientar-se por outras moralidades, dissonantes em relação ao juízo de pessoas não vinculadas a torcidas.

O segundo motivo para a dificuldade de acesso a essas torcidas, acredito estar ligado diretamente ao caráter conflituoso com outras agrupações torcedoras. A visibilidade de um grupo carrega uma ambiguidade: por um lado, permite realizar mais ações como viagens, confecção de materiais e idas a jogos. Por outro, coloca um alvo sobre seus participantes.

Naquele mês de dezembro, também acompanhei uma situação que chamou a atenção exatamente por isso. Na época, participava de um grupo de WhatsApp que reunia pessoas identificadas como antifascistas e relativamente alinhadas a pautas que definiam como pertencentes à militância de esquerda no futebol. Eram aproximadamente 150 pessoas e formavam um grupo heterogêneo que certamente não se classificava como uma torcida. Alguns faziam parte de organizadas, outros de partidos ou movimentos políticos. Lá, uma participante compartilhou uma reportagem recém-publicada sobre torcidas antifascistas no Brasil. O texto divulgava informações sobre elas e as definia enquanto novas torcidas organizadas. Houve um

debate em seguida e muitos concordaram ter sido uma irresponsabilidade a exposição dos grupos antifascistas. Segundo um argumento defendido, a referência a nomes poderia levar a intimações judiciais em razão de alguma outra atividade do grupo. O perigo da exposição também se estendia à possibilidade de ataques advindos de outras torcidas, mesmo em momentos ou lugares da cidade fora da temporalidade do jogo de futebol.

O que sinalizo com isso, para a reflexão metodológica que faço aqui, é que estes fatores impuseram condições que não puderam ser ignoradas. O trabalho de campo, em um contexto onde as pessoas convivem diretamente com a possibilidade de se envolverem em confrontos físicos ou até de serem presas é, por certo, afetado por esse fator. Creio que o efeito mais imediato sobre isso é o de confidencialidade como uma marca do ambiente das torcidas organizadas. Por consequência, na etapa dedicada à pesquisa com a torcida barra brava do Internacional, delimitaram-se espaços e pessoas às quais fui autorizado a acessar. Reuniões com a Brigada Militar ou com dirigentes do clube estiveram fora de alcance. São situações restritas inclusive para a maioria dos membros das torcidas, o que me condiciona a abordá-las somente a partir dos relatos. Os ensaios da banda, aulas de música e as excursões também são situações cuja participação depende de um controle. Novamente nem todos são autorizados e minha presença estaria condicionada à alguma forma de negociação. Nesse sentido, demarcar minha posição enquanto pesquisador, reiterando que circulação dessa pesquisa acontecerá no âmbito acadêmico – e não em jornais –, permitiu minha presença, possibilitou contatos informais com alguns torcedores e encorajou a fala em meus interlocutores.

1.2.4. PESQUISAR “EM CASA”?

A familiaridade do pesquisador com o tema pesquisado também tem mobilizado os debates metodológicos na antropologia, levando a questões sobre distanciamento e objetividade do conhecimento. No caso de minha experiência, a proximidade com o futebol, esporte que pratiquei desde a infância, assim como o “coloradismo” que compartilho com meus interlocutores, fizeram parte de minha entrada etnográfica.

Quanto a esse nível de proximidade nas relações de pesquisa, recordo-me que Strathern (2014b) discutiu a respeito do termo autoantropologia, ou antropologia feita “em casa”, para perguntar: como se aproximar e se afastar da alteridade? Como pensar a pesquisa dentro da sua sociedade? Como construir conhecimento antropológico quando se pensa a “própria sociedade”?

A autora manifestava sua desconfiança a respeito dessa posição dualista e excludente que o antropólogo viria a ocupar, colocando-se ou dentro ou fora da sociedade. De início: é factível determinar os limites da sociedade? Como poderíamos definir quem está dentro e quem está fora? Seriam as sociedades totalidades autocontidas em que seus integrantes dominam normas, conhecimentos e habilidades de forma homogênea?

Para tanto, seria necessário assumir uma concepção de sociedade apoiada sobre o binômio que toma o indivíduo como sua contradição (Strathern, 2014a; Viveiros de Castro, 2012). Isso naturalizaria o emprego de determinados conceitos em alguns contextos e, por consequência, sugeriria sua intransponibilidade para outros. Strathern (2014b) enfim propõe que, em lugar de totalidades excludentes, pensemos desde uma noção de *continuum*. Em suas palavras:

As credenciais pessoais do(a) antropólogo(a) não nos dizem se ele(ela) está em casa nesse sentido. Mas o que ele(ela) afinal escreve diz se há continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas (Strathern, 2014b, p. 134).

Enquanto um torcedor de futebol, ademais pertencente ao mesmo clube que meus interlocutores, eu poderia simplesmente reduzir a questão afirmando fazer antropologia “em casa”, em “minha sociedade”. Porém há inúmeras maneiras de torcer e, além disso, uma variedade de marcações sociais e atravessamentos de gênero, classe, raça, geração e outros, o que indica que meu coloradismo não seja necessariamente o mesmo que o de meus interlocutores.

Não considero que o pertencimento ao Internacional e até mesmo o gosto pregresso pelo futebol fossem condições necessárias para a pesquisa. E, tampouco o oposto, isto é, que esses aspectos sejam impeditivos. Estes fatores, por si só não são

a garantia de qualidade aos resultados da pesquisa. Entendo que as relações que estabeleci e as formas como fui percebido no trabalho de campo me colocaram em condições de acompanhar algumas situações, enquanto que outras não. Por não ter um histórico de participação em torcidas organizadas, sendo então um desconhecido para os grupos que acompanhei, minhas entradas em campo dependeram diretamente da indicação de diferentes contatos pessoais, que afixaram minhas credenciais e interesses de pesquisa. No caso da entrada etnográfica na barra brava e nos Consulados, por exemplo, negocieei minha participação com torcedores que submeteram minha proposta às lideranças ou chefes de seus grupos. As escolhas desses interlocutores, seus convites, suas autorizações e suas teorias guiaram os encontros – e o texto etnográfico – conforme veremos nos capítulos posteriores.

Ao mesmo tempo, esse pertencimento clubístico compartilhado com meus interlocutores foi um componente de minha pesquisa. É impossível saber quais acessos teriam sido permitidos ou negados caso meu vínculo clubístico fosse outro. Ainda assim, recordo-me de um momento em que tive minha identidade questionada um pouco em tom de brincadeira, um pouco a sério. Enquanto eu me apresentava como pesquisador a pessoas que não conhecia, fui indagado: “Mas tu é colorado?”, ao que concordei. Escutei de volta: “Não sei, não. Tu não assumiria que é gremista aqui, né?”.

No contexto da pesquisa, percebia que vestir a camiseta do Inter e frequentar o estádio não atestavam meu pertencimento do mesmo modo que participar de discussões sobre a fase do time ou, melhor ainda, lembranças de equipes antigas, jogadores pouco conhecidos e curiosidades históricas. Se a presença do pesquisador causa alguma desconfiança em determinados campos de estudo, neste caso, o risco é duplo pois além de etnógrafo, o pesquisador pode ser torcedor de outro time, inclusive do maior rival, o que, no futebol, provoca o receio de que as informações fornecidas possam ser usadas para desprestigiar a torcida estudada.

Aparte a peculiar necessidade de reafirmar meu coloradismo eventualmente, situação pela qual outro torcedor não precisaria passar, meu pertencimento clubístico ocupou um papel importante na pesquisa à medida em que pude recorrer

ao meu círculo pessoal para obter contatos e interlocuções com pessoas vinculadas aos grupos que faziam parte de meu interesse etnográfico. Ao longo do período da pesquisa, realizei cerca de 50 idas a jogos das modalidades masculina e feminina em diferentes estádios. Uma parte considerável dessas incursões foram feitas na companhia de amigos, não necessariamente pesquisadores, mas que foram constantemente acionados como informantes. Além de compartilharem comigo suas experiências progressas nos estádios, ajudaram a expandir minha rede de conhecidos e interlocutores. Na segunda metade do trabalho de campo, tive ajuda da antropóloga – e colorada – Elisa Oberst para estabelecer o diálogo com torcedoras da Força Feminina Colorada e formular hipóteses a respeito da participação de mulheres nas torcidas de futebol.

Em geral, foi pela via dos contatos pessoais que rapidamente fui aceito nos diferentes coletivos com que dialoguei. Mesmo recorrendo a pessoas próximas, busquei trabalhar com a maior diversidade possível de informantes no que diz respeito a seus pertencimentos sociais.

1.2.5. UM OLHAR EM DIACRONIA

Apoiada sobre diferentes inserções de campo entre os anos de 2018 e 2022, a tese que apresento aqui tem um caráter profundamente etnográfico. Ela inclui interlocuções duráveis com membros da Guarda Popular (entre 2019 e 2020), do Consulado do Internacional em Santiago (entre 2021 e 2022), assim como observações reiteradas nos estádios de Internacional e Grêmio (de 2018 a 2022), entrevistas com dirigentes, funcionários e torcedores comuns de ambos os clubes, além de participação em redes sociais e grupos de WhatsApp usados pelas torcidas. Com esse longo trabalho de campo, busquei obter um quadro amplo das formas de vínculo torcedor no futebol de espetáculo em Porto Alegre, de modo a perceber a diversidade de torceres em função de fatores como gênero, raça, classe, geração, além de outros.

Com a proposta de pensar a respeito da formação do social nas torcidas de futebol, aquilo que temos chamado por socialidades torcedoras, entendi que uma análise que empregasse somente o presente etnográfico, ignorando a cada vez maior

literatura sobre a história do futebol e das torcidas, ofereceria uma contribuição muito circunscrita à minha experiência. Nesse sentido, a pesquisa sobre outros momentos históricos e os processos que conformaram tanto o surgimento dos clubes de futebol, como de seus torcedores e torcidas, apareceu como um recurso valioso para exceder – em direção a outras épocas – o alcance das comparações entre as associações torcedoras. Com isso, fez-se possível, além de observar com detalhes os desdobramentos que culminaram nas várias torcidas de Internacional e Grêmio, avaliar os contextos e a composição dos estádios de futebol desde uma perspectiva diacrônica.

Uma retomada histórica se justifica também pois, embora alguns dos grupos mencionados ao longo da pesquisa estejam em atividade há décadas, seria inapropriado desconsiderar as transformações nos estádios e nos clubes de futebol. A Camisa 12, por exemplo, é uma torcida que foi fundada em 1969 justamente quando o Internacional deixou o modesto Estádio dos Eucaliptos, passando ao Beira-Rio. Ela segue ativa nos dias atuais, no entanto, devemos considerar que, hoje, passou pelo processo de “arenização” da última década, com a consolidação dos programas de sócio-torcedor, inexistente no século passado. Uma torcida com cerca de 50 anos de existência viu o crescimento de outras coletividades organizadas com as quais viria a dividir os setores do Beira-Rio. Assim, decorridos tantos anos, é plausível considerar que os entendimentos sobre o que é uma partida de futebol e uma torcida organizada tenham mudado, da mesma forma que as etiquetas e os comportamentos têm sido modificados década após década.

Privilegiando alargar a discussão sobre as torcidas, recorri a uma espécie de arqueologia do torcer que atravessa toda a tese, mas que se destaca principalmente no **Capítulo 2**, quando busco apresentar as origens dos clubes de futebol e de suas primeiras torcedoras – este detalhe é importante, como veremos, esta atribuição era dada principalmente às mulheres no começo do século XX. Nos demais capítulos, também lanço mão desse recurso, sempre tentando contextualizar o material etnográfico a partir de processos mais amplos. Emprego esse recurso também nos **Capítulos 5, 6, 7 e 8**, ao analisar diferentes tendências de organização das torcidas

no Brasil, sempre traçando eventos e contextos que marcaram as relações entre os clubes de futebol e suas torcidas.

A pretensão disso não é a de produzir explicações com efeitos de causalidade do passado para o presente, mas pensar a respeito do surgimento de determinadas categorias – entre elas, o torcer – e de sujeitos históricos, avaliando, a partir de um olhar em diacronia, como podem reverberar no quadro atual deste esporte. Trata-se, ao fim, de contextualizar para compreender como associados, torcedores, cômputos, conselheiros, dirigentes, além de tantos outros sujeitos, figuram no desenvolvimento histórico dos clubes do futebol brasileiro.

Considerando a pandemia da Covid-19, a pesquisa documental poderia ser encarada como uma alternativa para as restrições sanitárias que inviabilizaram o trabalho de campo presencial nos estádios entre 2020 e 2021. Esta etapa, porém, já havia sido planejada antes da pandemia, precisamente pela compreensão de que seria importante obter materiais sobre o momento de formação das torcidas organizadas. Com o começo da pandemia, porém, os acessos, que vinham sendo programados aos arquivos dos jornais da cidade, bem como ao acervo do Internacional, foram também restringidos. Em função disso, tive que recorrer principalmente à literatura existente sobre as torcidas no Brasil, oriundas em larga medida de teses e dissertações nos Programas de Pós-Graduação em História ao redor do país. Outras fontes importantes vieram do diálogo extraoficial com historiadores do Museu Ruy Tedesco, do Sport Club Internacional, que cederam informações sobre as épocas menos documentadas do clube, além dos materiais arquivados sobre as torcidas do clube. Uma alternativa, ainda para obtenção de documentos do contexto do surgimento do futebol em Porto Alegre, foi a consulta ao acervo digital da Biblioteca Nacional, site onde o antigo jornal A Federação (edições de 1884 a 1937) se encontra disponível.

Capítulo 2

2. O associacionismo e o estatuto do torcer

O futebol apresentou configurações e desenvolvimentos bastante específicos de acordo com os contextos nacionais e os processos históricos de sua inserção ao redor do mundo. Não por acaso, as modalidades do torcer, as formas de agrupamento dos torcedores e os valores produzidos no contexto esportivo seguiram percursos também singulares em função de fatores históricos, sociais, econômicos e culturais. “Torcidas”, “associados”, “acionistas”, “ultras”, “barras”, entre outros, são todos personagens socialmente datados e localizados.

Sabendo disso, neste capítulo, apresento, com especial atenção para o caso de Porto Alegre (RS), as características da chegada deste esporte ao Brasil e de sua consolidação no decorrer do século XX, dando ênfase ao modelo de organização associacionista que predominou na formação dos principais clubes que, décadas mais tarde, monopolizariam tanto a prática do futebol de espetáculo quanto a preferência clubística dos torcedores no país.

O objetivo será contextualizar o que são e como se desenvolveram esses clubes e seus torcedores para então viabilizar uma reflexão sobre as formas pelas

quais esses atores se relacionam atualmente. Aqui, não pretendo propor uma investigação historiográfica destes processos no Brasil. Tal empreitada, ainda que legítima e de interesse acadêmico, não está dentro dos alcances de minha pesquisa. Para os propósitos desta tese, cujo interesse central é o de fornecer teorias etnográficas sobre como se formam e se desfazem as sociedades torcedoras no Brasil contemporâneo, resgato, a partir do olhar em diacronia, os elementos que constituíram o desenvolvimento das torcidas de futebol em um jogo praticado majoritariamente por associações civis que surgiram há pouco mais de um século.

Neste sentido, interessa-me destrinchar a figura do “torcedor” no futebol indagando a respeito da condição do torcer nesse esporte. Trabalho com a hipótese de que, muito embora o ato de torcer seja um elemento central na formação de comunidades de sentimento orientadas pelo pertencimento clubístico, ele não constitui um componente intrínseco da competição esportiva, disputada por clubes, equipes e jogadores. No caso dos países em que os clubes foram regidos pelo regime associacionista, a comunidade política que participa das instituições que disputam os circuitos futebolísticos, ainda que ocupada por pessoas que são torcedoras de seus clubes, é terreno de outra figura: o associado.

Em outras palavras, significa dizer que o que une milhões de pessoas em torno do coloradismo ou do gremismo é a essencialmente a vinculação torcedora pessoal a Inter ou a Grêmio. A arena política desses clubes, por outro lado, é definida e disputada pelos seus sócios, sujeitos por excelência dessas instituições, detentores de direitos e deveres, enquanto que a figura do “torcedor” inexistente institucionalmente. Isso não exclui nem anula o surgimento de associações entre torcedores à revelia – e em tensão com outros agrupamentos – do clube conforme tratarei nos capítulos posteriores.

Por enquanto, pensaremos como se deu a relação entre clubes e torcedores na primeira parte do século passado em quatro seções: (1) primeiro, avaliando como se constituiu a elite clubística do futebol brasileiro à qual se vinculam a maioria dos torcedores do país; (2) segundo, recordando como dois clubes porto-alegrenses passaram a monopolizar a preferência clubística dos gaúchos; (3) terceiro, analisando como, com a popularização do futebol, surgiram as primeiras

organizações de torcedores no futebol local; e (4) por fim, avaliando a condição do torcer no regime associacionista de futebol.

2.1. Brasil F.C., o país dos clubes de massas

2.1.1. O CIRCUITO FUTEBOLÍSTICO BRASILEIRO

No Brasil, mais de um século após a consolidação das primeiras competições citadinas e estaduais de futebol, o modelo jurídico das entidades esportivas que participam dos principais certames nacionais segue sendo, com amplo predomínio, o das associações civis sem fins lucrativos. São os chamados clubes de futebol.

[Eles] funcionan con un estatuto social donde se detallan las maneras de llevar a cabo los eventos formales tales como la elección de los dirigentes (quiénes votan, cómo deben hacerlo, cuáles son los requisitos para presentarse como candidatos o electores), la constitución de las asambleas de socios o las reuniones de la comisión directiva. [...]. Los socios participan en distintos eventos políticos y/o acuden a la sede social de sus clubes cada dos, tres o cuatro años para elegir a los dirigentes (presidente, vicepresidentes, secretarios, vocales). El asociacionismo condiciona favorablemente el despliegue de prácticas políticas en las entidades con fútbol profesional (Moreira, 2018, p. 140).

Trata-se de uma forma de organização institucional em que um corpo de associados é considerado como o proprietário legal da entidade. Do ponto de vista jurídico, esse conjunto de pessoas não reverte ganhos econômicos para benefício próprio. Além disso, vincula-se a esta sociedade seguindo as regras particulares da instituição e, via de regra, contribuindo com taxas de adesão e manutenção do título social. Tais contribuições não são tomadas como investimentos, gerando, em vez de retorno financeiro, uma relação de direitos e deveres, normalmente garantidos por um estatuto social que rege a entidade.

Embora seja preponderante entre as entidades mais exitosas, o modelo de organização associativa não é o único conhecido no futebol brasileiro. O país também comporta, dentre os mais de 600 clubes filiados à Confederação Brasileira

de Futebol (CBF) e suas respectivas 27 federações estaduais, os formatos de clube-empresa e, mais recentemente, de Sociedade Anônima do Futebol (SAF)¹⁸. Chama a atenção, no entanto, a longevidade do modelo associacionista, mesmo com os processos de mercantilização, massificação e empresarização do futebol de espetáculo (Kennedy & Kennedy, 2012; Llopis-Goig, 2014). No caso brasileiro, de modo similar a outros países, os clubes sociais recreativos desempenharam papel fundamental para a consolidação e difusão de costumes e práticas alinhados às tendências modernizantes do século XIX (Melo, 2001; Malaia, 2010).

A constituição dessas associações esportivas será retomada ainda neste capítulo, seções adiante, com especial destaque para o caso porto-alegrense. Por ora, gostaria de assinalar que não deixa de ser peculiar a persistência, sobretudo nos níveis mais elitizados do futebol brasileiro, de um formato que remete à sociabilidade urbana oitocentista e suas formas de enquadrar lazer, esporte e cultura. (Melo, 2001; Melo & Peres, 2017; Karls, 2017; Melo & Malaia, 2021).

Observemos, na seguinte tabela (*Tabela 1*), um quadro atual dos vinte clubes de maior torcida e suas receitas acumuladas ao longo da década passada. Os números considerados foram obtidos a partir de pesquisa divulgada pela Pluri Consultoria em 2020. Foram 12,7 mil entrevistas, levando em conta uma população estimada de 211 milhões de pessoas no Brasil, com uma margem de erro de 2,1%. A mesma pesquisa ainda citou Goiás (Goiânia, 800 mil), Paysandu (Belém, 630 mil), Remo (Belém, 540 mil), Vila Nova (Goiânia, 520 mil), Paraná (Curitiba, 420 mil), Avaí (Florianópolis, 410 mil), Náutico (Recife, 410 mil) e Figueirense (Florianópolis, 390 mil). Além disso, o número estimado de pessoas que não tem qualquer preferência clubística foi de 43,8 milhões, 20,75% da amostragem¹⁹.

¹⁸ A respeito dos diferentes modelos de propriedade das entidades futebolísticas, vale cf. a recém defendida tese de Irlan Simões (2022). Além de avaliar as transformações mais recentes do futebol contemporâneo, o autor propõe uma tipologia geral para definição dessas instituições considerando modelos jurídicos e aspectos políticos de cada caso. O estudo não se limita à análise do cenário brasileiro, mas avança sobre outros contextos nacionais.

¹⁹ Há uma quantidade significativa de pesquisas a respeito do tamanho das torcidas e outras poderiam ser mencionadas. A mais recente, realizada pela Sport Track, e divulgada em 2022 no relatório “Convocados: Finanças, História e Mercado no Futebol Brasileiro 2021” elaborado pela XP Investimentos, indica que a torcida do Grêmio já teria superado a do Vasco entrando nas cinco primeiras posições. No cenário mineiro, o Atlético também teria ultrapassado o Cruzeiro. O referido

Tabela 1: Lista dos 20 clubes de maior torcida do Brasil.

	<i>Clube</i>	<i>Cidade</i>	<i>Fundação</i>	<i>Modelo Jurídico</i>	<i>Número de torcedores²⁰</i>	<i>Receitas (2010-19)²¹</i>
1	Flamengo	Rio de Janeiro	1895	Associação	37,9 Mi	R\$ 4.15 Bi
2	Corinthians	São Paulo	1910	Associação	28,37 Mi	R\$ 3.57 Bi
3	São Paulo	São Paulo	1930	Associação	17,12 Mi	R\$ 3.32 Bi
4	Palmeiras	São Paulo	1914	Associação	13,12 Mi	R\$ 3.55 Bi
5	Vasco	Rio de Janeiro	1898	SAF desde 2022	9,65 Mi	R\$ 1.73 Bi
6	Grêmio	Porto Alegre	1903	Associação	8,03 Mi	R\$ 2.48 Bi
7	Cruzeiro	Belo Horizonte	1921	SAF desde 2022	7,24 Mi	R\$ 2.34 Bi
8	Internacional	Porto Alegre	1909	Associação	6,39 Mi	R\$ 2.64 Bi
9	Santos	Santos	1912	Associação	5,5 Mi	R\$ 2.23 Bi
10	Atlético	Belo Horizonte	1908	Associação	5,03 Mi	R\$ 2.24 Bi
11	Fluminense	Rio de Janeiro	1902	Associação	2,95 Mi	R\$ 1.82 Bi
12	Botafogo	Rio de Janeiro	1894	SAF desde 2022	2,82 Mi	R\$ 1.51 Bi
13	Bahia	Salvador	1931	Associação	2,68 Mi	R\$ 0.91 Bi
14	Sport	Recife	1905	Associação	2,42 Mi	R\$ 0.73 Bi
15	Vitória	Salvador	1899	Associação	1,5 Mi	R\$ 0.65 Bi
16	Athletico	Curitiba	1924	Associação	1,3 Mi	R\$ 1.47 Bi
17	Ceará	Fortaleza	1914	Associação	1,11 Mi	R\$ 0.33 Bi
18	Santa Cruz	Recife	1914	Associação	1,09 Mi	R\$ 0.19 Bi
19	Coritiba	Curitiba	1909	Associação	1,07 Mi	R\$ 0.83 Bi
20	Fortaleza	Fortaleza	1918	Associação	1 Mi	R\$ 0.28 Bi

material, porém, não divulgou a metodologia, número de entrevistas e margem de erro. Além disso, listou apenas os quinze primeiros times. Por essas razões, optei por não usá-lo aqui. Cf. <https://conteudos.xpi.com.br/relatorio-futebol-2022/> (acessado em 15/06/22).

²⁰ Número estimado de torcedores com base nos dados da Pluri Consultoria. Informação disponível em <https://www.pluriconsultoria.com.br/> (acessado em 12/06/22).

²¹ Números referentes às receitas acumuladas entre os anos 2010 e 2019, consultados no relatório “Evolução das receitas no futebol brasileiro”, realizado pela Pluri Consultoria. O mesmo foi publicado em 2020. Dados disponíveis em <https://www.pluriconsultoria.com.br/> (acessado em 12/06/22).

Dos vinte times ordenados pelo critério do número estimado de torcedores, Vasco, Cruzeiro e Botafogo, que também eram associações civis, foram recentemente adquiridos por proprietários e convertidos em Sociedade Anônima do Futebol (SAF), nos parâmetros da lei 14.193/21 que instituiu esta modalidade de governança e controle voltada diretamente para o futebol²². Nos três casos, tratavam-se de clubes tradicionais do circuito nacional que, em anos recentes, sofreram com endividamento e desempenhos esportivos aquém do esperado. É possível imaginar que além destes, outros, em breve, sigam o mesmo caminho²³.

Sem desconsiderar as mudanças em curso quanto à propriedade dos clubes, bem como a inserção de verdadeiras franquias multinacionais do futebol, como o Grupo City e os times da Red Bull²⁴, na América do Sul, gostaria de destacar outras questões a partir dos dados selecionados, lembrando que o interesse central desta tese é fornecer elementos para a compreensão das lógicas da formação de sociedades torcedoras no país. Neste sentido, quero trazer à discussão quatro aspectos importantes do ecossistema de torcidas do futebol brasileiro a partir do ranking das vinte maiores torcidas: (1) a persistência do modelo do “clube social oitocentista”; (2) a regionalização e a territorialidade; (3) a concentração de torcedores em torno de poucos clubes; e, por último, (4) a relativa estabilidade do quadro.

²² Antes desta lei já era possível constituir Sociedade Anônima nos marcos da lei Pelé. Com ela, o que se fez foi uma modificação para facilitar a conversão de clubes com expressivo número de associados, afinal a conversão necessita ser aprovada em assembleia de sócios.

²³ O tema já é debatido nos Conselhos Deliberativos de outras associações. Bahia e Atlético Mineiro, por exemplo, são clubes que indicam que a mudança de forma jurídica é iminente. Um balanço realizado em agosto de 2022 indicou que no primeiro ano da lei, haviam sido criadas 24 SAFs. Cf. “Após um ano de lei, Brasil tem 24 clubes SAF...”, disponível em <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/rodrigo-mattos/2022/08/11/apos-um-ano-de-lei-brasil-ja-tem-24-clubes-saf-e-ha-previsao-de-expansao.htm> (acessado em 11/11/22).

²⁴ Esses são dois importantes exemplos da atual fase de mercantilização do futebol. O primeiro deles, o City Football Group, é uma *holding* cujo acionista majoritário é o xeque de Abu Dhabi. Há cerca de 15 anos, esse grupo se dedica a comprar e criar entidades futebolísticas em diferentes países. A mais conhecida delas é o Manchester City que disputa a liga inglesa (*Premier League*) e as competições continentais da UEFA. Também fazem parte do conglomerado, New York City FC (Estados Unidos), Melbourne City FC (Austrália), Palermo Football Club (Itália), Montevideo City Torque (Uruguai), entre outros. O grupo Red Bull, da companhia austríaca de mesmo nome, é oriunda no ramo de bebidas, porém se especializou no mundo dos esportes adquirindo equipes de automobilismo e clubes de futebol. Fazem parte do grupo RB Leipzig (Alemanha), FC Red Bull Salzburg (Áustria), Red Bull Bragantino (Brasil), New York Red Bulls (Estados Unidos), além de outros.

No que se refere ao primeiro ponto, notemos que os ditos clubes de massas do país foram fundados antes do primeiro terço do século XX, décadas antes do aparecimento dos torneios nacionais. Alguns deles inclusive são anteriores à prática do futebol em suas cidades, tendo dedicado seus anos iniciais a outros esportes – o remo no caso de Botafogo, Vasco da Gama e Flamengo, e o críquete, no caso do Vitória. Considerando a lista dos vinte primeiros, tem-se um intervalo entre 1894 e 1931²⁵, o que coincide, quase com exatidão, com o período da Primeira República (1889-1930), ao passo em que a industrialização e a urbanização faziam uma transição da “cidade colonial” para a “cidade moderna” e viabilizavam a consolidação de diferentes práticas esportivas (Mascarenhas, 2014, pp. 79-101). Para além de um preciosismo com as datas de fundação das entidades esportivas que perduram até hoje, destaca-se uma forma muito específica de clube social.

Um segundo aspecto importante se refere ao desenvolvimento do esporte e à particular geografia do país nesse período. Com dimensões continentais e pouca integração entre seus principais centros urbanos, o futebol foi introduzido em diferentes pontos, tendo origens desconectadas entre si. O isolamento regional, combinado à criação tardia de um campeonato nacional que apareceu somente em 1971²⁶, também propiciou circuitos locais próprios e consolidados, de modo que várias cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e outras, tivessem maior interesse em seus times e rivalidades locais.

Em síntese, quando o futebol inicia sua larga difusão planetária (1880-1900), encontra no Brasil um território fragmentado e com diminuta base urbana: menos de um décimo da população vivia em cidades em 1900. Segundo Milton Santos, “o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em

²⁵ Incluindo os demais clubes mencionados na pesquisa e, alargando o recorte, as exceções são os goianos Goiás e Vila Nova, ambos criados em 1943, e Paraná, de 1989. No caso dos primeiros, vale recordar que estão localizados em Goiânia, cidade fundada somente em 1933. Quanto ao último, trata-se mesmo de um clube tardio, porém criado a partir da fusão de outros dois clubes locais anteriores.

²⁶ Ao contrário de muitos países onde as ligas nacionais se formaram ainda no começo do século XX, uma liga brasileira se formaria somente em 1971 sob o nome de Campeonato Nacional de Clubes. Antes disso, a Taça Brasil (1959-1968) e a Taça de Prata (1968-1970), que reuniam os campeões estaduais, viabilizaram um circuito interestadual. Essas competições são reconhecidas atualmente como as formas embrionárias do Campeonato Brasileiro.

grande parte por sua relação com o mundo exterior” (1993, p. 26). O autor afirma que a mecanização do território nacional a partir de meados do século XIX aumentou a fluidez interna, mas somente a partir de 1930 o território conheceria o início de sua integração efetiva, com uma urbanização cada vez mais envolvente. A adoção do futebol acompanha, em grande medida, essa lógica territorial (Mascarenhas, 2014, p. 56).

Em terceiro lugar, considero necessário destacar a massiva concentração de torcedores em torno de poucos clubes. De acordo com a pesquisa de predileção clubística usada anteriormente, os cinco primeiros ranqueados detêm a preferência de aproximadamente metade da população do país. Flamengo, Corinthians, São Paulo, Palmeiras e Vasco são clubes que não apenas dividiram a preferência dos torcedores das metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, como ainda se expandiram significativamente para todas as regiões do país²⁷. Acrescentando os demais times elencados na tabela, chega-se a aproximadamente 75% da amostragem coletada.

Recordando que quase 21% dos entrevistados não têm preferência clubística, é possível afirmar que quase a totalidade do restante da população se distribui entre duas dúzias de clubes, apesar de existirem centenas de opções, além de outras tantas não vinculadas à CBF e demais confederações internacionais. Sem ignorar que as associações menos famosas também possuem torcidas fieis, muitas vezes circunscritas às suas cidades ou até mesmo aos próprios bairros, podemos conjecturar que embora o número de entidades esportivas seja virtualmente infinito, a possibilidade de escolha clubística é, ao contrário, finita e delimitada pelo circuito futebolístico:

O sistema de pertenças, no conjunto, funciona à maneira do totemismo de modo que a tendência, para o caso daqueles cujos totens da cidade ou do estado não fazem parte da elite, é escolher entre aqueles que dela participam. Essa tendência explica por que os torcedores do Norte, Centro-Oeste e boa parte do Nordeste torcem por clubes de outras regiões - da região Sudeste e por exemplo Flamengo e Vasco em particular, conforme dados da Placar. Embora seja constante a presença de clubes destes

²⁷ Segundo um relatório anterior da Pluri Consultoria, de 2013, desta vez detalhado por região, esse conjunto de clubes domina as regiões Norte (51,7% da preferência), Nordeste (46,9%) e Centro-Oeste (55,9%), com substancial presença na região Sul (25,8%)

estados na divisão de elite, há um revezamento entre eles, sendo que um clube dificilmente permanece entre os estabelecidos por um longo período. Já o mesmo não se pode dizer de Flamengo, Vasco, Corinthians e outros que sempre estiveram entre a elite. A regra é genérica, com tantas exceções quantas se possa imaginar, mas de qualquer sorte expressa uma tendência, e ver-se-á adiante como é importante torcer por um clube e por que não se recomenda a mudança de clube em decorrência das flutuações performáticas (Damo, 2005, p. 81).

A produção do pertencimento clubístico, pensado como uma maneira pela qual comunidades de sentimento dramatizam antagonismos (Damo, 2005), depende da atualização da rivalidade, através da competição e da fidelidade clubística, para que haja duração do antagonismo. Assim, os clubes precisam estar em condições semelhantes, participando dos mesmos níveis competitivos. Não raro, é relativamente comum o caso da bifiliação (Campos & Toledo, 2013) ou do “torcedor misto” (Vasconcelos, 2011), uma espécie de duplo vínculo que ocorre quando alguém torce para um time local, que disputa divisões menores, e para outro, que compete em nível nacional. Um comportamento que não necessariamente é tratado como infidelidade clubística²⁸. Com uma lógica semelhante, há também os torcedores brasileiros de equipes estrangeiras, normalmente europeias. Dado que seus times locais não participam desses outros circuitos, não chega a ocorrer uma oposição direta.

Por fim, chamo atenção para a relativa estabilidade do ecossistema de torcidas. Em sua tese, Damo (2005, p. 75) trouxe dois indicadores desse dado produzidos em 1998 e 2004. Num intervalo de aproximadamente duas décadas, os clubes mencionados são, com a exceção do Ceará que aparece aqui, os mesmos, e em posições semelhantes. O grupo dos cinco primeiros se manteve com Flamengo, Corinthians, São Paulo, Palmeiras e Vasco. Os gaúchos Grêmio e Internacional, assim como os mineiros Atlético e Cruzeiro, permaneceram entre os doze primeiros.

O desempenho esportivo dessas equipes, no entanto, não manteve a mesma regularidade no intervalo abordado. O Vasco, por exemplo, encerrava o século XX

²⁸ O duplo vínculo tende a provocar conflito caso o time local comece a frequentar os mesmos certames dos clubes mais tradicionais. Não por acaso, as regiões e os estados mais afetados pela presença da torcida de clubes exógenos se manifestam com frequência contra os torcedores mistos.

com os títulos brasileiros de 1997 e de 2000, além da Libertadores de 1998 e da Taça Mercosul de 2000, para então sofrer quatro rebaixamentos para a segunda divisão a partir de 2008, tornando-se uma equipe que agora oscila entre o primeiro e o segundo escalão nacional. Já o Santa Cruz, em 18º lugar no ranking e que havia participado de quase todas as edições do campeonato nacional entre os anos 1970 e 1980, esteve na primeira divisão em apenas cinco das últimas 30 temporadas, ficando inclusive 11 vezes entre a terceira e a quarta divisão, que são os últimos níveis do futebol brasileiro.

Por outro lado, o Athletico Paranaense, em 16º no ranking, deixou, desde então, de ser um clube que se alternava entre a primeira e a segunda divisão e obteve nestas duas décadas resultados inéditos em sua história. De lá para cá, conseguiu os títulos do Campeonato Brasileiro de 2001 e da Copa do Brasil de 2019, além da Copa Sul-Americana, em 2018 e 2021, sem que tais feitos fossem convertidos, ao menos por enquanto, em aumento consistente da torcida no país. Do ponto de vista do faturamento, no recorte temporal entre 2010-2019, o Athletico teve receitas de, em média, R\$ 150 milhões por ano, valor próximo ao do Vasco, cuja torcida é significativamente maior, e muito superior aos R\$ 191 milhões arrecadados pelo Santa Cruz ao longo de toda a década. Esses dois, por sua vez, ainda são clubes de alcance regional, tendo torcidas equiparáveis do ponto de vista do tamanho.

Por certo, o tamanho das torcidas, assim como o prestígio dos clubes de futebol, é variável em função dos desempenhos esportivos. É bem verdade que alguns clubes outrora importantes em seus cenários locais, devido a diferentes razões, decaíram no decorrer do século passado, sem conseguirem manter ou expandir seu conjunto de torcedores, como foram os casos do América e do Bangu no Rio de Janeiro, da Portuguesa em São Paulo e do América em Minas Gerais.

Há, porém, poucas fontes para uma avaliação mais detalhada da evolução do tamanho das torcidas no Brasil. Buscando dados mais antigos sobre a preferências dos torcedores, é possível mencionar aquela que é considerada a primeira pesquisa

do gênero, encomenda pelo jornal *O Globo* e realizada pelo IBOPE em 1969²⁹. O estudo aconteceu em onze capitais estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza, Curitiba, Brasília e Cuiabá). Na época, o instituto de pesquisas perguntou aos entrevistados “qual o clube de futebol mais querido em todo o Brasil” e “qual o clube de futebol mais querido no seu estado”, diferentemente de “qual o time que você torce”, pergunta que costuma orientar as pesquisas de preferência torcedora atualmente.

Figura 1: Enquete “O clube mais querido do Brasil” de 1969. Fonte: O Globo.

SANTOS é o mais popular do Brasil e Flamengo do Rio				
Segundo pesquisa de opinião pública sobre os mais prestigiados clubes de futebol do País, realizada nos meses de janeiro e fevereiro pelo IBOPE, a liderança nacional é do Santos e no Rio do Flamengo. Vejam os nomes e se for o caso comecem a discutir:				
P.) No seu entender qual o clube de futebol mais querido em todo Brasil?				
	BRASIL			
SANTOS	49%			
FLAMENGO	26%			
CORINTIANS	14%			
VASCO DA GAMA	8%			
SÃO PAULO	3%			
BOTAFOGO	3%			
PALMEIRAS	3%			
FLUMINENSE	2%			
ATLÉTICO MINEIRO	1%			
Observação — Projeção feita para todo o Brasil em função das respostas obtidas nas cidades de: São Paulo, Guanabara, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza, Curitiba, Brasília e Cuiabá.				
P.) No seu entender qual o clube de futebol mais querido do seu Estado?				
Guanabara	Flamengo	56%	Ipiranga	5"
Vasco da Gama	Vasco da Gama	25"	Galícia	3"
Botafogo	Botafogo	9"	Belém	
Fluminense	Fluminense	8"	Remo	65%
América	América	1"	Paissandu	32"
Bangu	Bangu	1"	Tuna Lusa	3"
São Paulo			Curitiba	
Corinthians	Corinthians	50%	Coritiba	55%
Santos	Santos	21"	Atlético	27"
São Paulo	São Paulo	15"	Ferrovária	18"
Palmeiras	Palmeiras	14"		
Belo Horizonte			Fortaleza	
Atlético	Atlético	89%	Ceará	60%
Cruzeiro	Cruzeiro	10"	Ferrovário	20"
América	América	1"	Fortaleza	16"
Porto Alegre			Calouros do Ar	3"
Internacional	Internacional	60%	América	1"
Grêmio	Grêmio	40"	Brasília	
Recife			Rabêlo	75%
Santa Cruz	Santa Cruz	36%	Defelê	13"
Náutico	Náutico	36"	Cruzeiro	11"
Esporte Clube	Esporte Clube	28"	Cuiabá	
Salvador			Misto	51%
Bahia	Bahia	78%	Operário	32"
Vitória	Vitória	14"	Dom Bosco	17"

Nos resultados, uma situação peculiar: o Santos, então time de Pelé e até hoje recordado como um símbolo do futebol brasileiro, foi o mais lembrado no cenário nacional (49% do total), mas apenas o segundo (21%) no seu estado, atrás do Corinthians (50%). Este resultado parece ter relação com o modo pelo qual a pesquisa foi conduzida, através da formulação de perguntas que não induzem diretamente ao time de maior preferência torcedora, mas àquele cujo entrevistado supõe ser o “mais querido”.

²⁹ Cf. “Pesquisa com clubes em 69 mostrava Santos “mais querido”, à frente do Fla” em <http://sportv.globo.com/site/programas/redacao-sportv/noticia/2016/09/redacao-relembra-primeira-pesquisa-com-clubes-e-o-mais-querido-santos.html> (acessado em 18/06/22).

Além dos citados acima, os cariocas Flamengo, Vasco, Botafogo e Fluminense e os paulistas São Paulo e Palmeiras já dominavam a preferência em nível nacional, ocupando as oito primeiras posições na lista geral. Nas demais cidades consultadas, já é possível encontrar nas elites locais todos os outros clubes que hoje completam a lista das vinte maiores torcidas do Brasil.

Há muitos fatores que podem incidir sobre o crescimento e a duração de uma torcida de massas – e está fora de minhas pretensões avançar sobre este ponto agora. No que diz respeito à exposição deste capítulo, pretendo destacar que a elite do futebol brasileiro, ocupada por clubes de futebol, que foram em grande maioria associações civis, se constituiu há mais de meio século, desde entidades já estabelecidas em elites e circuitos locais, em especial dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Paraná. E é exatamente neste ponto que quero focar nas próximas seções: no processo que transformou os clubes sociais de esporte e recreação do começo do século XX em times de futebol do Campeonato Brasileiro da contemporaneidade. Na seção adiante, veremos de modo mais detalhado características e valores desses clubes sociais.

2.1.2. HERANÇA ASSOCIACIONISTA

Tenho argumentado que o campeonato nacional, criado em 1971, foi disputado – e segue sendo – principalmente por clubes de futebol, associações civis sem fim de lucro. Mesmo que esse cenário possa vir a mudar drasticamente nos próximos anos, é importante pontuar quanto à prática do futebol de espetáculo no país e sobre o formato das entidades esportivas. Não custa lembrar que outros contextos nacionais e até mesmo as demais modalidades esportivas percorreram trajetórias diferentes neste aspecto. Nos Estados Unidos, onde o *soccer* costuma ser preterido em relação ao futebol americano (o *football*), ao *baseball* e ao basquete, as competições esportivas ocorrem, em geral, em ligas de equipes-franquias ou em ligas universitárias (Kessler, 2015; Berryman, 1975; Smith, 2002), por exemplo. No caso do futebol de origem inglesa, a maioria dos países adotou, a partir do século XIX e até recentemente, o modelo das associações civis.

Com a exceção da Inglaterra, onde os clubes já começaram a se constituir como companhias limitadas antes mesmo do século XX - sendo que as poucas associações remanescentes se converteram até meados da segunda década do século -, o modelo de associação civil foi predominante no futebol até a década de 1980 (Simões, 2021, p. 23).

Neste sentido, houve diferentes legislações locais e diretrizes específicas para as instituições esportivas. Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal transformaram muitos de seus antigos clubes de futebol em sociedades anônimas geridas por empresários ou por fundos de investidores. Na Alemanha, por exemplo, instituiu-se a legislação da propriedade mista, em que os clubes podem ter suas ações vendidas, desde que a associação civil mantenha o controle societário em relação à parte empresarial. Processos semelhantes puderam ser observados também em vizinhos, como Chile e Colômbia³⁰.

A elite do futebol brasileiro conservou o associacionismo, muito embora também tenha sido impactada por outros efeitos da consumerização, adotando, por exemplo, enquanto seu público alvo a figura do “sócio-torcedor”, um sujeito que assemelha mais a um consumidor fidelizado do que propriamente a um associado político do clube.

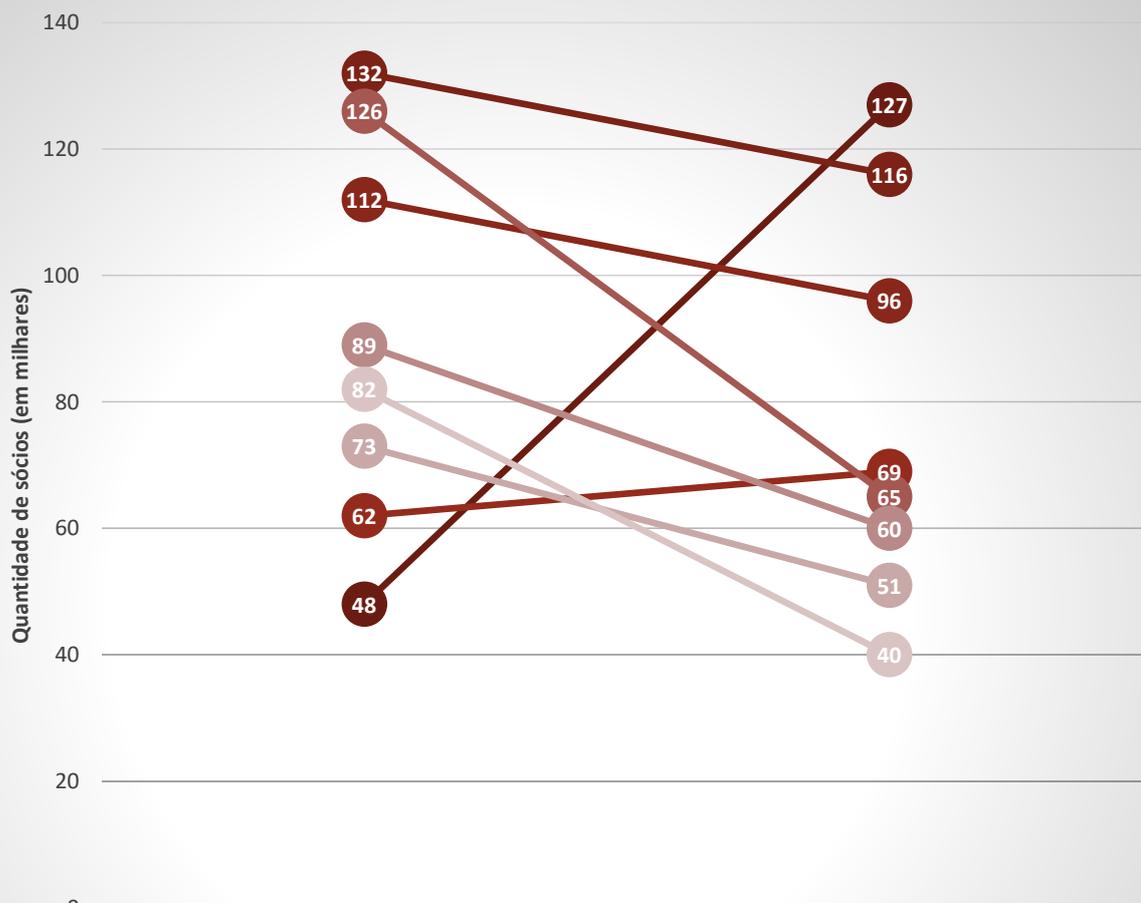
Na sequência, trago a evolução dos maiores quadros sociais dos clubes das duas primeiras divisões nacionais³¹. O gráfico considera os números totais e chamo atenção para três pontos: primeiro, a discrepância do ranking de associados em relação com o ranking de torcidas (cf. **Tabela 1**). Tomemos como exemplo o caso do Flamengo, líder absoluto em torcida, mas que fica aquém no número de associados. Ou, ao revés, o Internacional, presença constante entre os maiores quadros sociais, rondando os 100 mil sócios há mais de uma década.

³⁰ Quanto aos pormenores de muitas dessas legislações e demais detalhes dessas transformações, cf. Moreira (2018); e Simões (2020; 2021; 2022).

³¹ Os dados referentes a 2022 foram compilados por *GloboEsporte*. Disponível em <https://ge.globo.com/pr/futebol/noticia/2022/05/10/atletico-mg-e-corinthians-em-alta-flamengo-em-baixa-veja-ranking-de-socios-por-clubes.ghtml> (acessado em 26/06/22). Já os dados referentes a 2016 foram organizados pelo site *Torcedores.com* disponível em <https://www.torcedores.com/noticias/2016/02/santos-supera-os-quatros-grandes-do-rio-no-ranking-de-socios-torcedores> (acessado em 26/06/22).

Gráfico 1: Evolução recente (entre 2016 e 2022) de alguns dos maiores quadros sociais do futebol brasileiro. A significativas oscilações das linhas no gráfico nos levam a pensar que o contingente de associados está muito relacionado a fatores como campanhas de marketing e desempenho esportivo do time de futebol, sendo bastante suscetíveis a mudanças.

Evolução dos quadros sociais de 2016 a 2022 (em milhares de sócios)



	2016	2022
Atlético MG	48	127
Corinthians	132	116
Internacional	112	96
Flamengo	62	69
Palmeiras	126	65
Grêmio	89	60
Cruzeiro	73	51
São Paulo	82	40

Há algumas dificuldades na elaboração deste dado. A primeira é que os clubes estabelecem planos, valores e modalidades sociais próprias. Muitos dos associados elencados dispõem somente de descontos no consumo de produtos do futebol. São os sócios-torcedores. Embora sejam compreendidos pelo quadro social, não necessariamente detêm direitos de participação políticas em seus clubes. A segunda dificuldade diz respeito à volatilidade desse indicador. Flutuações bruscas acontecem em curtos intervalos, havendo relação direta com campanhas de marketing e desempenho esportivo do time de futebol. Mais adiante, no **Capítulo 7**, veremos com maior detalhe o rol desempenhado por essa peculiar categoria de sócio/torcedor nos clubes atuais e como os planos de associação podem ser pensados também enquanto um movimento de organização torcedora a partir do clube. Por ora, não pretendo me deter sobre os fatores que permitiram tamanha duração desse modelo jurídico no Brasil, enquanto tantos outros contextos nacionais já se adaptaram a “proprietários”, “acionistas” e “investidores” no lugar de “dirigentes”, “conselheiros” e “associados”.

O que é fundamental para minha exposição a seguir – tendo em vista que o associacionismo foi predominante e até determinante para a popularização do futebol – é situar o surgimento das primeiras organizações torcedoras em meio ao modelo de clube social desenhado para um número restrito de associados. Assim, pretende-se compreender a *posição do torcer* (a condição torcedora) em relação à herança associacionista que caracteriza as entidades esportivas deste esporte. Isto é, pensar o “torcedor”, em sua diversidade, frente aos clubes de futebol e seus sujeitos: os “dirigentes”, “associados” e “jogadores”. Evidentemente não se trata de considerar equivalentes as atuais entidades esportivas e aquelas que há mais de cem anos participaram das primeiras ligas citadinas e estaduais ainda em nível amador. O esforço que faço é, em vez disso, na direção de buscar o momento em que se constituíram os sujeitos que agora compõem o objeto desta pesquisa. Dito de outro modo, trata-se de um olhar, a partir da diacronia, para entender como se fez a diferença entre ser associado e ser torcedor.

Assim, uma melhor noção do que são os atuais clubes de futebol, depende de uma retomada da história da chegada do futebol ao Brasil e dos processos de

popularização e profissionalização do jogo. Recordemos que a invenção deste esporte, na Inglaterra da segunda metade do século XIX, figura no contexto da institucionalização e da modernização dos jogos populares da Europa Medieval, um processo que introduziu os regulamentos formais e a restrição à violência (Elias & Dunning, 1992). Os esportes rapidamente passariam a cumprir também o papel de criar identificações coletivas à medida em que, no contexto das universidades britânicas, proliferaram associações estudantis orientadas pelo gosto esportivo, o que foi determinante tanto para a produção de afinidades, quanto para a materialização de oposições entre pessoas:

Conquanto as associações de ex-alunos – que influenciaram e financiaram a emergência dos grêmios estudantis – se proliferaram em quase todos os países, na Grã-Bretanha elas contribuíram decisivamente na organização das primeiras ligas esportivas – associações de clubes. Se os grêmios em geral propiciavam a sociabilidade de pessoas afins, aqueles particularmente voltados à arena esportiva possibilitavam também o confronto destas pessoas e grupos que se faziam representar por intermédio de equipes, times, grêmios, clubes e assim por diante (Damo, 1998, p. 26).

No Brasil, o futebol e os esportes também foram vistos como signos da modernidade europeia a serem desejados pelas elites locais na virada para o século XX (Franco Junior, 2007), e foram absorvidos em meio a outros hábitos e costumes disseminados no contexto do imperialismo britânico (Malaia, 2010, pp. 15-32)³². Antes disso, os estrangeiros pertencentes às elites locais que receberam tal influência, já reproduziam, durante o século XIX, o modelo associacionista, formando prestigiosos clubes sociais para lazer e recreação (Damo, 1998, pp. 41-49). Apesar de o surgimento do futebol, como já mencionado, ter diferentes pontos de origem, quase que simultâneos no território nacional, esse modo de sociabilidade urbana oitocentista foi central para difusão do jogo. Vejamos o exemplo do Rio de Janeiro:

³² Sem desmerecer a influência exercida pelos ingleses enquanto referência do “mundo civilizado”, cf. também a análise detalhada de Mascarenhas (2014, pp. 39-53) quanto às particularidades da difusão do futebol no país, considerando que o território nacional era vasto, fragmentado e minimamente urbanizado.

Com a introdução e a posterior confirmação das práticas esportivas como parte integrante do que Norbert Elias chamou de “Processo Civilizador”, pelo qual passavam algumas cidades do Brasil em finais do século XIX e início do século XX, a formação de clubes passava a ser o passo seguinte para a disseminação dos esportes entre a alta sociedade carioca. Os clubes formados pelos membros da elite da cidade criaram uma estrutura para serem espaços de distinção social. Essa estrutura incluía a cobrança de duas taxas extremamente altas, a joia e a mensalidade. [...]. Além dessas taxas, os estatutos desses clubes impunham normas rigorosas para a aceitação de novos associados (Malaia, 2010, p. 33).

A rápida popularização do futebol teve como consequência a inserção de grupos não pertencentes aos estratos mais abastados de princípios do século XX. A seletividade dos clubes de elite fez com que, em pouco anos, pululassem clubes-equipas, menos rigorosos na adesão de novos membros e clubes de fábrica, não constituídos pela livre iniciativa de sócios fundadores, mas pelo incentivo de industriais (Damo, 1998).

A transmissão do futebol das elites para as demais classes sociais nas primeiras décadas do século passado ocorreu tanto aqui quanto em outras localidades. Neste sentido, é interessante notar como, conforme o futebol se difundia largamente, cruzando fronteiras de classe social, raça e corporalidade, o modelo associacionista ia sendo mimetizado desde cima abaixo. Um dos motivos para isso pode ter sido a própria forma pela qual se institucionalizou o jogo, por via das associações esportivas que organizavam – e ainda organizam – as competições impondo condições a seus afiliados. No caso do futebol, exigindo dos times uma organização em forma de clube social.

Em Buenos Aires, cidade precoce na prática do futebol devido à importante influência de sua colônia britânica, o processo de multiplicação dos clubes foi observado no início da primeira década do século XX e descrito da seguinte maneira:

La difusión de la práctica futbolística entre grupos sociales ajenos a la colonia inglesa y la élite criolla se produjo durante la primera década del siglo XX. El síntoma más significativo fue la creación de una gran cantidad de "equipos-clubes". [...].

Podría pensarse que no era necesario fundar un club para jugar al fútbol y que habría bastado con formar um equipo. Sin embargo, más allá de la práctica informal en calles y baldíos, la difusión popular de la práctica futbolística se llevó a cabo fundando clubes que en la mayoría de los casos sólo eran equipos de once, doce o trece jugadores-socios-directivos. [...].

Al reconocimiento implícito del asociativismo como práctica común y habitual, debemos sumar que uno de los objetivos básicos de estos nuevos clubes era afiliarse a la AAFL y ascender a la primera división. Deseaban pertenecer al mundo del fútbol grande, de la competencia liderada por Alumni y Belgrano, entre otros (Frydenberg, 2017, pp. 47-48).

Por aqui, o momento de ampla popularização teve diferentes velocidades nos afastados centros urbanos do país, considerando que a urbanização foi um fator constituinte da difusão do futebol (Mascarenhas, 2014). Nesse período, segundo o Censo Demográfico de 1900, somente a Capital Federal (hoje a cidade do Rio de Janeiro) São Paulo e Salvador superavam os 200 mil habitantes³³. No Rio Grande do Sul, quinto estado mais populoso, os municípios de Porto Alegre e Pelotas contavam respectivamente 73 mil e 44 mil habitantes, incluindo suas populações rurais.

Foi nesta primeira década do século que surgiram os campeonatos paulista (1902), baiano (1905), carioca (1906) e paraense (1908). Em um curto intervalo de tempo, a “febre dos esportes” provocaria a multiplicação – não sem conflitos – das entidades esportivas e das competições. Na cidade de São Paulo, por exemplo, estimava-se existirem, já em 1919, 150 clubes e 15 mil atletas regulares nas mais diferentes modalidades (Sevcenko, 2003, p. 52). O futebol se expandia para as classes operárias, forçando inclusive o surgimento de uma liga municipal paralela à dos clubes de elite. Em locais como Rio de Janeiro e Porto Alegre também há registros de que novos clubes tenham surgido às dezenas num breve período de “febre futebolística” (Pereira, 1998; Soares, 2014).

Como efeito da rápida disseminação dos esportes, o número absoluto de clubes filiados a federações oficiais no Brasil saltaria de cinco, aqueles vinculados à

³³ Cf. o Recenseamento demográfico de 1900, disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260> (acessado em 21/06/22).

pioneira Liga Paulista de Futebol em 1902, para 201 em 1922³⁴. Há motivos suficientes para acreditar que esse número seja ínfimo se comparado à totalidade dos clubes que mantinham a prática do futebol. Diga-se que muitos deles, embora oferecessem espaços para este esporte, não se dedicavam às competições externas e mantinham o jogo reservado à disputa de seus associados entre si.

Na seção adiante, tendo em consideração o contexto do surgimento do futebol nas cidades brasileiras, passaremos ao caso de Porto Alegre, com ênfase sobre o Sport Club Internacional, cujas torcidas foram acompanhadas no presente etnográfico. Veremos como foi o surgimento desta associação e da rivalidade com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Percorreremos também os processos de crescimento das torcidas destes clubes, com um olhar especial para as transformações nos estádios e o para o aparecimento das primeiras formas de organização torcedora a partir de meados do século XX.

2.2. Do *foot-ball* das elites ao “Clube do povo”

2.2.1. TRÊS IRMÃOS REJEITADOS, O MITO FUNDADOR DO GRE-NAL

Internacional e Grêmio conseguiram se manter na elite do futebol brasileiro desde a criação do circuito nacional, alcançando o prestígio e os títulos nacionais e internacionais que somente outros rivais da região sudeste, onde estão os principais centros econômicos e demográficos do Brasil, obtiveram. O antagonismo protagonizado pela chamada dupla Gre-Nal em Porto Alegre tem características ímpares no cenário das rivalidades clubísticas do Brasil. Os dois times tornaram sua rivalidade em um elemento constitutivo da identidade regional gaúcha, fazendo do Rio Grande do Sul o único estado em que a presença dos clubes paulistas e cariocas é pouco relevante. Transformaram a pergunta “*para qual time você torce?*” em uma

³⁴ Para um quadro da evolução do número de clubes filiados a entidades esportivas no futebol brasileiro, cf. o relatório “Convocados: Finanças, História e Mercado no Futebol Brasileiro 2021”, disponível em <https://conteudos.xpi.com.br/relatorio-futebol-2022/> (acessado em 15/06/22).

indagação direta e fechada: “colorado ou gremista?” Mais do que isso, fizeram de seu estado, o único em que a massiva preferência clubística se distribui somente entre dois clubes ³⁵. Um caso de opostos ideais em antagonismo total, onde o pertencimento a um implica na aversão ao outro (Damo, 1998, pp. 66-67), estendido extramuros, para além dos limites da cidade. Hoje, em qualquer parte do estado, a dupla da capital é maioria esmagadora. Mas nem sempre foi assim.

Porto Alegre conheceu o futebol depois de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Ao contrário destas localidades, no Rio Grande do Sul, o eixo de difusão do esporte não esteve no seu maior centro urbano. Antes disso, as regiões da Campanha e do Sul, em Sant’Ana do Livramento, Pelotas e na pioneira Rio Grande, já possuíam seus próprios clubes voltados ao futebol. Outras cidades, como Bagé, Uruguaiana e Santa Maria, logo teriam o contato com o esporte, provocando um circuito futebolístico diferente do restante do país. O campeonato gaúcho, iniciado em 1919, teria na década a seguir, devido à velocidade de difusão pelo interior, clubes de várias cidades das diferentes regiões do estado. A hegemonia esportiva da capital só aconteceria a partir dos anos 1940³⁶.

Não custa dizer que, apesar da precoce existência de um campeonato estadual com representantes de diferentes regiões, não se pode dizer que houvesse um circuito intermunicipal fortemente consolidado. A competição se limitava a poucas partidas, normalmente entre os campeões citadinos, sendo um certame curto (Damo & Ferreira, 2012). De qualquer maneira, é importante salientar que o futebol gaúcho teve precocidade em centros urbanos interioranos e uma das razões fundamentais para isso foi a integração da fronteira do estado com Montevidéu, graças à expansão das ferrovias uruguaias até a divisa com o Brasil. Nesse contexto, a malha ferroviária

³⁵ Em 2013, o Instituto de Pesquisas de Opinião (IPO) entrevistou 1,5 mil pessoas no Rio Grande do Sul para estipular o tamanho das torcidas no estado. A pesquisa foi estratificada em oito regiões (Capital, Grande Porto Alegre, Noroeste, Nordeste, Sudeste, Centro-Oriente, Sudoeste e Centro-Ocidente), com margem de erro de 3% e apontou empate técnico entre a dupla Gre-Nal: Internacional (42%) e Grêmio (40,6%). Nas posições posteriores ficaram o pelotense Brasil (0,9%) e os caxienses Caxias (0,5%) e Juventude (0,3%), todos com concentração de torcedores em suas macrorregiões. Disponível em <http://ge.globo.com/blogs/especial-blog/teoria-dos-jogos/post/pesquisa-da-vez-rio-grande-do-sul-exclusivo.html> (acessado em 22/06/22).

³⁶ Entre 1919 e 1939, treze diferentes clubes, representantes das cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Bagé, Pelotas e Sant’Ana do Livramento venceram o Campeonato Gaúcho. Em 1940, os times da capital iniciariam uma sequência de títulos que só seria interrompida em 1998.

tornou a rota do Rio da Prata mais atrativa para os pecuaristas e, por consequência, estreitou as relações com o eixo platino, onde a organização dos clubes de futebol se encontrava em estágio adiantado em relação ao restante do continente sul-americano (Mascarenhas, 2000). Não obstante, houve o fato de que a fronteira com esse país era marcada por importante intercâmbio, haja vista a presença de cidades geminadas, como Sant’Ana do Livramento e Rivera.

Devido à geografia fronteiriça, é plausível afirmar que algumas regiões do interior do Rio Grande do Sul tiveram relações mais constantes e intensas com os países vizinhos do que com as crescentes metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Um efeito notável disso foi a organização de jogos entre clubes uruguaios e brasileiros das cidades irmanadas. Esse peculiar circuito local antecedeu, em muitos casos, a circulação dos clubes dessa região pelas cidades gaúchas vizinhas³⁷

Sem me alongar sobre o território e o modo como se formaria o futebol gaúcho no começo do século passado, importa dizer que em 1903, no feriado de 07 de setembro, quando os visitantes rio-grandinos do Sport Club Rio Grande realizaram o primeiro *match* de exibição do *foot-ball* para os porto-alegrenses, trazendo o modismo estrangeiro, encontraram uma cidade esportiva onde já ocorria a prática do remo, do ciclismo e da ginástica, impulsionada principalmente pela presença dos clubes sociais dos imigrantes germânicos e sua estabelecida tradição associacionista³⁸ (Damo, 1998, pp. 85-90; Mazo, 2003).

Com um público ávido pela novidade, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Fuss-Ball Club Porto Alegre seriam fundados uma semana após a partida de apresentação, tornando-se os dois primeiros clubes de futebol da capital. Esses quadros jogariam somente entre si até 1908 (Soares, 2014, p. 58), quando se deu início

³⁷ Exemplo disso seria o surgimento quase simultâneo e desconectado do futebol em cidades da região. Segundo a literatura, “Johannes Minnemann, idealizador do Spor Club Rio Grande (1900), da cidade de mesmo nome, não tinha nenhuma relação, ele ou o seu clube, com Santana do Livramento, onde é fundado o Sport Club 14 de Julho (1902).

³⁸ Poderia parecer um simples detalhe a pré-existência de clubes sociais e outros *sports* na cidade, no entanto, considerando que a tradição colonial foi um dos fatores que ofereceu obstáculo para a difusão do futebol no país (Mascarenhas, 2014), alinhando-me à historiografia que apresenta o século XIX como introdutor de práticas de recreação, bem como usos e demonstrações corporais, que ajudaram a reconfigurar corporalidades no universo urbano brasileiro (Melo, 2012).

a uma onda de novas associações, o que culminaria na criação de uma liga cidadina em 1910³⁹. E este é contexto de fundação do Sport Club Internacional.

De acordo com as fontes oficiais do clube, os irmãos Henrique Poppe Leão, José Eduardo Poppe e Luiz Madeira Poppe chegaram a Porto Alegre, oriundos de São Paulo, nesta década. Esses irmãos, ao que consta, eram descendentes de italianos, vinculados ao comércio e ao serviço público. Além disso, já tinham tido o contato com a bola. Desejosos de praticar o esporte inglês após a chegada, teriam procurado os clubes já existentes para se filiarem. Eles, contudo, não seriam admitidos em razão do rigor e da seletividade das sociedades esportivas teuto-brasileiras:

Os irmãos Poppe realmente foram barrados no Grêmio, por razões bem compreensíveis se levarmos em conta o processo de admissão de novos sócios na época. Como outros clubes de natureza associativa e, como tal, imbuídos na preservação da identidade entre seus membros, os gremistas usavam critérios rígidos para admitir novos associados. Os neófitos precisavam de uma espécie de “ficha corrida” que atestasse a boa índole dos mesmos e, para tanto, dependiam da indicação de sócios mais antigos (Damo, 1998, pp. 93-94).

O fato é que o Grêmio, criado em 1903 por 31 sócios-fundadores, expandiria muito lentamente sua nominata de associados: foram 66 novos admitidos em 1904, 14 em 1905, 19 em 1906, 30 em 1907, 16 em 1908, 42 em 1909. Quase todos eles integrantes da comunidade germânica (Soares, 2014).

Independentemente de quais tenham sido os pormenores que impediram a presença dos irmãos nos círculos mais elitizados, é inegável que o evento da rejeição viabilizou o nascimento do Internacional, também dentro dos moldes do associacionismo. O novo *club* foi fundado em abril de 1909, depois de reunião organizada na Rua da Redenção – atualmente Avenida João Pessoa – com a presença

³⁹ A partir deste momento, os clubes surgem às dezenas na capital gaúcha ao passo da popularização do *foot-ball*. Relatos atestam que, por volta dos anos 1920, existiam ao menos três ligas de futebol na cidade, organizadas em acordo com o caráter segregacionista reproduzido nos clubes sociais da época: a *Liga do Sabonete*, composta pelas entidades de elite; a *Liga do Sabão*, de extratos intermédios e baixos, além de minorias étnicas; e a *Liga da Canela Preta*, formada por clubes de jogadores negros, cujo acesso às demais ligas era vedado (Mascarenhas, 1999). Esta última, formalmente chamada Liga Nacional de Football Portoalegrense, acontecia na hoje extinta região da Ilhota, território negro fundamental para a popularização do futebol e do samba, de onde surgiram personalidades ilustres como o ex-jogador Tesourinha (1921-1979) e o compositor Lupicínio Rodrigues (1914-1974)

de cerca de 40 sócios fundadores, quando se definiu José Leopoldo Seferin, que havia cedido sua casa para o encontro, como o primeiro presidente da entidade (Damo, 1998, p. 93). Visto que o antagonismo futebolístico vive de provocações, a recusa sofrida pelos Poppe se tornaria o atestado longínquo de que o clube dos colorados nasceu – à despeito da política de discriminação na origem do gremismo – para brasileiros e estrangeiros (Arquivo Histórico do Sport Club Internacional, s/d).

Essa certidão de nascimento do Internacional, a partir da rejeição pelo Grêmio, seria ressignificada com o passar dos anos e com a consolidação da rivalidade entre os dois. O Grêmio, cujo processo de profissionalização do futebol foi mais lento, passou a admitir tardiamente jogadores negros. Além disso, foi historicamente associado às elites germânicas locais⁴⁰. Na relação de rivalidade, o Inter terminou ocupando o ponto oposto, enquanto clube popular. Na próxima seção, tratarei detidamente de eventos que foram fundamentais para isso.

2.2.2. A INSCRIÇÃO DA RIVALIDADE NO TECIDO DA CIDADE

Boa parte da elaboração da dupla Gre-Nal enquanto opostos completos, principalmente o Grêmio como clube das elites e o Internacional, do povo, aconteceu num segundo momento do futebol local, quando o amadorismo entrou em declínio e o futebol dos estádios começou a se consolidar. O modo como os clubes se territorializaram na cidade foi decisivo para isso.

À propósito disso, no Brasil, o futebol não começou nos estádios, sendo praticado antes em campos de praças, parques e outros espaços urbanos (Mascarenhas, 2012). Esses equipamentos esportivos foram posteriores em relação aos clubes de elite, aparecendo principalmente a partir da segunda década do século XX. Antes disso, os *grounds* desempenharam o papel de abrigar o *foot-ball* social:

⁴⁰ O Grêmio, diferentemente do Fussball Club Porto Alegre, da Deutscher Turnverein (atualmente SOGIPA) ou do RuderVerein-Freundschaft (atualmente Grêmio Náutico União), não era uma sociedade germânica, no sentido do culto à identidade (Mazo, 2003). Devido à representativa presença de descendentes de origem teutônica, consolidou-se uma impressão no sentido oposto (Soares, 2014).

[...] os primeiros espaços destinados aos jogos com público foram descritos como *grounds* - e não como *stadium*. Um *ground* era mais que um *field* - o campo, literalmente -, por envolver o conjunto de edificações: o terreno de jogo, um gradil mais tarde transformado em alambrado, as arquibancadas junto às quais ficava o pavilhão, um edifício coberto destinado às celebridades (Damo, 2021, p. 227).

Enquanto o futebol chegava aos maiores centros urbanos do Brasil, anos antes de sua popularização entre classes subalternas e entre clubes de fábrica, sendo o mais recente passatempo das elites locais, as primeiras edificações esportivas estiveram em regiões nobres nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e demais cidades de norte a sul do país:

Desnecessário repetir que o futebol se introduziu no Brasil principalmente como modismo europeu com traços higienistas, moralistas, cosmopolitas e de distinção social, bem mais adequado, portanto, aos jovens de elite (...).

Nesse sentido, nossos primeiros estádios eram destinados exclusivamente às elites. Sua geografia é inequívoca: localizados nos bairros mais nobres, e como equipamentos de pequeno porte (geralmente uma única estrutura edificada que sequer cobria toda a extensão de um dos quatro lados do campo", apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro, porém, a céu aberto. Como os atletas eram igualmente egressos das camadas sociais privilegiadas, eram seus familiares e amigos que compareciam para assistir às exibições do novo sport inglês que fazia sucesso na Europa. O estádio era, então, um ornamento da onda civilizadora de cunho eurocêntrico, e de acesso muito restrito. Verdadeiro espaço de fruição das elites (Mascarenhas, 2014, pp. 107-108).

No caso de Porto Alegre, o Grêmio rapidamente estabelecerá um local para receber os jogos de seu time graças à reputação de seus dirigentes que, mesmo que o clube não dispusesse de recursos próprios, conseguiram negociar um terreno no bairro Moinhos de Vento com uma importante família da cidade. Demonstrando influência, obtiveram da prefeitura suporte para adaptar o local (Damo & Oliven, 2014, p. 102). Já em 1904, o clube teria à disposição um seletor pavilhão social de 500 lugares, compondo o primeiro estádio de futebol de Porto Alegre (Mascarenhas, 2014, p. 108). O Estádio da Baixada, ou o Fortim, receberia em 1912 um novo pavilhão e seria a casa dos gremista até a inauguração do Estádio Olímpico, em 1954.

Figura 2: Fortim da Baixada, anos 1900-1910. Fonte: Memorial Hermínio Bittencourt.



Do lado colorado, haveria um sem número de percalços até o estabelecimento do clube em seu estádio próprio no começo dos anos 1930. Logo no seu primeiro ano de existência, o time alocou seus treinos no campo da Rua Arlindo, localizado ao lado da Ilhota, um território negro em Porto Alegre⁴¹. A região sofria com inundações o que forçou a mudança de local do time.

Essa estadia, ainda que curta, seria importante para a construção da identidade popular dos colorados. Após o alagadiço campo da Rua Arlindo, o Internacional iria para o Campo da Várzea entre 1910 e 1912. A passagem pelo terreno, localizado onde hoje está o Parque da Redenção, seria breve, visto também era

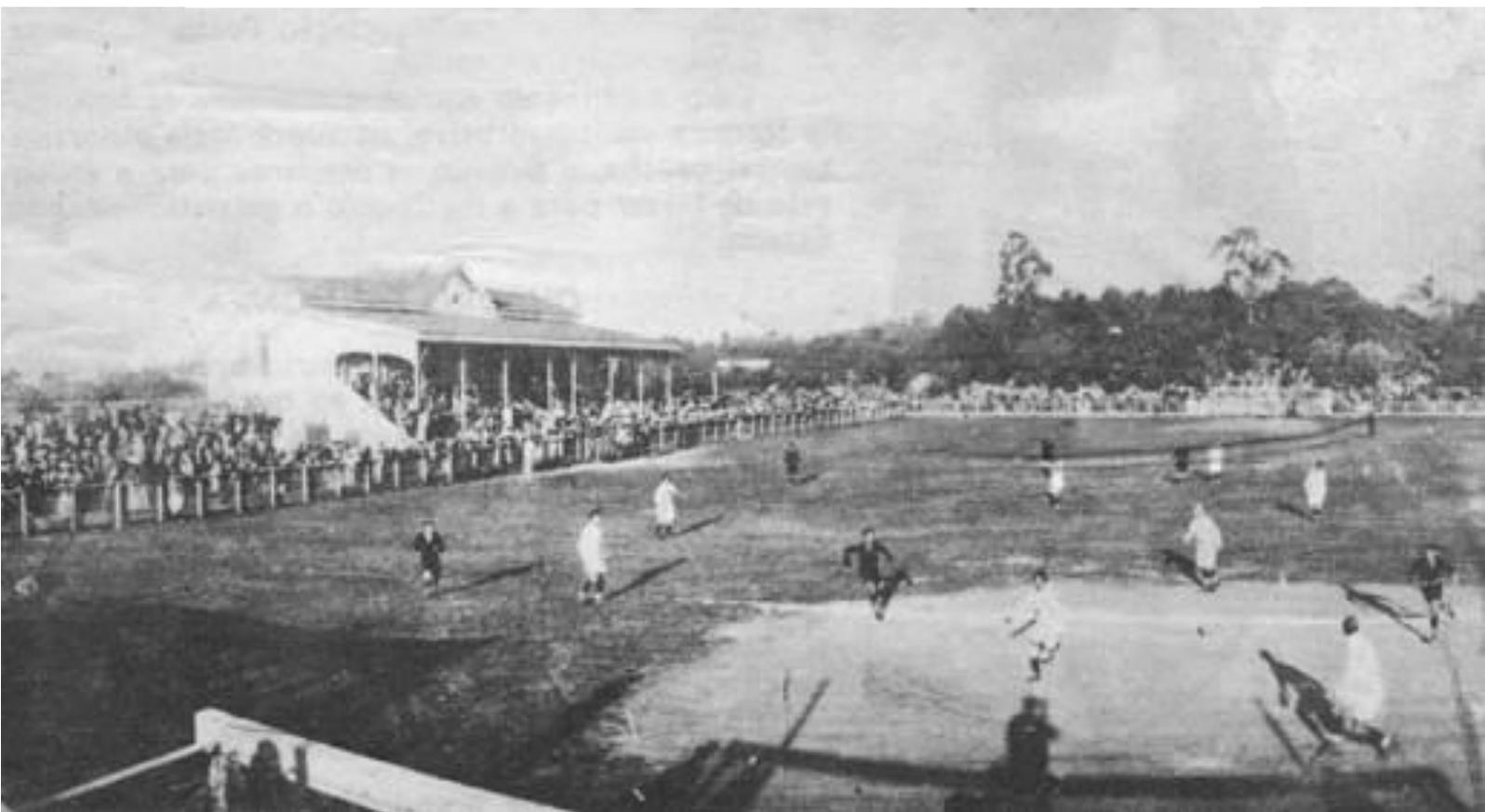
⁴¹ Situada onde atualmente é a divisa entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, a Ilhota era uma região de população negra que, até os anos 1940, era margeada pela Arroio Dilúvio que a circundava quase que completamente de modo a formar uma pequena ilha no meio da cidade. A nomenclatura derivava precisamente desta contingência geográfica. Em função das obras de canalização do arroio, iniciadas em 1941, o bairro perdeu sua característica original. Alguns anos mais tarde, já na década de 1960, deixou de existir e teve a maior parte de seus habitantes removida para a Restinga, distante a cerca de 25 quilômetros do centro da cidade (Vieira, 2017).

ocupado pela equipe do Colégio Militar, que havia sido fundada na mesma onda de novos clubes de futebol da cidade.

Sem ter recursos ou prestígio suficiente para a construção de um estádio próprio, o Internacional decidiria se afastar dos bairros centrais em direção aos chamados arrabaldes. No bairro Menino Deus, 2º Distrito da cidade, se instalaria em uma chácara alugada junto ao Asilo Providência⁴²:

Entre 1912, e 1928, a Chácara dos Eucaliptos foi a sede do Inter, mas jamais se montaram ali quiosque ou pavilhão. (...) O terreno cercado por arame farpado, mal permitia a cobrança de ingressos. Os vestiários eram acanhados, e as arquibancadas, feitas de madeira e fixadas nos próprios eucaliptos, pareciam improvisadas (Damo & Oliven, 2014, p. 105).

Figura 3: Fortim da Baixada, anos 1910. Nesta foto já é possível notar um pavilhão menor e menos nobre ao lado do principal. Fonte Memorial Hermínio Bittencourt



⁴² Não há muitos registros fotográficos do período em que o Inter jogou nesse estádio. Cf. a reportagem “Os campos em que tudo começou: uma rivalidade com cheiro de eucalipto”, disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/07/os-campos-em-que-tudo-comecou-uma-rivalidade-com-cheiro-de-eucalipto-cjyaqriq703h2oims2a27yhpt.html> (acessado em 28/06/22).

O Internacional permaneceria nessas modestas acomodações até o momento em que o proprietário fez a requisição do terreno. Essa seria uma grave quando o clube alcançava apenas sua segunda década de existência. Ao mesmo tempo, abriria caminho para a construção do estádio próprio que, posteriormente, seria considerado um marco significativo para o crescimento da instituição. Essa transformação é entendida como o primeiro “grande salto”, conforme o oficialismo do clube:

Há 90 anos, quando o Internacional estava prestes a atingir os 22 de existência, o primeiro grande salto rumo a um futuro glorioso se concretizava com a inauguração do estádio dos Eucaliptos, em um dia 15 de março, como hoje. Esta história começa dois anos antes, quando Ildo Meneghetti assumiu a presidência de um clube que havia perdido seu campo com a venda do terreno da Chácara dos Eucaliptos e que, em 20 anos de existência, não havia se preocupado em acumular patrimônio, visto que praticava o futebol de forma amadora. Com a possibilidade de fechar as portas, Ildo passou a investir na profissionalização do futebol e conseguiu garantias financeiras para comprar um terreno na rua Silveiro, ampliando o quadro social e vendendo títulos para auxiliar na construção da casa colorada, colocando ainda a sua empresa de engenharia a serviço do Clube para tal finalidade (Sport Club Internacional)⁴³.

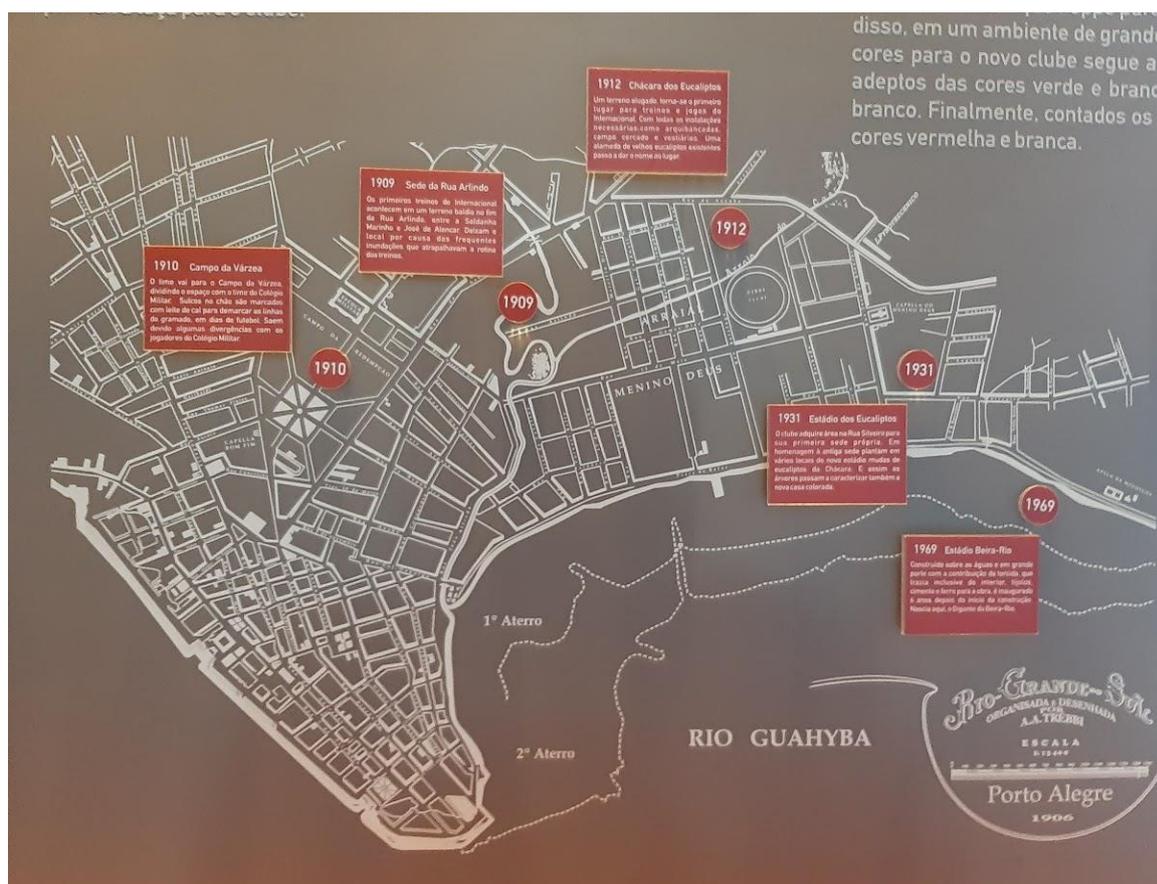
Na nova casa, o Internacional encurtaria a distância patrimonial em relação ao grande rival. Mais do que isso, avançaria em direção à tendência de profissionalização do futebol enquanto o Grêmio se manteria agarrado ao amadorismo. O domínio colorado teria início em 1939 com a política de recrutamento e contratação de jogadores, especialmente os negros que, em geral, foram segregados da Liga Metropolitana, o campeonato citadino de Porto Alegre. Os tempos haviam mudado e o futebol dos clubes de elite deixava de ser um espetáculo exclusivo para as classes mais nobres (Damo, 1998, p. 104).

Nas décadas seguintes, o Internacional contaria com grandes ídolos de sua história: Tesourinha, Carlitos, Larry, Bodinho, entre outros, além das séries de conquistas esportivas do Rolo Compressor, nos anos 40, e do Rolinho, nos anos 50,

⁴³ Excerto de “Eucaliptos: 90 anos do primeiro estádio colorado” disponível em <https://internacional.com.br/noticias/eucaliptos-90-anos-do-primeiro-estadio-colorado> (acessado em 28/06/22).

como ficaram marcadas essas equipes que, apesar da escassez de registros imagéticos, ainda habitam o imaginário colorado.

Figura 4: Do alagadiço campo da rua Arlindo ao aterro, passando pelas atuais localidades da Redenção, da Azenha e do Menino Deus (1909-1969). O Internacional deu início a sua trajetória esportiva no 2º distrito de Porto Alegre, próximo a territórios negros, como a antiga Ilhota, que foi desfeita após a canalização do Arroio Dilúvio e políticas de higienismo social. O Grêmio, por outro lado, até os anos 1950 foi um clube sediado no 1º distrito, em sua parte alta, uma localidade historicamente mais nobre da capital. O Fortim se localizava nas cercanias do atual Parque Moinhos de Vento. Foto: Infográfico do Museu Ruy Tedesco.



Já o Grêmio se via em meio a uma encruzilhada. Com o declínio do amadorismo, somente em 1952 – não sem controvérsias internas – admitiria seu primeiro jogador negro, precisamente Tesourinha, nascido na Ilhota e grande estrela colorada da década anterior⁴⁴. Para além das vitórias dentro das quatro linhas, os

⁴⁴ O atacante Osmar Fortes Barcellos (1921-1979), mais conhecido como Tesourinha, foi um dos principais jogadores do Internacional na consolidação do profissionalismo. Com somente 18 anos de idade, foi recrutado no Ferroviário, uma equipe da Ilhota. Destacou-se pela singular habilidade a ponto de ser convocado para a Seleção Brasileira em uma época na qual a mesma era dominada por jogadores dos clubes de Rio e São Paulo. Disputou os Torneios Sul-Americanos de 1945, 1946 e 1949, sendo que foi titular do time e campeão deste último. Foram 7 gols em 8 jogos. Tamanho

colorados saíam da Era Eucaliptos tendo incorporado enquanto patrimônio institucional a imagem de “Clube do Povo do Rio Grande do Sul”.

2.3. Rolo compressor em campo, departamento de propaganda na arquibancada

2.3.1. A DECADÊNCIA DO AMADORISMO E AS PRIMEIRAS TORCIDAS

Para além das transformações patrimoniais pelas quais passou a dupla Gre-Nal nas primeiras décadas do século XX, há também o processo de “democratização funcional” (Damo, 2005, p. 346) em curso no futebol brasileiro que provocaria impactos irreparáveis nas tradicionais associações de elite. Isso seria possível pela inserção – ou reconfiguração – de dois atores: a assistência convertida em torcida e os jogadores amadores convertidos em profissionais.

Quanto à entrada dos jogadores remunerados e os conflitos decorrentes disso, temos uma literatura consistente que explorou e analisou diferentes aspectos atinentes aos contextos locais (Pereira, 1998; Malaia, 2010; Toledo, 2000; Frydenberg, 2017; Caldas W. , 1990; Franco Junior, 2007). No caso do Rio Grande do Sul (Damo, 1998; 2005; Dinstmann, 1987), com o reconhecimento da profissionalização em 1939 pela Federação Riograndense de Desportos (FRGD), percebe-se um relativo atraso na comparação com localidades próximas como Argentina (onde isso se via o profissionalismo desde 1931), Uruguai (desde 1932) e Rio de Janeiro (desde 1933), o que proporcionou a presença duradoura do chamado “amadorismo marrom”, em que os clubes encontravam brechas ou meios para burlar a regra do amadorismo. Neste sentido, novamente as equipes do sul do estado, nas cidades de Bagé, Livramento e

protagonismo despertou o interesse do Vasco da Gama que o comprou no mesmo ano. Embora fosse nome certo para a Copa do Mundo de 1950, lesionou-se, ficando de fora da competição. Após sua passagem pelo Rio de Janeiro, regressou a Porto Alegre, desta vez para defender o rival colorado, tornando-se em 1952, devido a seu prestígio conquistado anos antes, o primeiro jogador negro do Grêmio (Coimbra, Noronha, Souza, & Moreira, 2009). Tesourinha atualmente dá nome a um ginásio poliesportivo municipal localizado na Avenida Érico Veríssimo, nas cercanias da antiga Ilhota.

Rio Grande, se anteciparam em relação à capital, fazendo uso desse expediente – que proporcionou vantagem competitiva em âmbito estadual⁴⁵.

Em Porto Alegre, seriam os colorados que logo tirariam proveito da mudança de regime nas ligas de futebol que disputavam, formando o Rolo Compressor – a virtuosa equipe que se sagrou hexacampeã gaúcha entre 1940 e 1945, cujos feitos são recordados até os dias atuais. Em campo, o resultado seria estrondoso e o clube se manteria a frente dos rivais tricolores até meados da década seguinte⁴⁶. Fora das quatro linhas, esse pioneirismo local ajudaria a constituir a imagem de clube popular tanto pela questão racial quanto pelos sucessos de suas primeiras organizações torcedoras, conforme logo veremos.

Antes disso, quero mencionar que a transição ao profissionalismo não aconteceu sem o acirramento de tensões internas na instituição. Esse processo do futebol gaúcho coincidiria com uma grave crise interna provocada pela perda da Chácara dos Eucaliptos, o que deixou o clube sob o risco da extinção. Nas refregas entre associados, Antenor Lemos, que fora presidente entre 1920 e 1922 e que também presidia a Federação Riograndense de Desportos, marcava posição firme em defesa do amadorismo. Em 1929, chegaria ao ponto de acusar do então presidente Ildo Meneghetti⁴⁷ de usar dinheiro para o pagamento de salários aos jogadores. Em reação, a Diretoria e o Conselho Deliberativo decidiram pela expulsão de Lemos, declarado inimigo do clube em Assembleia Extraordinária (Lopes & Silva, 2018).

⁴⁵ Na década de 1930, somente três edições do torneio foram vencidas pelos times da capital. O Grêmio ganhou em 1931 e 1932. Já em 1934 foi a vez do Inter. Nas demais edições, o troféu ficou com clubes do sul do estado. Pelotas (1930), São Paulo (1933), Farroupilha (1935), Rio Grande (1936), Grêmio Santanense (1937), Gaurany (1938) e Riograndense (1939).

⁴⁶ O Internacional passaria por uma importante mudança na forma de recrutamento de jogadores para sua equipe ainda em suas primeiras décadas. De ser um clube que, no amadorismo, buscava jovens interioranos e estudantes, às vezes pertencentes a elites locais, passaria a se especializar, ainda na década de 20, em recrutar jogadores negros, então não aceitos no rival. Cf. Damo (2005, p. 231).

⁴⁷ Ildo Meneghetti (1895-1980) presidiu o Internacional (1929-1933), e depois em 1934 e 1938. Além de dirigente clubístico, foi prefeito de Porto Alegre (1948-1951 e 1952 a 1954) e governador do Rio Grande do Sul (1955-1959 e 1963-1966). Na política, foi filiado ao PDS (1945-1965) e à ARENA (1965-1980). É celebrado no Inter por ter assumido o clube em grave crise e, mesmo assim, logrado inaugurar o Estádio dos Eucaliptos, iniciando uma era gloriosa no futebol. Por isso, foi homenageado como Patrono Perpétuo, em reconhecimento aos serviços prestados, conforme o Art. 4 do corrente Estatuto Social do clube.

A decadência do amadorismo ensejaria resistências em toda parte e seria plausível relacioná-las às formas como as elites esportivas perceberam gradativamente o seu jogo de futebol, mas também seus clubes seletos e restritos – verdadeiros signos da distinção social (Pereira, 1998) – sendo ocupados por outros grupos, com destaque, no caso do Brasil, para a questão racial. Não esqueçamos, que no momento de surgimento dos clubes sociais de futebol, os associados fundadores são, via de regra, também os *players* da entidade esportiva. Em um espaço de duas décadas a presença de jogadores remunerados – e sem pertencimento ao clube social – se tornaria predominante. De qualquer modo, a profissionalização do espetáculo futebolístico foi inexorável, de maneira que aqueles que não tiveram interesse em se adaptar foram aos poucos abandonando as competições oficiais.

Ademais, as elites clubísticas não apenas estavam perdendo o monopólio sobre o jogar, visto que seus clubes começavam a incorporar jogadores negros e pobres. Perdiam ainda espaço nos novos estádios com os crescentes públicos. Do ponto de vista social, também suas associações já haviam deixado de ser espaços restritos para poucas dezenas de sócios. Esse momento, de tantas transformações, foi definido por Leite Lopes (1995) como uma “democratização funcional” pois apesar da introdução de outras parcelas da sociedade, as elites se mobilizaram para demarcar limites. Se não podiam mais monopolizar a prática do esporte, souberam conservar para si os papéis diretivos do espetáculo. Criaram, dentro das associações, que se expandiam, ambientes de restrição, acessíveis a pequenas frações do quadro social⁴⁸. Assim, surgiram os Conselhos Deliberativos, que substituíram as Assembleias Gerais na tomada das decisões coletivas. No caso do Internacional, esse órgão foi criado em janeiro de 1929 quando Ildo Meneghetti assumiu a presidência⁴⁹.

⁴⁸ O rearranjo das elites esportivas, a medida em que outros estratos sociais acediam os clubes, parece ter sido uma constante no futebol durante o século XX. No caso do Internacional, muitos anos depois, chegou-se ao extremo da criação de um “clube dentro do clube”, o Parque Gigante. Trata-se de uma área de lazer e recreação, às margens do Guaíba e ao lado do Beira-Rio, inaugurada em 1983. Para frequentá-la, é preciso associar-se, paralelamente ao clube, ao Parque. Isso inclui pagamento de joia e mensalidade adicionais.

⁴⁹ A ata de criação do Conselho Deliberativo pode ser acessada no site do Arquivo Histórico do clube. Cf. <http://memoriadointer.blogspot.com/2022/01/ata-de-31011929-nasce-o-conselho.html> (acessado em 11/11/22).

Com o alastramento do futebol pelas cidades, como estivemos revisando até agora, não seriam apenas os jogadores que disputariam o tradicional espaço dos associados. Esse seria também um período de diversificação dos públicos à medida em que o futebol iria se convertendo em um espetáculo. Tomemos como referência que o Fortim da Baixada, primeiro estádio gremista, surgiu, quase que em simultâneo ao clube, comportando até 500 pessoas. Em menos de dez anos seria reformado e ampliado. Do lado colorado, o Estádio dos Eucaliptos, em 1931, comportaria aproximadamente 15 mil pessoas. Outras cidades viram multidões ainda maiores e anos antes: São Paulo, 40 mil pessoas em 1919 no Parque Antártica (Sevcenko, 2003). Rio de Janeiro, com os estádios das Laranjeiras e São Januário para mais de 20 mil pessoas ainda nos anos 1920. Montevideú com o colossal Estádio Centenário inaugurado em 1930 para receber 70 mil pessoas na primeira Copa do Mundo de seleções.

Esses números, que aumentavam em razão exponencial, por óbvio não poderiam ser preenchidos apenas pelos associados aos clubes sociais. Até esse momento, que já não é aquele dos primeiros pontapés em uma bola em parques e várzeas, a crônica definia o grande público como a assistência, um termo que designava os interessados pelo jogo que não eram exatamente parte dos *clubs*. Partindo do cenário paulistano, Toledo avaliou que

Assistência foi um termo muito comum utilizado pela imprensa esportiva até os anos 30, como pode ser constatado no diário *A Gazeta Esportiva*. Situação que definia o *status* dos torcedores mais populares, que se contrapunham aos sócios, indivíduos notabilizados por laços mais estreitos, inclusive de parentesco, com os integrantes dos clubes que se projetavam através dos campeonatos patrocinados pelos clubes mais elitizados (Toledo, 2000, pp. 247-248).

As noções de *torcida*, *torcer* e *torcedoras* apareceriam nos jornais discretamente nos anos 10, e predominantemente apenas a partir das décadas de 20 e 30 para definir a plateia. Nesse tempo, o futebol, além de disseminado já possuía certames regulares e o interesse das multidões nos principais centros urbanos, consolidando sua espetacularização. No que diz respeito à passagem da *assistência* para a *torcida*, há um ponto que quero sublinhar. Do ponto de vista das definições,

o primeiro termo, empregado preferencialmente até os anos 30, diz respeito ao ato de assistir. O segundo, ao ato de torcer. Assistir e torcer, bem sabemos, são atitudes bem diferentes em relação ao espetáculo. É possível *assistir* a um evento, afetando-se por ele, porém de modo indiferente ao resultado final. A designação de *torcer*, por sua vez, implica necessariamente em uma tomada de partido, em manifestação do desejo de um dado desfecho e em um envolvimento ativo, lançando gestos e condutas que provoquem alterações no andamento da competição.

As assistências, no entanto, já tinham suas predileções clubísticas muito antes da afirmação do conceito que hoje designa este sujeito no Brasil⁵⁰. O termo *torcer* vem sendo resgatado hoje como os modos pelos quais participavam do *match* de *foot-ball* as pessoas que não eram associadas e nem podiam *jogar*, com especial protagonismo das mulheres. No caso do Rio de Janeiro, a literatura descreve que as praças esportivas do final do século XIX, além de contribuírem na conformação de novos valores sobre os corpos – agora esportivizados –, se tornariam um espaço público permitido para as mulheres, apesar da proibição generalizada de participarem como associadas nos *clubs* (Malaia, 2012). Na posição de filhas ou esposas, eram dependentes sociais e tinham livre acesso a este espaço dos estádios, sem sofrerem a cobrança de ingresso.

Em uma das raras produções acadêmicas que buscou visibilizar a participação das mulheres nos primeiros anos do futebol, a pesquisadora Aira Bonfim chamou atenção para o modo como participavam do espetáculo e para o surgimento da expressão “torcedora”.

É, inclusive, atribuída à imagem das mulheres e ao alvoroço de seus lenços e fitinhas a cada lance do futebol, o surgimento da palavra “torcedoras” entre os cronistas esportivos dessa época (RODRIGUES FILHO, 2003). Malaia (2010:122), por sua vez, atribui o surgimento da palavra “torcedora” ao hábito dos jogadores de futebol da época, amarrarem uma fita, de mesma cor dos clubes, nas cinturas de seus calções. Com a presença abundante de mulheres naquele momento agitando fitas das

⁵⁰ O envolvimento afetivo das assistências esportivas não é original do *foot-ball* do começo do século passado. Conforme Melo (2012), tal atitude já aparecia entre os *sportsmen* do século XIX no turfê carioca, porém mediado pelas apostas. Ainda assim, a predileção durável por uma associação esportiva, estaria presente um pouco depois nas regatas.

mesmas cores dos jogadores, nascia também, segundo o depoimento do ex-goleiro do Fluminense e da Seleção Brasileira, Marcos Carneiro de Mendonça, outra definição sobre a denominação "torcedoras". (Bonfim, 2019, p. 35)

A título de exercício, fiz uma pesquisa aos arquivos digitais do jornal *A Federação*, veículo vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense, em busca dos termos “torcedora”, “torcedor” e semelhantes. A primeira ocorrência das “torcedoras” pode ser localizada em 1916, em uma breve nota sobre uma reunião que a diretoria do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense oferecia às suas “entusiastas torcedoras”⁵¹, mais tarde em 1918, quando o “sympathico club dos Moinhos de Vento” convidou duas torcedoras para regalarem finas abotoaduras de ouro com diamantes e um pegador de gravatas aos “valorosos players Severino Freire (Lagarto) e Júlio Kuns”⁵². Um ano mais tarde, o Sport Club Internacional daria uma festa na Chácara dos Eucaliptos, um verdadeiro festival com direito a almoço, torneios de tennis e “humorísticas provas esportivas”, reunindo “as gentis torcedoras e os sócios do S.C. Internacional”, com protagonismo da participação das torcedoras no evento:

O mundo feminino internacionalista, a sua garrida legião de torcedoras e com especialidade os seus promotores estão em grande azafama e por isso augumos do brilhantismo que revestir-se-hão os festejos.

Os seus promotores: um grupo de ardente e entusiastas torcedoras e um pugillo de socios, levam-n'a a effeito em homenagem ao seu glorioso pavilhão alvi-rubro⁵³.

A presença do termo “torcedora” desacompanhado do termo “torcedor”, talvez inexistente no momento inicial de definição do *torcer* pode ser a evidência de que, na impossibilidade de *jogar*, restava, às mulheres, a torcida entendida como apoio, suporte, incentivo (Damo, 1998, p. 151). Mas, poderíamos avançar. A notícia dos festejos que, ao que tudo indica, seriam promovidos por *torcedoras* mulheres e por *sócios* homens, poderia indicar que não apenas o *jogar* estava além do alcance para as mulheres, mas, não havendo a figura da *sócia* mulher, também a participação

⁵¹ *A Federação*, 15/12/1916, p. 5.

⁵² *A Federação*, 16/09/1918, p. 7.

⁵³ *A Federação*, 14/05/1919, p. 7.

social no clube. Seguindo esta hipótese, marginalizada do *jogo* e da *associação*, restaria a esse sujeito a participação por via da *torcida*.

A hipótese, de que o *torcer* foi atribuído às mulheres pois lhes foi interdita a participação enquanto associada se torna mais consistente ainda a partir da história de Maria von Ockel, a primeira mulher a ser aceita no quadro social colorado⁵⁴. Isso só ocorreu em 1918, quando o sufrágio universal sequer existia no Brasil. Von Ockel, uma *senhorita* da época, era frequentadora da Chácara dos Eucaliptos, onde praticava tênis e só foi aceita pela indicação e salvo-conduto de seu cunhado que se apontou como responsável. O caso reportado pelo Internacional, por enquanto, é considerado o primeiro na história dos clubes de futebol do país.

Há, no entanto, poucos registros sobre a história de Maria von Ockel, sendo a maioria deles produzidos pelas mídias oficiais coloradas, o que, em certa medida, evidencia um desinteresse generalizado da historiografia brasileira a respeito da participação das mulheres nos espetáculos esportivos. As raras matérias a respeito não fornecem muitos detalhes sobre como ocorreu essa associação pioneira. Em entrevista a *tvinter*, Lu Serenita Nunes, filha de von Ockel, a definiu como uma praticante de tênis muito orgulhosa de participar do clube. Ana Bicca, a bibliotecária da Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional (FECI), atribuiu tal inovação ao então presidente Heitor Carneiro que teria sido um apoiador da participação das mulheres nos esportes. Um ano após aceitar Maria von Ockel, a Assembleia do clube deliberaria em favor da construção de um pavilhão destinado a atender senhoras e senhoritas⁵⁵.

A história de von Ockel não era a mais habitual em sua época. Em realidade, trata-se de uma exceção que vem a confirmar a regra. As Assembleias sociais eram, em geral, proibidas para as mulheres. Além disso, poderíamos pensar o *torcer* considerado como atividade feminina a partir de mais uma hipótese relacionada com as expectativas de gênero: ora, se os clubes são espaços dos homens, sobretudo de

⁵⁴ Trecho da ata disponível em <https://olimpiasports.com.br/2021/04/12/marie-von-ockel-a-primeira-mulher-a-se-associar-em-um-clube-de-futebol-no-brasil/> (acessado em 11/11/22).

⁵⁵ Cf. “Semana da mulher: Maria von Ockel...”, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=3HpGWzxufKc&ab_channel=SportClubInternacional (acessado em 11/11/22).

lazer, supõe-se, naquele contexto, que suas esposas e filhas deveriam participar oferecendo apoio, ajuda, suporte, o que poderia acontecer nos *grounds*, mas também nos eventos de gala, conforme os exemplos que trouxe logo antes. Não por acaso, as torcidas de futebol, sejam elas TOs, barras ou Consulados se colocaram sempre como apoiadoras do time. Elas se propõem a contribuir dando suporte. Para além da questão de gênero, é possível sugerir que o torcer surge como uma espécie de marginalização social dentro do clube.

Figura 5: Registro fotográfico de Maria von Ockel (no canto direito) e outras mulheres praticantes de tênis. Chácara dos Eucaliptos. Fonte: Arquivo Histórico S.C.I.



De qualquer maneira, fato é que com o processo de popularização do futebol, enquanto espetáculo esportivo das associações civis, já a partir dos anos 10, os clubes deixavam gradualmente de ser território exclusivo dos associados e seus familiares. Essas entidades, ainda assim, manteriam espaços restritos de sociabilidade, festividades e cerimônias exclusivas para a elite clubística.

Quanto ao que ocorria nas arquibancadas no primeiro quarto do século passado, é preciso dizer que esse processo de popularização não ocorreu sem conflitos.

Na formação de uma assistência esportiva, composta por diferentes estratos sociais, seria mesmo de se esperar diferentes modos de contemplar ou de participar do futebol, como quando, em 1919, “numerosa concorrência encheu por completo os arredores do vasto ground” dos Eucaliptos para um jogo entre Internacional e Cruzeiro, e, não encontrando lugares cômodos, invadiram o campo em grupos compactos, impedindo a vista dos demais espectadores. Segundo a crônica, o comportamento provocou “má impressão” e “desgosto” nas “gentis torcedoras” dos *clubs*⁵⁶. Veremos, na seção adiante, os primeiros esforços em organizar as massas torcedoras no Internacional.

2.3.2. VICENTE RAO, O CHEFE DA TORCIDA COLORADA

A conversão do futebol em um fenômeno de massas ao redor do país, assim como os conflitos ocasionados em razão disso mobilizariam, anos depois, o interesse do Estado desde os primeiros momentos da Era Vargas, mas principalmente em sua segunda etapa (1937-1945), conforme a historiografia tem demonstrado (Pardini, 2009; Chaim, 2018; Hollanda & Chaim, 2020; Drumond, 2009; Mascarenhas, 2014). Naquele contexto histórico, o futebol e a educação física, não apenas no Brasil, seriam tratados como disciplinas capazes de imprimir os valores da ordem e do civismo ao caráter nacional.

⁵⁶ *A Federação*, 22/04/1919, p. 4.

No que tange aos públicos esportivos, esse período, que é também o da profissionalização, legaria ao menos duas consequências. A primeira, relacionada com a construção de novos estádios, alguns deles a partir de recursos estatais, bem como com a inserção de novas arquiteturas do futebol. Sem ignorar que no momento da profissionalização o gosto pelo futebol já estava bem difundido nas cidades, os estádios vão se tornando cada vez maiores, como a construção do São Januário, no Rio de Janeiro, do Pacaembu, em São Paulo, do novo pavilhão para o Fortim da Baixada e dos Eucaliptos, em Porto Alegre. Um processo que, combinando com a crescente urbanização do país, não tardaria em conduzir a uma era em que o Maracanã, construído para a Copa do Mundo de 1950, inauguraria: a fase dos estádios gigantescos e colossais⁵⁷.

A segunda consequência, relacionada à formação das primeiras torcidas, ou, em sentido amplo, as primeiras *sociedades torcedoras* das quais se tem notícia. Esses coletivos, então incentivados pela crônica esportiva, apareceriam quase que simultaneamente em São Paulo (Toledo, 2000), Rio de Janeiro (Hollanda, 2008; Braga, 2010) e Porto Alegre, sob o formato de organização que vem sendo definido atualmente como o do *chefe de torcida* (Hollanda, 2008; Hollanda & Chaim, 2020; Pinheiro, 2020). Tratava-se de um grupo coordenado por uma “liderança carismática, reconhecida pelos torcedores de cada clube, erigida em autoridade moral das arquibancadas” (Hollanda, 2008, p. 61). Esta pessoa que ocupava a posição de chefia era também responsável pela intermediação com a direção dos clubes e com autoridades públicas, além de encabeçar campanhas da instituição e organizar a música e outros elementos estéticos nas arquibancadas. Os chefes de torcida eram bem vistos pelas autoridades, dentro do contexto do Estado Novo (1937-1945) varguista, visto que difundiam os valores apregoados da disciplina, da cordialidade e do *fair play* (Chaim, 2018). Eles desempenhavam dois papéis simultâneos: o disciplinar e o festivo (Hollanda, 2012, p. 101)

⁵⁷ Sobre os estádios brasileiros pensados a partir de seus processos históricos, cf. Damo (2021); Mascarenhas (2014).

Em Porto Alegre, o Internacional, que montara o festejado time do Rolo Compressor a partir do profissionalismo, daria, nas arquibancadas, passos também sintonizados com as transformações do futebol no país. Em junho de 1940, em função do comportamento indesejado da torcida que com recorrência em vez de incentivar, “achincalhava os jogadores” e “acusava o árbitro, indispondo-o contra o clube”, convocou-se um encontro social em que compareceram 104 associados, além de simpatizantes. Nesse dia, eles decidiram pela criação de um Departamento de Cooperação e Propaganda (DCP), cujos objetivos seriam: (1) estreita ligação com o clube; (2) incentivo aos jogadores; (3) “disciplina férrea” na torcida; (4) apoio às iniciativas do clube; (5) criação de um “bureau de propaganda”; e (6) realizar a campanha para alcançar a marca de 10 mil sócios (Silva, 2021, pp. 40-41).

Figura 6: Vicente Rao. Fonte: Arquivo Histórico S.C.I.



Assim, o sócio Vicente Lomando Rao (1908-1973) seria identificado no decorrer da década de 40 como o chefe da torcida colorada. Nascido em 04 de abril 1908, portanto um ano exato antes da fundação do Internacional, Rao era bancário e havia sido um *footballer* dos anos 20, chegando inclusive a jogar no time colorado. Além disso, ele tinha boas relações com meios de comunicação e trânsito no carnaval porto-alegrense, participando dos blocos e se tornando, posteriormente, Rei Momo da cidade por mais de vinte anos. À frente do DCP, levaria ao recém inaugurado Estádio dos Eucaliptos as marchinhas, serpentinas, faixas, foguetes, fogos de artifício e até uma banda de clarins (Silva, 2021), conferindo ares carnavalescos ao futebol de Porto Alegre⁵⁸, e levando, por via

⁵⁸ A carnavalização das torcidas parece ter ocorrido em outras regiões do Brasil nesse mesmo período, como é possível ver no caso do Rio de Janeiro (Hollanda, 2012).

da inovação nas arquibancadas, o Internacional a assumir enfim uma identidade popularesca. Segundo Damo:

Com tantos títulos e negros no time, o Inter tornou-se o preferido dos afro-descendentes, miscigenados e populares em geral. O carnaval ganhara as ruas da cidade e as arquibancadas do Eucaliptos, com a charanga de Vicente Rao, o Momo porto-alegrense de todos os tempos. O carnaval e o futebol de espetáculo encontravam-se, dentro de campo e nas arquibancadas, promovendo uma simbiose até então estranha na cidade. O Inter deixara de ser um time de *outsiders* para ser um time de negros; de negros, brancos e mestiços, enfim, de quem quer que fosse bom de bola (Damo, 2005, pp. 232-233).

Após o sucesso do departamento comandado por Rao, o Grêmio também adotaria um modelo semelhante de organização torcedora, primeiro com o Departamento Pela Pujança do Grêmio em 1942 (Duarte, 2012), com a iniciativa de sócios e torcedores e, em seguida, com o jovem Salim Nigri em 1945, quando conseguiu organizar uma memorável excursão que lotou 18 vagões de trem até Novo Hamburgo para uma partida do time (Damo, 1998). Depois do episódio, ele seria fundamental na criação do congênere Departamento do Torcedor Gremista (DTG), que buscava reproduzir no Grêmio os motivos carnavalescos introjetados por Rao no rival⁵⁹.

A rivalidade dos times em campo, passaria também às arquibancadas. Antes, os gremistas, mais tradicionais e aferrados ao amadorismo, desdenhavam tanto da torcida carnavalizada do Internacional como de seus jogadores, o “time dos negrinhos” como eram referidos de modo pejorativo. Identificando o modo como a torcida rival se reconfigurava, ao incorporar elementos outrora esnobados, o chefe da torcida dos colorado levaria, em resposta, uma faixa que marcaria a rivalidade na cor da pele de ali em diante: “Imitando os negrinhos, hein?” (Silva, 2021).

⁵⁹ É plausível que a modificação de figura dos estádios tenha se estendido também aos clubes menores da cidade. Ver o caso do extinto Grêmio Esportivo Renner (Horn & Mazo, 2009).

O Departamento de Cooperação e Propaganda teria, ao lado do Rolo Compressor, um papel decisivo na construção do Inter enquanto o clube do povo e dos negros em contraposição ao Grêmio, enquanto clubes das elites e dos brancos. Dito isso, chama atenção a coincidência do nome deste departamento fundado pelos associados colorados com outro contemporâneo, mas mais famoso: o Departamento de Imprensa e Propaganda criado em 1939 por decreto de Getúlio Vargas. Um órgão que instituiria a censura, bem como a difusão dos “valores cívicos” no Estado Novo.

Figura 7: Estádio dos Eucaliptos, anos 40. Fonte: Arquivo Histórico S.C.I.



Figura 8: Estandartes do DCP, anos 40. Fonte: Arquivo Histórico S.C.I.



A coincidência do nome dos departamentos de propaganda dá uma boa pista para percebermos o alinhamento ideológico entre os clubes, as primeiras organizações torcedoras e a integração nacional varguista que a bibliografia vem assinalando, como vimos algumas páginas atrás. São sociedades torcedoras originadas desde o eixo da entidade esportiva, ao incentivo de dirigentes e cronistas. Além disso, são únicas em seus clubes, não havendo concorrência interna ou externa:

Uma de suas dimensões mais evidentes era o caráter unitário e, por assim dizer, corporativo que a sustentava. Em homologia à estrutura corporativa sindical, regido pelo princípio do sindicato único, ordenado segundo categorias profissionais, instituíam-se no futebol de então uma – e somente uma – torcida por clube que era por sua vez liderada por um único chefe (Hollanda & Chaim, 2020, p. 634).

2.4. Os diferentes estatutos de associado e torcedor

2.4.1. CONTORNOS BORRADOS

Nas seções acima, estivemos revisitando, com base na literatura historiográfica do futebol, os processos que conduziram os clubes de futebol do Brasil e seus diminutos quadros sociais aos grandes estádios de futebol e aos primeiros movimentos no sentido de organização torcedora. Assumindo o pressuposto de que a primeira metade do século passado foi decisiva para a consolidação dos clubes de massas do país, como mencionado no começo do capítulo, procurei visibilizar dois sujeitos históricos, que hoje se confundem muito, mas que, no contexto dos *clubs*, eram bem distintos: os associados e os torcedores.

A partir dessa revisão, o argumento que se pretende apresentar, essencial para pensar os modos de formação das sociedades torcedoras, é o de que embora o associacionismo, (Frydenberg, 2017; Damo, 1998) enquanto forma coletiva comunitária e restrita de vivenciar lazer e esporte, tenha sucumbido ao futebol de espetáculo, podemos identificar uma marcada herança associacionista nesses mesmos clubes. Isto é, por mais que o estatuto dos dois sujeitos históricos referidos no parágrafo acima estejam cada vez mais borrados quando vistos em retrospectiva, ainda é possível identificar contornos entre eles. Isso posto, entendo que há, ao menos, duas razões que contribuíram sobremaneira para a reconfiguração da fronteira entre o associado e o torcedor. Ou dois movimentos observáveis no processo diacrônico: Por um lado, os clubes foram se tornando simbolicamente

patrimônio das torcidas; por outro, os associados foram se alienando da vida social desses clubes.

O primeiro movimento é produto de um cenário em que os clubes passaram a ser encarados, não mais como sociedades privadas, mas como as nações às quais torcedores pertencem e compartilham valores, num processo que opera suas passagens de indivíduo à pessoa (Damo, 2012; Toledo, 2020b). Formaram-se comunidades de sentimento em torno do clube (Damo, 1998, p. 134). Ou, como diria John Textor, o comprador de clubes em diferentes países, logo depois de adquirir o tradicional Botafogo de Futebol e Regatas: “ninguém deve sentir que comprou um clube, ele pertence à torcida”⁶⁰. Por consequência do arraigamento desse valor no clubismo, fez-se das torcidas as donas legítimas de seus clubes, a despeito da ausência de qualquer efeito jurídico na propriedade, incluindo aí a participação política formal nos mesmos.

O segundo movimento deriva de um alheamento parcial do associado em relação à vida social no clube. Tomando os vastos quadros sociais de Internacional e Grêmio, detalhe que será esmiuçado no **Capítulo 7**, é possível fazer os seguintes apontamentos: com índices elevados de sócios fora da cidade, é factível considerar que um contingente significativo tem pouca ou nenhuma familiaridade com o cotidiano dos clubes e suas dependências sociais, para além do âmbito futebolístico. A expansão recente e massiva dos quadros sociais, quando ambos saltaram dos cerca de 10 mil sócios para 100 mil, parece relacionada diretamente com agenciamentos do marketing (Oliveira Jr, 2017) e com o consumo do futebol apartado de outras esferas vida social do clube⁶¹.

Não sem motivo, criou-se a figura do sócio-torcedor, uma modalidade de associação entre aspas. Com ela, os clubes passaram a oferecer planos sociais livres

⁶⁰ Cf. “Novo dono do Botafogo diz que procurava clubes menores...”, disponível em https://www.espn.com.br/video/clipe/_/id/9772533 (acessado em 25/06/22).

⁶¹ Há de se dizer que uma grande parcela dos clubes de futebol teve reduções importantes de patrimônio, o que inclui, em alguns casos, extinção dos salões de festa, piscinas, quadras esportivas e demais aparatos que possibilitavam a recreação social. No caso do Inter, recordo o que mencionei antes (N.R. 48): entre as dependências sociais, encontra-se o Parque Gigante, que é uma espécie de “clube dentro do clube”, cujo acesso à academias, quadras, piscinas, churrasqueiras depende de uma associação complementar a esse departamento.

da pesada taxa da admissão e com valores mais acessíveis. Em contrapartida, impediram, aos recém-chegados, a participação política na instituição e o acesso aos espaços sociais, o que fez desse “sócio-torcedor” não exatamente um associado, mas um cliente fidelizado.

2.4.2. CLUBES DE ASSOCIADOS

Seguindo com o esforço no sentido de compreender o que são os associados e os torcedores nas entidades esportivas, façamos uma rápida incursão pelos documentos oficiais que orientam legalmente a vida social nos clubes de futebol: os estatutos e regimentos que determinam as regras internas dessas entidades, tomando como referências Internacional e Grêmio, afinal foram os clubes mais acompanhados durante a pesquisa. Ambas as cartas estatutárias foram atualizadas em 2020.

O primeiro aspecto que chamo atenção diz respeito ao modo como se definem: são “associações sem fins econômicos” compostas por seus quadros sociais. Em seguida, no caso do Internacional, o segundo artigo do estatuto determina que “Todo o poder emana dos associados, que o exercem por meio de seus representantes eleitos ou diretamente”. Sobre esse ponto e sua semelhança com a Constituição Federal de 1988, trataremos no **Capítulo 7**, quando abordarei especificamente a institucionalidade política nos clubes de futebol. O mesmo estatuto define as regras, os direitos, os deveres, além de regimentos internos ao clube.

Sua linguagem é precisamente apropriada do mundo do direito e parece equivaler o associado do clube a um tipo de cidadão. Porém o ponto que quero destacar, por enquanto, a partir destes documentos é a ausência de espaço para o torcedor nesses níveis político-bucocráticos. Trata-se de espécie de ausência – ou exterioridade – do torcedor colorado ou gremista como ente pertencente às suas sociedades clubísticas.

A título de comparação, fiz o exercício de procurar pelos termos “torcedor” e “associado”, além de seus cognatos, nos dois Estatutos Sociais. Enquanto que a segunda categoria apareceu em mais de uma centena de oportunidades em cada

clube, a primeira ocorreu somente duas vezes no caso colorado, e três, no gremista. Nos dois cenários foram aparições incidentais, relacionadas às condutas de outros sujeitos definidos nos estatutos, como a Ouvidoria, cuja função é atender demandas do torcedor, ou ao código de conduta do torcedor, um documento relacionado que define regras durante o espetáculo futebolístico.

Em nenhum momento há normativas e especificações nesses documentos sobre os torcedores desses clubes. Por certo, não é como se não existissem ou não fizessem parte do cotidiano deles. Enquanto que o “associado” é o sujeito por excelência dos estatutos sociais e, por consequência, dos clubes, o “torcedor”, não é considerado nos círculos formais da política. Nesses clubes, não existem conselhos de torcedores, representações torcedoras ou coisa que o valha. Ao mesmo tempo, quando sua menção se refere ao código de conduta no estádio ou a órgãos como a ouvidoria, temos o indício de que o “torcedor” se faz notar pela entidade em um movimento desde fora adentro, revelando sua posição exógena em relação às sociedades de futebol.

2.4.3. A CONDIÇÃO EXÓGENA DO TORCER

Avaliar hoje o estatuto do torcer – pedra angular desta tese – implica colocar em perspectiva a figura do torcedor em relação a outras que compõem o futebol, entre elas: a do jogador, a do dirigente, a do organizador, a do patrocinador, a do empresário, a do cronista e, aquela que lhe é mais semelhante, a do associado. Este ente também não joga, não monta equipes nem arbitra competições. Ao mesmo tempo, ele torce pelo clube do lado de fora dos bastidores, sendo, via de regra, também um torcedor. Por cumprir com obrigações sociais, porém, é admitido na vida institucional e política da entidade e em espaços restritos de sociabilidade e recreação. Tem entradas livres para o estádio e, em alguns casos, uma área especial. Em outros casos, piscinas, churrasqueiras e outras infraestruturas de lazer.

Ao retomar o contexto da formação dos clubes de futebol no Brasil, recuperando a época dos *sportsmen*, dos *players* e dos *meetings*, não pretendi indicar que aquelas associações fossem as mesmas que as de agora. Quando surgiram na

primeira década do século XX, Internacional e Grêmio tinham pequenos e selecionados quadros sociais. Aproximadamente 40 pessoas em cada clube, incluindo personagens ilustres da alta sociedade porto-alegrense. Uma realidade difícil de imaginar na contemporaneidade, quando ambos rondam os 100 mil associados.

Recordando os demais clubes que proliferaram naquele momento – muitos dos quais sequer formando equipes para competir com outras entidades, mas mantendo o futebol como atividade destinada à prática de seus associados –, podemos destacar a presença de uma sociabilidade marcadamente associacionista a partir de certos estratos sociais, e que perduraria ao longo do século XX. É também difícil imaginar, após a decadência desses espaços sociais, mas eles reproduziram um modo de se relacionar com os esportes e com o lazer em territórios comunitários e restritos, onde os associados eram ao mesmo tempo coproprietários, jogadores e torcedores da instituição. Conforme Rocha (2013), que se dedicou a compreender como se formou a classe dos dirigentes, havia, no início, um cenário de indistinguibilidade geral:

(...) nas representações tipo-ideais dos primeiros cartolas é interessante observar que não havia, no período de formação do campo esportivo, uma separação estrita e estreita entre os praticantes do esporte e os organizadores do jogo: são os próprios jogadores como Charles Miller, Oscar Cox, Francis Walter os responsáveis diretos tanto pela organização quanto pela prática do espetáculo (Rocha, 2013, p. 31).

Um século depois ninguém esperaria que jogadores fizessem também os papéis de organizadores das competições, de dirigentes e de associados dos clubes. Com a difusão exitosa do futebol, os agentes desse mundo tomariam contornos mais precisos. Por esse motivo, não ousaria dizer, de modo algum, que os clubes como os conhecemos agora podem ser equiparados aos oriundos da virada para o século XX. Os associados atuais raramente teriam a oportunidade de jogar futebol ou o interesse em praticar outros esportes nas dependências sociais. Mais do que isso, após os recentes planos de expansão dos quadros sociais dessas entidades, quando Internacional e Grêmio tiveram vertiginoso aumento em menos de dez anos, pode-

se conjecturar que o interesse tenha se convertido principalmente no consumo clientelizado do futebol.

De qualquer maneira, o que tenho denominado como herança associacionista poderia ser uma via de entendimento para o caráter restrito e selecionado dos clubes sociais em que o “associado”, pensado como sujeito histórico, mantém direitos e acesso à participação política formal. Os torcedores são milhões, os associados são milhares.

O “torcedor”, por sua vez, em sua vasta maioria, se relacionou com seu clube alijado das instâncias formais e legítimas de participação. Não pertencendo politicamente às sociedades clubísticas formadas no começo do século XX, foi o protagonista de outras sociedades esportivas, as sociedades torcedoras. Essas sim, suas comunidades políticas por excelência. Nos capítulos seguintes, especialmente no **Capítulo 5**, veremos algumas das diferentes formações torcedoras conhecidas desde então no Brasil e seus modos de organização, pensando sempre nas diferentes socialidades desses coletivos.

Quando posicionamos essas sociedades torcedoras em relação a outras sociedades futebolísticas é possível conjecturar sua condição intrinsecamente exógena ao jogar, tanto pela impossibilidade de interferir nas partidas, terreno dos jogadores; como pela impossibilidade de participar formalmente da política do clube, terreno dos associados. Ao mesmo tempo, o torcer também comporta uma socialidade insubordina que busca driblar interdições: não podendo jogar, o torcedor tenta ser o “12º jogador”; não podendo contratar e demitir os profissionais, o torcedor aplaude ou vaia, manifestando suas vontades; não podendo ser parte da instituição, o torcedor se apossa simbolicamente do clube.

**II. ANTROPOLOGIA
POLÍTICA DO
TORCER**

Capítulo 3

3. Performances do torcer

Ao longo da exposição anterior, procurei, portanto, destacar a *herança associacionista* presente no futebol brasileiro, visto que os clubes ainda se imaginam e se organizam como associações de futebol. O interesse foi o de compreender qual a posição relativa de outro sujeito histórico nesse primeiro momento: a *torcida*, ou mais precisamente, as *torcedoras* que, ao que tudo indica, devido à impossibilidade de *jogar* e de se *associar*, foram as primeiras a constituírem a categoria ainda nos primeiros anos do futebol brasileiro.

No capítulo que segue, trago aspectos contemporâneos do torcer desde a perspectiva etnográfica. A exposição busca descrever experiências do coloradismo, que serão categorizadas como performances torcedoras, nos estádios de futebol. São dois pontos principais que orientam a divisão do texto em duas seções: (1) o primeiro deles explora os espetáculos esportivos acompanhados ao longo da pesquisa, tanto do futebol masculino como feminino. Aqui o foco recai sobre etiquetas de comportamentos e os territórios que se produzem dentro dos estádios; (2) o segundo ponto abordado é uma proposta de categorização de formas de organização torcedoras – e respectivas socialidades – observadas que serão referência para a discussão teórica sobre as lógicas de formação de sociedades do torcer.

Figura 9: Beira-Rio em construção. Anos 60. Posteriormente, o entorno seria aterrado, dando espaço para os Parques Gigante e Marinha. Fonte: Arquivo Histórico S.C.I.



3.1. Palcos, públicos e performances

3.1.1. O INTER DO BEIRA-RIO

No segundo semestre de 2019, adquiri um dos planos de associação do Internacional e fiz minha mudança para o bairro Praia de Belas, mais precisamente para a Avenida Padre Cacique. Passei a residir a menos de 50 metros do Estádio José Pinheiro Borda, ou Beira-Rio. Com a mudança para as vizinhanças, pretendia viver de perto, ao mesmo tempo, o Inter dos jogos de futebol como também o clube e as torcidas em suas rotinas mais banais do cotidiano.

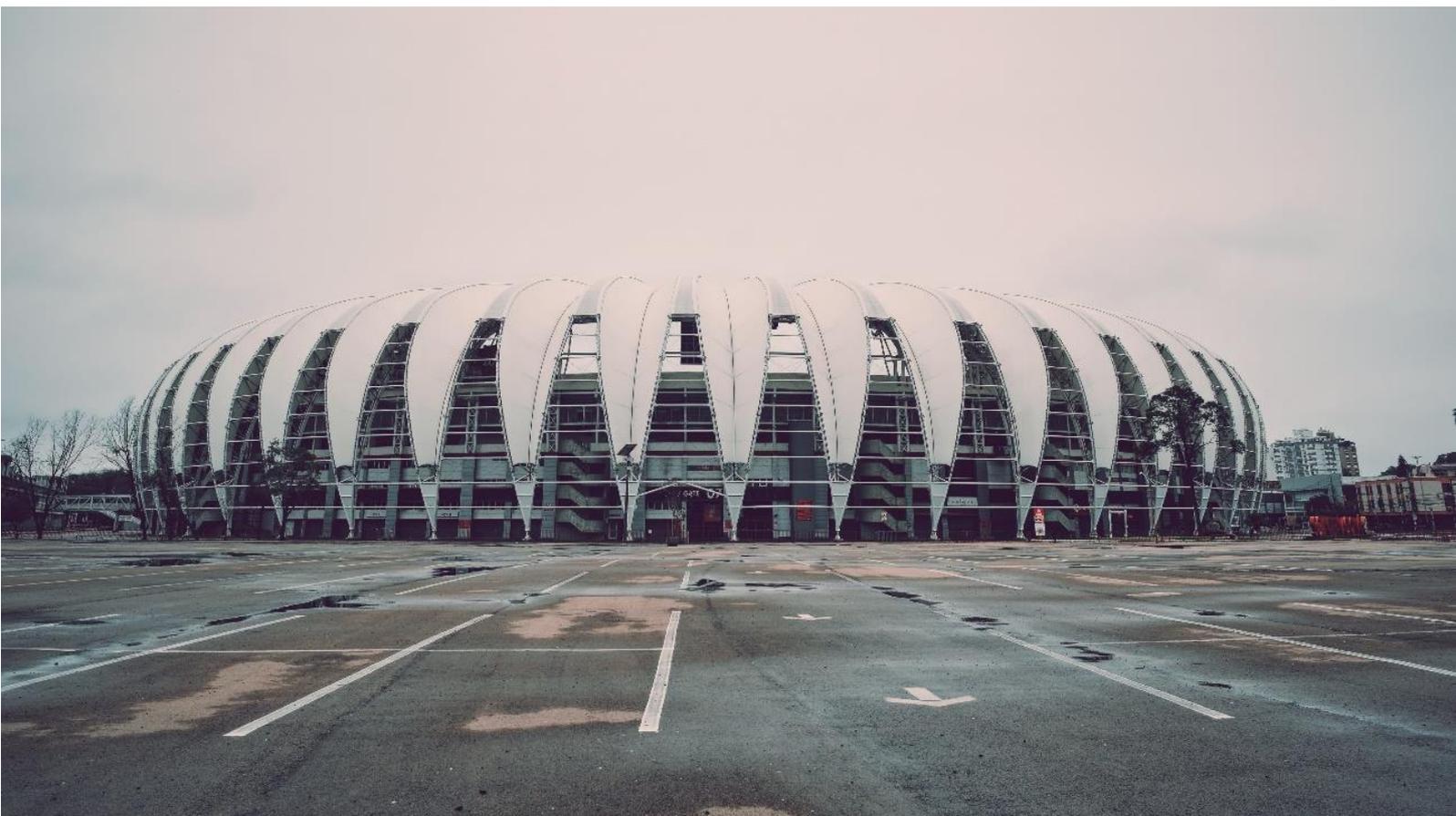
Às margens do Guaíba, a casa dos colorados está em uma região predominantemente residencial com a maior parte de sua área ocupada pelos parques Gigante, Harmonia e Marinha do Brasil, que são grandes áreas verdes utilizadas para o lazer e para a prática de esportes. De urbanização recente e bem atendido pelo transporte público, a região comporta duas largas avenidas que são cruciais para a ligação entre os bairros centrais e a zona sul da cidade.

A história dessa urbanização, aliás, teve relação direta com o a do clube de futebol. A região onde fica a maior parte do que hoje é o bairro Praia de Belas era parte do rio Guaíba até a primeira metade do século passado e foi sendo aterrada gradualmente. Essa área, inclusive, já figurava em diferentes estudos de remodelação da cidade, em princípio em projetos de cunho sanitaria como o “Plano Geral de Melhoramentos” (de 1914) cujos fins eram voltados sobretudo para infraestrutura viária e saneamento (Bohrer, 2001, p. 69). Posteriormente, no seu projeto definitivo de urbanização (de 1955), bem como no Plano Diretor de Porto Alegre (de 1959), quando foi pensada, aos moldes do planejamento urbano de Brasília, enquanto modelo habitacional do paradigma corbusiano: utópico, artístico e funcional (Machado, 2014).

Em um contexto que era tanto de crescimento urbano como de consolidação da dupla Gre-Nal, Porto Alegre chegava ao momento de expansão dos seus estádios. Em nível nacional, o país havia recém recebido a Copa do Mundo de 1950, que teve o protagonismo do Estádio Maracanã abrindo a era dos estádios gigantescos (Damo, 2021; Mascarenhas, 2014). Porto Alegre esteve presente com a realização de duas partidas, porém no acanhado Eucaliptos, estádio colorado.

O evento podia não movimentar cifras como as que movimenta atualmente, mas deixaria a sensação de que os estádios da cidade podiam estar defasados. Neste sentido, o Grêmio tomou a dianteira e, em 1954, deixou o antigo Fortim da Baixada no Moinhos de Vento, migrando para o bairro da Azenha, onde construíra o Estádio Olímpico. Não mais formado por um pavilhão social além de um ou dois lances de arquibancadas, seria inaugurado com um anel inferior de arquibancadas, sendo consideravelmente maior do que a casa anterior.

Figura 10: Beira-Rio, lado sul. Um estádio padrão FIFA. Julho/2020.



Do lado colorado, também se tinha a compreensão de que um novo estádio seria necessário, dadas as proporções que o futebol tomara. Assim, em 1956, vereador da cidade Ephraim Pinheiro Cabral, presidente do Internacional entre 1951 e 1952, apresentaria um projeto para doação de uma área pública para seu clube, com o fim de construir um novo estádio. O terreno, como sabemos, deveria ser aterrado para que, somente em 1969, o Beira-Rio fosse concluído. Com dois anéis de arquibancadas, além de uma “geral” – denominada coreia⁶² – abaixo da altura do campo, a obra era ainda maior do que a do rival. Além disso, ajudaria o Internacional

⁶² A coreia era o setor popular do antigo Beira-Rio. Seus preços eram baixos, podendo os ingressos serem adquiridos até com trocados que os torcedores mais humildes ganhavam de outros, momentos antes de o jogo começar. O conforto não era a prioridade e o ângulo de visão – na linha dos joelhos dos jogadores – não proporcionava uma visibilidade muito abrangente do espetáculo esportivo. Por outro lado, gracejos e jocosidades eram os principais atrativos para o público. Vamos falar mais sobre o tema no **Capítulo 5**, quando discutidas as transformações do torcer na era Beira-Rio. Por ora, importa mencionar que esse setor, extinto de 2004, é uma espécie de patrimônio do coloradismo, representando a popularidade do clube entre a população negra e entre os mais humildes.

a interromper logo em seguida o domínio esportivo gremista que perdurara desde a segunda metade dos anos 50 no nível estadual.

Muitas décadas depois, já no contexto da organização da Copa do Mundo de 2014, o Beira-Rio seria escolhido como uma das doze sedes da competição. No processo que a literatura tem definido como o de “arenização” (Oliveira Jr, 2017; Simões, 2017; Bocchi, 2016; Curi, 2012; Mandelli, 2018; Lopes & Hollanda, 2018), o estádio seria submetido a drástica reformulação para adaptação ao “padrão FIFA”. Muito embora tenha conservado sua estrutura original, passou a ser frequentemente referido como o “Novo Beira-Rio”.

Atualmente, os dias de jogo no Beira-Rio são interrupções na rotina do bairro. A região que possui poucos bares e restaurantes é tomada pela presença dos *food trucks* e dos vendedores ambulantes. A depender do horário da partida e do volume de público, o trânsito veicular se torna denso e vagaroso. Com suas camisas e bandeiras, os colorados pintam o bairro de vermelho; com suas cantorias, organizadas ou não, anunciam a proximidade de mais uma partida. Nestes momentos, há maior concentração de pessoas em três pontos: no Parque Marinha, nos bares ao redor do estádio e no próprio pátio do Beira-Rio.

O pátio do estádio é um ponto de passagem e também local de encontro em que as pessoas utilizam locais de referência (a “estátua do Fernandão”⁶³, a bandeira ou o letreiro) para se reunirem antes ou depois das partidas. Ali é possível comprar cerveja tanto das tendas autorizadas pelo clube quanto dos ambulantes e suas inventivas promoções sempre negociáveis no *tête-à-tête*. Além disso, costuma ser o ponto de concentração das torcidas organizadas momentos antes da entrada ao campo de jogo.

Aqueles que permanecem no parque podem ser divididos em dois grupos principais: os torcedores que procuram pelas opções de comida e de cervejas artesanais que só podem ser obtidas ali e por um preço que varia entre 10 e 12 reais

⁶³ Estátua de bronze inaugurada em 2014 em homenagem à Fernando Lúcio da Costa (1978-2014), Fernandão, que foi jogador do Internacional entre 2004 e 2008 e capitão do time que ganhou a Copa Libertadores da América e o Mundial de Clubes da FIFA em 2006.

o copo; e aqueles que aproveitam o espaço para prepararem assados em suas churrasqueiras portáteis. Estes normalmente compõem grupos de 10 a 20 pessoas, chegam com antecedência, assam suas carnes horas antes do jogo e levam, em isopores, suas próprias bebidas, além de bandeiras e trapos de apoio ao clube e identificação do grupo.

Os bares nos arredores do estádio possuem pouca diversidade entre si. A maior parte deles está na área privada do clube sujeitando-se a contratos que regulam inclusive quais marcas de bebidas podem ser comercializadas e praticando preços mais altos nos alimentos. Afora estas opções, os torcedores podem recorrer à conveniência de um posto de combustíveis próximo e a outros bares que se localizam no lado oposto da avenida.

Quanto ao público, é preciso dizer que o Internacional é lembrado como um dos primeiros clubes do Brasil a implementar um programa de associação massiva de torcedores, tendo superado a marca dos 100 mil sócios em 2009, que foi o ano de seu centenário (Rodrigues F. F., 2010). Atualmente, há duas modalidades principais para adesão de novos torcedores: as opções “Campeão do Mundo” e “Nada vai nos separar” que garantem a prioridade na compra do ingresso e desconto no mesmo e em outros produtos. As mensalidades custam, ao sócio, respectivamente 50 e 25 reais. A exceção é a modalidade “Academia do Povo”, acessível somente às classes mais populares, e instituída recentemente após a pressão do movimento O Povo do Clube (PdC) com o propósito de trazer novamente ao estádio as pessoas que foram afetadas pelo processo de elitização do futebol. O valor mensal é de 10 reais, assim como o preço do ticket. Como condições para adquirir o plano, o interessado deve comprovar renda de no máximo dois salários mínimos ou situação ativa nos programas sociais do governo federal.

O tema dos planos sociais será retomado no **Capítulo 7**, por hora, importa mencionar que, considerando que a quantidade de associados é muito superior à capacidade do estádio, é recorrente que, nas partidas mais concorridas, sequer ocorra a venda de ingressos para torcedores que não estejam vinculados por planos de associação, o que provoca uma sazonalidade no ritmo das adesões. Em 2019, por exemplo, com o avanço às fases finais da Copa Libertadores e da Copa do Brasil, a

falta de ingressos se repetiu, provocando súbito aumento no quadro social, bem como diminuição da inadimplência⁶⁴.

Com a reformulação de 2014, houve redução da capacidade de público total, passando, num primeiro momento para 45 mil lugares, com cadeiras em todos os setores. Depois de alguns anos, finalmente atendendo à demanda por um setor sem cadeiras para a torcida organizada, teve a capacidade ampliada em 5 mil novos lugares. Para tanto, foram instaladas barras antiesmagamento e paredes de acrílico de aproximadamente dois metros de altura para o isolamento deste setor em relação aos demais.

A área escolhida para retirada das cadeiras foi o anel inferior da curva sul, acessível via Portão 7 e ocupado historicamente pela Guarda Popular, que se manteve no local. Embora houvesse a indicação do Ministério Público para que todas as torcidas organizadas passassem ao novo setor, a direção do clube, em conjunto com as lideranças das torcidas, decidiu que não houvesse a migração das demais. A decisão decorreu da compreensão de que, devido ao modo como se territorializam os grupos de torcedores, a mudança poderia levar a novos conflitos.

Assim, a Camisa 12 se manteve no anel inferior da curva norte, próximo à Força Feminina Colorada. No anel superior, foram alocadas a Força Independente Colorada e a Nação Independente. Todas elas estão dispostas na chamada “área livre”, que é setor mais barato do estádio que compreende as partes posteriores às duas goleiras.

3.1.2. PERFORMANCES, ETIQUETAS E PEQUENOS TERRITÓRIOS DO TORCER

A respeito da recente transformação dos principais estádios do país, incluindo o Beira-Rio, é possível afirmar que provocou mudanças tanto na composição dos públicos quanto em seus comportamentos⁶⁵. A entrada do marketing esportivo na gestão das atuais arenas multiuso, por exemplo, tem agenciado um mercado do

⁶⁴ Esses dados também podem ser obtidos no Portal da Transparência do Internacional, supracitado.

⁶⁵ Sobre a relação entre a transição para os estádios FIFA e a interdição ou mesmo o questionamento de comportamentos antes legítimos, cf Bandeira (2019, pp. 125-238).

futebol bem como um tipo próprio de espectador do esporte, construído então a partir das noções de “fã” ou de “cliente” e não necessariamente pela ideia de “torcedor” (Oliveira Jr, 2017). Nesse modelo de gestão dos públicos e seus diferentes modos de envolvimento com o evento esportivo⁶⁶, “conforto” e “segurança” se tornaram categorias centrais para a conformação de arquiteturas que extinguíram alambrados, grades, fossos e outras tecnologias de confinamento e contenção dos torcedores (Damo, 2017b) – mas não somente, extinguíram também determinadas *performances torcedoras*⁶⁷.

Figura 11: Setor Coração do Gigante, Set/2019.



⁶⁶ Para uma proposta analítica dos vínculos que as pessoas estabelecem com seus times de futebol, cf. Giulianotti (2002).

⁶⁷ Há algumas décadas, o conceito de *performance* tem sido empregado na antropologia com recorrência, e até indistinção (Langdon, 2007). Neste caso, considerando que o ato de torcer se constitui enquanto uma ruptura do cotidiano, afinal está vinculado diretamente com o jogo de futebol, busquei elaborar uma adaptação conceitual que visibilizasse seus aspectos rituais e poéticos. Para isso, recorri à literatura das artes, da música, da dança, da oralidade, entre outras (Bauman, 1977) ligadas ao estudo da linguagem tributário de Austin (1975). Já debati esses conceitos em minha dissertação de mestrado (Teixeira Pinto, 2015) a respeito das diferenças poéticas na produção musical do rap. Assim, entendendo que torcer também envolve disposições verbais, gestuais, corporais, além de códigos de vestimenta, considero válida a noção de *performance torcedora*, que atravessa esta tese do início ao fim, dado que é uma chave para pensar a variedade de participações torcedoras nos jogos de futebol.

Ao longo da pesquisa, busquei frequentar diferentes setores do estádio e, apesar da reconfiguração pós-reforma, pude notar ampla variedade de etiquetas conformadas nos locais visitados. Com exceção dos camarotes, a setorização atual do Beira-Rio tem nas áreas centrais, tanto do anel inferior quanto do superior, seus pontos mais valorizados economicamente. Na semifinal da Copa do Brasil de 2019, estive nas cadeiras administradas pela BRIO, uma sociedade de empresas que conduziu a remodelação do Beira-Rio e que, graças ao contrato da reforma, manteve a gestão da comercialização de algumas áreas do estádio. Naquele ponto, é possível ficar a pouquíssimos metros da casamata dos times, ver nitidamente jogadores e até escutar as instruções dos técnicos.

As cadeiras da BRIO, na área intitulada Coração do Gigante, são de acesso livre para seus locatários que assinam planos anuais cuja mensalidade é de aproximadamente 200 reais. Nesta partida que acompanhei, o ingresso avulso custava 140 reais. Era possível perceber que a faixa etária do local incluía a presença de poucos jovens, a maior parte deles acompanhados por familiares.

Devido à proximidade com o campo, a vista do local dava pouca perspectiva sobre as distâncias no jogo, especialmente quando as ações se desenvolviam do lado oposto. Isso induzia à uma tendência de se levantar com o propósito de obter um melhor ângulo para acompanhar esses momentos. Como consequência disso, não raro, os torcedores sentados nas fileiras um pouco mais acima gritavam aos de baixo: “Senta aí!”. A interdição aos que se levantavam só era amenizada nos momentos mais dramáticos do jogo.

As principais manifestações da torcida eram os diálogos travados com a pessoa ao lado, conhecida ou não. O que incluía breves análises sobre o time ou sobre os lances do jogo. Havia os gritos direcionados ao técnico, principalmente, e jogadores na casamata: sugestões de modificações na equipe, xingamentos, incentivos. Finalmente, alguns cânticos discretos quando as músicas mais conhecidas da torcida organizada ecoavam pelo setor. Eram poucos aqueles que seguiam as cantorias e quando acontecia, faziam-no por apenas um verso ou dois.

Embora se tratasse de uma das partidas mais aguardadas da temporada, afinal o time estava muito perto de chegar à final de uma competição nacional bastante cobiçada, a maioria dos frequentadores se mantinha sentada, dando-se liberdade para demonstrações de euforia apenas nos momentos-chave: início do jogo, gols, cartões, lances perigosos. Na verdade, o “senta e levanta” das cadeiras era provocado mais até pelo trânsito de vendedores de alimentos e bebidas do que pelas ações do jogo, o que faz com que os frequentadores deste sejam considerados “frios”, isto é, pouco contagiados e afetados pela partida.

Em outras oportunidades, estive no extremo oposto, isto é, nas últimas fileiras do anel superior. Em vez de proximidade com o campo, distância e altura. Lá, perde-se a precisão de detalhes, como as feições dos jogadores e os sons da partida, no entanto, obtém-se uma visão geral do posicionamento das equipes. Neste setor, estabeleci interlocuções voluntárias e involuntárias.

Na primeira semana de março de 2020, o Inter jogava contra a chilena Universidad Católica pela fase de grupos da Copa Libertadores. Depois das frustrações esportivas no ano anterior, a direção trouxera, em busca de “novas ideias”, um treinador estrangeiro que jamais havia trabalhado no Brasil. Suas primeiras escalações geravam questionamentos que não eram aliviados nem quando considerados os menos de dois meses do novo técnico na cidade. Naquela noite, o time criava algumas chances para marcar, mas errava nas definições.

As fileiras superiores costumam ser as menos ocupadas nos jogos. Um perfil recorrente é o do torcedor que assiste à partida sozinho com seus fones de ouvido, escutando as transmissões radiofônicas. O fato de ser uma partida qualificada deixava o local mais ocupado do que o costumeiro. Justo ao lado, um torcedor esbravejava a cada chance de gol perdida no ataque. Reclamava dos jogadores e não dava trégua ao técnico colorado: “Tem que mandar embora esse argentino!”, “o Inter conseguiu piorar agora”. Os gritos eram intensos, constantes, um pouco acima do tom usual e chamavam atenção de todos ao redor. Temerosos pela agressividade desses gritos, alguns se moviam em direção às cadeiras mais afastadas quando outro torcedor pediu que aquele se acalmasse.

Houve discussão. O primeiro dizia que gritaria o que quisesse gritar. O segundo respondeu que ele estava gritando com exagero dentro de seus ouvidos. Um terceiro se aproximou, aparentando conhecer o primeiro, e sugeriu que deixasse passar e gritasse um pouco menos.

Neste ponto do estádio, além dos chamados *corneteiros*, que são torcedores que se comportam como se suas instruções pudessem ser ouvidas pelos jogadores, também é comum encontrar pequenos grupos que aproveitam o local mais sossegado para assistirem ao jogo conversando e fazendo piadas. Certa vez, em um jogo de baixo público e, por consequência, pouco trânsito naquele setor, aproximei-me de uma dupla de jovens e estabeleci uma conversa breve. Em poucos minutos, estava perguntando a eles por que preferiam aqueles lugares. Um dos dois respondeu que ali era “mais de boas” – mais calmo – e apontou para a borda do anel superior: “aqui dá pra *fumar um* [maconha] tranquilo sem ninguém incomodar”.

Destaco, além dessas formas de assistir ao jogo, ainda uma menos esperada pela nova arquitetura do estádio, porém muito recorrente: os torcedores que preferem os locais de aglomeração. No Beira-Rio, embora os ingressos indiquem especificamente o portão de acesso para cada um, é possível se mover, através da parte interna do estádio, de um extremo a outro. A dita “área livre”, de preços mais acessíveis, pode ser acessada por qualquer um que esteja pelo local, mesmo que seu ticket indique outro setor. Em partidas importantes, quando o público supera a marca dos 40 mil presentes, a curva sul costuma ser a mais requisitada em ambos os anéis. Neste lado, localiza-se a banda da Guarda Popular e é possível escutá-la em alto e bom som. Quando ocorre o preenchimento de todos os assentos, as pessoas, que poderiam buscar o setor menos ocupado, escolhem permanecer em pé inclusive nos corredores que separam as fileiras de cadeiras, bastante aglomeradas em meio a desconhecidos.

Na mesma edição da Libertadores, acompanhei a um dos jogos nestas condições. As piadas sobre a lotação do espaço e sobre o desempenho do time circulavam entre os desconhecidos. A visibilidade do campo não era a melhor, considerando o volume de pessoas subindo e descendo pelas escadas. Alguns passavam e logo percebiam que não haveria mais lugares acima e voltavam. Em

seguida, aparecia o vendedor ambulante com seu isopor, fazendo com que todos se apertassem ainda mais. Um homem desacompanhado, com seus fones de ouvido, repetia aos que estavam ao redor o que havia acontecido na última jogada. Tirava dúvidas sobre qual teria sido a marcação da arbitragem em um lance confuso, informava quem havia recebido o cartão amarelo. O Inter se aproximava de marcar seu gol e isso aumentava a euforia da massa de desconhecidos. Os cânticos eram cada vez mais altos até a chegada do momento esperado: o time fazia o primeiro gol da noite. O mesmo homem, antes desacompanhado, finalmente se abraça com dois jovens de cabelo platinado ao seu lado. Copos voam, bebidas respingam.

Embora o modelo de “estádio FIFA” tenha conseguido restringir economicamente o espetáculo esportivo, além de modificar a composição e o comportamento dos públicos, propondo-se a atender à expectativa de uma performance torcedora de alto poder aquisitivo – a julgar pelo encarecimento do preço das entradas, dos estacionamento e dos demais produtos – e que prefere estar sentado sendo atendido pelos vendedores de pizza, cachorro quente e bebidas, foi possível observar e experimentar uma relativa diversidade de usos – incluindo alguns transgressores –, como no caso dos jovens que procuram pelas áreas menos movimentadas para fumar maconha até torcedores que deliberadamente se colocam nos lugares mais aglomerados em que a visibilidade é menor e o pouco espaço não apenas impede sentar como também obriga a mover o corpo em função do conjunto de pessoas desconhecidas.

3.1.3. ...E O INTER DO SESC

Com o retorno da permissão de públicos nos estádios de futebol após o início da pandemia de Covid-19 já no segundo semestre de 2021, decidi reiniciar a pesquisa de campo nos estádios, porém centrando-me, desta vez, no time e na torcida organizada de mulheres do Internacional, a Força Feminina Colorada. Pretendia acompanhar de perto um outro futebol, menos hegemônico e divulgado para colocar

em perspectiva a experiência do Beira-Rio⁶⁸. A presença do Internacional nos campeonatos femininos se mostrava mais interessante do que seguir os circuitos amadores ou as ligas menores, afinal eu poderia reencontrar as mesmas torcidas organizadas e os associados do mesmo clube em evento diferente, também do mais alto nível de competição esportiva.

Os termos “futebol feminino” e “futebol de mulheres” designam conceituações distintas e, por consequência disso, carregam implicações próprias. Enquanto que o primeiro contribui para reproduzir uma noção de feminilidade, o segundo indica um universo em que predominam mulheres em sua diversidade (Kessler, 2015). Tendo ciência desta discussão terminológica, mantenho o emprego de ambos pois aparecem no campo pesquisado como categorias êmicas. O caso do Internacional, neste sentido, é interessante para pensar o rearranjo deste universo à medida em que estas reflexões foram também incorporadas ao cotidiano de jogadoras e torcedoras. Criado em 1983, o “futebol feminino” do clube funcionou de forma esporádica e descontínua até o começo dos anos 2000. Reativado em 2017, o “time feminino” passou a ser chamado institucionalmente, na comunicação externa do clube, de “time das Gurias Coloradas”⁶⁹. Esta alcunha teve sucesso e hoje é a definição mais empregada por quem acompanha a modalidade.

Recapitulando, de forma resumida, é notável que esse reinício das atividades do Internacional ocorrido no fim da década passada, insere-se no recente contexto em que a CONMEBOL, obrigou os clubes que participam do circuito continental a formarem também equipes de mulheres. A medida tomada pela confederação em 2019 ajudou a consolidar o Campeonato Brasileiro Feminino, cuja primeira edição organizada pela CBF aconteceu em 2013⁷⁰, com calendário anual, iniciando-se em

⁶⁸ Por “outro futebol”, assumo o entendimento de que apesar de este esporte ter sido comumente simplificado à prática profissional e espetacularizada dos homens, é possível pensa-lo em sua diversidade configuracional, especialmente por via da categoria “futebóis” (Damo, 2005; 2018a; Kessler, 2015).

⁶⁹ Vide as contas oficiais do clube nas redes sociais Instagram e Twitter, com os perfis *guriascoloradasoficial* e *@ColoradasGurias*, respectivamente. Cf. o texto “Gurias Coloradas – História” divulgado pelo clube em <https://internacional.com.br/organizacao-feminino> (acessado em 05/06/22).

⁷⁰ Em âmbito nacional, a competição é antecedida pela Taça do Brasil de Futebol Feminino (1983-2007) e pela Copa do Brasil de Futebol Feminino (2007-2016).

março e tendo término em setembro. Além disso, incluindo a criação de segunda e terceira divisões, formando um circuito nacional que reuniu, em 2022, 64 equipes.

O cenário de crescimento dos campeonatos do futebol de mulheres parece coincidir também com o recente interesse acadêmico em sujeitos que foram ignorados pela historiografia do esporte (Goellner, 2005; Broch, 2021). Nesse caso, é importante mencionar que há registros de que as mulheres tenham participado do antigo *foot-ball* ainda no começo do século XX, no entanto normalmente em festividades, partidas de futebol misto e desfiles, começando a aparecerem os *teams femininos* dos clubes, de acordo com a literatura, a partir dos anos 1920 (Bonfim, 2019). Poucos anos depois, o Estado-Novo de Getúlio Vargas – que, como vimos no **Capítulo 2**, visava usar o esporte para a construção do chamado “caráter nacional” – proibiria, via Decreto-Lei 3.199/41, as mulheres de participarem do que considerava serem “práticas incompatíveis com as condições de sua natureza”, entre elas o futebol.

Os anos de proibição durariam até 1979, quando da revogação do Decreto-Lei. Ainda que esse período tenha sido determinante para impedir o crescimento, a difusão e a popularização da modalidade, muitas mulheres não deixaram a prática do futebol, mesmo que afastadas dos clubes esportivos e na ilegalidade (Goellner, 2021). Já na década de 80, alguns clubes iniciariam equipes para a participação nos chamados campeonatos femininos. A Seleção Brasileira de Futebol Feminino, por exemplo, faria sua estreia somente em 1986.

Com as transformações pós-proibição, o Internacional também criaria seu time feminino, conquistando os títulos de 1983 e 1984 do campeonato gaúcho. Essas, a propósito, foram as únicas edições disputadas nos anos 80, antes do hiato que se estenderia até 1997. O retorno do futebol mulheres colorado em 2017, porém, é que seria um importante marco, agora com a modalidade profissionalizada no clube, em sintonia com a incipiente profissionalização em curso no Brasil⁷¹.

⁷¹ Segundo o clube, todas as atletas passaram ao regime profissional, enquanto que as jogadoras das categorias de base possuem contratos de formação. Para um quadro mais detalhado dos processos de profissionalização e das carreiras de jogadoras, cf. Almeida (2018).

Figura 12: O modesto estádio do Sesc conta com apenas um setor de arquibancadas. Não há proteção contra o sol e a chuva. Mar/2022.



Diferentemente do time dos homens que joga sempre no Beira-Rio, o das mulheres tem como casa o pequeno estádio do Sesc Protásio Alves ⁷², um equipamento esportivo que não pertence ao Internacional, situado em uma movimentada avenida da zona leste da cidade, a 10 quilômetros da sede colorada. O campo, encravado no interior de uma associação esportiva de tipo campestre, não recorda os estádios habituais em que os torcedores se reúnem no entorno de bares e de vendedores ambulantes. Para acessá-lo, é preciso adentrar a calma do clube até que, uns bons metros adiante, surjam os estacionamentos, onde os torcedores começam a ser vistos. Adiante, é possível ver o único pavilhão de arquibancadas com

⁷² O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição privada vinculada à Confederação Nacional do Comércio criada em 1946. Tem diversas sedes distribuídas pelo Brasil e atua nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência.

assentos nos cerca de mil lugares, mas sem qualquer cobertura, o que deixa o público exposto aos dissabores de sol, chuva, vento, calor e frio.

Na campanha da primeira fase do Campeonato Brasileiro de 2022, só dois jogos foram realizados no Beira-Rio, outro ocorreu no Estádio Cristo Rei, em São Leopoldo, e os demais neste estádio do Sesc. Essa escolha do clube quanto ao campo de jogo, quase sempre longe do Beira-Rio, gera controvérsia entre as torcidas, como atesta uma das faixas, que quase sempre aparece no Sesc, e que pede as Gurias Coloradas no Beira-Rio.

Quanto às performances do torcer, o primeiro ponto a chamar atenção é para a composição das torcidas organizadas. No Sesc, apenas a Força Feminina Colorada (FFC) se fez presente em todas as partidas, levando dezenas de torcedoras, embora seja a mais jovem das torcidas credenciadas no Relacionamento Social do Internacional, com um contingente de 200 participantes, número substancialmente menor do que outras torcidas. A Guarda Popular, a Camisa 12, a Nação Independente e a FICO que estão sempre presentes em seus setores no Beira-Rio para ver e apoiar o time masculino, não apareceram em número expressivo, nem levaram suas bandas, ao Sesc durante o período observado. No melhor dos cenários, foi possível avistar pessoas avulsas identificadas com estes grupos. As características dessas organizações torcedoras logo serão abordadas, no tópico seguinte. De momento, gostaria de registrar a ausência delas.

Por outro lado, a FFC, durante a temporada de 2022, foi o único grupo visto constantemente nas duas modalidades. Diferentemente do Beira-Rio, no Sesc, elas ocupam um pedaço considerável da arquibancada e protagonizam a produção de sons e imagens, com os gritos de incentivo, bem como a banda e as faixas, durante a partida. No Sesc, além da presença desse grupo composto em larga maioria por mulheres, há outros perfis cuja presença é significativa. Ao contrário do Beira-Rio, pareceu comum e autorizada a expressão pública de casais homoafetivos de mulheres, ensejando o que já foi descrito enquanto um espaço para a visibilidade de afetividades não normativas (Kessler, 2021). Além disso, é notável a presença de grupos de famílias e crianças, incluindo algumas de colo. Um perfil que aparentou ser minoritário foi justamente aquele que parece ser o predominante no Beira-Rio,

o dos homens jovens, nas faixas etárias dos 20 e dos 30 anos. Pude vê-los acompanhando namoradas, mas dificilmente reunidos em grupos com outros homens, como tanto o fazem nos jogos masculinos.

O repertório das expressões verbais que podem ser ouvidas nas arquibancadas, aliás, difere substancialmente daquilo que é dito no jogo dos homens no Beira-Rio. Durante a temporada acompanhada no Sesc, não registrei vaias contra o time colorado ou contra as jogadoras, inclusive nos momentos de erros repetidos. Considerando o tamanho do estádio, a proximidade com o campo de jogo e o público não tão volumoso, é tanto possível escutar muito do que é dito dentro das quatro linhas como se fazer ouvir lá. Apesar disso, os torcedores *corneteiros* são raros.

Em vez das críticas, uma performance reiterada foi a do torcedor que dá ordens e instruções ao time. No jogo contra o São José na primeira fase do Campeonato Brasileiro, por exemplo, o Inter, que disputava as primeiras posições, chegava ao fim do jogo empatando contra uma equipe tecnicamente inferior, que tentava escapar da zona de rebaixamento. Na parte menos concorrida da arquibancada, um homem, na faixa etária dos 50 anos de voz grave e alta, fazia um minuto a minuto da partida, indicando para as jogadoras como deveriam passar a bola, correr ou chutar: “*Nessa falta, tem que ser um chute de chapa! Aí é caixa*”. Quando erravam, reprovava com condescendência: “*Assim não! Aí fica difícil ajudar*”.

No Sesc, a relação entre o público e as jogadoras do time feminino, a propósito, poderia ser definida como próxima e amistosa. No pequeno estádio, o caminho entre o campo e os vestiários corta ao meio a arquibancada, de modo que as equipes passam a menos de dois metros da torcida. Ao fim de todos os jogos, as torcedoras, principalmente adolescentes e crianças aproveitam para parabenizar as jogadoras e pedir fotos. Sem pressa, o time atravessa o corredor calmamente, dando atenção a todos os pedidos. Esse atendimento ao público aconteceu também no Beira-Rio, onde a distância é maior e a torcida estava posicionada na direção oposta aos vestiários. Já no Sesc, a intimidade entre aquelas que jogam e aquelas que torcem é tão grande que, certa vez, notei que Bruna Benites, a zagueira e capitã da equipe, impossibilitada de jogar, brincava com a torcida e ajudava a coordenar a “ola” desde o setor reservado às autoridades e organizadores do campeonato.

Figura 13: Sem poder atuar, a zagueira e capitã Benites (de camiseta verde marca-texto) coordena o apoio da torcida desde a escada de acesso aos vestiários das jogadoras. Abr/2022.



A percepção de que há convenções a respeito das performances torcedoras – incluindo aí as expectativas sobre o que pode ser dito, gritado e cantado – cambiável de acordo com o palco do jogo não é só minha. Quando indaguei a torcedora Janaína Pinto, vice-presidenta da FFC, sobre a falta de interesse da direção do clube em levar as Gurias Coloradas em definitivo para o Beira-Rio, ouvi que *“jogar no Beira-Rio, uma ou outra vez, não ajuda muito. Elas estão acostumadas com o Sesc. Quando vai para o Beira-Rio, aparecem pessoas que não acompanham, mas que cobram. É diferente”*.

Efetivamente, pude notar o contraste mencionado pela torcedora em diferentes ocasiões. Primeiro, em março de 2022, quando acompanhei o time das Gurias no Beira-Rio, em um jogo contra o São Paulo, time com tradição na modalidade masculina. Nesse dia, o Inter cobrou ingressos no valor de R\$ 10,00, abrindo poucos setores do anel inferior para um público de cerca de mil pessoas, conforme divulgado pelo estádio. Além da rivalidade interestadual entre os dois clubes, a presença de Formiga, a histórica jogadora da Seleção Brasileira, no time adversário qualificava o espetáculo. Em razão disso, vi diferentes reações: desde torcedoras que ovacionaram a celebridade adversária nas oportunidades em que ela se aproximou da linha lateral do gramado; até outras que a provocaram. Uma delas, bem humorada e que já vi animar a torcida no Sesc gritava: “*Formiga! Formiga, a gente mata com o pezinho!*”, arrancando risos dos demais.

Nesta ocasião, além da FFC e de muitas pessoas que me acostumei a ver no Sesc, compareceram participantes da torcida organizada FICO. Eles levaram bandeirões em apoio ao time. No Beira-Rio, também pude ver um maior contingente de homens, em geral acompanhados por namoradas. Já no segundo tempo, a partida ganhou contornos dramáticos e a disputa se acirrou entre as jogadoras com lances mais ríspidos e cartões amarelos. A partir disso, ouvi manifestações mais acintosas por parte do público. Ao meu lado, um homem esbravejava contra todas as decisões do juiz enquanto vaiava e provocava as jogadoras adversárias.

Meses depois, em agosto, fui ao estádio para um jogo contra o Santos, também um rival tradicional no circuito masculino. A partida valia pela penúltima rodada da 1ª fase e o Inter tentava assegurar uma das primeiras posições. O momento esportivo favorável e a possibilidade de um título nacional contribuíram para que o time das Gurias Coloradas fosse levado ao Beira-Rio numa tarde de quarta-feira, desta vez com entradas gratuitas. No público, além das habituais frequentadoras do Sesc, havia muitas crianças vestindo uniformes escolares aparentemente em excursões de classe, e até um famoso ex-jogador do passado recente clube que parecia aproveitar a maior tranquilidade do evento e, por isso mesmo, o menor assédio de fãs para acompanhar a filha adolescente nas cadeiras do Beira-Rio.

De modo semelhante ao jogo anterior, o roteiro deste duelo teve expulsão, reviravolta no placar e contornos dramáticos nos minutos finais, o que criou grande animosidade da torcida colorada contra as jogadoras santistas. Foi nesse momento, quando após uma disputa ríspida pela bola, uma jogadora do Santos negra e de cabelo raspado rente ao couro cabeludo cometeu uma falta violenta. Escutei gritos a alguns metros de distância. Rodeado pelos pais, um adolescente com idade aproximada de 16 anos xingava a rival: “*Vagabunda! Piranha!*”, o que me provocou espanto, dado que ainda não havia presenciado ofensas sexistas nos jogos de mulheres. Imaginei que a mãe o repreenderia, mas ela complementou com ofensas racistas: “*Maloquera!! Favelada!!*”.

Os gritos dirigidos a essa jogadora não duraram por muito tempo, mas, devido ao baixo público, ecoaram adentro do campo de jogo. Eles se encerraram logo após o juiz aplicar um cartão amarelo à atleta ofendida.

Nos jogos entre homens, não é difícil ver ataques de ordem racial ou sexual, normalmente homofóbicos. No futebol das mulheres, porém, o comportamento da família destoava radicalmente do que pude acompanhar no Sesc, onde as ofensas contra adversárias não eram inexistentes, mas tinham um nítido limite que, no Beira-Rio, foi completamente ignorado.

3.2. Modalidades contemporâneas de organização do torcer

3.2.1. INCONTÁVEIS TORCERES E DUAS TENDÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE TORCIDAS

Ao longo da pesquisa de campo, entre 2019 e 2022, busquei identificar algumas das etiquetas, dos códigos e das formas de experimentar o futebol a partir dos públicos que frequentam os estádios onde os times do Inter atuam. O que compôs, em minha avaliação, um quadro de diversidade de performances torcedoras – conforme

procurei denominar – mesmo no momento posterior à “arenização” ou reelitização do futebol brasileiro.

Tendo em vista que o principal interesse desta tese é fornecer elementos etnográficos para a compreensão dos aspectos da formação de sociedades torcedoras, os diferentes espetáculos futebolísticos que acompanhei possibilitaram ver também uma variedade de formas coletivizadas do torcer.

Neste sentido, o material produzido ao longo dos últimos anos indica serem as coletividades torcedoras incontáveis, assumindo formas variáveis, dinâmicas e cambiáveis. Em uma gama vasta de arranjos possíveis, poderíamos mencionar os grupos que se organizam a partir do núcleo familiar para a participação nos eventos esportivos, constituídos muitas vezes por adultos, crianças e adolescentes, às vezes em contingentes pequenos (pais e filhos), às vezes em grupos grandes (com tios, primos, avós). Esta forma de experiência futebolística, não raro é a primeira de muitos torcedores como veremos nas biografias apresentadas mais adiante, nos **Capítulos 6, 7 e 8**. Outra forma bastante comum é aquela formada por grupos de amigos, cujo motivo principal do laço de amizade, muitas vezes, é o pertencimento clubístico. Esta experiência do torcer costuma ser aquela que sucede temporalmente a experiência familiar, configurando o movimento de amadurecimento do torcedor. Há ainda a experiência do torcer dos namorados, namoradas, casais.

E, poderíamos seguir com tantas outras modalidades de sociabilidade torcedora: os grupos criados a partir da internet, ou mantidos graças a plataformas online, como WhatsApp, Instagram, Twitter e outras. Há ainda os laços efêmeros de cumplicidade torcedora entre desconhecidos: o gol comemorado com o estranho da cadeira ao lado; ou as piadas e xingamentos em diálogos espontâneos na arquibancada. Há também o torcer fora do estádio: em casa, na rua, em bares. A verdade é que uma mesma pessoa pode experimentar, ao longo da vida e até simultaneamente, muitas dessas maneiras de viver o torcer. Tendo minha própria experiência pessoal como referência, poderia mencionar as primeiras vezes, ainda na infância, quando frequentava o pequeno estádio de minha cidade, o Alceu Carvalho do Cruzeiro de Santiago, a poucas quadras da casa de meus avós, em grupos familiares, ou, citar, as idas ao ginásio poliesportivo para apoiar o time de futsal, nos

torneios estaduais. Depois disso, já adulto em Porto Alegre, as idas ao Beira-Rio, quase sempre com amigos. O grupo de WhatsApp, mantido com eles há quase uma década, onde trocamos notícias, comemoramos, reclamamos e até debatemos, mas sempre torcemos juntos, apesar das distâncias geográficas.

Parece inútil a tentativa de esgotar as experiências coletivas do torcer e até do rivalizar, muito por conta de constituírem relações sociais que se bastam por si só, ou, como definiu Toledo (2010, p. 188), que produzem um grau zero de reciprocidade. Essas experiências são potencialmente incontáveis, dado o componente coletivo e relacional do torcer, além de que se mostram dinâmicas, fugazes e até influenciadas por processos históricos mais amplos como mudanças tecnológicas de comunicação. Afinal, quem conseguiria colocar nas redes sociais uma *selfie* durante uma partida de futebol antes da chegada da internet móvel?⁷³ Essas experiências são coletivas pois estão imersas em uma trama simbólica que precisa ser compartilhada para fazer circular emoções, o pertencimento clubístico (Damo, 2012). Elas impõem, cada uma a sua maneira, regras de conduta, códigos, linguagens, além de expectativas de performances verbais e corporais.

Em resumo, os torceres atrelados ao clubismo possuem um aspecto que é mormente coletivo, mesmo para aqueles que o fazem indo sozinhos ao estádio, isto porque o fazem desde um sentimento de pertencimento comum.

Neste sentido, tendo em vista que me proponho a analisar as lógicas da formação de agrupamentos de torcedores, em um plano teórico, abro mão de elencar toda e qualquer modalidade de participação torcedora coletivizada, tendo ciência da diversidade. Em vez disso, convido a pensar as maneiras de organização coletiva de torcedores – as sociedades torcedoras de agora em diante – a partir do modo como se relacionam com o clube ao qual pertencem. Assim, avalio que existem dois modos pelos quais se formam essas sociedades: (1) desde dentro para fora, a partir do movimento do clube organizar seus torcedores dentro ou fora dos estádios; e (2) ao

⁷³ Para algumas hipóteses sobre como estas tecnologias têm modificado o futebol nos estádios, ver Damo (2018b).

revés, desde fora para dentro, quando os torcedores se organizam no sentido de adentrar o terreno político do clube.

Por certo, esta categorização não pretende estancar a realidade das torcidas de futebol, prendendo-as a conceitos fechados. Na etnografia e na revisão da literatura, veremos como, via de regra, há casos em que essas tendências se misturam e configuram hibridismos, apropriações e capturas – seja por parte do clube ou dos torcedores. A abordagem, por meio deste recurso conceitual, pretende tão somente viabilizar, conforme venho indicando desde o **Capítulo 1**, uma antropologia política das torcidas, em que observaremos sempre as relações que se estabelecem entre os clubes de futebol e as sociedades torcedoras que se formam ao seu redor.

Essa relação dentro/fora pode ser corrompida, alterada a partir das multiplicidades de formas como o torcer se apresenta na prática: podemos ter uma torcida organizada por pessoas que não fazem parte do quadro social, mas que a liderança se converte em dirigente clubística; podemos ter, ao contrário, torcidas que são ordenadas pelo clube, mas que acabam por atender ou por serem apropriadas por pessoas sem vínculo com o clube social. Dentro/fora, portanto, é simultaneamente um ponto de partida e um recurso analítico para compreender como os agrupamentos de torcedores se relacionam, cada um a seu modo, com a entidade a qual pertencem clubisticamente.

Nos próximos tópicos, apresento quatro formas coletivas atuais do torcer acompanhadas etnograficamente a partir de Porto Alegre: os Consulados, as TOs, barras bravas e os movimentos políticos do quadro social. Esses coletivos não são as únicas modalidades de associação torcedora e, tampouco, existiram desde o surgimento do futebol. São grupos localmente situados e historicamente datados oriundos dos processos atravessados pelo futebol no Brasil e no Rio Grande do Sul. Fiz esse recorte não para dar conta de todas as formas coletivas do torcer, mas por representarem modos específicos de organização e lógicas próprias da política, permitindo uma comparação pertinente das *socialidades torcedoras*.

3.2.2. CONSULADOS

O Internacional possui em seu Departamento de Relacionamento Social cinco torcidas organizadas identificadas: Camisa 12, FICO, Nação Independente, FFC e Guarda Popular, sendo esta última a única que se define como uma barra brava. Além dos grupos categorizados como TOs, identifiquei os Consulados de torcedores.

Trata-se de uma forma de organização torcedora, cuja própria denominação emula uma linguagem do Estado. Eles não são referidos nem imaginados, em um senso comum, enquanto TOs. Apesar disso, são coletividades de torcedores em que a particularidade deriva do fato de que foram instituídas desde o interior do clube de futebol para seu exterior. O propósito formal desses agrupamentos é a reunião de torcedores colorados que vivem fora da cidade de Porto Alegre, associando-os e os mantendo vinculados a atividades do clube apesar das distâncias.

Estas coletividades, diferentemente das barras e das TOs, conformam um modo de aglutinação torcedora marcante dos clubes do Rio Grande do Sul, estando previstas nos estatutos de Internacional e Grêmio⁷⁴. Esses clubes delegam a um associado a posição de cônsul e o direito de representação da entidade em sua região e o dever de agregar novos torcedores. Hoje, cada um desses clubes possui cerca de mil Consulados espalhados pelo Brasil e por outros países. Embora, seja possível que cada uma dessas células venha a ser composta somente pelo representante instituído, em geral, elas reúnem entre uma e duas dúzias de participantes assíduos, todos vinculados ao quadro social do clube. As ações dos Consulados, que incluem excursões e reuniões em bares para assistir aos jogos podem envolver, porém, dezenas de pessoas, não necessariamente associadas ao clube.

Precisamente por não serem recordadas no mesmo nível que as TOs, entendo que nos ajudam a desnaturalizar a definição de torcida organizada. Assim, sugiro

⁷⁴ Identifiquei Consulados em muitas instituições do Rio Grande do Sul: além de Internacional e Grêmio, Juventude, Caxias, Brasil de Pelotas, Ypiranga e outros. Além destes, clubes de Santa Catarina, em especial a Chapecoense, situada próximo à divisa com o Rio Grande do Sul. No restante do Brasil, são raras ocorrências, às vezes sob a alcunha de “Embaixada” de torcedores, no entanto, em quantidades menores na comparação com o caso gaúcho. Abordarei essa relação com o gauchismo no **Capítulo 8**.

enquadrá-las, de modo amplo, como uma forma coletivizada do torcer (Toledo, 2002).

A literatura acadêmica das torcidas de futebol tampouco se atentou a equiparar ou colocar os Consulados na mesma categoria de análise que as ditas TOs⁷⁵. Na revisão bibliográfica, não foi encontrada sequer uma tese ou dissertação que tenha dado protagonismo a esses grupos e inclusive as menções a eles são raras, eventuais ou incidentais⁷⁶. No que toca aos interesses deste trabalho – diga-se, pensar as lógicas da formação e da dissolução das sociedades torcedoras –, é notável que os Consulados estão em um regime de organização muito distinto ao das barras bravas, pois fazem parte da instituição e reproduzem sua forma-Estado. São, em alguma medida, oficiais, certificados.

3.2.3. TORCIDAS ORGANIZADAS INDEPENDENTES

O segundo conjunto, para pensar modelos de organização, é o de torcida que, apesar das modificações que possa ter sofrido em função de época e localidade, vem sendo descrito como aquele que predominou no futebol brasileiro desde final dos anos 1960, momento que foi de proliferação dos agrupamentos organizados nos principais clubes do país (Toledo, 2002; Hollanda, 2012; Aguiar, 2018), quando esses coletivos começaram a ocupar os estádios ao passo do processo de crescimento demográfico das maiores cidades brasileiras. É possível identificar, no período, a influência do marcador geracional, levando em conta que muitos deles foram criados até mesmo por adolescentes, e o nome “Torcida Jovem” foi imitado e generalizado. O processo

⁷⁵ O uso distinguido de Torcida Organizada ou TOs, com iniciais maiúsculas, diferentemente de torcidas organizadas, serve para indicar uma forma de associação torcedora específica, as Torcidas Organizadas Independentes que surgiram a partir dos anos 1960 no Brasil. Por outro lado, o emprego da noção de torcida organizada se assemelha a uma compreensão de organizações genéricas de torcedores. Falei mais sobre essa distinção na **Introdução**.

⁷⁶ Por exemplo, Damo (1998, pp. 173-176) quando busca pensar as diferenças entre torcedores anônimos e ilustres a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Poderíamos elencar ainda as observações de Hollanda, Azevedo & Queiroz (2014) às reuniões de torcedores colorados do Consulado no Rio de Janeiro.

coincidiu com a instauração da ditadura militar (1964-1985) no Brasil e com o avanço da repressão na primeira metade do regime⁷⁷.

Em linhas gerais, esses agrupamentos surgiram – e insurgiram – a contrapelo dos dirigentes esportivos, rompendo com as torcidas “oficiais” vinculadas àquelas instituições. Conforme vimos no **Capítulo 2**, as primeiras torcidas organizadas, no sentido amplo do termo, surgiram a partir dos anos 1940 (Toledo, 1996; Hollanda, 2008; Braga, 2010; Pinheiro, 2020). Nessa época, as charangas levaram música, carnaval e coreografia às praças esportivas, sendo lideradas por sócios dos clubes que também eram personalidades locais, como Vicente Rao e seu Departamento de Cooperação e Propaganda no Internacional.

Não por acaso, as Torcidas Organizadas nos anos 60, formadas no âmbito externo ao quadro social dos clubes, reivindicaram uma postura de autonomia e explicitaram uma ideia de independência em relação a seus clubes⁷⁸. Quanto a isso, a corintiana Gaviões da Fiel, fundada em 1969, é recordada pelo seu antagonismo com a direção do clube de futebol e com a torcida que esta financiava, sendo um exemplar significativo da torção na história dos grupos de torcedores (Hollanda, 2015; Hollanda & Florenzano, 2019). Do ponto de vista formalização do grupo, as TOs instituíram cadastramento ou associação de torcedores; a definição de regulamentos, estatutos, sistemas políticos ou eleitorais, cargos de chefia ou presidência; o uso de uniformes; a constituição de lojas ou de outras atividades; e, em alguns casos até a obrigatoriedade de contribuição social. Em suma, essas torcidas formaram associações paralelas a seus clubes. Em que pese os localismos e particularismos, é possível assinalar tanto a formalização quanto a independência como características desses grupos. A título da comparação pretendida, eles serão generalizadas na categoria “Torcida Organizada Independente” (TO), que mantém uma *forma-Estado* na organização, mas se originam fora do clube social de futebol. No caso colorado, Camisa 12, FICO, Nação Independente e Força Feminina Colorada,

⁷⁷ Recorde-se que em dezembro de 1968 é emitido por Costa e Silva o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que garantiu, ao presidente da república, o direito de fechar o Congresso Nacional, a intervir nos estados e municípios e suspender os direitos políticos, incluindo a participação em manifestações.

⁷⁸ O nome “Torcida Independente” é outro que se multiplicou nessa fase do associativismo torcedor. No Internacional, em abril de 1977, surgiria a Força Independente Colorada (FICO).

embora oriundas de contextos históricos diferentes atendem a essas características. Tratarei sobre o processo de multiplicação dessas torcidas no **Capítulo 5**.

3.2.4. BARRAS BRAVAS

A modalidade barra brava, por sua vez, chegou ao Brasil em princípios dos anos 2000 a partir de Porto Alegre⁷⁹. Reconhece-se a Geral do Grêmio como a primeira a se definir de tal forma (Rodrigues F. C., 2012). Em seguida, houve o aparecimento da Guarda Popular no Internacional. O crescimento desses grupos foi instantâneo e, em meados daquela década, ambos já haviam se convertido nas principais referências torcedoras em seus times, o primeiro durante a passagem gremista pela segunda divisão do futebol nacional em 2005 e o segundo, tendo suas músicas convertidas em símbolos do título da Copa Libertadores de 2006.

Tanto no caso gremista, como no colorado, viu-se, com a ascensão dessas torcidas no começo do século atual, uma transformação importante nos estádios de futebol no que diz respeito aos elementos da “festa” torcedora. O samba, como já vimos, havia sido o gênero musical prevalente desde os anos 40 do século passado, produzindo, com a bateria, sons que dariam o ritmo da agitação torcedora. O futebol também seria impactado visualmente com a entrada dos estandartes, faixas, bandeiras e confetes. Com a chegada das barras bravas, cuja denominação imitaria a das torcidas argentinas e uruguaias, a murga, um gênero do carnaval do Rio da Prata (Domínguez, 2009), passaria a ser a nova sonoridade dos estádios da cidade.

No que diz respeito às formas como esses grupos se organizam, talvez as novidades tenham sido ainda mais impactantes. Diferentemente das Torcidas Organizadas Independentes, modelo principal entre os anos 60 e 90, nas barras bravas, não se constitui uma associação formal de torcedores, ao modo do associacionismo presente no futebol. Essas coletividades, inclusive, estiveram marcadas pela ausência de instâncias legais que regulamentassem a sociabilidade do

⁷⁹ Aqui refiro-me à definição “torcida barra brava” cuja origem pode ser datada. Seguindo o argumento que desenvolverei nos **Capítulo 4 e 6**, a existência da *socialidade barra brava* enquanto *modo de organização torcedora* – enquanto maquinário social – onde a insubordinação é um valor e predominam as tendências centrífugas é, por outro lado, virtual, atemporal.

grupo. Assim, estas coletividades nunca definiram, por meio de processos burocráticos, presidentes, mandatários ou representantes. Em vez disso, consolidaram o papel das “lideranças”, uma modalidade de chefia afirmada a partir de aptidões como a palavra e a força.

Traçando as trajetórias destas torcidas no período das últimas duas décadas, algumas tendências são destacáveis: instabilidade política nesses coletivos; a presença reforçada do faccionalismo interno; e o constante antagonismo violento para a resolução dos conflitos. No **Capítulo 6**, apresentarei mais detidamente a história da Guarda Popular.

3.2.5. MOVIMENTOS POLÍTICOS

Uma última modalidade de organização de torcedores que incluirei para pensar a formação do social é a dos movimentos políticos internos aos clubes de futebol. Eles se formam com o propósito específico de participação direta na política institucional da entidade esportiva. De maneira inspirada em partidos políticos, antagonizam nos períodos eleitorais e disputam assentos no Conselho Deliberativo e a própria composição do Conselho de Gestão, a presidência do clube.

Além de ser uma modalidade orientada pela temporalidade eleitoral, é uma forma de reunião coletiva de torcedores que necessariamente devem ser também associados. Como já propus anteriormente no **Capítulo 2**, essas categorias se mostram cada vez mais borradas devido à recente expansão dos quadros sociais. Embora as eleições sejam o momento mais aguardado para a composição desses agrupamentos, são coletividades relativamente estáveis e duradouras, visto que algumas delas existem há mais de duas décadas, como o Movimento Inter Grande (MIG) fundado em 1998, que, entre 2002 e 2020, foi o movimento que mais tempo permaneceu no Conselho de Gestão, elegendo diferentes presidentes.

Assim como partidos políticos, os movimentos formam alianças, as chamadas chapas que são composições eleitorais entre dois ou mais grupos. Além disso, são palco de debates e disputas internas, o que, não raramente, proporciona o rearranjo destes coletivos, desde a extinção até a formação de novos movimentos.

No **Capítulo 7**, tomando as mais recentes eleições do Internacional, que tem um colégio eleitoral de mais de 60 mil associados, como ponto de partida para a discussão dessas sociedades, veremos como O Povo do Clube (PdC), um movimento criado em 2012 – e bem sucedido eleitoralmente – no contexto da arenização dos estádios, inseriu a bandeira da democracia na pauta da política institucional do clube.

3.2.6. TENDÊNCIAS CENTRÍFUGAS E CENTRÍPETAS

De momento, entendo que, através da comparação entre esses quatro modos de organização torcedora (Consulados, Torcidas Organizadas Independentes, Barras Bravas e Movimentos) será possível identificar funcionamentos políticos próprios – socialidades torcedoras específicas.

Tendo por parâmetro as relações internas e externas que se estabelecem nestes grupos, seja entre eles mesmos, seja com o clube de futebol ou ainda com demais torcedores, considero as dinâmicas de grupos torcedores dentro de uma antropologia política do torcer – que será mais explorada no **Capítulo 4** – em diálogo com as ideias oferecidas pela etnologia das terras baixas da América do Sul, em especial o trabalho de Pierre Clastres. Comparando os coletivos torcedores mencionados aqui e acompanhados etnograficamente, veremos como operam estas diferentes socialidades torcedoras, com destaque para o caso das barras bravas, coletividades descentralizadas, em que a insubordinação pode ser um valor importante e constitutivo.

Esse valor – que está mais arraigado nas barras mas que também poderia ocorrer nas outras modalidades de organização – define-se como o predomínio das forças centrífugas, como a predisposição desses torcedores à fuga das tentativas de captura política pelo clube, por seus dirigentes e até por seus chefes torcedores. Consiste em sua busca por autonomia, autarquia, em suma, constitui-se na própria tendência dispersiva do social à *insubordinação torcedora*. Tem-se por hipótese de que, em sociedades esportivas hierárquicas e burocratizadas, a insatisfação de seus membros deve ser solucionada pelas vias legais previstas. Isso não significaria dizer

que a insubordinação interna seja impossível em federações de futebol, clubes, consulados e torcidas organizadas independentes. Ela é, no entanto, indevida.

Tabela 2: Modalidades de sociedades torcedoras a partir do S.C. Internacional.

<i>Sociedades torcedoras</i>	Consulados	TOs	Barras	Movimentos
<i>Relação com o clube</i>	Existe formalmente no estatuto de clube. Organizada a partir da instituição. Por definição são segmentos da instituição	Organiza-se independente da vontade do clube	Organiza-se independente da vontade do clube	São organizados por associados, porém o clube não controle a proliferação desses grupos
<i>Quantidade atual</i>	Cerca de mil (todos reconhecidos pelo clube)	Quatro reconhecidas pelo clube (Camisa 12, FICO, Nação Independente e FFC). Pode ocorrer grupos não reconhecidos.	Apenas uma reconhecida (Guarda Popular); como não necessariamente são formais, podem existir sem reconhecimento.	Na eleição de 2020 participaram 15 movimentos (em 11 chapas)
<i>Território</i>	Um por município. Sempre fora de Porto Alegre (RS)	Sede principal em Porto Alegre. Possibilidade de núcleos subordinados à torcida	Pode ter mais de uma sede principal. Pode formar núcleos, ou não (o crescimento dos núcleos tende a produzir cisões)	Formam sazonalmente comitês de campanha
<i>Regulamento formal escrito</i>	Sim. Definido pelo clube	Sim. Próprio	Não	Sim. Próprio
<i>Chefia</i>	Escolhida localmente e chancelada pelo clube	Escolhida conforme regulamento próprio. Normalmente através de eleições	Não há regulamentação sobre a escolha. Impõe-se pelo prestígio, pela diplomacia, pela força, entre outros motivos	Designada pelo próprio grupo. Muitas vezes é o criador do movimento
<i>Sucessão da chefia</i>	Constante. Definido em estatuto do clube	Constante. Definido por regulamento	Inconstante. Não há regulamento escrito a respeito disso	Depende de cada grupo
<i>Cadastro próprio</i>	Sim	Sim	Não	Sim
<i>Cadastro no clube (ou formalização na instituição)</i>	Sim	Sim	Depende (caso o grupo deseje se manter à margem, sem portar instrumentos musicais, ingressos e outras vantagens, não)	Sim. Nos períodos eleitorais
<i>Direito a ingressos no Beira-Rio</i>	Sim	Sim	Sim (quando submetida ao reconhecimento do clube)	Não
<i>Submissão a controles especiais (biometria e revista policial específica)</i>	Não	Sim	Sim (quando submetida ao reconhecimento do clube)	Não se aplica
<i>Organização musical no estádio</i>	Não	Sim. Com banda. Gênero: principalmente bateria de samba	Sim. Com banda. Gênero: murga	Não

Capítulo 4

4. Lógicas de formação/dissolução das sociedades torcedoras

No **Capítulo 2**, abordei os torcedores, enquanto sujeito histórico, lado a lado com o associado, dada a relação de alteridade que se estabeleceu entre esses personagens no surgimento dos clubes de futebol. Já no **Capítulo 3**, olhando para as atuais performances do torcer distingi diferentes modalidades coletivas em que poderíamos buscar composições específicas das socialidades. Isso posto, a hipótese que explorarei, no capítulo que segue, é a de que o torcer aparece no futebol espetacular como uma espécie de drible às interdições do sobre o jogar e sobre a participação política nos clubes de futebol – daí a ideia decorrente de que o torcer implica uma certa de *socialidade insubordina*.

Este é o capítulo mais teórico da tese e, em resumo, procura na primeira seção (1), construir um referencial teóricos, desde o diálogo com a antropologia política e com a etnologia das terras baixas ameríndias, para visualizar as lógicas da formação/dissolução de sociedades torcedoras; depois, na segunda seção (2), objetiva explorar a diversidade de socialidades para entender como operam linhas de fuga/captura, faccionalismos e, no caso das barras bravas, até máquinas de guerra nas torcidas contemporâneas.

4.1. Para uma antropologia política do torcer

4.1.1. A POLÍTICA PARA ALÉM DO ESTADO

Definições do político sempre fizeram parte do desenvolvimento conceitual da antropologia e coexistiram inclusive rivalizando em função de seus referenciais teóricos e materiais etnográficos. A antropologia política se apresentou ora como *projeto* em busca de pensar o homem enquanto ser político e as propriedades, em abstrato, desse eixo da vida; ora, apresentou-se como *especialização* do conhecimento (Balandier, 1972). Enfim, por meados do século XX, delimitou-se, por influência da escola britânica, uma ramificação da disciplina denominada antropologia política (Kuper, 1977, pp. 106-110). O período foi marcado pela coletânea *African Political Systems*, dirigida por Evans-Pritchard e Fortes (1950) e publicada em 1940. Tanto esta década como as duas posteriores, em sintonia com a situação colonial de governo das populações nativas⁸⁰, estiveram repletas de estudos que abordaram aquilo que compreendiam enquanto os sistemas políticos e, em maior ou menor medida, deram continuidade a esta linhagem, convencionada, mais tarde, como o paradigma estrutural funcionalista (Kurtz, 2001).

À época, o campo de estudos se formava aproveitando os acúmulos dos trabalhos de Radcliffe-Brown que, ainda em 1922, descrevera a “organização social” andamanês em conjunto com os aspectos cerimoniais, mágicos e religiosos das ilhas localizadas no Oceano Índico (Radcliffe-Brown, 1922). O interesse por classificar os denominados modos de organização social se manteve em mais um estudo, desta vez sobre as “tribos australianas” (Radcliffe-Brown, [1930] 1978)⁸¹. Assim, seus sucessores se direcionariam no sentido de pensar a organização e a distribuição do poder nas sociedades “primitivas”, tomando por referência e contraponto o que o próprio pioneiro deste campo denominara as “ficções da filosofia política” (Radcliffe-Brown, [1940] 1950, p. xxiii). Proporiam abandonar, conforme afirmavam, as

⁸⁰ Sobre a correlação entre as políticas de administração colonial no século XX e os desenvolvimentos da disciplina antropológica, cf. L'Estoile, Neiburg & Sigaud (2005).

⁸¹ O ano da publicação original será explicitado sempre que a cronologia for um dado relevante na análise das obras abordadas.

tradicionais suposições dos filósofos sobre os estágios da política e de suas instituições na história da humanidade. Sugeririam compreender, por via da comparação, a organização da vida política “tradicional”, “arcaica”, descartando abordagens consideradas dedutivas a respeito do nascimento, ou do “estado natural”, da mesma (Gluckman, [1963] 2004, p. 05).

O continente africano foi o grande laboratório etnológico da geração vindoura de pesquisadores que, a seus olhos e seu tempo, identificava dois modelos basicamente distintos do político: de um lado, as sociedades que possuíam autoridade centralizada, máquina administrativa e instituições jurídicas – grosso modo, um governo. De outro, as sociedades segmentares que, na ausência destas instituições, careciam também de divisões hierárquicas. Foram também denominadas, respectivamente, sociedades de Estado primitivo e sociedades sem Estado (Fortes & Evans-Pritchard, [1940] 1950, p. 05). O conjunto de autores apontava, além disso, para a abordagem privilegiada do parentesco, ao lado dos aspectos do modo de vida, da demografia e do território.

A coletânea, pode-se dizer, dava feição a uma gama de questões, interesses e preocupações da antropologia no contexto do colonialismo britânico. A coincidência de sua publicação no mesmo ano de *Os Nuer*, trabalho em que Evans-Pritchard (1940) dedicou à comparação da organização social de povos nilotas, marca o ordenamento de uma nova área de desenvolvimentos teóricos na disciplina. Note-se que, tendo em conta a área etnológica e a linhagem teórica de então, definiu-se, como o objeto de estudo, os chamados sistemas políticos privilegiando um eixo de análise – a figura do Estado – para a categorização dos casos analisados.

De forma crítica ao formato que se estabelecia para o estudo das estruturas sociais, Leach ([1961] 2010) considerava que o emprego do método comparativo por Radcliffe-Brown e seus alunos se assemelhava ao esforço de colecionar borboletas. Compilavam um sem número de exemplares ao redor do globo e empregavam critérios de distinção que pouco ajudavam a compreender os processos políticos em seus contextos originais. Esses projetos, em verdade, informavam mais sobre os contextos intelectuais de produção desses dados, revelando os interesses classificatórios e sua relação direta com a gestão colonial.

Com a pesquisa na antiga Birmânia, sudeste asiático, Leach introduzia novos problemas à subárea desde uma abordagem da sociedade Kachin e seus dois modelos antagônicos da vida política – *gumsa* e *gumlao*. O contraste se estendia sobre as características de linhagem, casamento, classe, domínio territorial, mito, ritual e natureza da autoridade. No primeiro modelo político, o conjunto de aldeias estava sob o domínio de uma chefia centralizada e o governante era oriundo de linhagem aristocrática; no segundo, não havia hierarquia entre as aldeias e tampouco distinções de *status* entre as linhagens. A oposição estrutural, ademais, ensejava a inimizade entre os vizinhos (Leach, [1954] 2014, pp. 247-260).

O grande aporte teórico para as discussões de então esteve ligado à compreensão da mudança social nos modelos identificados, a variabilidade estrutural, como denominara. O autor argumentava ocorrer uma espécie de intercambialidade entre eles, em função de suas próprias características:

No sistema *gumlao*, a igualdade de *status* entre os elementos de qualquer comunidade local é um dogma decisivo. Como a igualdade *de facto* é provavelmente muito difícil de manter, podemos esperar dos princípios básicos que as comunidades organizadas de acordo com o modelo ideal *gumlao* serão politicamente instáveis (Leach, [1954] 2014, p. 256).

O olhar processual inseriu questões incontornáveis para a obra dos fundadores. Primeiro, por via da recusa de uma percepção estanque da história, atestava o fato de que as sociedades pesquisadas se submetem a seus próprios problemas e transformações, o que, por consequência, obrigava a repensar a validade de um projeto antropológico “catalogador dos povos arcaicos”. Segundo, pela própria análise dos sistemas Kachin, sugeria reformulações teóricas do entendimento da política, considerando o aparecimento das desigualdades em um sistema de suposta horizontalidade entre as linhagens: o modelo *gumlao* repetidamente se converteria em *gumsa*. Este, por sua vez, com acirramento das cisões entre as linhagens, seguiria distanciando-se de sua definição por hierarquia em privilégio da definição por parentesco, tendendo à forma *gumlao* (Sigaud, 2014, pp. 36-37). As duas formas não seriam excludentes, mas complementares nesse sistema. Assim, renovava-se o debate sobre autoridade e governo, tanto nos casos

em que ocorre a centralização ao redor de uma chefia hierarquizada, como naqueles onde predomina a dispersão.

Considerando as particularidades das diferentes áreas etnográficas, os interesses nacionais que marcaram a disciplina e as linhagens teóricas na antropologia, o estudo dos sistemas políticos também se interessou, em menor intensidade, pelo continente americano, trazendo consigo outros problemas teóricos (Cohen & Middleton, 1967). Lowie (1967) se perguntava, por meio de uma compilação de dados sobre as populações ameríndias, sobre a natureza da autoridade e sobre a possibilidade de identificar características do Estado Moderno nessas sociedades. O autor ainda distribuía os casos descritos em organizações de tipo anárquico e organizações de autoridade centralizada, ajudando a consolidar o modelo teórico da descontinuidade entre as terras altas e as terras baixas na América do Sul⁸². As classificações, que se baseavam em aspectos da organização social e no estatuto da chefia, indicavam que, no primeiro extremo, os poderes eram limitados e associados às relações de parentesco, de tal modo que impediam a coerção ou a centralização; no segundo, os poderes eram absolutos e dissociados do parentesco.

Nas sociedades “anárquicas”, a dispersão generalizada do poder teria sido sempre o impedimento para a formação de um Estado permanente e centralizado, apesar da ocorrência de tendências, germes para sua formação, em alguns momentos (Lowie, 1967, p. 78). Prevaleciam, segundo o autor, os movimentos no sentido oposto. No mundo andino, o Império Inca, por outro lado, constituía o contraponto – o grande exemplo do Estado centralizador nas Américas. Como se sabe, por sua expansão territorial e pelo desenvolvimento de uma máquina de arrecadação de impostos subjugou uma série de povos (Murra, 1967).

Sem ignorar a complexidade, as controvérsias e a diversidade teórica dos avanços da antropologia política, não busco exaurir os debates da área nessas páginas. Procuro, em lugar disso, contextualizar, assentar o terreno para a introdução das ideias de Clastres, cujo aparato conceitual me será caro para o desenvolvimento de minha proposta de compreensão da política no futebol e nas

⁸² Sobre a divisão e definição dessas duas áreas culturais, cf. Cavalcanti-Schiel (2014, p. 262).

torcidas. Por ora, destaco que os vários enfoques da subdisciplina privilegiaram ora as instituições, ora as relações sociais, ora a historicidade (Lima & Goldman, 2012, pp. 15-16) Com esta introdução ao campo teórico, é possível assinalar que o Estado foi reiteradamente um critério classificatório, quiçá o mais valorizado. Sua ocorrência ou ausência, bem como, suas modulações e intensidades configuraram o cerne de uma subdisciplina preocupada essencialmente em identificar sistemas políticos. Foi um eixo de conhecimento que, podemos afirmar, carregava doses de etnocentrismo em sua própria origem, afinal empregava um referente comum para apresentar a alteridade negativa da sociedade primitiva, seja pelo estágio embrionário do desenvolvimento de suas instituições ou pela própria falta delas. Pensando com Clastres ([1976] 2011, p. 141), é plausível dizer que esta abordagem, desde a consideração daquilo que está ausente no Outro, fez eco ao entendimento dessas sociedades enquanto “incompletas, inacabadas, destinadas portanto a crescer”.

Em vida, Clastres teve seus textos publicados num intervalo de quinze anos, entre 1962 e 1977. Como conjunto, eles formam uma obra cujo maior interesse foi o de reinventar a antropologia política a partir de seu material etnológico das terras baixas da América do Sul, em especial, do Chaco paraguaio. No ensaio “Copérnico e os selvagens”, presente na primeira metade cronológica de seus escritos, o etnólogo francês sentencia:

(...) por que existe poder político? Por que existe poder político em lugar de nada? Não pretendemos dar a resposta, quisemos apenas dizer por que as respostas anteriores não são satisfatórias e em que condições uma boa resposta é possível. É em suma definir a tarefa de uma antropologia política geral, e não mais regional, (...) (Clastres, [1969] 2012, p. 43).

Na indicação de uma antropologia política enquanto *projeto* de conhecimento, demarcava a necessidade de um novo ponto de partida. Porém a quem se referia e a quais respostas considerava insatisfatórias? No mesmo texto, páginas antes, discorria sobre um leque diversificado de explicações para a natureza do poder e disparava suas críticas em muitas direções: a Nietzsche, imputando o caráter especulativo de suas proposições; ao também filósofo Lapierre e a Lowie, por

conta de suas associações diretas entre poder e coerção; a certo marxismo corrente, pela inaplicabilidade de sua concepção da história às sociedades sem classes; e, claro, aos colegas da escola britânica de antropologia, pela impossibilidade de estender suas análises do continente africano a outras zonas etnológicas.

Em síntese, Clastres ([1969] 2012, p. 41) determinava três postulados fundamentais e norteadores de seu pensamento: primeiro, não há sociedades sem poder político, independentemente de que o social seja orientado por “laços de sangue” ou por “classes sociais”; segundo, o poder político enquanto forma de coerção é “simplesmente um *caso particular*” do político, o que chama atenção para a existência de outras modalidades suas; terceiro, é impossível pensar o social sem o político, mas é possível pensar o político sem a violência.

Seu argumento, inclusive com alguma redundância, contra a definição simplificada de poder enquanto a possibilidade de comandar e se fazer obedecer advinha da observação de sociedades nas quais a chefia não estava orientada por relações dessa ordem. Quanto a isso, Clastres ([1969] 2012, p. 44) se mostrava enfático ao afirmar que era preciso uma “revolução copernicana” no estudo da antropologia política: “a etnologia deixou as culturas primitivas girarem em torno da civilização ocidental, e, poder-se-ia dizer, em um movimento centrípeto”, afinal as mensurou em relação à sua imagem do Ocidente. Acrescentava que o limite da antropologia política era “a própria limitação do Ocidente que ela traz ainda gravada em si”. Em outras palavras, era chegada a hora de repensar o poder desde outros pontos de referência.

Em “A sociedade contra o Estado”, texto que também dá nome à sua coletânea de escritos oriundos de material do Chaco paraguaio, Clastres formulava uma solução para a divisão entre sociedades “com Estado” e sociedades “sem Estado”. Se esta classificação dizia pouco sobre os povos estudados, afinal os projetava em relação às formas da política no Ocidente, era necessário abandoná-la. No contexto ameríndio, o autor revisou os aspectos econômicos que, desde leituras também etnocêntricas, haviam sido definidos por outros dentro de uma noção de economia de subsistência, mais um nome para ler a diferença a partir de sua incompletude, de sua falta, de seu desenvolvimento inacabado. A ideia de subsistência indica que uma

sociedade deve mobilizar toda a sua força produtiva para, no limite de suas condições materiais, tão somente sobreviver. Clastres, por outro lado, recordava que embora houvesse ocorrido a entrada de tecnologias exteriores, o que em tese poderia possibilitar os excedentes de produção, os modos de vida não foram necessariamente transformados nessas sociedades:

A vantagem de um machado de metal sobre um machado de pedra é evidente demais para que nela nos detenhamos: podemos, no mesmo tempo, realizar com o primeiro talvez dez vezes mais trabalho num tempo dez vezes menor. E, ao descobrirem a superioridade produtiva dos machados dos homens brancos, os índios os desejaram, não para produzirem mais no mesmo tempo, mas para produzirem a mesma coisa num tempo dez vezes mais curto (Clastres, [1974] 2012, p. 208).

Reproduzindo um argumento que poderíamos encontrar no clássico texto “Raça e história” de Lévi-Strauss⁸³, o etnólogo acrescentava que era inútil medir desenvolvimento tecnológico no campo da técnica. Este deveria ser pensado sempre em acordo com suas capacidades de suprir necessidades específicas (p. 203).

O retorno à questão econômica era parte do embasamento de seu argumento principal a respeito do poder. Afinal afirmava que as transformações no mundo material – ou na infraestrutura – não incidiriam obrigatoriamente sobre a vida política e, no contexto das discussões teóricas de seu tempo, invertia a fórmula marxista. Seu material etnográfico não apenas ilustrava a independência do político em relação ao econômico nas sociedades ameríndias, mas, mais do que isso, atestava o modo pelo qual a economia se tornava política (p. 209).

O Estado não poderia ser pensado desde sua ausência e a chefia primitiva tampouco poderia ser considerada como uma espécie de prefiguração do poder centralizado. A sociedade primitiva, tratada enquanto uma organização social que satisfaz plenamente a suas próprias necessidades, não possui Estado porque não o

⁸³ Diria Lévi-Strauss (1980, p. 56) que a determinação do processo evolutivo de técnicas e tecnologias da humanidade enquanto unidade “constitui, quando muito, (...) um processo sedutor, mas perigosamente cômodo”, afinal está condicionado pelo ponto de vista do observador.

deseja. Ou, segundo a hipótese clastresiana, porque combate a possibilidade de seu surgimento.

Passemos propriamente à questão da chefia onde Clastres procurou explicitar o que seria a sociedade contra o Estado. Esse tópico, é importante salientar, foi uma preocupação inicial que possibilitaria os desenvolvimentos posteriores do autor. Utilizando a literatura etnológica, Clastres coincidia com Lowie, adotando as três características definidas por este, e ensaiava sua “filosofia da chefia indígena” em que o líder era um “fazedor de paz”; generoso com seus seguidores; e bom orador. Em suma, um chefe dotado de prestígio, porém sem poder, que, somente em situações excepcionais poderia assumir um papel coercitivo. Apesar de Lowie, Clastres acrescentava o direito à poliginia como um privilégio do chefe. Sua posição em relação aos demais era, no entanto, a de dever, obrigação e servidão (Clastres, [1962] 2012).

Há, por certo, um conjunto de críticas da teoria da chefatura clastresiana. Posteriormente, autores irão contestar a ideia do chefe sem autoridade desde seus dados de pesquisa⁸⁴, o que não implicou, porém, em recusa ao cerne do problema do poder aberto por *A sociedade contra o Estado*. A crítica esteve mais diretamente ligada às possibilidades de extensão do modelo para todo contexto americanista (Guerreiro, 2018, p. 47). E, neste sentido, é preciso dizer que a obra de Clastres esteve menos interessada em afirmar a invariabilidade de sistemas políticos do que em apresentar um novo lugar para a autoridade política. Conforme avaliou Sztutman:

[Clastres] estava bastante ciente de que a ideia da “sociedade primitiva” – o seu Ser, para mantermos o termo do autor – não correspondia exatamente ao devir histórico das sociedades ameríndias. Ele estava igualmente ciente da diversidade das formas indígenas e das maneiras pelas quais estas “tangenciavam” formas políticas mais “complexas”, por exemplo, aldeias populosas, conjuntos regionais liderados por chefes de guerra, distinções hierárquicas e até mesmo aristocracias. (...) Mas se essas sociedades “tangenciavam” tais formas, isso não significa que elas sucumbiam a elas, isso não enfraquecia seus

⁸⁴ Por exemplo, Granero (1993) que aborda a liderança entre os Amuesha e demonstra a autoridade política por meio da coerção em contraponto a Clastres.

poderosos mecanismos de conjuração do poder político
(Sztutman, 2013, pp. 09-10).

A questão central no tema da chefia primitiva é que a sua existência depende diretamente da aceitação da sociedade, este sim, o lugar por excelência do poder. Ao chefe, que tem seu prestígio descolado da autoridade política, resta o convencimento pela palavra que, quando falha, o expõe ao risco do abandono ou até da morte. Seu estatuto é o da servidão enquanto que sua conduta é rigorosamente vigiada (Clastres, [1974] 2012, pp. 219-220). Tal vigilância é o impedimento contra a captura da sociedade pelo desejo do chefe, contra a captura do Múltiplo pelo Um, que é o verdadeiro mal no pensamento guarani⁸⁵, e que Clastres interpreta também como o Estado, dada sua característica unificadora do conjunto social e supressora da ambiguidade.

O que podemos concluir com o ensaio “A sociedade contra o Estado” não é que o aparecimento de chefes com autoridade ou da própria centralização do poder fosse impossível naquele contexto. Isso poderia ocorrer e, nos momentos de guerra sobretudo, verificava-se principalmente a hierarquia e a coerção. Apesar disso, não devemos considera-las sociedades *sem* Estado porque este existe ao menos enquanto virtualidade, enquanto possibilidade.

Por isso, a contribuição da proposta foi a de demonstrar como essas sociedades, não desejando o Estado, vigiam seu aparecimento e o combatem. E que este esforço é tão elaborado e dispendioso quanto a própria manutenção do Estado. Essas sociedades são essencialmente *contra*.

⁸⁵ Não explorarei em específico os aspectos da cosmopolítica guarani porque, aqui, meu propósito é outro. Mas, a título de contextualização do argumento de Clastres, é preciso dizer que é a partir da busca Mbyá por *Ywy Mara Ey*, a Terra sem Mal, que é elaborada a análise da fuga contra a unificação ou da recusa pelo princípio da identidade. Afirma: “(...) dizer que $A = A$, que isto é isto, e que um homem é um homem, é declarar ao mesmo tempo que A não é não- A , que isto não é aquilo, e que os homens não são deuses. Nomear a unidade nas coisas, nomear as coisas segundo sua unidade, é também lhes assinalar o limite, o finito, o incompleto. É descobrir tragicamente que esse poder de designar o mundo e de determinar seus seres – isto é isto, e não outra coisa, os Guarani são homens, e não outra coisa – não é senão a irrisão da verdadeira potência, da potência secreta que pode silenciosamente enunciar que isto é isto, e ao mesmo tempo aquilo, que os Guarani são homens, e ao mesmo tempo deuses” (Clastres, [1972] 2012, p. 188).

Vejamos em seguida o papel que a guerra desempenha na reprodução da sociedade primitiva.

4.1.2. GUERRA PRIMITIVA

No ano de seu falecimento, Clastres teve publicados “Arqueologia da violência” e “Infortúnio do guerreiro selvagem”, dois ensaios que traziam ideias originais, abriam novas questões a serem formuladas e confirmavam uma guinada da obra em direção ao tema da guerra primitiva⁸⁶. Se, por um lado, eles deixaram a impressão de um trabalho precocemente interrompido, por outro, lançaram os postulados gerais que logo seriam reelaborados pelas gerações posteriores de etnólogos.

No primeiro dos textos, revisou as teorias sobre a guerra e propôs uma abordagem inovadora para a questão, enquanto que, no segundo, tratou mais detidamente da figura do guerreiro selvagem e seu paradoxo – uma vida de prestígio e de autoconsumo – nas relações sociais. Neste tópico, abordarei o primeiro deles, apresentando seus argumentos. Entendo que, se tomados em conjunto com as ideias de *A sociedade contra o Estado*, podem acrescentar um novo olhar sobre a “violência”, a hostilidade e as alianças nas torcidas organizadas de futebol, recordando que aqui não se pretende a transposição de um cenário etnográfico a outro, mas sim uma reflexão sobre as categorias acima que, acredito, podem ser repensadas à luz de outro contexto.

Antes, retornemos às implicações entre a guerra primitiva e o Estado.

Como plano de fundo teórico de sua obra, Clastres elaborava simultaneamente dois debates: primeiro, um mais amplo, no âmbito da filosofia política, sobre a relação entre guerra e Estado e, num limite, a oposição contida na fórmula estado de natureza/estado de sociedade – ou a passagem da lei natural para o contrato social. Neste ponto, com a revisão das ideias de Hobbes, interessava-lhe demonstrar o equívoco da suposição de que o estado de guerra seria o estágio mais

⁸⁶ Sobre a definição de “guerra primitiva” poderíamos pensar com Fausto (2014, p. 328) que uma característica que marca sua diferença para as “guerras modernas” é precisamente a necessidade de subjetivar o inimigo, de pessoalizá-lo, ao contrário do conflito moderno que busca o oposto. Para uma revisão sobre as teorias antropológicas da guerra, ver Leirner (2005).

puro da natureza humana, uma fase pré-social. Veremos adiante como esse problema foi rerepresentado. Segundo um debate mais imediato sobre as teorias gerais da guerra, cujo propósito era dar sustentação ao argumento filosófico mais amplo. Quanto a isso, foram três as discussões principais, sendo a mais célebre delas uma ruptura com a compreensão do fenômeno por Lévi-Strauss, a quem seus textos sobre a chefia sem autoridade davam certa continuidade⁸⁷ no princípio dos anos 1960.

Previamente à apresentação das conclusões de Lévi-Strauss, foram recusadas as abordagens classificadas como *naturalista* e *economista*. A guerra para a primeira vertente, cujo referente era Leroi-Gourhan, foi estudada como fenômeno “zoológico da espécie humana” (Clastres, [1977] 2011, pp. 220-221), “dado natural” enraizado nas origens “biológicas do homem”. O comportamento de agressão é relacionado à necessidade de sobrevivência e possui caráter aquisitivo, o que o colocava como mera extensão da caça. Para Clastres, a proposta de Leroi-Gourhan era biologizante e suprimia os componentes sociológicos. O discurso economista da guerra, formado no século XIX e reproduzido por etnólogos contemporâneos a ele, associava, por sua vez, a concorrência e o conflito armado à escassez de bens materiais (pp. 224-227), argumento que havia sido recusado anos antes quando Clastres já defendia que a economia primitiva não poderia ser considerada uma economia de miséria. Restava revisar a proposta sociológica levi-straussiana, também conhecida como teoria *troquista* da guerra primitiva, decorrente de sua teoria geral do social, e retirada de sua produção intelectual dos anos 1940 que culminou em *As estruturas elementares do parentesco*, no desfecho daquela década.

A referência à guerra é breve e se deve, poderíamos pensar com Clastres, à sua ausência de propriedades próprias, de valor em si. No pensamento de Lévi-Strauss, a guerra aparece como o outro da troca, isto é, o conflito irrompe somente quando as trocas fracassam e a disputa decorre apenas do insucesso das transações

⁸⁷ Cf. principalmente “Troca e poder: filosofia da chefia indígena” e “Independência e exogamia” (Clastres, [1962] 2012; [1963] 2012). Embora Clastres tenha sido explícito na recusa às definições de Lévi-Strauss sobre troca e guerra, Viveiros de Castro (2011, p. 302) chega a defender que a sociedade contra o Estado é homóloga à noção de “sociedade fria”, representando, em vez da recusa, a própria radicalização do estruturalismo: a primeira contra o Estado, a segunda contra a História. Para uma análise dos dois projetos, ver Lanna (2013).

comerciais ⁸⁸ (pp. 228-229). Como consequência, entende-se que a sociedade primitiva é um “ser-para-a-troca”⁸⁹, um ser em que a hostilidade é uma consequência indesejada e, portanto, pode ser dissociada de si sem que haja a sua descaracterização:

A lógica da concepção relativa à troca conduz assim a uma quase dissolução do fenômeno guerreiro. A guerra, despojada de positividade, pela propriedade atribuída à troca, *perde toda dimensão institucional*: ela não pertence ao ser da sociedade primitiva, é apenas uma propriedade acidental, casual, acessória, a sociedade primitiva é pensável sem a guerra. Esse discurso sobre a guerra primitiva, discurso imanente à teoria geral que Lévi-Strauss desenvolve sobre a sociedade primitiva, não leva em conta este dado etnográfico: a quase universalidade do fenômeno guerreiro, quaisquer que sejam as sociedades consideradas, seu meio natural ou seu modo de organização socioeconômico; a intensidade, naturalmente variável, da atividade guerreira. Assim a concepção relativa à troca e seu objeto resultam, de certo modo, exteriores um ao outro, a realidade primitiva ultrapassa o discurso de Lévi-Strauss. Não por negligência ou ignorância do autor, mas porque a consideração da guerra é incompatível com sua análise da sociedade, análise que só se sustenta excluindo a função sociológica da guerra na sociedade primitiva (Clastres, [1977] 2011, p. 231).

O incômodo manifestado por Clastres não derivava de uma negação da importância da troca na sociedade primitiva, mas sim do reconhecimento de sua coexistência com a atividade guerreira, sem que necessariamente houvesse antagonismo entre elas, pois dizia logo em seguida: a “sociedade primitiva é o espaço da troca e é também o lugar da violência” (Clastres, [1977] 2011, p. 231). A guerra primitiva, veremos, não é o resultado de algum infortúnio e tampouco está posta para a simples satisfação econômica, para a subsistência. Em vez disso, ela é parte constituinte da sociedade primitiva clastresiana.

⁸⁸ A ideia de comércio aparece nas primeiras referências de Lévi-Strauss à guerra no texto “Guerra e comércio entre os índios da América do Sul”. Anos depois, é abandonada em favor da noção de dádiva recíproca (Clastres, [1977] 2011, p. 229).

⁸⁹ Fausto (2014, p. 323) revisou os mesmos escritos de Lévi-Strauss e atribuiu a Clastres uma leitura reducionista. Segundo sua proposição, a guerra não figurava como a simples negação da troca e, por isso, o fim das relações, mas, tão somente, como outro modo de troca. Em todo caso, não eximiu Lévi-Strauss de uma definição *troquista* e fundada num princípio de reciprocidade esvaziado da política.

Se a guerra não deve ser pensada enquanto negação da relação social, enquanto a *negativa* da troca, enquanto uma simples consequência de uma troca malsucedida ou de sua rejeição, qual seria sua *positividade*? Em outras palavras, o que ela cria? Por que Clastres a considera crucial para a sociedade primitiva? Para responder a essas perguntas é preciso apreender alguns aspectos importantes sobre os povos ameríndios que são discutidos à exaustão em *A sociedade contra o Estado e em Arqueologia da violência*.

Antes de tudo, Clastres (pp. 233-234) recordava que, do ponto de vista da vida comunitária, tratavam-se, via de regra, de sociedades dinâmicas, cambiantes, fragmentárias, dispersivas, sumamente inconstantes. Apesar disso, estavam circunscritas a um território exclusivo, fechado ao estrangeiro. A defesa e o controle deste território poderiam justificar o conflito, afinal o desejo de autossuficiência e autarquia da comunidade estaria em risco. No entanto esta não era a única fonte da hostilidade, que aparecia generalizada inclusive para dentro do grupo local.

As teorias refutadas, em especial a *economicista*, poderiam supor que a escassez material produziria a concorrência e o conflito, que, por sua vez, produziriam a ruptura, a segmentação, a dissolução do grupo. Clastres assumia a premissa inversa: a segmentaridade não é a consequência da guerra, mas a própria causa dela: “a sociedade primitiva *quer* a dispersão” ([1977] 2011, p. 232), afirmava ele. A razão para isso seria sua necessária *indivisibilidade*, sua recusa pela verticalização, sua rejeição à figura do Um que se destaca da sociedade e toma para si a autoridade política. Assim, a chefia só poderia se conformar sem a autoridade, considerando que a sociedade primitiva não aceitaria “que a divisão se estabeleça entre quem manda e quem obedece” (p. 236); a fragmentação interna e horizontal, de acordo com a literatura etnológica, responderia ao surgimento das diferenças verticais, resultando tanto em faccionalismo endêmico quanto em sistemas multisegmentares (Viveiros de Castro, 2011, p. 350).

Pode-se concluir que a guerra primitiva não é o fim da sociedade entendida como *troca*. Ao contrário disso, a guerra produz a dispersão e a manutenção da sociedade primitiva. Ela é contra o Estado, surge ao menor sinal da centralização,

ela é a garantia e a própria produção da sociedade primitiva (Sztutman, 2012, p. 47), impensável sem a atividade guerreira.

Clastres avançava em sua hipótese colocando ainda uma indagação sobre a possibilidade de ser a troca o verdadeiro motor da sociedade primitiva, como defendia Lévi-Strauss: em lugar da hostilidade, a “amizade generalizada”. Tal compreensão da possível amizade vicinal esbarraria na lógica da sociedade primitiva. Em sua defesa do contra-Estado⁹⁰, Clastres assumia que, nesse contexto etnológico, as comunidades esperavam permanecer indivisas e demarcar a diferença umas em relação às outras, fossem aliadas ou não: a “lógica da sociedade primitiva, que é uma lógica da diferença, entraria em contradição com a lógica da troca generalizada, que é uma lógica da identidade” (Clastres, [1977] 2011, p. 238), orientada pelo movimento centrípeto da equiparação, da identificação.

Apesar disso, a troca se mantém como necessidade para esse modelo social, porém submetida ao ideal de autonomia do grupo. Ela se manifesta em alianças que respondem diretamente à necessidade de resguardo contra inimigos, conformando-se em “efeito tático” da guerra. A troca é configurada como um traço secundário das relações sociais e, por meio de frágeis alianças cujas rupturas são frequentes, revela o que poderíamos denominar, a inconstância selvagem da política (Clastres, [1977] 2011, p. 240). À sociedade primitiva interessaria, insistia Clastres, manter-se dispersa, segmentar, incapturável, pois a ela importa apenas seguir sua própria lei e jamais submeter-se à lei exterior, à lei da chefia ou à lei unívoca do Estado (p. 249).

Alguns dos pontos elaborados sobre as noções de Estado, guerra e sociedade já foram alvejados pela crítica, e, ao pensar como estas ideias poderiam renovar a discussão acerca da violência nas torcidas, tratarei disso. Antes, porém, recuo para lembrar que toda a argumentação do ensaio “Arqueologia da violência” se destinava a solidificar uma tese mais geral, aquela atinente à filosofia política. Nas suas conclusões, Clastres retornava a Hobbes, emitindo sua concordância parcial com o

⁹⁰ Termo sintético e homólogo à *sociedade contra o Estado*, empregado por muitos dos leitores de Clastres, cf. Goldman (2011b). Sztutman (2013).

autor de *Leviatã*: a sociedade primitiva era mesmo a sociedade da guerra generalizada.

Por certo, o argumento assumia nova fundamentação, escapando do antagonismo entre a lei natural e a sociedade civil nos termos do contratualismo, isto é, da noção de passagem da natureza da humanidade à civilização. Não havia o juízo de que a primeira condição seria insuficiente em relação à segunda. O ponto era outro: em “Arqueologia da violência”, considerava-se que o acerto de Hobbes estava em determinar a incompatibilidade entre Estado e guerra: “(...) [ele] soube ver que a guerra interna e o Estado são termos contraditórios, que não podem existir juntos, pois um implica na negação do outro” (p. 250). Em resumo, a equação de Clastres diz que o Estado busca unificar, seguindo uma lógica unívoca, centrípeta, centralizadora, o princípio da identidade; a guerra, pelo contrário, é incompatível, incoerente a isso – é *contra* o Estado; as sociedades primitivas são sociedades guerreiras; logo seguem a lógica oposta, a lógica da dispersão, da fuga, a tendência centrífuga. Disso resulta sua condição de *contra* o Estado.

4.2. Socialidades a partir do torcer

4.2.1. INSUBORDINAÇÃO COMO VALOR

Lo Stato ha fatto una legge che dice allo sbirro così/ appena incontri un tifoso, arrestalo e portalo qui/ appena arrivati in questura, lo sbirro tremare dovrà/ la legge non ci fa paura, lo Stato non ci fermerà/ infatti non ci fermeremo, la vita dell’ultras si sà/ conosce soltanto due leggi: coerenza e mentalità⁹¹ (*Canção dos Ultras da SSC Napoli*).

⁹¹ Em tradução livre, “o Estado fez uma lei que diz o seguinte ao policial/ quando encontrar um torcedor, você o prende e o traz aqui/ quando chegar à delegacia, o policial vai tremer/ A lei não nos assusta, o Estado não nos deterá/ na verdade nada nos deterá. A vida de ultra, todos sabem/ conhece só duas leis: *coerenza e mentalità*”.

O termo “primitivo” é mantido por Clastres ao longo de toda sua obra. Com ele, refere-se às “sociedades primitivas”, à “economia primitiva”, à “guerra primitiva”, ao “guerreiro primitivo”. De maneira alguma, adjetivando uma gradação de evolução social, afinal o próprio autor salientava a necessidade de deixar de pensa-las desde a percepção daquilo que falta ou é insuficientemente desenvolvido segundo os parâmetros ocidentais. Seu intuito é o de visibilizar as diferenças.

O estatuto do Estado, contudo, provocou questionamentos devido à compreensão de que *A sociedade contra o Estado* reproduzia, em uma nova roupagem, a visão dicotômica e antagônica das sociedades com e sem Estado. Clastres procurava combater um pressuposto até então jamais negado pela antropologia política: a visão naturalizada de que a inexistência do Estado decorria do desconhecimento dele. Um pressuposto etnocêntrico, afinal fazia supor que a ausência se devia à carência de condições para tanto. O contra-argumento era: não há ausência da política na sociedade primitiva, dado que, ao combater as forças centrípetas, ela conhece, reconhece, identifica o surgimento da centralização do poder. Se esta não ocorre, é por ser indevida, indesejada. Em outras palavras, “o Um é o Mal”.

Para a crítica, a demonstração de que o contra-Estado é um mecanismo complexo, não acidental, que não poderia surgir ao azar, a qualquer momento e em qualquer canto é incapaz de afastar o Grande Divisor: obtém-se a dicotomia sociedade ocidental, de um lado; sociedade primitiva, de outro – centralização *versus* segmentarização.

Entendo que, se mantivéssemos essas ideias sem objeções, seria difícil uma releitura para o contexto das sociedades cujo modelo é aquele da autoridade política centralizada. Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari apresentaram o legado da antropologia política e sua definição da segmentaridade do poder. Eles fizeram ressalvas sobre a possibilidade de estender a teoria e provocaram indicando que também a sociedade moderna é segmentar:

Parece-nos entretanto difícil dizer que as sociedades com Estado, ou mesmo nossos Estados modernos, sejam menos segmentários. A oposição clássica entre o segmentário e o

centralizado afigura-se pouco pertinente. Não só o Estado se exerce sobre segmentos que ele mantém ou deixa subsistir, mas possui sua própria segmentaridade e a impõe. (...). Não há oposição entre central e segmentário. O sistema político moderno é um todo global, unificado e unificante, mas porque implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados, ordenados de modo que a análise das decisões revela toda espécie de compartimentações e de processos parciais que não se prolongam uns nos outros sem defasagens ou deslocamentos. (...). Em suma, tem-se a impressão de que a vida moderna não destruiu a segmentaridade, mas que ao contrário a endureceu singularmente (Deleuze & Guattari, 2012a, pp. 93-94).

No trecho, os autores nos indicam que o Estado se segmenta e que mesmo a burocracia se segmenta em linhas e mais linhas. A existência de uma unidade – seja ela o Um clastresiano – não dissipará a multiplicação, mas a enrijecerá. Deleuze e Guattari afirmavam, além disso, que a centralização e a segmentarização coexistem também nos modelos descritos pela antropologia política nos quais a autoridade está diluída no corpo social. Nestes, surgem os mesmos “centros de poder” que poderiam ser identificados nas sociedades com Estado, mas são inibidos (p. 96).

Na antropologia brasileira, a leitura predominante do contra-Estado foi bastante enviesada pela abordagem acima (Viveiros de Castro, 2011), guiando pesquisas de antropologia política em direção às sociedades com Estado⁹² – ou, sendo mais fidedigno, às sociedades *a favor* do Estado (Sztutman, 2011; Goldman, 2011b). O que não é possível ignorar é que, se a sociedade primitiva de Clastres soa demasiadamente idealizada por seu nível extremo de indivisibilidade, poderíamos pensar o mesmo das sociedades centralizadas em que a autoridade se exerce estritamente de cima para baixo, do chefe para o subordinado. Percorrendo a senda aberta por *Mil Platôs*, é preciso ter em conta que as forças centrípeta e centrífuga só podem existir em relação: só há fuga porque há captura e vice-versa.

Entendo que a categoria “primitivo” aparece como um modelo em relação ao Estado, outra definição modelar tomada como virtualidade. Esses conceitos não se excluem, mas coexistem. Para a abordagem do futebol de espetáculo na modernidade, devemos considerar que os clubes de futebol, independentemente das

⁹² Para ver alguns desses estudos, cf. o dossiê “Pensar com Pierre Clastres” da *Revista de Antropologia*, n. 54, v. 2 (Perrone-Moisés, Sztutman, & Cardoso, 2011).

variações de formato organizacional em função das diferentes legislações de seus contextos nacionais, precisam se alinhar a formas marcadamente modernas. Para começo, filiam-se a federações que regulam a prática do esporte. No Brasil, estão vinculados às associações estaduais que, por sua vez, estão ligadas entre si pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Esta faz parte da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), um sistema de nível continental que reúne dez entidades que monopolizam o futebol profissional em seus respectivos países. Acima das representações continentais, aparece a Federação Internacional de Futebol (FIFA), organização privada sediada em Zurique, na Suíça.

Participar do futebol de espetáculo demanda aceitar as regras jogo e ainda adotar uma espécie de *forma-Estado*, por meio da subordinação ao sistema FIFA. Essa forma-Estado dá comensurabilidade ao esporte de cima abaixo, possibilitando equiparar o jogo televisionado para uma centena de países que é disputado nos mais sofisticados estádios que a tecnologia logrou construir, por estrelas milionárias altamente assessoradas (pela preparação técnica, tática, física, psicológica, nutricional) àquele que, sem o mesmo interesse público, não movimenta vultosas cifras e é jogado por jogadores sem fama e sem dinheiro nas ligas menores ao redor do mundo.

A comensurabilidade imposta pelo aceite do mesmo conjunto de regras em todas as federações que se vinculam à FIFA é o que permite que um jogador possa transitar de um cenário a outro. Isso se dá pelo achatamento, pela padronização, pela unificação da diferença: faz-se possível diferir, porém, dentro de parâmetros regulados desde cima abaixo, desde as federações para os times de futebol. Para jogar o jogo das diferenças, torna-se necessária a subordinação.

As condições para a participação no futebol de espetáculo, deveríamos recordar, estão em acordo com o processo de consolidação dos esportes modernos (Elias & Dunning, 1992) que envolveu uma série de transformações nos jogos populares do medievo. Dentre as principais mudanças, a restrição à violência e a implementação de regras universais passíveis de generalização possibilitaram a referida unificação do jogo e, por consequência, sua conversão em sistemas duráveis de competição. A padronização das regras forneceu uma métrica ao esporte e

permitiu agregar diferentes competidores, dadas suas condições de se equivalerem. Não obstante, afirmou-se o *fair play*, um modo de experiência do jogo adequado ao contexto “civilizador” (Elias, 1994):

É a partir dessa atitude “desinteressada” e “gratuita” das classes altas em relação aos jogos, promotora da cisão entre o ator social e o ator esportivo, que tem origem a noção de *fair-play*. (...) a noção de *fair-play* traz consigo a ideia de que um jogo não muda a vida de ninguém, e tampouco soluciona desavenças. Então, por que entregar-se a ele a ponto de esquecer que é apenas um jogo? (Damo, 2002, p. 23).

Os clubes de futebol devem ser capazes da adoção dessa linguagem comum e duradoura característica dos esportes modernos. Os modos pelos quais se estruturaram institucionalmente respondem a essas necessidades. As torcidas, por sua vez, quando desejam reconhecimento e participação na instituição esportiva se subordinam ou, em teoria, deveriam se submeter às lógicas da lei unívoca, às lógicas da *forma-Estado* que tem no topo de sua pirâmide a própria FIFA – a reconhecida monopolizadora da prática do futebol de espetáculo (Rocha, 2019).

Neste sentido, o futebol profissional funciona como um sistema fechado e apartado dos demais. Além da regra do jogo que impera durante os 90 minutos em que duas equipes se confrontam, possui seus tribunais particulares de justiça – Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) no Brasil e Tribunal Arbitral do Sport (TAS) em nível internacional – que impõem ordenamentos para além do campo de jogo. As federações continentais e nacionais, entidades que, no sistema FIFA reproduzem o monopólio localmente, não podem sofrer interferências de governos, sob ameaça de exclusão⁹³.

Clubes também estão submetidos à justiça esportiva, podendo ser sancionados por contratações irregulares, por usarem jogadores não inscritos devidamente na competição, por abuso econômico, por dívidas trabalhistas ou com

⁹³ Em 2008, a Federação Peruana de Futebol (FPF), por exemplo, foi sancionada com a exclusão de todas suas equipes de competições continentais pela FIFA que compreendia ter havido conflito do governo local com a entidade privada. Ver “FIFA decide suspender o Peru...” em <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas/2008/11/24/ult59ui78942.jhtm> (acessado em 30/10/20).

outros clubes e ainda por tentativa de arranjo de resultados. A União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) inventou recentemente o termo *fair play* financeiro que regula as condutas econômicas dos clubes no continente, procurando, desde então, punir aqueles que apresentarem balanços considerados negativos⁹⁴.

Jogadores transgressores do *fair play* também podem ser sancionados por condutas consideradas violentas, trapaceiras ou inadequadas. É o caso dos controles antidopagem, por exemplo, que visam punir o consumo de drogas recreativas, bem como a busca por vantagem competitiva através do uso de expedientes ilegais tidos como incongruentes com o “espírito” do “jogo limpo”. É ainda o caso do uso de gestos técnicos proibidos⁹⁵, das manifestações consideradas políticas ou das condutas *antijogo*.

O *antijogo*, conforme vimos capítulos antes na leitura eliasiana dos esportes modernos, se coloca, enquanto a negação do jogo. Porém, se preferíssemos uma abordagem diferente, poderia ser pensado enquanto antítese do *fair play*, da regra universalizável, do jogo da identidade (Toledo, 2020a): antítese da forma-Estado: Se aquilo que está na negação do *antijogo* não é o jogar, mas sim o monopólio de sua regra, de sua lei, de seu comando, então, o problema todo passa a residir no controle da diferença.

Pensando nos efeitos práticos gerados pelo *fair play*, poderíamos lembrar do modo como um grave conflito em um recente Campeonato Brasileiro foi resolvido entre clubes rivais e confederação. Em 2005, o Internacional disputava ponto a ponto o título contra o Corinthians. O desfecho daquela temporada foi anômalo, pois, no decorrer do certame, deflagrou-se um esquema de manipulação de resultados envolvendo a participação direta de um árbitro. A descoberta da “Máfia do apito”, como o caso ficou conhecido, motivou o STJD a anular e remarcar algumas rodadas do campeonato. Os novos resultados modificaram a classificação, beneficiando o

⁹⁴ Ver “Entenda o que é fair play financeiro...” em <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/entenda-o-que-e-o-fair-play-financeiro-no-futebol,64fa7ofbc8cf2036bff776ef819ee1d4i2cus.html#:~:text=Descumpriu%20as%20regras%20do%20fair,normas%20do%20fair%20play%20financeiro.> (acessado em 30/10/20).

⁹⁵ Poderíamos citar as simulações exageradas de faltas ou de agressões que buscam levar a arbitragem ao erro; as cotoveladas ou até mordidas em disputas de bola; agressões racistas, entre outras.

time paulista. Ao fim, os dirigentes gaúchos contestaram a interferência dos tribunais na classificação final, buscando a anulação da decisão que modificou a tabela e indicando que poderiam recorrer à justiça comum para solução do impasse. Rapidamente houve reação da confederação continental que ameaçou o clube de exclusão de seus torneios caso seus dirigentes ou terceiros movessem ações na justiça comum contra o STJD, o que forçou o Internacional a “se curvar à CBF”, conforme noticiou a Folha de S. Paulo à época⁹⁶.

O curioso nesse exemplo – que há de ser lembrado e ainda lamentado pelos torcedores colorados – é que o Internacional, um clube tão significativo do futebol brasileiro, cogitasse manipular um segundo regime de normas – com outro sentido de justiça – em seu proveito, esboçando uma conduta escancaradamente proibida, irregular, *antijogo*. A forma-Estado, insisto, reconhece somente o seu regime de regras, neste caso, o da justiça desportiva. A *insubordinação* do clube gaúcho, se levada a cabo, poderia ter custado sua exclusão do futebol FIFA. Algo indesejado para os dirigentes colorados a ponto de desistirem imediatamente com a reivindicação do título que julgavam ser os legítimos vencedores.

Fiz essa digressão por entender que o *fair play* foi lido no registro eliasiano da supressão da violência ou do controle das emoções. Alinhando-me à sugestão de Toledo (2020a) do *antijogo* como categoria da diferença, entendo que o mesmo pode atualizar a definição de “primitivo” de Clastres, desta vez como a tendência centrífuga contra as máquinas de captura (Deleuze & Guattari, 2012a; 2012c) do “Estado” – enquanto ente virtual –, das regras universalizáveis, da lei exógena, se assim preferíssemos chamar.

No começo da seção, trouxe na epígrafe uma canção dos ultras do Napoli, um clube do sul da Itália. Embora seja oriunda de um contexto muito diferente do observado aqui e tampouco esteja ao alcance deste material apresentar qualquer comparação nesta direção, chamou-me a atenção por suas reiteradas menções ao

⁹⁶ Ver “Pressionado, Internacional se curva à CBF” em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fko612200503.htm> (acessado em 30/10/20).

Estado e à lei. Quase clastresianas: Se a vida do Ultra conhece uma lei, seguramente não é aquela do Estado.

Os torcedores das Torcidas Organizadas Independentes e das barras bravas, sobretudo destas últimas, historicamente manifestaram a manutenção de uma “sociedade primitiva” no sentido clastresiano do termo, buscando seguir, em paráfrase à canção napolitana, sua própria lei, ao contrário do exemplo do Internacional ou dos demais clubes de futebol que, inclusive quando se sentem prejudicados, podem até esboçar movimentos centrífugos, porém dificilmente levarão suas vontades às últimas consequências – ao ponto da exclusão do sistema FIFA.

Por isso, para o tratamento analítico específico desses agrupamentos, e levando em consideração as tensões em torno do cumprimento ou descumprimento da lei exógena – as regras internacionais do futebol de espetáculo –, afasto-me do referencial original e sugiro o desenvolvimento de conceitos mais adequados ao mundo do futebol e capazes de dar interpretação ao que percebo enquanto uma tendência à *insubmissão*, recorrente em algumas torcidas e inversa à “atitude de *fair play*” – entendida aqui como a postura “desinteressada” pelo jogo que produz separação entre ator social e ator esportivo –, tão cara ao jogo na modernidade.

Quando esses torcedores seguem sua própria lei, seguem a lógica do Múltiplo e não a do Um. Jogam o jogo da diferença, não o da identidade. Para esses, a categoria de referência será insubordinação torcedora, compreendida como a tendência de fuga às tentativas de captura pelo clube, pelos dirigentes e pelos chefes de torcida.

4.2.2. FUGA E CAPTURA

O aparecimento das torcidas barras bravas no começo deste século produziu um impacto no desenvolvimento histórico das torcidas no Rio Grande do Sul, devido às suas características organizacionais. Em razão da mimese da imagética e da política das torcidas argentinas poderíamos afirmar que elas são as torcidas que melhor conseguem a reprodução da “sociedade primitiva”; são, na comparação com outros formatos de associação torcedora, o modelo em que as tendências centrífugas

prevalecem, ou deveriam prevalecer, à medida em que surge a ameaça da centralização, da captura por chefes, da subordinação. Supõe-se que, no corpo social das barras bravas, por conta de seus processos políticos inconstantes, manifesta-se o melhor exemplo da insubordinação torcedora, o que não significa que essa lógica não possa funcionar também em outros agrupamentos, porém ali ganharia sua forma mais acabada e menos enrijecida. Por via da comparação entre os formatos de agrupação torcedora presentes no Internacional, testemos a hipótese.

A título de contextualização, recordemos a existência de outros grupos – que mencionei acima – no clube: os Consulados e as TOs. Os primeiros, desde que existem, fazem parte da instituição, sendo regulados pelo Estatuto Social da mesma. Compete a eles “a representação do Clube junto aos associados da respectiva região, incumbindo-lhes aproximar a comunidade e os órgãos do clube (...)”⁹⁷, são representados por um Cônsul cuja atuação é regulada pelo Conselho Deliberativo, uma espécie de parlamento de associados do clube.

Os cônsules são distribuídos territorialmente e têm a incumbência de representar o Internacional em suas respectivas cidades. Além disso, lhes é delegada a responsabilidade de organização de seus torcedores e de seus Consulados na participação de atividades sociais, tais como a ida aos jogos, eventos consulares, festas, jantares e outros cerimoniais. Desempenham o duplo rol de chefe de torcida e de dirigente. Os Consulados, inclusive por sua nomenclatura, reforçam a analogia entre clube e Estado-nação e, considerando seu propósito de conquistar novos sócios e organizar colorados distantes de Porto Alegre, servem ao interesse de avanço econômicos e territorial da instituição⁹⁸. São a ponta final de uma sociedade hierarquizada em larga escala.

As Torcidas Organizadas Independentes, a seu turno, não são mencionadas no estatuto do clube, bem como a definição “torcedor”. Na revisão que fiz do documento, conforme apontei no **Capítulo 2**, emprega-se este termo em somente

⁹⁷ “Estatuto Social” do Sport Club Internacional, atualizado em 2020.

⁹⁸ Conforme texto de divulgação sobre a inauguração de consulados, “Para ser candidato a cônsul do Sport Club Internacional na sua cidade ou região é necessário ser sócio em dia (não menos de 6 meses) e trazer, no mínimo, 10 novos sócios como taxa de adesão e ser conceituado na comunidade (...)”, disponível em <https://internacional.com.br/consulados/funcoes> (acessado em 12/06/20).

duas oportunidades, um número insignificante quando comparado com as 66 ocorrências de “associado”, o mediador de uma espécie de “cidadania” no clube social. O “torcedor” não possui nem deveres nem direitos assegurados pelo estatuto – ele sequer existe politicamente para o clube, está à margem dos estatutos e, paradoxalmente, desobrigado – livre – em relação às convenções da formalidade, como venho argumentando desde o referido capítulo. Sua condição é exógena ao clube.

Institucionalmente, as diversas torcidas organizadas aparecem apenas no “Regulamento Geral”⁹⁹ que estabelece as normas e os procedimentos no clube. Ali, dispõe-se sobre as condições para sua presença, o que inclui a obrigação de associação de seus membros ao clube e, diferentemente dos associados convencionais, o registro biométrico do torcedor e sua necessária identificação em dias de jogo.

Por ora, quero salientar que a primeira modalidade coletiva de torcida, o Consulado, faz parte do clube – mais do que isso, só é viável graças a este. O sistema consular tem o propósito de agregar associados e de fortalecer a presença da instituição para além das fronteiras da cidade, inclusive chegando a outros estados e países. Como veremos no **Capítulo 8**, o Consulado é a representação do clube, em relação umbilical com suas classes dirigentes. Esta forma de organização é prevista legalmente e coordenada de dentro para fora. Como formam parte da instituição, a ela devem subordinação.

Nos Consulados, assume-se a forma-Estado em que as regras são determinadas desde a instituição para os seguidores. Seguindo com o postulado clastresiano da relação entre guerra e Estado, concluiríamos que a hostilidade política não poderia se manter no sistema consular de organização torcedora. Nos casos de dissidências dentro do Consulado de uma determinada região, os insatisfeitos não poderiam destituir seu cônsul pela força, agressividade ou outras condutas semelhantes e tampouco poderiam criar um novo Consulado independente do primeiro, afinal a criação e a manutenção dos Consulados passam

⁹⁹ Documento disponível no site do clube, internacional.com.br (acessado em 16/05/20).

necessariamente pela aprovação do Conselho Deliberativo ou, dependendo do caso, da presidência da instituição que admite legitimamente apenas um cônsul por região. Trocando em miúdos, o *antijogo* (Toledo, 2020a) deverá ser suprimido nessa formação social.

As torcidas, por sua vez, e os torcedores em geral se formam em relação de independência com o clube. Sua presença organizada, constante e volumosa pode lhes aferir uma espécie de relevância política. Para acederem a vantagens e melhores condições de organização, elas se submetem a movimentos de institucionalização, vinculando-se, no caso colorado, ao setor de Relacionamento Social do clube e, com isso, passando a ter direito a uma reserva prévia de ingressos, tal qual os Consulados. Diferentemente destes, porém, são submetidas a uma série de condicionamentos, como a predeterminação de seu espaço no estádio e outros controles que não se impõem aos demais associados do clube. Ao contrário do sistema consular, organizam-se desde *fora para dentro*. Seu propósito é menos o de expandir o alcance do clube do que o de expandir sua presença *no* clube.

No conjunto do que Internacional reconhece enquanto torcidas organizadas, é possível identificar ao menos dois modelos: com institucionalidade própria, regimentos, como é o caso da Camisa 12, da FICO, da Nação Independente e da Força Feminina Colorada. Esses agrupamentos escolhem a sua representação, sua presidência, por vias formais – são o que venho chamando de “Torcida Organizada Independente”. O segundo modelo, não assumiria essa centralização rígida, mas, em lugar disso, aventaria a posição da chefia (ou *liderança*, categoria êmica). É a situação das barras bravas. No caso colorado, esta torcida é a Guarda Popular, que existe desde 2004 e permanece unida, ainda que tenha sido repartida, segmentada entre três lideranças e outros núcleos regionais. No “formato barra brava” não há uma via institucional para a mudança de chefia, ainda que este processo até possa ser diplomático, normalmente ocorre pelo acirramento da hostilidade.

Por definição, o comando das Torcidas Organizadas Independentes, assim como o das barras bravas, não sofre ingerência direta dos clubes, ainda que, por meio de condicionamentos (cadastramento biométrico, restrição da entrada ao estádio, distribuição/restrrição de ingressos, controle dos instrumentos musicais e de outros

artefatos, etc.), estes consigam provocar efeitos indiretos nos modos de organização. Assim, uma torcida barra brava que recusa as formalidades internas termina se adaptando ao regime do clube, aceitando esse movimento de captura. No entanto, essas duas modalidades de torcida organizada, diferentemente do sistema consular, se autodeterminam, poderíamos assim dizer.

Minha entrada etnográfica esteve restrita aos torcedores que viveram a última década na Guarda Popular (2010-2019). Essa limitação momentânea dificultou a produção de dados mais detalhados sobre a década anterior (2000-2009) quando essa torcida atravessou o movimento massivo de associação dos clubes no país, no qual o Internacional foi um dos pioneiros. É plausível supor que o período em questão inventou o “sócio-torcedor ao mesmo tempo em que restringiu mais ainda o estádio ao torcedor não sócio, considerando que literalmente este sequer teria a possibilidade de adquirir ingressos para os jogos mais concorridos. No caso da Guarda Popular, no período de uma década, os torcedores que diziam ser oriundos da coreia, o setor mais marginalizado do Beira-Rio, deveriam se transformar em sócios para que sua existência enquanto torcida fosse possível, em um movimento centrípeto, orbitando o eixo do clube – e sua lei.

Para evitar mais especulações sobre o período, recorro a pesquisa de Rodrigues (2012) relativa ao surgimento e às transformações da Geral do Grêmio, que é uma torcida autodefinida como barra brava, porém do Grêmio, entre os anos de 2001 e 2011. Segundo o autor, ao contrário das “torcidas organizadas tradicionais, a Geral do Grêmio não é uma instituição burocratizada, com sede, estatuto, presidente ou diretores” (p. 110), sendo similar, do ponto de vista da organização, à Guarda Popular, portanto. Ao longo desses anos, passou por um processo de “institucionalização”, categoria empregada por este autor, em que os torcedores da barra, então desvinculados, foram massivamente associados ao clube. Como consequência:

A campanha de associação marcou uma nova fase da relação entre torcida e diretoria. O sucesso da campanha obrigou a Diretoria do clube a reconhecer o poder de mobilização da Geral e a vantagem de uma relação baseada no diálogo e porque não dizer, na cooperação. Afinal, diante do poder de mobilização dos

líderes daquele movimento, melhor do que enfrentá-los, seria trazê-los de volta para dentro do clube. A Geral do Grêmio se mostrou para os dirigentes o modelo de torcida que todo gestor gostaria de ter: apoiava o time durante noventa minutos, contribuía com novos associados (...) (2012, p. 115).

A formalização de um grupo que se pretendia *contra-Estado*, de socialidade clastresiana, somado ao fato de que suas lideranças tenham se convertido em conselheiros desse clube (p. 118), atuando em sintonia com os dirigentes, poderia ser lida como a conversão da barra em outro tipo de torcida. Se, porém, ocuparmos-nos menos com o trabalho de classificar os grupos em categorias desde definições idealizadas sobre os modelos de torcida, e olhássemos para as lógicas da política na organização torcedora, poderíamos ver um movimento centrípeto reorientando a torcida: não mais organizadas exclusivamente de *fora para dentro* do clube, mas também ao revés. Capturadas por suas lideranças e pelos dirigentes do futebol.

Venho argumentando, contudo, que a socialidade barra brava, dada sua manutenção de uma espécie de “sociedade primitiva clastresiana”, tem a insubordinação como um valor, naquilo que é sua busca por conjurar o descolamento do poder do corpo social em direção à chefia. Esse ponto será retomado no **Capítulo 6**, a partir das histórias de torcedores da Guarda Popular. Voltando à antropologia política de Clastres, vimos que a guerra, por sua incompatibilidade com o Estado, é um mecanismo extremamente eficaz para tanto, de modo que, sem ela, se torna impensável a sociedade primitiva.

No caso gremista narrado pela historiografia, após o processo de associação dos torcedores da Geral do Grêmio, a pesquisa de Rodrigues (2012) descreve suas consequências mais imediatas. A torcida passaria a ter benefícios na preparação de suas performances para os jogos e também no aspecto econômico, em ações que foram consideradas acordos com a direção do clube ou “agrados”. A compreensão, por parte dos torcedores, de que as lideranças se beneficiavam de forma inapropriada dessas vantagens, era expressa por termos como “corrupção” ou “máfia”. A pesquisa descreve, a partir de 2006, o aumento da insatisfação interna com os *capos* e, por conseguinte, uma sequência de eventos conflituosos com brigas e tumultos em diferentes estádios do país. Em novembro de 2008, o acirramento da

hostilidade provocaria um enfrentamento no qual houve um tiroteio no pátio do estádio gremista e um torcedor resultou baleado. Por fim, deflagrava-se, conforme narrado pelo autor, uma dissidência da torcida: saíam os insatisfeitos, formando um novo grupo e migrando para outro setor do estádio (Rodrigues F. C., 2012, pp. 125-132).

4.2.3. FACCIONALISMO E MÁQUINA DE GUERRA

Em sua pesquisa no Alto Xingu¹⁰⁰, Fausto (2014) identificou entre os parakanãs, povo de língua tupi-guarani, uma cisão territorial que, num intervalo de décadas, consolidou configurações opostas na configuração da economia e da política comunitária desses grupos vizinhos e intimamente hostis. A metade oriental apresentava chefia e segmentação social; a metade ocidental, por sua vez, apresentava a ocorrência sistêmica do faccionalismo, repartindo-se em subgrupos nômades sem estratificação social.

Para estes últimos, a guerra constituiu um importante mecanismo de relação social, visto que, retornando a Clastres, possibilitava a manutenção do poder no corpo social. Além disso, operava transformações sociológicas, quando considerado seu caráter também predatório (Fausto, 2014; Viveiros de Castro, 2015). Afigurava-se como meio de relação com alteridades e como consumo produtivo da diferença.

As lógicas da política nas sociedades torcedoras, bem como no caso das cisões entre os coletivos amazônicos, poderiam ser repensadas por via da comparação entre os diferentes modelos organizativos, assumindo que, em princípio, todos esses torcedores compartilham generalizadamente uma noção de pertencimento e comunidade ao mesmo clube de futebol – são semelhantes, portanto, – e se percebem como associados ao mesmo clube. Além disso, todos esses optaram pelo vínculo aos segmentos torcedores – a busca pela diferença.

¹⁰⁰ Trata-se de uma região etnológica localizada na parte meridional do Parque Indígena do Xingu, é configurada por um sistema multiétnico de povos indígenas na Amazônia. Há ampla literatura sobre essas populações (Fausto, 2005).

Voltemos então ao caso das duas principais torcidas do Internacional, pensando nos efeitos da hostilidade torcedora.

A Camisa 12 é considerada a primeira TO do Rio Grande do Sul. Foi fundada em 1969 por Vicente Rao, antigo chefe de torcida colorado nos anos 40, ilustre pelo seu pioneirismo na organização torcedora dentro do clube. Como referi antes, esta torcida – no contexto da década de 70 em diante – se apresenta como uma associação torcedora, uma agremiação independente, chefiada por uma presidência, cuja escolha se dá pela via eleitoral. Ela atualmente se faz notar utilizando um uniforme próprio, alusivo a si mesma. Além disso, possui uma banda, marcada principalmente pela bateria, que leva o samba de carnaval ao estádio. Para acrescentar, tem também uma loja online para a comercialização de roupas e acessórios de torcida. Vê-se nesse grupo uma série de órgãos formalizados e duráveis, o que faz com que comandar a Camisa 12 implique em comandar todo esse conjunto institucional.

A Guarda Popular, por sua vez, tende a recusar a possibilidade de formalização do grupo. Enquanto que nas outras torcidas organizadas é comum o uso de uniforme por toda a coletividade, os torcedores das barras têm liberdade para se vestirem como desejarem. Eles optam normalmente por suas camisetas e abrigos do Inter. Isso poderia parecer um simples detalhe, mas a opção do vestuário não padronizado indica também uma forma de “desobrigação” do torcedor com o grupo, estando mais alinhada com a socialidade insubordinada (desobrigada) presente na formação política da barra.

Por alguns anos, ela foi liderada por uma só pessoa que teve o “comando” sobre o conjunto. A organização se manteve assim até que em 2011 uma briga dentro do Beira-Rio, durante uma partida de futebol, manifestou uma irreparável cisão interna. Nesse episódio, considerado muito grave, alguns torcedores resultaram feridos. De acordo com os relatos sobre o ocorrido, após anos de unificação, a torcida voltava a se dividir em duas: Guarda Popular e Popular do Inter.

O segundo grupo, que em princípio era uma dissidência, finalmente concretizava seu ideal *autárquico* e se tornava uma torcida apartada da primeira, com liderança, banda e território próprio. Segundo comentam os torcedores sobre o

período, essa secção reunia os mais antigos, a “velha guarda” da torcida que, embora tivesse seu valor atrelado à sua “contribuição histórica”, ia se tornando obsoleta em relação aos mais jovens. O primeiro grupo passava a ser dominado por estes que, dizem os mesmos torcedores, “trabalhavam” mais, tinham ideias “arejadas” para o crescimento da torcida e adequadas às transformações históricas do futebol que entendiam que os estádios vinham passando.

A briga de 2011 provocou a exclusão dos dois grupos do quadro das torcidas organizadas do Internacional, o que impedia seus acessos ao estádio. Com o passar do tempo, voltaram – separadas, porém. O primeiro grupo se manteve no setor original, o portão 7. O segundo, escapando às linhas de captura, demonstrou seu *nomadismo*¹⁰¹, migrando para o Portão 4.

Os anos posteriores foram caracterizados pelo afastamento do Beira-Rio em função das obras para a Copa do Mundo. No retorno ao estádio, as duas torcidas voltaram a negociar a sua reunificação. Nessa época, uma terceira facção, um grupo minoritário, surgiu e construiu sua reputação a partir da virtude guerreira de seus membros, adquirindo um prestígio que os incluiu no grupo maior. O “Comando do Trem”, reconhecido principalmente por suas proezas bélicas.

Desde então, a Guarda Popular se tornou o conjunto desses três comandos e, também, a única barra brava reconhecida pelo Internacional. Esse detalhe, de que, seguindo a lógica inversa às cisões, tenha se convertido na única *barra*, é importante.

A formação das torcidas organizadas costuma seguir uma lógica do múltiplo, isto é, uma lógica da diferença, em que a política faz as identidades circularem (Viveiros de Castro, 2011). Há uma tendência para a multiplicação descontrolada dos grupos em função de aspectos identitários/territoriais e seus desejos de *autarquia*, independência política (Clastres, [1977] 2011): a torcida “das mulheres”, a torcida “da zona sul”, a torcida “do samba”, e assim por diante. No caso do Internacional, havia, nos anos 70, torcidas dedicadas a jogadores específicos do time: as torcidas do

¹⁰¹ O nomadismo aparece no contexto tupi-guarani (Clastres, 2012; 1995; Fausto, 2014) não como a consequência da guerra, mas a antecipando. Dito de outro modo, é a própria lógica centrífuga, buscando combater a unificação e conjurar o Estado, que alimenta o estado de guerra (Clastres, [1977] 2011, p. 247).

Falcão, Mauro Galvão e outras¹⁰², a exemplo do que indicou Hollanda (2008) a partir da análise do processo de multiplicação de torcidas organizadas no contexto do Rio de Janeiro nos anos 1960¹⁰³.

Atualmente, o paradoxo é que, para serem aceitas no futebol com direito a levarem suas bandas, bandeiras e outros artefatos torcedores, as torcidas precisam do reconhecimento formal da instituição, o que implica uma adaptação a um segundo regime de signos (Deleuze & Guattari, 2011), o do clube de futebol inserido no sistema FIFA de competição esportiva. Para isso, devem se converter em grupos significativos, volumosos, e admitirem a representação por um chefe, um mediador entre a torcida e a instituição.

Os processos de cisão e de unificação que narrei ocorreram em um período curto, entre 2010 e 2015. Eles demonstram a fragilidade do equilíbrio que mantém essa torcida em decorrência, a meu ver, da coexistência destas forças de captura e fuga, com destaque para a recorrência acentuada da segunda em relação à primeira. Como já escutei desses torcedores, “a cada jogo é uma nova negociação” em que as lideranças precisam satisfazer aos interesses de todos. O problema, ainda de acordo com eles, é que é “impossível agradar a todo mundo”, afinal “se tu dá algo pra um, está tirando de outro”. Essas negociações normalmente são a respeito de entradas para os jogos, lugares nos ônibus de excursão, conforto das viagens: “Tu consegue um ônibus pra mandar a torcida pro Rio, pra Argentina, mas tu vai mandar eles sem nada? Sem um dinheiro? 24 horas num ônibus passando fome?”.

Neste sentido, a liderança está sempre mais obrigada com o seu torcedor do que o contrário, o que inverte a relação de comando e obediência – de servidão, como percebeu Clastres ([1962] 2012). A insatisfação com a chefia causará a desobrigação, a *insubordinação*, e os torcedores sabem disso e o demonstram

¹⁰² No **Capítulo 5**, veremos em detalhe o desenvolvimento das torcidas organizadas em Porto Alegre ao longo da segunda metade do século passado.

¹⁰³ Poderíamos ainda avaliar os processos de diferenciação a partir da noção batesoniana de *cismogênese*, moldadora do comportamento dos indivíduos, que, na política, poderia ter dois sentidos: simétrica ou complementar. No primeiro, o autor indica como exemplo as rivalidades internacionais; no segundo, a luta de classes (Bateson, 2018, p. 231). Parece pertinente pensa-las respectivamente como termos da produção de diferenças para fora e para dentro da sociedade, o que nos permitiria pensar em uma espécie de “cismogênese torcedora”.

quando identificam a necessidade de que a liderança supra suas necessidades, garanta as melhores condições para a torcida; reafirmam isso constantemente, em especial quando empregam o termo “agradar” para descrever um dos atributos da chefia.

Na barra brava, não ocorrem eleições. Os grupos são constituídos por lideranças capazes de reunir uma quantidade relevante de torcedores, providenciando a *festa*, a banda, o apoio ao time. Há somente uma maneira de “tomar a torcida” como dizem os torcedores. Isso ocorre “infelizmente” através da força. E acrescentam: “não é o desejado, mas é assim que funciona”.

Poderíamos desenvolver esse ponto a partir da associação entre a guerra primitiva e o faccionalismo. Ou, a partir de outro referencial teórico, o da relação perpétua e interativa entre máquina de guerra e forma-Estado. Segundo Deleuze e Guattari, em releitura a Clastres,

Conjurar a formação de um aparelho de Estado, tornar impossível uma tal formação, tal seria o objetivo de um certo número de mecanismos sociais primitivos, ainda que deles não se tenha uma consciência clara. Sem dúvida, as sociedades primitivas possuem *chefes*. Mas o Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder. A preocupação do Estado é conservar. (...). Os mecanismos conjuratórios ou preventivos fazem parte da chefia, e a impedem que se cristalice num aparelho distinto do próprio corpo social (Deleuze & Guattari, 2012b, pp. 19-20).

O mecanismo conjuratório mais eficiente contra a conservação, contra as tendências de estabilização, é, na sociedade primitiva clastresiana, a própria máquina guerreira, dada sua incompatibilidade com o Estado, sua exterioridade em relação a este. À sequência, acrescentam os autores de *Mil Platôs*, que o Estado procura “interiorizar”, “apropriar-se localmente”. A máquina de guerra, por sua vez, opera em outro sentido:

A forma-Estado, como forma de interioridade, tem uma tendência a reproduzir-se idêntica a si através de variações, facilmente reconhecível nos limites de seus polos, buscando sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta). Mas a forma de exterioridade da máquina de guerra faz com que esta

só exista nas suas próprias metamorfoses (Deleuze & Guattari, 2012b, p. 25).

A partir destas constatações, devemos deixar de pensar segundo o modelo antinômico de presença/ausência do Estado e passar a trabalhar com a ideia de que seriam forças, ou tendências, que atuam ora capturando, ora escapando, ora em direção ao centro, ora em direção às bordas. Nas torcidas, manifestando-se ora em subordinação, ora em insubordinação. Com esta concepção, onde o Estado é uma virtualidade¹⁰⁴, entendo ser possível elaborar algumas afirmações sobre os modelos de organização torcedora e a violência.

No primeiro modelo reportado aqui, o consular, a hostilidade não pode se sustentar enquanto parte da política. Os Consulados, espalhando-se pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, representam, sem dúvida, uma forma de segmentarização do clube. Eles conformam coletivos de colorados de determinada cidade ou região que buscam demarcar a sua diferença em relação aos demais colorados. Os colorados de Cascavel, na fronteira oeste paranaense não são os mesmos – e desejam demonstrar isso – que os colorados de Brasília ou Santa Maria, e assim sucessivamente. Neste sentido, poderíamos dizer que, ao menos, a multiplicação consular segue uma lógica centrífuga, porém não resultante de querelas internas. Representam, antes disso, uma geopolítica clubística que combina as migrações, o regionalismo e o pertencimento ao clube.

Os Consulados, assim, formam torcidas que se organizam desde o centro para as periferias. É o próprio clube que os torna possível e, por este motivo, a representação consular precisa estar adequada aos regimentos determinados pelos dirigentes do Internacional. Em outras palavras, a insatisfação com o *chefe*, neste caso o cônsul, não deverá conduzir à insubordinação torcedora, ou à formação de um novo Consulado para a mesma região, mas, idealmente, à sua substituição de acordo com as vias legais. A produção de diferença ocorre, porém, no regime da

¹⁰⁴ Precisamente por essa razão se tornaria inútil a busca pelo “nascimento” cronológico do primeiro Estado na humanidade, afinal este sempre aí esteve. A centralização não seria nem anterior, nem posterior; e conjurar o Estado equivaleria, em termos de complexidade, a mantê-lo (Deleuze & Guattari, 2012b, pp. 23-24).

identidade: o *fair play*. A subordinação, como ameaça a essa formação social, será combatida.

O modelo de Torcida Organizada Independente que predominou no Internacional até a virada deste século, com chefia institucionalizada, formalização associativa e hierarquias burocráticas, tende a permanecer estável por décadas. Estes grupos buscam diferir em relação às demais torcidas do clube, porém sua própria faccionalização ou a multissegmentação significaria seu fim, diferentemente do formato barra brava.

À semelhança do sistema consular, essa forma de torcida organizada com níveis de burocratização pode se segmentar internamente em núcleos e grupos menores. A produção da diferença, contudo, deve ser controlada a partir de um sistema de regras universalizáveis. O agravamento da hostilidade pela deflagração da guerra interna significaria a ruptura com a estabilidade institucional, regida pela tendência centrípeta.

Por sua vez, as barras bravas, são os agrupamentos torcedores menos rígidos e mais instáveis. Como vimos, recusam todas as marcas da formalização e, não raro, se confundem com a figura de seus chefes, de seus *capos*. Quando indagados sobre a história da torcida, sobre o surgimento dela, os torcedores dificilmente transmitem uma ideia de continuidade a respeito do grupo, ainda que ele possa conservar o mesmo nome ao longo dos anos. No caso da Guarda Popular, cujo surgimento é identificado em 2004, as constantes cisões – verdadeiros eventos de insurreição – são percebidas como interrupções. Em 2011, com o acirramento do faccionalismo, a torcida que era comanda por uma só liderança se dividiu em duas. Anos depois, a partir das negociações entre as três facções torcedoras, houve um reagrupamento, agora dividido por esses segmentos em três comandos.

Ao longo da pesquisa, sempre estive curioso sobre uma ideia repetida na torcida: “a torcida é violência, infelizmente é assim”. A princípio, parecia-me um fatalismo, uma constatação de que o futebol é um espaço tomado por pessoas violentas e que, enquanto fosse assim, não poderia mudar. A ideia de guerra primitiva clastresiana ilumina uma nova hipótese. Diferentemente dos outros

modelos de torcida, o faccionalismo e a manutenção da guerra interna são duas tendências condizentes com a *socialidade barra brava*, em decorrência da necessidade de conjurar a centralização, de insubordinar-se.

Isso não implica afirmar que as transformações não possam ocorrer pela via diplomática, pela fala, pelas concessões ou que o grupo esteja impossibilitado de se direcionar a formas mais institucionalizadas ou centralizadas – tendências centrípetas que, considerando a atual estabilização do coletivo, parecem ter predominado nos anos recentes. Na verdade, esses dois tipos de ação operam conjuntamente. Porém através das noções de guerra primitiva e *antijogo*, compreende-se que a barra brava não tende à desintegração, mas, pelo contrário, reforça as características de sua organização política – de uma *socialidade insubordinada* – ainda que o estado de guerra permanente possa acarretar em severas restrições, impedimentos ou prejuízos a esses torcedores, seja nas suspensões às quais cumprem com frequência em razão dos comportamentos transgressores, seja na exclusão de suas lideranças do mundo do futebol, através de medidas judiciais, ou, ainda, nos riscos associados à vocação guerreira.

Entornos do Beira-Rio, imagens

O torcer está intrincado com afetos e territórios e são muitas as maneiras pelas quais os torcedores demarcam suas presenças. Com cores e sons demonstram pertencimentos a seus clubes e também a seus agrupamentos torcedores. Expressam seus gostos, e particularidades. A seguir, uma sessão fotográfica de diferentes territorialidades derivadas do clubismo. Registros etnográficos de 2019 a 2022.



O Beira-Rio do outro lado da rua – vista desde o apartamento na Padre Cacique



Adesivos e grafismos



A presença de adversários no Beira-Rio

Gauchismo como elemento indissociável do coloradismo





Grafismos da Guarda Popular no Parque
Marinha

A rua pintada com fogos, fumaça e cânticos









III. FUGA

Capítulo 5

5. Transformações do torcer na era Beira-Rio

Considerando o interesse – já discutido nos capítulos anteriores – de avaliar os processos de formação e desenvolvimento dos coletivos torcedores, discutiremos no seguinte capítulo os processos históricos que contribuíram para o surgimento de torcidas que se organizaram desde o exterior dos clubes de futebol, isto é, em uma relação de independência com as entidades esportivas. O ponto de partida para a análise é o Sport Club Internacional desde o momento de sua mudança para o Estádio Beira-Rio em 1969, em um período que coincidiu com a criação da Camisa 12, que é considerada a primeira TO do Rio Grande do Sul.

Os tópicos estão organizados por datas – mais exatamente as décadas – entre os anos 1960 e 2010. O uso dessa referência às épocas não objetiva ser precisa, visto que a duração dos processos abordados não se restringe às datas apontadas. O emprego deste recurso visa, em realidade, tão somente situar o leitor, afinal trataremos de um período extenso da história colorada, cerca de 50 anos desde a inauguração do Beira-Rio.

Assim, são duas seções que concentram modificações graduais impostas ao torcer e às modalidades coletivas de organização torcedora: (1) a primeira de dedica à fase inicial do estádio colorado, sua época mais esplendorosa quando recebia públicos superiores a 70 mil, 80 mil pessoas e, esportivamente, dominou o futebol brasileiro com os títulos nacionais de 1975, 1976 e 1979. Há uma espécie de nostalgia quanto a esses anos e destaco três processos: a proliferação de torcidas organizadas, em especial as TOs, a decadência das charangas e outras torcidas oficiais dos clubes e, ainda, a virilização das torcidas; (2) a segunda parte aborda o que, no Internacional, é um período de crise, tanto pela defasagem do estádio e pelo mau desempenho esportivo quanto por outros fatores que afetaram o futebol brasileiro. E, depois da crise, a fase de atualização dos grandes estádios que, para os colorados, combinou-se com uma nova era vitoriosa dentro de campo. Novamente destaco três processos principais: o televisionamento do futebol, o fim das gerais – no caso do Beira-Rio, a romântica coreia – e o surgimento de coletividades organizadas que reivindicam direitos de torcer na recente fase de arenização dos estádios.

5.1. Casa do povo

5.1.1. (1960) A PROLIFERAÇÃO DAS BANDEIRAS

Em abril de 1969, o Internacional se mudou para o Estádio José Pinheiro Borda, o Gigante da Beira-Rio como é mais conhecido, erguido sobre um trecho recém aterrado do rio Guaíba. Na década de 70, hoje recordada pelas inéditas conquistas nacionais, o clube que se apresentava para um público máximo de aproximadamente 10 mil torcedores passaria a uma casa capaz de receber até 100 mil pessoas. Teria, no campo de jogo, ídolos históricos como Figueroa, Falcão e Valdomiro; nas arquibancadas, multidões e novos grupos organizados. Também em 1969, mas em outubro, seria fundada a Camisa 12, que é considerada a primeira Torcida Organizada do clube e do Rio Grande do Sul, em atividade até os dias atuais.

O pioneirismo da Camisa 12 no futebol gaúcho é atribuído a quatro membros fundadores: Hernani Becker, Jorge Birolho, Victor Tavares dos Santos e, novamente,

Vicente Rao, que três décadas antes liderara o Departamento de Cooperação e Propaganda (DCP) do Internacional. Conforme vimos no **Capítulo 2**, Rao era uma figura multifacetada que tinha bom trânsito em diferentes círculos sociais da cidade. Depois de atuar como diretor de torcida e das categorias de base do clube nos anos 40, foi também líder sindical dos bancários, Papai Noel oficial da cidade e Rei Momo do carnaval porto-alegrense por mais de duas décadas. Nos últimos anos de sua vida, não mais como dirigente colorado, ainda participaria na criação de uma nova torcida que surgiria logo depois da mudança de estádio.

A recém criada Camisa 12 ocuparia, a partir daí, o anel superior do Beira-Rio até a recente reforma do estádio quando migrou para o setor norte do anel inferior. À semelhança do antigo DCP, aportava inúmeros elementos estéticos oriundos do carnaval, como bandeiras, foguetes, apitos, reco-recos, buzinas e muito papel picado. Nas vestimentas, porém, traziam a novidade da uniformização própria com uniformes fornecidos pela mesma fabricante de material esportivo do clube. Conforme o relato de um antigo integrante do grupo, hoje identificado enquanto membro da “Velha Guarda”,

a torcida, além de organizada, era também uniformizada: camisa xadrez vermelha e branca, calça, sapatos e boné brancos. Ainda nos anos 70, a mesma fabricante de material esportivo do Internacional fornecia uniformes para a Camisa 12. Contavam também com auxílio de grandes empresas como Coca-Cola e Brahma. “Nós tínhamos apoio dessas grandes empresas. Nosso uniforme era da Adidas. Tínhamos jaquetas escrito Coca-Cola, cervejaria Brahma. As excursões tudo eles que bancavam. Naquela época eles apoiavam a Camisa 12”. (Silva, 2021).

Sendo presença constante no Beira-Rio, a nova TO também organizava excursões pelo país, comemorações e eventos festivos, como carreatas pela cidade na comemoração dos títulos. Do ponto de vista da sonoridade, traria para sua charanga a bateria do samba, fato atribuído à grande proximidade com a Imperadores do Samba, uma importante escola dos desfiles de carnaval de Porto Alegre criada em 1959 no bairro Cidade Baixa e hoje vizinha do estádio colorado. Havia uma relação de mão dupla, onde tanto os torcedores participavam do carnaval, como os diretores da escola eram vinculados à torcida organizada (*Ibid.*).

Figura 14: Beira-Rio nos anos 70. Fonte: Arquivo Histórico S.C.I.



A Camisa 12 não seria a única Torcida Organizada Independente do clube a surgir nesse contexto. Além dela, a Força Independente Colorada (FICO), outra que existe até os dias atuais, nasceria na segunda metade da década, em abril de 1977, então com o lema “Força do Povão Colorado”. O grupo teria sucesso imediato, conseguindo se expandir com a criação de núcleos em outras cidades logo na década de 1980¹⁰⁵.

Nem todos os agrupamentos, no entanto, tiveram a mesma longevidade que essas duas. Os registros que atestam a existência de outros coletivos no estádio colorado não são abundantes, mas, através de consulta às edições da *Placar Magazine*, disponíveis online¹⁰⁶, e outras fontes¹⁰⁷, podemos mencionar ainda os

¹⁰⁵ Cf. “Torcida ‘família’, FICO acompanha o Internacional desde 1977”, disponível em <https://pasquimcolorado.com.br/2021/04/18/torcida-familia-fico-acompanha-o-internacional-desde-1977/> (acessado em 20/08/22).

¹⁰⁶ Mais de mil edições da revista, de 1950 a 2010, estão disponíveis para consulta em Google Books.

¹⁰⁷ Uma das pesquisas que faz menção às torcidas coloradas dos anos 60 e 70 é a de Luiza Aguiar dos Anjos (2018) a respeito da torcida Coligay, criada em 1977 no Grêmio. Desconhecendo pesquisas que

grupos Dragões Rubros, PX-Inter, Inter Jovem, além das chamadas “torcidas particulares” voltadas diretamente ao apoio de jogadores específicos do time, como a Falcão Povão e a Falcão Grande do Sul, em homenagem ao meio-campista Paulo Roberto Falcão. Identifiquei ainda menções a torcidas criadas para o zagueiro Mauro Galvão, os meias Batista, Jair e Mário Sérgio. Todos eles, jogadores que faziam parte do time campeão brasileiro de 1979 e vice-campeão sul-americano da Libertadores de 1980, o que pode ser indicativo de uma tendência circunscrita a esses anos.

Figura 15: Faixa da Camisa 12, anos 70. Autor desconhecido. Fonte: Instagram @camisa12dointer.



tenham abordado especificamente as torcidas organizadas do Internacional entre o DCP, no Estádio dos Eucaliptos, e o princípio da Era Beira-Rio, recorri a depoimentos informais de torcedores, fóruns de discussão online, além de entrevistas com César Caramês, historiador do Museu Ruy Tedesco do Internacional, e Raul Pons, historiador e torcedor colorado que mantém o blog Futebol & Outras Histórias.

Figura 16: O celebrado time de 1979. Ao fundo, muitas bandeiras no anel superior. É possível identificar faixas da Camisa 12 e da Dragões Rubros. Fonte: Arquivo Histórico S.C. Internacional



De qualquer sorte, tendo sido ou não, um breve modismo no Beira-Rio, esses coletivos, múltiplos e diferentes entre si, informam sobre transformações importantes nos modos de organização torcedora a partir da década de 1960 que seriam visíveis em toda parte. No rival local, via-se a semelhante proliferação de agrupamentos. De acordo com Aguiar (2018), o Olímpico testemunharia, na mesma época, ao menos dez torcidas, começando pela Eurico Lara, vinculada ao clube e herdeira do antigo Departamento do Torcedor Gremista. Havia ainda Força Azul, Torcida Jovem, Gre-Puc, Camisa 12, Império Azul, Fiel Terremoto Tricolor, Fiel Tricolor e Terremoto, além da Coligay, uma singular e impactante “torcida gay” que acompanhou o Grêmio de 1977 a 1983¹⁰⁸.

¹⁰⁸ No mesmo trabalho, a autora demonstra como as “torcidas gays” carnavalizadas apareceram em muitos outros clubes do Brasil naquele momento. Ela contabiliza ao menos treze grupos em clubes como Flamengo, Botafogo, Fluminense, Corinthians e outros. Uma delas teria aparecido inclusive no Internacional. Nesses casos, houve rechaço por parte de dirigentes e demais torcedores, o que faz da

Figura 17: Torcida Falcão Povão, um exemplar das "torcidas particulares" dos anos 70. Autor desconhecido. Fonte: Instagram @prfalcao5.



O futebol gaúcho da década de 1970 se via em meio a um processo amplo que afetava outras regiões do país. A partir de uma reportagem da *Placar* de 1982, cujo trecho é destacado abaixo, podemos avaliar a reconfiguração das relações entre dirigentes e torcedores desencadeada duas décadas antes. Num texto sobre as torcidas e a confecção de suas bandeiras em muitas praças esportivas, temos depoimentos sobre os modos como os torcedores passaram a se organizar por conta própria, muitas vezes na contramão do interesse econômico dos clubes de futebol, que cobravam *royalties* pela reprodução da marca.

Bandeiras e torcidas organizadas tornaram-se quase sinônimos. Foi no final da década de 60, lembra Luís Carlos Caldarona, porta-voz dos corintianos Gaviões da Fiel (9.251 sócios, uma das maiores do Brasil), que os torcedores que levavam bandeiras mais vistosas aos estádios começaram a se aproximar uns dos outros, dando origem aos grandes grupos atuais. Hoje, algumas têm até sofisticções como a Comissão de Visual, da Gaviões, encarregada de aprovar os lay-outs criados por seus associados. Além disso, antes de cada partida é feito um planejamento: quem irá segurar as bandeiras, quais se usarão (há mais de 60 delas, a

Coligay uma exceção, dado o relativo respaldo obtido em relação ao seu clube, permitindo influencia e duração considerável nas arquibancadas do Olímpico.

maior das quais com 60m²) e em que lugar do estádio serão desfraladas.

"A melhor palavra para definir os integrantes de uma torcida organizada é esta: sacrifício. Para nos apetrechamos, gastamos o que temos e o que não temos", confessa Luís Carlos Silva, da Força Azul do Grêmio Porto-Alegrense. Vaquinhas, rifas, crediário, churrascos: para conseguir dinheiro para os panos, recorre-se a tudo. Mas o filão mais generoso é outro: "O que dá grana mesmo são as tradicionais *mordidas* nos cartolas ricos", resume Marcelo Ribeiro, da PX-Inter, do Internacional de Porto Alegre.

Inter e Grêmio recebem royalties dos grandes fabricantes de bandeiras, pela exploração comercial do logotipo dos clubes. Mas não ganham nada, evidentemente, das centenas de pequenos produtores que trabalham em esquema artesanal e proliferam às vésperas das grandes decisões¹⁰⁹.

Conforme vemos no fragmento acima, é plausível supor que as pequenas torcidas organizadas tenham incrementado gradualmente suas habilidades operacionais, passando a constituir grupos volumosos, compostos por até milhares de associados que, em muitos casos, passaram a contribuir na forma de mensalidades às suas torcidas. Nesse momento da história das torcidas de futebol, os clubes deixariam de capitanear, a partir de seus chefes de torcida, a organização da festa nos estádios, abrindo terreno para uma multiplicação desenfreada de coletivos torcedores.

Os entrevistados pela reportagem da *Placar* deixam passar, em suas palavras, a ideia de que o embrião das Torcidas Organizadas Independentes se originou no momento em que grupos reduzidos passaram a ocupar os estádios, identificando-se e, aos poucos, adquirindo volume, aumentando seus quadros de participantes até o ponto em que se tornariam associações de torcedores em paralelo aos clubes de futebol.

A literatura acadêmica do futebol, no entanto, ainda não é vasta e detalhada sobre as primeiras torcidas organizadas em Porto Alegre, com a notável exceção da recém citada tese de Aguiar (2018) sobre a torcida Coligay. Temos um conjunto

¹⁰⁹ *Placar Magazine*, 31/12/1982, p. 52,

consistente de pesquisas se dedicou a discutir os anos de surgimento deste esporte, bem como os percalços entre as primeiras décadas e a profissionalização, no momento em que a rivalidade Gre-Nal se consolidou (Damo, 1998; Mascarenhas, 1999; 2000; Soares, 2014). Por outro lado, os anos 50 e 60 aparecem como uma espécie de lacuna, de forma que os últimos anos do Estádio dos Eucaliptos e os primeiros do Olímpico trazem poucas menções ao ambiente das torcidas¹¹⁰. De qualquer modo, há razões suficientes para acreditar que essa última década deu início a uma torção fundamental na história das formas coletivas do torcer no Rio Grande do Sul. O surgimento da Camisa 12 inauguraria uma configuração de organização torcedora que viria a ser predominante nos anos posteriores, com o deslocamento da direção das torcidas para o exterior dos clubes.

No tópico seguinte, discuto algumas das transformações desse período, avaliando elementos que contribuíram para o declínio da figura do chefe de torcida e para a exteriorização do eixo de organização torcedora.

5.1.2. (1970) A DECADÊNCIA DAS CHARANGAS

Na história das TOs no Brasil, a Camisa 12, criada na passagem do Internacional para o Beira-Rio, insere-se num momento de transformações significativas nas arquibancadas. Dando um passo atrás, como fizemos no **Capítulo 2** ao apontarmos o caráter associacionista das entidades esportivas, veremos que há uma consistente literatura que indica que os primeiros esforços mais efetivos no sentido de organizar coletivamente os torcedores de futebol no Brasil aconteceu, em diferentes pontos do país, a partir dos anos 1930 (Chaim, 2018; Hollanda & Chaim, 2020; Toledo, 1996; Pinheiro, 2020). Nessa época, as localidades mais adiantadas nesse processo histórico tiveram a aparição da figura do “chefe de torcida” vinculado aos clubes e, normalmente, alinhado aos ideólogos da corrente Era Vargas que compreendiam o

¹¹⁰ Os grupos organizados não costumam ser situados nesses períodos, aparecendo frequentemente outra figura: os “torcedores-símbolo”. No caso do Internacional, são muito recordados em tom anedótico – inclusive em veículos oficiais de comunicação e no museu do clube – a cabrita Chica, espécie de mascote da sorte na década de 40 e 50, e Charuto, um torcedor negro e biscate do Mercado Público cujo nome é desconhecido. Certa vez o escritor Luís Fernando Veríssimo, também colorado da época do antigo estádio, o recordou como “a figura do colorado em estado puro”.

esporte enquanto uma disciplina pedagógica fundamental para a constituição do “caráter nacional”. Em diferentes cidades, viu-se a ocorrência de grupos organizados ou uniformizados que inclusive rivalizaram em competições próprias para definir quem fazia a maior festa nas arquibancadas (Hollanda, 2012). Além do apoio e da música, o “bom comportamento” era valorizado no tempo em que os chefes torcedores defendiam valores como a “diversão saudável” e, não raro, transitavam entre o clube e as autoridades policiais, constituindo uma forma peculiar de policiamento da torcida¹¹¹. No caso de Porto Alegre, tanto Internacional como Grêmio tiveram esses personagens, sendo Vicente Rao o líder do Departamento de Cooperação e Propaganda (DCP) colorado e Salim Nigri, do Departamento do Torcedor Gremista (DTG).

Duas décadas depois do Estado Novo varguista, o modelo de organização torcedora das charangas organizadas pelos chefes de torcida – empreendida pelos clubes de futebol às vezes em associação com aparatos estatais como a polícia – daria sinais de esgotamento. E é possível apontar uma combinação de fatores para isso.

O primeiro deles – e quem sabe o mais evidente – seria o natural envelhecimento das antigas charangas dos anos 40 e 50 no momento em que se depararam com transformações, tanto no mundo futebolístico quanto em outros aspectos sociais. Entre 1940 e 1960, a população do país quase dobraria de tamanho saltando de 40 para 70 milhões, com crescimento vertiginoso das grandes cidades¹¹². Sendo o futebol um fenômeno marcadamente urbano, é plausível assumir que as mudanças demográficas impactariam no aumento dos públicos esportivos e na formação de novos perfis.

¹¹¹ Cf. o caso de Jaime de Almeida, chefe da charanga do Flamengo entre os anos 1930 e 1950. Além de trazer a carnavalização, proibia palavrões na torcida. Atuava também em conjunto com o chefe de polícia, constituindo o papel de coordenador e vigilante dos comportamentos na torcida (Hollanda, 2012).

¹¹² Cf. o Recenseamento demográfico de 1940, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf e o Recenseamento demográfico de 1960, disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf (acessados em 21/07/22).

Do ponto de vista da arquitetura, por exemplo, é preciso dizer que, à medida em que os públicos se tornavam cada vez maiores, os antigos estádios do começo do século XX iam sendo ampliados até o limite de suas condições (Mascarenhas, 2014). Nos anos 30, eles certamente não tinham a dimensão que tomariam nas décadas seguintes, quando da construção do Estádio do Pacaembu em São Paulo, que acomodaria até 70 mil pessoas a partir de 1940, e do Maracanã que, inaugurado em 1950 para a Copa do Mundo, instituiu o paradigma que ditaria as décadas posteriores (Damo, 2021).

Quando consideramos especificamente o Rio Grande do Sul, vale dizer que o Grêmio seguiria no bucólico Fortim da Baixada até passar ao Estádio Olímpico no bairro da Azenha, inaugurado em 1954 somente com o anel inferior e ampliado em 1980, quando enfim se tornaria Monumental¹³. Já o Internacional, do pequeno Estádio dos Eucaliptos ao Beira-Rio, tardaria ainda mais, mudando-se de endereço ao fim dos anos 60. No Beira-Rio, atingiria assistências superiores às 80 mil pessoas, como nas finais dos Campeonatos Brasileiros de 1975 e 1976¹⁴.

Considerando o caráter territorialista das torcidas, é plausível imaginar que os estádios colossais que se inauguravam naquela época, com dois anéis de arquibancadas mais a chamada “geral”, passariam a impor empecilhos à condução, orientação e inclusive vigilância dos torcedores por parte do chefe e de sua charanga. Podemos aventar que, na dificuldade de um controle corpo a corpo, tais obras seriam dotadas de tecnologias especiais para o disciplinamento das massas, em especial o fosso, uma espécie de vão desenhado com o fim específico de impedir o contato do público mais popular com o campo de jogo (Damo, 2021, p. 234).

Recordo ainda que um fenômeno que pode ser percebido nesse momento foi o aparecimento de novos grupos organizados, não necessariamente duradouros, mas que surgiam às dezenas nas arquibancadas. Em meio à multidão de torcedores de um mesmo time, prevalecia um impulso na direção da demarcação das diferenças através da constituição de pequenas torcidas. Além disso, o recorte geracional

¹³ Cf. “Estádio Olímpico” em <https://gremio.net/conteudo/index/41> (acessado em 20/08/22).

¹⁴ O recorde do estádio foi registrado em 17 de junho de 1972 quando 106.554 pessoas assistiram o empate entre a Seleção Gaúcha e a Seleção Brasileira.

(Hollanda, 2008), com jovens imbuídos em noções de contracultura e rebeldia nos anos em que a repressão e a censura da Ditadura Militar eram impostas, compunham um cenário de mudanças que conduziria à decadência dos chefes de torcida e suas charangas representativas de cada clube. Seguindo Hollanda, podemos concluir que esse conjunto de transformações fomentaria um rearranjo nos modos de organização torcedora:

O culto e a tradicional obediência à persona do chefe passam a sofrer sucessivos questionamentos no seio das associações em fins da década de 1960, movidas também pelo engrandecimento, pela racionalização e pela burocratização por que atravessa o futebol profissional. Se a chefia da torcida dependia muitas vezes do aval dos presidentes de clube, assim como das emissoras de jornal e rádio, agora o vínculo de muitos auto-intitulados chefes com esses dois pólos de poder esportivo deixa de ser imprescindível. Impulsionadas por uma conjuntura de crescimento, fragmentação e "despossessão", fissuras internas na unidade dos grupos promoveriam o aparecimento de um sem-número de agrupamentos paralelos e de uma heteronomia de comandantes de torcida dentro de um mesmo clube. Eles passariam a conviver, a concorrer ou a se opor aos métodos usuais de apoio dos primeiros líderes de arquibancada, e aos seus atributos de incontestável liderança, onde um rearranjo e um agenciamento diferencial das relações - ora aproximadas, ora distanciadas - se verificariam entre estes e as autoridades clubísticas (Hollanda, 2008, p. 132).

Somando-se ao “esgotamento estético” das charangas, dadas as mudanças de gostos de uma época à outra, devemos reconhecer o fator político na relação dos agrupamentos torcedores com suas associações esportivas. O modelo da chefia torcedora, ligada, quase sempre formalmente, ao clube geraria contestação nos grupos insurgentes. Neste sentido, poderíamos lembrar um caso muito bem documentado: a conturbada relação entre a torcida corintiana Gaviões da Fiel e os dirigentes seu clube.

Fundado em 1969, o Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba Gaviões da Fiel Torcida, hoje conta com cerca de 100 mil associados¹⁵, além de uma bem-

¹⁵ Ver “Elas são 40% dos sócios da Gaviões da Fiel...”, disponível em <http://www.espn.com.br/noticia/733641-elas-ja-sao-40-dos-socios-da-gavioes-da-fiel-mas-ainda-precisam-lutar-contraveto-de-encostar-em-bandeira-e-tocar-bateria#:~:text=A%20Gavi%C3%B5es%20da%20Fiel%20tem,%25%20mulheres%20e%2047%25%20homens>. (acessado em 23/08/22).

sucedida escola de samba própria. Uns anos antes da criação oficial da entidade, um grupo de torcedores se organizara e se intitulara “os Gaviões”, manifestando-se contrário ao então presidente do clube, o poderoso e controverso Wadi Helu. Esportivamente, a época era sofrível para os corinthianos e os protestos do grupo se faziam notar. Como resposta, o mandatário decidiria pela repressão dos torcedores, primeiro por via da intimidação:

Sentindo-se acuado pela existência de um movimento que se constituíra com o objetivo de apoiar o Corinthians, sem, contudo, abdicar do exercício da crítica e do direito de expressá-la, o presidente Wadi Helu intensificou a repressão com o objetivo de calar a revolta dos torcedores. A partir do clássico com o São Paulo, pelo Campeonato Paulista de 1970, “não pudemos mais expor nossas faixas”, recordava [o fundador da torcida] Flávio La Selva, desvelando, na sequência, as relações perigosas estabelecidas entre a presidência do alvinegro e os porões do regime militar: “Dois homens que se diziam agentes do Dops aproximavam-se de quem estava mostrando as faixas e diziam que isso não era possível, ameaçavam de prisão e diziam que Wadi Helu era deputado, que não podia sofrer campanhas desse tipo” (Florenzano, 2019, p. 23).

E, em seguida, através de uma emboscada feita por uma torcida financiada pelo clube. A imprensa, à época, noticiou o caso como um ataque encomendado pelo dirigente.

As intimidações culminaram em uma emboscada no início de novembro de 1970. De acordo com o relato de Flávio La Selva: “Saímos em passeata pela Avenida Pacaembu, comemorando o triunfo” sobre o Santos. “Vinham passando os ônibus da torcida paga por Wadi Helu”. Um pretexto qualquer “foi o bastante para o primeiro ônibus parar na frente do nosso grupo e outro atrás. Saltaram uns sessenta homens e começaram a agredir o nosso grupo. (Florenzano, 2019, p. 23).

O caso não é referente ao contexto de Porto Alegre, e, certamente, é constituído por elementos do surgimento das torcidas independentes no cenário paulistano, assim como debates e antagonismos travados especialmente no Corinthians¹¹⁶.

¹¹⁶ Ver Hollanda & Negreiros (2015); Hollanda & Florenzano (2019) Florenzano (2009).

Não avançarei sobre seus pormenores aqui. Quero, em vez disso, chamar atenção para um aspecto crucial para o rearranjo das formas coletivas do torcer. Como vimos no **Capítulo 2**, quando discutimos o DCP colorado, coordenado por Vicente Rao, um dos motivos defendidos para a criação de um departamento que emulava as instituições estado-novistas era a alegada necessidade de controlar vaias, xingamentos aos jogadores do time e ao juiz, além das animosidades e outros comportamentos indesejados àquela época. Recordemos que, entre as atribuições do departamento estava a “disciplina férrea” na torcida, bem como o apoio às iniciativas do clube. Tacitamente, impunha-se, desde a própria associação de futebol uma modalidade de coletivo torcedor em que a vaia, o protesto e a crítica não poderiam ter lugar. A ascensão da torcida Gaviões da Fiel, oposicionista à classe dirigente, ilustra a chegada de um tempo em que a crescente insatisfação com os chefes de torcida levou grupos de torcedores a se desvincularem do oficialismo de seus clubes. Segundo Chaim:

Não são raros os relatos de jovens dos anos 1960 e 1970 cujo primeiro contato foi a própria torcida oficial do clube, muitas vezes fazendo parte delas. Sua maior insatisfação em relação às torcidas oficiais era a alegada passividade em momentos de fraco desempenho do time de futebol em campo.

O motivo maior para a insatisfação dos jovens torcedores com as TUs de moral varguista não residia exatamente em sua não-manifestação em caso de mau desempenho em campo, mas sim na razão pela qual elas se silenciavam: os chefes de torcida gozavam, por sua posição, de uma situação de notoriedade social, além de uma série de privilégios (Chaim, 2018, p. 161).

Fosse pela inocente vaia aos jogadores ou pela oposição ao presidente, o torcer assumiria os contornos do político, num processo, que Hollanda (2012) nomeou, de passagem da *carnevalização* à *juvenilização* das torcidas. A invocação de um desejo pelo direito de protestar, neste sentido, será também um ingrediente importante para os movimentos em busca de autonomia e independência torcedora em relação a clubes e dirigentes nas arquibancadas (Teixeira, 1998).

A breve história apresentada acima – de disputa política da Gaviões da Fiel contra Wadih Helu cujo desfecho foi uma emboscada de “torcedores oficiais” contra

o grupo independente – revela ainda um elemento que fará parte do desenvolvimento das torcidas independentes nos clubes brasileiros: o processo de virilização das mesmas que não pode ser desvinculado do componente político e territorial presente no universo das torcidas e nas relações que estabelecem com seus clubes. Tratarei sobre isso nas próximas páginas.

5.1.3. (1980) AS TORCIDAS VIRIS

No Brasil ou em outros países, basta uma olhadela nos estádios e redondezas para notar que uma parte massiva das torcidas organizadas, possivelmente majoritária, utiliza símbolos e imagens que fazem referência à virilidade do grupo. O repertório inclui o emprego de nomes que remetem ao léxico da guerra ou do crime, como “falange”, “máfia”, “comando”, “facção”, canções que ameaçam rivais, além de imagens intimidadoras das tradicionais mascotes: versões “marombadas” de leões, galos periquitos, raposas, serpentes e outros.

Essa autorrepresentação, hoje predominante, dos agrupamentos enquanto viris, másculos e agressivos parece ter tido um tímido início ainda nos anos 70, com radical avanço nas duas décadas seguintes. A própria representação midiática sobre os torcedores organizados passaria por mudanças:

[a] cobertura sensacionalista [das torcidas organizadas] reflete uma mudança na imprensa, que, nos anos de 1970 e 1980, abordava as torcidas organizadas, principalmente, a partir de seus recursos estéticos e festividades. A partir da década de 1990, a cobertura jornalística passou a ter um papel decisivo no processo de marginalização desses torcedores, quando as matérias passaram a vincular o torcedor organizado quase que exclusivamente com o fenômeno da violência (Teixeira, Medeiros, Reis, & Lopes, 2021, p. 112).

Há, é bem verdade, em grande parte da crônica esportiva, um saudosismo em relação a um tempo em que não havia a “violência” no futebol e que o estádio não era o lugar de “vândalos” ou “criminosos”, mas de famílias. Temos visto já, principalmente no **Capítulo 1**, como as brigas, confusões e tumultos são, tudo

indica, tão antigos quanto o próprio esporte¹¹⁷ e motivaram diferentes providências por parte dos clubes e do Estado no sentido de contê-los. Em que pese o romantismo e o preconceito expresso nos meios de comunicação, é também verdadeiro que as torcidas organizadas foram passando por um movimento de virilização, com muitas delas tendo surgido orientadas para o apoio festivo, mas também para os enfrentamentos físicos com outros grupos. Este seria um indicativo do começo de uma era em que a aptidão para o antagonismo violento se tornou em uma valência essencial para as torcidas organizadas de futebol.

Figura 18: Escudos de TOs. Raposas, lobos, galos, entre outras mascotes, em representações viris. Além disso, tanques de guerra, caveiras para transmitir virilidade e beligerância.



No cenário paulistano, podemos tomar como exemplo dessa tendência o surgimento da palmeirense Mancha Verde em 1983, atribuído, em grande medida, à fragilidade das torcidas do Palmeiras no enfrentamento com congêneres de outros clubes. Através da fusão de duas outras organizadas, o grupo respondia à “necessidade de se organizar uma nova e sólida representação para a Torcida

¹¹⁷ Tomando o Gre-Nal como referência, poderíamos mencionar o 11º clássico disputado entre os rivais, encerrado antes da hora depois que um assistente esfaqueou dois jogadores no Estádio da Baixada (Coimbra, Noronha, Souza, & Moreira, 2009, p. s/p).

Palmeirense nas arquibancadas”¹¹⁸. Sem o eufemismo, surgia como um destacamento guerreiro. Isso pode ser confirmado por depoimentos colhidos pelo projeto “Territórios do Torcer”, como no de torcedores rivais:

Pergunta: Você recorda do momento em que a Macha Verde surgiu?

Cláudio Romero (da torcida Camisa 12 do Corinthians): Sim, eles apareceram nos anos 1980, em um momento diferente do nosso, e já surgiram com o propósito da violência. Anteriormente, os alviverdes apanhavam das torcidas rivais e eles pretendiam acabar com essa fama. Logo após terem se organizado, trinta deles invadiram quatro ônibus lotados da Gaviões da Fiel, na saída do Morumbi, ao lado do Palácio do Governo. O Cléo era o mentor de tudo. Na hora, eu pensei: "Caramba! O que vai acontecer aqui?". Fiquei feliz por ter tomado outro caminho, contudo, soube depois que o negócio deles não era conosco (Hollanda & Florenzano, 2019, p. 190).

O mesmo aparece na versão de uma das lideranças históricas da torcida:

Pergunta: A Mancha Verde se formou a partir da fusão de duas torcidas, não é? Como se deu esse processo?

Paulo Serdan (da Mancha Verde): Aqui na cidade de São Paulo existiam duas torcidas que dominavam, a Gaviões da Fiel e a Torcida Jovem do Santos. Quando eu estava na Inferno Verde, tínhamos uma rapaziada mais velha que fazia linha de frente e os enfrentava. Eram pessoas como o Louco, o Tinoco, o Urubu e a Betânia. Apesar disso, éramos amedrontados pelos corintianos e chegamos a perder todo nosso material para os santistas. Em uma ocasião, o pessoal da Gaviões da Fiel alugou o Parque Antártica para fazerem um jogo e, na saída, invadiram o quartinho da TUP [Torcida Uniformizada do Palmeiras] e roubaram mais de oitenta bandeiras. Essas coisas incomodavam. Nós éramos moleques e achávamos que tinha que acontecer algo, mas, com uma só torcida, não conseguíamos fazer frente.

Além disso, a TUP tinha outra ideologia e um lema que dizia: “Levamos mais paz aos estádios”. Porém não adiantava entregarmos uma flor e tomarmos tapa na cara. Em razão de tudo isso, depois de diversas conversas entre as lideranças da Inferno Verde e da Império, que eram as duas maiores depois da TUP, os presidentes resolveram fazer uma fusão e fazer uma nova organizada. Alguns nomes foram lançados até surgir a ideia

¹¹⁸ Texto do portal Organizadas Brasil, cf. <http://www.organizadasbrasil.com/> (acessado em 27/08/22).

da Mancha Verde. [...]. Nós precisávamos de um nome forte e chegaram a propor outros, como Força Verde, mas, quando sugeriram Mancha Verde, pegou. A partir dali, eu, o Moacir, o Cleo e toda a molecada que veio da Inferno Verde formamos uma família. Éramos muito amigos. Além de nós, havia um grupo da TUP composto pelo Marcelo, o Nivaldo, o Beto, o Cabeção e alguns outros. Eles eram contrários à ideia de ficarmos levando apenas amor ao estádio e, em troca, apanhar. Toda essa turma foi se conhecendo e a coisa encorpou. Portanto, quando surgiu a Mancha Verde, a intenção era fazer os rivais nos respeitarem (Hollanda & Florenzano, 2019, pp. 268-269).

O caso, hoje bem documentado da aparição dessa torcida, ajuda a perceber o modo como as torcidas organizadas de São Paulo foram se reorientando, de maneira que ou se adaptavam às dinâmicas violentas das disputas entre torcidas ou tinham sua própria existência colocada em risco, em função de saques e agressões. Aos poucos, a “pista”, categoria que nomeia a participação nas contendidas torcedoras, passaria a ser um atributo necessário.

No contexto das torcidas do Rio Grande do Sul, as fases das TOs não estão documentadas com a mesma densidade, mas há razões para considerar que podem ter passado por processos semelhantes. Em tese sobre a torcida Coligay, que esteve ativa entre 1977 e 1983, Aguiar procurou identificar fatores que possibilitaram a existência de uma “torcida gay” no Grêmio durante mais de meia década. Segundo a autora, além de formarem uma torcida festiva, animada, divertida e respeitarem os limites dos homens heterossexuais, reuniam “aspectos da cisheteronormatividade e da cultura futebolística”: eram “educados, trabalhadores, sem vícios”, “pé- quente” e “dispostos ao confronto físico, sem, contudo, serem violentos”, o que fazia deles uma “boa torcida gay” (Aguiar, 2018, p. 228).

A mesma pesquisa é rica em depoimentos que demonstram como a disposição para o enfrentamento físico foi um componente importante para a possibilidade de autodefesa da torcida, tendo inclusive o fundador desta disponibilizado aulas de karatê aos integrantes com o intuito de que eles estivessem aptos a se defenderem. Uma torcida, nas palavras de seus participantes, que “não batia, mas se defendia”.

Ainda segundo a autora, não fugir das brigas seria também uma razão determinante para a aceitação dos demais torcedores gremistas. Alguns expressariam a ideia de que os gays no Grêmio seriam mais machos que os da torcida colorada. Mais do que isso, que seriam também mais machos que os colorados heteressexuais (Aguiar, 2018, p. 235): Aos olhos de outros torcedores, “mesmo formada por homossexuais, a Coligay não seria um grupo de *putos*”, afinal “são bichas, mas brigam” (p. 218).

Embora essa virilidade tivesse um traço compensatório, dado que buscava atenuar os indicativos de “afeminamento” do grupo, é possível avaliar como, nesta altura da história das torcidas organizadas de Porto Alegre, tanto a disposição para brigar quanto componentes da virilidade vão se tornando qualidades valorizadas nas arquibancadas gaúchas.

5.2. Crise e renovação

5.2.1. (1990) O PROTAGONISMO ROUBADO

Um aspecto que não pode ser ignorado para avaliar as transformações nos estádios, públicos e torcidas do futebol foi a consolidação do televisionamento, por um lado, como a principal forma de ver o jogo e, por outro, como a mais importante fonte de recursos dos clubes de futebol. Embora as transmissões televisas desse esporte já existissem desde meados do século passado, é somente a partir da década de 1990 que os canais de televisão começam a transmitir a maioria das partidas dos principais clubes brasileiros. No país, é nesse momento que surgem os canais esportivos por assinatura, assim como a modalidade de transmissão *pay-per-view* (Vimeiro, Queiróz, Maldini, & Martins, 2019). A difusão televisiva começaria a substituir a radiofônica, tornando-se o formato de midiatização predominante até os dias atuais, em que pese o surgimento do *streaming*.

Os movimentos que conduziram ao predomínio televisivo aconteceram principalmente nas duas décadas anteriores, acompanhando inovações tecnológicas que permitiriam a transmissão direta de imagens e sons desde o local do evento acompanhado (Santos A. G., 2013, p. 132). Entre as mais importantes modificações, as partidas, que antes eram quase sempre transmitidas após realizadas, através do recurso de edição por vídeo tape, passariam ao formato ao vivo na década de 80.

Tantas novidades a partir do final dos anos 70 logo teriam impactos diretos sobre a organização das competições futebolísticas, em especial após a coincidente ascensão de dois importantes agentes: a Rede Globo e o Clube dos 13. A primeira, o famoso conglomerado de comunicação que, nos anos 1980, começaria a dominar o setor esportivo pela compra com exclusividade dos direitos de retransmissão sobre a Copa do Mundo (Santos A. G., 2013). O segundo, um grupo de dirigentes dos principais clubes de futebol do país criado em 1987 que, imbuídos de um “espírito empresarial”, reclamavam a organização de um Campeonato Brasileiro comercialmente mais atrativo e mais rentável, que possibilitasse melhores contratos de marketing e direitos televisivos (Giglio & Malaia, 2021).

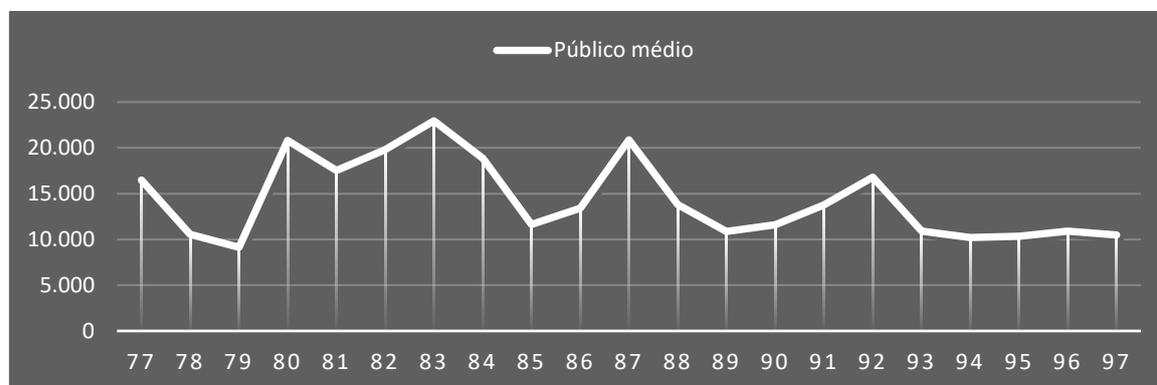
Sem esmiuçar todos os detalhes desse período, importa dizer que o Campeonato Brasileiro de futebol, quando comparado com outras ligas nacionais, teve um início tardio. Até os anos 1960, os principais circuitos eram os estaduais, sendo que a nível nacional, haviam competições curtas, reunindo quase sempre apenas os campeões em seus estados. Na década seguinte, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), antecessora da CBF, organizaria uma liga nacional. Sob influência da ditadura civil-militar, usaria o certame de modo a melhorar a aceitação do governo em nível local (Santos D. A., 2015). Isso seria feito através inchaço do torneio, chegando em 1979 à marca de 94 participantes. Com interesse semelhante, no mesmo período, a ditadura construiria enormes estádios públicos em muitos pontos do país (Malaia & Fortes, 2021).

Na década posterior, mesmo com o declínio do governo militar, a liga nacional seguiria com número volumoso de equipes e fórmulas de disputa complexas, envolvendo duas ou três fases classificatórias em que os ditos grandes clubes enfrentavam os menores. Os jogos mais atrativos eram minoria e reservados

para a reta final da competição. Com isso, a organização de alguns dirigentes no seletor Clube dos 13¹¹⁹ proporcionaria a criação de uma nova liga que, gradualmente, diminuiria o grupo de equipes pertencentes à divisão de elite do futebol brasileiro. Nos anos 90, excetuando-se o campeonato de 1993, o número oscilava entre 20 e 26 participantes.

No que diz respeito aos estádios e aos públicos, o fato é que os novos formatos de competição não parecem ter aumentado a ocupação média das arquibancadas na liga nacional. Há poucos levantamentos sobre ingressos vendidos e públicos totais na história dos campeonatos nacionais e seria pouco prudente arriscar hipóteses mais específicas sobre suas variações. Ainda assim, tomando como referência os dados organizados pela RSSSF, uma fundação de estatísticas do futebol, é possível indicar a tendência de decréscimo na comparação entre os anos anteriores à criação do Clube do 13 e os anos posteriores. A seguir, o recorte entre 1977 e 1997, portanto uma década antes e uma década depois¹²⁰:

Gráfico 2: Público médio do Campeonato Brasileiro (1977-1997).



No gráfico, as maiores médias aparecem entre 1980 e 1984, oscilando em torno dos 20 mil presentes por partida. Depois disso, 1987 e 1992 são edições

¹¹⁹ A associação de dirigentes foi fundada em 1987 e extinta em 2011. Inicialmente, era composta pelos representantes dos paulistas Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos, dos cariocas Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama e Botafogo, dos mineiros Cruzeiro e Atlético, dos gaúchos Internacional e Grêmio e do baiano Bahia, que, então, era o único representante fora das regiões sul e sudeste do país. Na década de 90, agregou ainda os paranaenses Atlético e Coritiba, o goiano Goiás, os paulistas Guarani e Portuguesa, o pernambucano Sport e o baiano Vitória.

¹²⁰ Gráfico elaborado a partir dos dados da fundação RSSSF, cf. <https://rssfbrasil.com/miscellaneous/pubcampnac.htm> (acessado em 29/10/22).

circunstanciais que ultrapassaram a média de 15 mil pessoas por partida. Por outro lado, entre 1994 e 1997, a média cai na casa dos 10 mil presentes por jogo.

Uma razão que poderia ajudar a compreender a diminuição das médias de público pode ser o fato de que a década de 1990 marcou o fim dos públicos gigantescos que superavam as 100 mil pessoas. De acordo com levantamento do mesmo portal de estatística, na história, foram 278 jogos que atingiram essa marca, sendo a maior parte deles realizados entre 1970 e 1989. Nos anos 90, apenas 23 partidas chegaram a esse número, sendo, a última delas, a decisão da Copa do Brasil de 1999 disputada em junho daquele ano entre Botafogo e Juventude. A seguir, um gráfico que mostra a incidência desses megapúblicos em cada década¹²¹:

Gráfico 3: Número de jogos que superaram 100 mil presentes por década.



Por um lado, é visível um movimento sistêmico de diminuição das médias de público e, finalmente, de extinção dos estádios superlotados. Por outro lado, percebe-se o avanço dos contratos de direitos de transmissão e patrocínio, vantajosos em relação às receitas de bilheteria. Ao analisar esse momento como um

¹²¹ Gráfico elaborado a partir de dados da fundação RSSSF, cf. <https://www.rssfbrasil.com/miscellaneous/attendances.htm> (acessado em 29/10/22).

ponto de inflexão que redefiniu o futebol brasileiro no sentido de uma maior mercantilização, Santos (2013) destaca a compreensão geral, à época, de que esses recursos que o Clube dos 13 visava explorar seriam equivalentes à uma “bilheteria invisível” de, mais ao menos, 20 mil pessoas:

A Revista PLACAR fez uma avaliação final do torneio [de 1987] vencido pelo Flamengo, ainda defendendo a Copa [União] como algo que poderia ser uma redenção para o futebol brasileiro (...). O entendimento era que a Copa União poderia "representar para o futebol do Brasil uma mudança tão radical como a instituição do profissionalismo, na década de 30, ou a inauguração do Maracanã, em 50".

O papel da TV foi um dos tópicos da matéria, que trazia o entendimento de que os recursos de bilheteria já não representavam a principal fonte de renda do futebol contemporâneo, que eram até ultrapassados no caso italiano para os recursos da televisão, da publicidade nos estádios, do merchandising, do uso da logomarca e dos carnês de sócios. Os cálculos feitos pelo Clube dos 13, levando em conta o dinheiro recebido da Globo e da Coca-Cola, era de que cada clube que participou da Copa União entrava em campo com um "público invisível de 20.000 pessoas" (Santos A. G., 2013, p. 140).

O futebol enquanto produto televisionado proporcionaria uma experiência de consumo singular do ponto de vista da dramatização do antagonismo, conforme alguns trabalhos vieram a demonstrar (Rial, 2002; Colacino, 2022; Silveira, 2013; 2022), colocando no centro da narrativa as ações dos jogadores no entorno da bola, as expressões faciais dos protagonistas do espetáculo (jogadores, técnicos e juiz). A torcida, porém, apareceria generalizada, representada pela multidão.

Na televisão, o torcedor é reativo: ele responde a momentos pré-determinados pela estrutura da teletransmissão, que tende a inseri-los em momentos de grande emoção, como gols, chutes em gol, substituições (...). É preciso fazer uma diferenciação: existem as imagens de torcedores e as de torcida. As de torcedores tendem à centralização, enquanto as de torcida, não; além disso, as primeiras carecem do movimento que as segundas têm. Ambas, porém, muito raramente criam séries ou são acompanhadas de outras imagens da mesma persona. São imagens breves, mais ou menos escassas, mas nem por isso menos importantes dentro da estrutura da teletransmissão (Silveira, 2022, p. 37).

A mudança de formato do consumo à distância – do rádio para a televisão – seria, enquanto experiência sensorial, a passagem da *audição* para a *visão* do jogo, tendo os jogadores como os grandes protagonistas do espetáculo. Não que já não fossem as vedetes das antigas crônicas de jornal ou do rádio, mas é fato que o papel do locutor de rádio, no que concerne a reinvenção do jogo e mesmo a sua espetacularização, teria sua margem restringida quando comparada ao narrador de televisão, cuja narrativa é acompanhada pelo olhar do telespectador. A torcida, por outro lado, figuraria como uma importante coadjuvante. Ela faria o papel de observar o desenrolar dos eventos, analisa-los em função do contexto da competição e expressar corporalmente, usando quase sempre sons e gestos, seus julgamentos e sentimentos sobre aquilo que vê.

Mesmo levando faixas, bandeiras, fogos de artifício, produzindo sons de incentivo ou de crítica e, ainda, organizando batucadas e coreografias, o papel desse ator seria secundário no espetáculo futebolístico. Essa relação estrutural dos papéis no show televisionado só se inverteria quando torcidas e torcedores transformassem o espaço do futebol em palco para brigas, tumultos e confusões. Nesses casos, passariam a ser os criticados protagonistas das chamadas “cenas lamentáveis”, um juízo moral seguidamente em desacordo com o interesse estético do público, afeito às refregas beligerantes. Por isso mesmo, esses torcedores ganhariam o centro das câmeras. Finalmente, veríamos suas expressões faciais, e, somente assim, seriam narrados de forma serializada em histórias com introdução, desenvolvimento e desfecho dramático.

Podemos recordar, como um bom exemplo do protagonismo assumido por via da transgressão, a “batalha – ou guerra – do Pacaembu” de 1995, quando, na disputa de um clássico da categoria júnior, torcedores de Palmeiras e São Paulo invadiram o campo de jogo para um confronto violento que resultou em mais de 100 feridos, além de um morto.

Nesse dia, um jogo menor de uma liga inferior teve suas imagens divulgadas até a exaustão pelo país. O motivo não foi o desempenho dos jogadores, mas o enfrentamento entre torcedores rivais. Com tamanha repercussão, observou-se o clamor pela punição dos protagonistas da escandalosa briga e redução dos públicos

nos estádios paulistas (Toledo, 1997, p. 112). Consideradas causadoras do evento, as TOs foram proibidas naquele estado.

Seria uma enorme simplificação avaliar que o televisionamento provocou ou impulsionou as condutas de enfrentamento entre as torcidas organizadas de futebol. Vimos que essa tendência já estava afirmada nos anos 70, quando dos processos de virilização desses grupos. No entanto, é plausível considerar que, no futebol enquanto produto televisivo, esses momentos foram aqueles em que as diferentes torcidas pelo país mais receberam foco e atenção, ocupando o centro dos eventos narrados. Ainda que desde uma perspectiva depreciativa, não podemos ignorar que, para muitos grupos de torcedores, a animosidade e a participação em brigas não constituem motivos de vergonha, sendo, muitas vezes, descritas enquanto proezas das biografias torcedoras.

De qualquer maneira, a afirmação da televisão, seja como principal forma de consumo do jogo ou como a maior fonte de receitas dos clubes, impactaria amplamente nas competições esportivas do ponto de vista da organização. Poderíamos mencionar inclusive a necessidade do cumprimento dos horários acordados. Sendo mais um produto dentro de uma grade televisiva, os atrasos, antigamente recorrentes por parte das equipes não seriam mais tolerados. Quanto ao que era desejado mostrar e ver nas telas, podemos considerar os gols repetidos desde diferentes ângulos, as expressões faciais dos jogadores e dos treinadores, além da torcida expressando alegria, angústia e demais sentimentos. Brigas, tumultos e confusões parecem não ter sido atrativas para a publicidade desse produto, sendo encaradas como sinais de desorganização da competição e perigo dos estádios.

5.2.2. (2000) O FIM DAS GERAIS

No contexto das transformações que fizeram do futebol um espetáculo televisivo em que todos os jogos dos principais clubes brasileiros estariam disponíveis em canais por assinatura e *pay-per-view*, podemos recordar o caso da final da Copa João Havelange, torneio equivalente ao Campeonato Brasileiro de 2000. Em 30 de dezembro daquele ano, o Vasco da Gama recebia em São Januário o São Caetano,

um adversário de pouca expressão, no desfecho de uma edição conturbada e repleta de formulismos. Com o jogo já iniciado, uma confusão terminaria com a queda de um alambrado resultando em 160 pessoas feridas. O acidente transmitido ao vivo e a cores para todo o Brasil, além de reprisado desde diversos ângulos, reabriria o debate sobre as condições precárias de muitos dos estádios brasileiros precisamente quando a noção das arenas esportivas ganhava defensores no país. Não custa mencionar que, um ano e meio antes, o Atlético inaugurara em Curitiba a Arena da Baixada, um singular palco alinhado, naquela época, às tendências mais modernizantes do futebol (Gaffney & Mascarenhas, 2006, p. 10).

Na análise do que considera ter sido a quarta geração de estádios brasileiros, Damo identifica que

Durante duas décadas, aproximadamente, a mídia especializada denunciou a obsolescência dos estádios, desde os vestiários, que são as partes menos expostas ao público, até a acessibilidade, que é condição para a afluência dos torcedores, passando pela má qualidade dos gramados, da iluminação, dos sanitários, das arquibancadas, da segurança, dos preços dos ingressos, entre outros. O horizonte comparativo eram as arenas europeias, que passaram por atualização a partir da década de 1980, depois de sucessivas tragédias que evidenciaram problemas crônicos de segurança e, simultaneamente, serviram de pretexto para repaginar os edifícios e o público, alterando o perfil de classe e de comportamento (Damo, 2021, pp. 236-237).

Esse seria, portanto, o princípio dos movimentos de “modernização” ou “elitização” do futebol brasileiro no século XXI (Gaffney & Mascarenhas, 2006; Holzmeister, 2005). Um processo que teve início nos anos 90, mas que se acentuaria à medida em que o Brasil começava a ser preparar para receber a Copa do Mundo de 2014. A partir disso, tem-se a “arenização” dos grandes estádios e o aprofundamento do marketing esportivo na organização do futebol (Damo, 2021; Oliveira Jr, 2017).

Tomando por referência a cidade de Porto Alegre e o Internacional, teremos dois impactos muito importantes a partir dessas mudanças. O primeiro deles adveio do fechamento do setor mais popular de seu estádio. O Beira-Rio, a exemplo dos enormes estádios construídos ao longo do século XX, foi concebido dentro da ideia de que deveria comportar as mais diferentes classes sociais sem, no entanto, deixar

de reproduzir as hierarquias e as estratificações entre elas¹²². Os pontos menos prestigiados seriam aqueles mais próximos ao campo de jogo, onde o conforto e a visibilidade da partida não eram priorizados, recebendo, a preços irrisórios, um público de baixo poder aquisitivo e de performances lúdicas do torcer, o que podia incluir uso de fantasias e outras roupas carnavalizadas¹²³. Chamado, em outros estádios de Geral, este setor era conhecido como a coreia no Beira-Rio e comportava 10 mil pessoas (Scherer, 2011, p. 34).

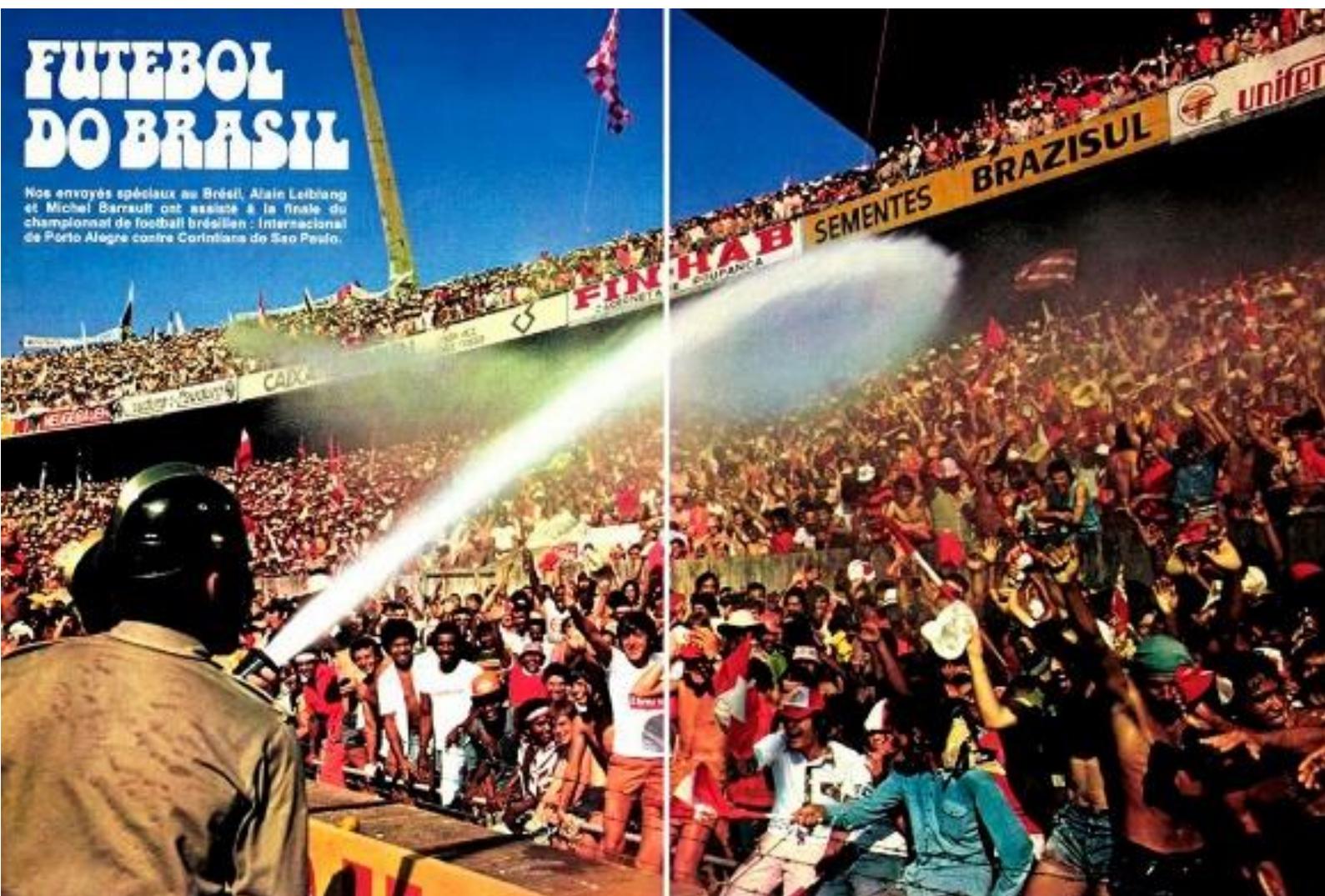
Nele, as acomodações eram também as mais precárias, e a vista do campo só era possível em pé, quando não dificultada – e até impedida – por placas de publicidade, casamatas e outros obstáculos (Tempass, 2003; Oliveira Jr, 2017). Os frequentadores do setor ficaram conhecidos como *coreanos*. Distinguiam-se entre habituais e eventuais, uma classificação interna que separava aqueles que iam ao setor por predileção em relação aos outros setores, daqueles que o faziam pela vantagem econômica. O peculiar nome “coreia” emulava a situação belicosa vivida, desde os anos 50, por Coreia do Sul e Coreia do Norte. (Manenti, 2016; Oliveira Jr, 2017). Era uma designação metafórica sobre as condições do setor – condições de guerra fratricida (Damo, 2021). Na memória dos colorados, a coreia ocupa um lugar muito importante. Ela é uma espécie de manifestação concreta das diferenças em relação ao seu maior rival, considerado elitista. Contudo, foi fechada em 2004, no bojo do Estatuto do Torcedor, lei de 2003 que acelerou transformações que afetaram os estádios Brasil afora.

Quanto a grupos organizados, há poucos registros. Apesar disso, segundo contam os torcedores mais antigos, existiam algumas torcidas: Malditos da Coreia, Primeiro Comando da Coreia e Diabos Vermelhos. Diferentemente da Camisa 12, da FICO e da Nação Independente, que frequentavam as arquibancadas, é plausível supor que os grupos coreanos não fossem torcidas institucionalizadas.

¹²² Sobre esse modelo de arquitetura ver Gaffney (2008); Curi (2012); Mascarenhas (2014); Damo (2021); Holzmeister (2005).

¹²³ Sobre as performances lúdicas, vale a pena conhecer Marcão Maldito, em um dos raros materiais encontrados. Oriundo da Malditos da Coreia, ele provoca os gremistas em tom de galhofa no centro da cidade. Ver em https://www.youtube.com/watch?v=J3HFMq6Ec3Y&ab_channel=PauloConceicao (acessado em 28/08/22).

Figura 19: Beira-Rio, final do Campeonato Brasileiro/76. Na parte mais próxima ao campo de jogo, a coreia. Fonte: Revista Onze, 13/01/77.



O segundo fator que será impactante para um rearranjo do torcer no Internacional e em outros clubes brasileiros será o aprofundamento da ingerência do marketing, com a criação dos planos de adesão massiva aos quadros sociais e encarecimento dos ingressos. Desenvolverei de modo mais detalhado esse processo no **Capítulo 7**, tendo em vista que podemos pensa-lo como uma maneira pela qual os clubes retomaram, em alguma medida, a capacidade de ordenar e intervir indiretamente nas organizações de torcedores. Veremos o papel da figura do “sócio-torcedor” nesse sentido.

Por ora cabe mencionar que o quadro social do clube passaria, entre 2005 e 2007, de cerca de 13 mil para 40 mil associados, indicando o momento em que fazer

parte do quadro social se tornaria requisito obrigatório para obter ingressos para os jogos mais concorridos da temporada. Em termos práticos, os torcedores deveriam contribuir com o pagamento de mensalidades.

Além disso, o fim da coreia, na mesma época, significaria valores mais caros. Em 2004, a entrada mais barata custava 3 reais, o equivalente a 1,15% do valor do salário mínimo à época. O preço escalaria para 10 reais em 2005, 12 em 2006 e 25 em 2007, atingindo de forma abrupta 6,57% do salário mínimo (Scherer, 2011, p. 42).

Figura 20: Antes coreano, o jogador Caíco comemora o título da Copa do Brasil de 1992 com a torcida do setor. Foto: Rodrigo Bernardi/Agência RBS.



Os novos setores mais populares seriam atrás das duas goleiras, onde se reuniriam, conforme muitos torcedores narram, egressos da coreia. É também no ano de 2004 que se formará a Guarda Popular, a torcida barra do Internacional, organizada, em princípio, após a união da Guarda Colorada e da Popular do Inter, duas torcidas consideradas originárias da coreia. Trataremos da história dessa torcida de maneira detalhada no **Capítulo 6**. Antes, quero apontar alguns elementos destacáveis da fase mais recente dos estádios de futebol. Veremos como, na década passada, dentro do contexto dos estádios arenizados surgiram coletivos organizados

de torcedores que reivindicam o que denominam ser o “direito de torcer”. Entre esses coletivos, chamo atenção para a história da torcida Força Feminina Colorada, uma torcida organizada de mulheres do Internacional.

5.2.3. (2010) O DIREITO DE TORCER

Nos anos mais recentes, os estádios, bem como o torcer, foram afetados muito diretamente pela organização da Copa do Mundo FIFA de 2014, que contribuiu para a consolidação do processo de “arenização”. Em um curto período, ao todo 12 cidades das 5 regiões do país foram escolhidas como as sedes do torneio. Com isso, algumas delas, como São Paulo, Cuiabá, Recife e Natal, viram a construção e inauguração de novíssimas arenas. Outras, como Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador, tiveram seus principais estádios atualizados após reformas estruturais. Todas essas cidades foram marcadas por radicais transformações arquitetônicas e urbanísticas visando a Copa do Mundo. Não obstante, para além dos estádios-sede da competição, alguns clubes aproveitaram esse ciclo de renovação para, em parcerias com o Estado e com construtoras, construir ou reformar seus estádios. Foram os casos de Grêmio, Palmeiras e América Mineiro.

Essa quantidade de estádios repaginados, muitos deles sem relação direta com a Copa do Mundo, compõem um quadro – vastamente explorado pelos estudos do futebol – da arenização. Muitas das pesquisas sobre o tema indicaram o encarecimento dos ingressos, o embranquecimento do público e a restrição a alguns comportamentos torcedores (Bandeira, 2019; Curi, 2012; Oliveira Jr, 2017). Com um olhar diacrônico sobre os estádios e as torcidas, quero chamar atenção para um aspecto singular desencadeado pela fase de arenização. Do ponto de vista dos modos de organização torcedora, trata-se de um processo profundamente ambíguo. Foi, por um lado, excludente quanto a classe social e raça, como muitas pesquisas já indicaram. Por outro lado, foi também o ponto de surgimento das torcidas lgbtqia+, feministas, livres, queer, antifascistas e outras cujo aparecimento está relacionado com a afirmação de sua condição política minoritária (Aguiar, 2018; Pinto, 2017).

Não que antes já não existissem as autoidentificadas torcidas gays, como a famosa Coligay ao final dos anos 70, ou torcidas e comandos de mulheres, como grande parte das torcidas organizadas que comporta atualmente. O fenômeno percebido a partir da década passada parece ser de outra ordem. Além de afirmarem determinados pertencimentos sociais, esses grupos quase sempre se reconhecem enquanto “políticos”, não no sentido da política institucional, mas, por outro lado, em seu sentido amplo. Isso devido ao fato de que, para esses coletivos, os estádios sempre foram – e continuam sendo – ambientes inóspitos, onde ofensas, agressões e condutas discriminatórias dirigidas a mulheres, comunidade lgbtqia+, pessoas com deficiência e outras, são toleradas e até encorajadas. Assim, compreende-se que o próprio ato de torcer constitui uma manifestação política e, em função disso, se dá a organização em coletivos torcedores. Na falta de nome melhor, poderíamos identificar esse momento histórico como o movimento de “politização” das torcidas, isto é, o momento em que algumas sociedades torcedoras se perceberam ou se identificaram enquanto políticas.

Tratando especificamente do caso do Beira-Rio, podemos indicar como caso exemplar desse processo mais recente dos estádios brasileiros, o surgimento e a trajetória da torcida Força Feminina Colorada (FFC) ao longo da década passada. Criado em 2009, portanto poucos anos antes da reforma do estádio, o grupo surgiu com o propósito de reunir mulheres interessadas em frequentar o estádio com segurança e comodidade, sem que, para isso, precisassem da companhia obrigatória de outros homens, quase sempre seus cônjuges ou pais.

Atualmente, a torcida é uma das cinco reconhecidas pelo clube através da direção de Relacionamento Social. O reconhecimento facilita a entrada de bandeiras e faixas, além de possibilitar a presença de sua banda que é composta por mulheres e adolescentes. Fazem parte dessa torcida aproximadamente 200 pessoas, todas elas mulheres. Nos jogos do time masculino, ocupam o setor inferior do lado norte, entre os portões 2 e 3. Além disso, como mencionei no **Capítulo 3** quando abordei os jogos

do Campeonato Brasileiro de mulheres, a FFC foi a única que vi frequentar todos os jogos da modalidade feminina no Sesc¹²⁴ e no Beira-Rio.

Na etapa final de minha pesquisa de campo, já em 2022, pude conhecer Malu Barbará, uma das fundadoras da torcida. Professora de língua portuguesa e conselheira do Internacional, é frequentadora do Beira-Rio desde meados dos anos 1990. Além de ajudar a fundar a torcida, foi presidenta da mesma e hoje, embora afastada da direção, segue indo aos jogos com o grupo. Para ela, a FFC é fundamental para a participação de mulheres em um ambiente dominado por homens. Considera também que, apesar dos avanços do grupo, há muitos desafios e questões a serem resolvidas quanto à desigualdade de gênero no futebol.

Figura 21: Torcida FFC. Fonte: Twitter @ff_colorada.



¹²⁴ Lembrando que o time feminino disputou a maioria da temporada de 2022 em um estádio terceirizado. Para mais sobre esse espetáculo esportivo e suas performances torcedoras, cf. a **seção 3.1.3**.

Muitas das torcedoras da FFC se definem como feministas. Esse é o caso da jornalista Francine Malessa que, desde 2021, ocupa a presidência da torcida. Segundo conta, ao conhecer o coletivo de torcedoras, percebeu que a participação em uma torcida de mulheres também podia ser uma pauta feminista. Nesse sentido, noções como “representatividade” e “empoderamento” são usadas com recorrência na FFC.

Curiosamente, no entanto, o debate feminista não foi uma bandeira logo no surgimento da torcida. Em uma reportagem a respeito disso, Barbará explicou que houve uma mudança de compreensão das torcedoras sobre a FFC:

(...) logo no início da organização da torcida, na qual ela começou a participar no primeiro jogo, o pensamento delas enquanto torcedoras era diferente. “O lema, naquele tempo, era ‘paz e beleza no futebol’, aquilo até me chocou à época”, relembra. Entretanto, a união do movimento foi moldando as ideias das meninas e as conversas sobre suas posições no estádio foram mudando o posicionamento da torcida em geral.

“Começamos a conversar mais sobre a mulher, as questões femininas, sobre o nosso espaço e as posições que a gente quer ocupar. Hoje não é mais esse lema, porque ninguém é enfeite. Agora é ‘paz, empoderamento e representatividade’”, conta a presidenta, que observa um amadurecimento durante toda a trajetória da torcida dentro do clube. “No nosso setor, não aceitamos nenhum tipo de discriminação. Sem racismo, sem homofobia, nada. Ali, são as nossas regras que predominam”, completa¹²⁵.

Tomando esse relato, é possível perceber, portanto, um movimento de “politização” da torcida. Enquanto que na época do surgimento, em 2009, o lema da FFC reforçava estereótipos construídos em torno da presença de mulheres nos estádios, especialmente a ideia de que elas aportariam beleza ao futebol. Como a própria fundadora da torcida indica, em um dado momento, o debate interno do grupo chegou à reflexão sobre a reprodução dos preconceitos, a partir das expectativas dos papéis de gênero. Assim, decidiram suprimir a noção de “beleza”, afinal não se consideravam “enfeite” do futebol. No lugar, incluíram os termos

¹²⁵ Matéria “Força Feminina Colorada: trincheira de combate...”, 01/11/2018, disponível em <https://medium.com/betaredacao/for%C3%A7a-feminina-colorada-trincheira-de-combate-ao-machismo-no-beira-rio-5642d5a396ad> (acessado em 03/11/2022).

“empoderamento” e “representatividade”, duas categorias que remetem ao combate aos preconceitos e às discriminações.

Figura 22: Bandeirão da FFC na 1ª fase do Campeonato Brasileiro Feminino. A torcida composta por mulheres foi a única que, fosse no Sesc ou no Beira-Rio, compareceu a todas as rodadas da liga de mulheres com sua banda.



Penso que o caso da FFC não é isolado e faz parte de um processo mais amplo em que diferentes discussões sobre desigualdades políticas avançaram sobre muitos círculos sociais. No que diz respeito aos estádios de futebol, não podemos ignorar que os mesmos representaram signos de revolta e insatisfação para muitos setores da sociedade. Vimos isso exaustivamente no ano de 2013, quando muitos protestos disseminados por todo o país manifestaram contrariedade à presença da FIFA no

Brasil e aos gastos públicos na construção de arenas esportivas. Declarações estapafúrdias, como as do empresário e ex-jogador Ronaldo Nazário que afirmou que “não se faz uma Copa com hospitais”¹²⁶ ou de Jérôme Valcke, secretário-geral da FIFA, que avaliou que “menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa”¹²⁷ só agravaram os sentimentos de inconformidade.

Como bem sabemos, naquele ano, os protestos eclodiram e reverberaram, por diversos pontos do país, até culminarem nas “jornadas de junho” ao mesmo tempo em que a Copa das Confederações, um torneio-teste da FIFA, era disputada nas cidades de Brasília, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Não pretendo avançar em detalhe sobre esse tema, visto que outros trabalhos já o fizeram desde variados pontos de partida e prismas teóricos (Damo, 2020; Barbieri, 2015; Gonçalves, 2019; Scherer-Warren, 2014; Dullo, 2021; Hatzikidi & Dullo, 2021; Purdy, 2019; Jardim Pinto, 2017). Para o argumento que defendo – de que houve um processo de “politização” das torcidas na década passada – importa começar a considerar que as ressonâncias desse período não se deram exclusivamente em direção à política partidária institucional do país, onde se viu a supressão dos partidos políticos e a apropriação da pauta anticorrupção por frações conservadoras. Considero, como hipótese, que os eventos de 2013 possam ter vazado também para dentro dos recém construídos ou reformados – em todo caso novíssimos – estádios do futebol brasileiro, desta vez acelerando e organizando grupos em torno de pautas contra a elitização, o racismo, o machismo, o capacitismo, etc.

Chamo atenção para esse ponto pois muito se escreveu a respeito de torcidas que incorporaram a luta contra o chamado “futebol moderno” na década passada (Lopes & Hollanda, 2018; Simões, 2017). Uma categoria ampla e de difícil definição que foi empregada por uma variedade de torcedores. No conjunto de pessoas que empregava essa categoria, havia aqueles que reclamavam da crônica, cada vez mais dedicada ao emprego de estatísticas, neologismos táticos, mapas de calor e outros

¹²⁶ Cf. “Ronaldo: ‘Copa não se faz com hospital...’” disponível em <https://odia.ig.com.br/esporte/2013-06-18/ronaldo-afirma-nao-se-faz-copa-com-hospital-mas-com-estadios.html> (acessado em 14/11/2022).

¹²⁷ Cf. “Valcke: ‘Menos democracia...’” disponível em <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/valcke-menos-democracia-vezes-e-melhor-para-organizar-uma-copa.html> (Acessado em 14/11/2022).

recursos que resumem a história do jogo a uma disputa de táticas; havia quem protestasse contra a adaptação de elementos do marketing para o futebol; ou os nostálgicos que impulsionaram a indústria *vintage*/retrô (Hilgemberg & Marques, 2020; Dal Sasso, 2020), adquirindo camisetas e outros signos de um futebol tido como mais esplendoroso. Houve, finalmente, os coletivos que se organizaram politicamente contra a conversão dos torcedores em clientes, a “clientelização”, disparado na década passada (Oliveira Jr, 2017).

Quanto a este último conjunto, o das coletividades formadas para fazer oposição à fase de arenização do futebol brasileiro, pouco foram pensadas em relação com a formação das “jornadas de junho” e suas reverberações. Isso talvez se deva por duas razões principais. Primeiramente, embora algumas torcidas críticas à Copa já existissem antes de 2013, elas não foram agentes centrais dos protestos daquele ano. Aqueles que participaram, tiveram ínfima presença. Demais associações de torcedores, como as TOs ficaram à margem desses eventos, não sendo possível visualizar um nexo direto entre esses grupos e as “jornadas de junho”¹²⁸.

Em segundo lugar, considero plausível afirmar que, entre a diversidade de mensagens enunciadas pelos eventos de 2013, muitas delas transmitiram a impressão de que os protestos eram, em grande medida, críticos ao futebol. Dessas, as palavras de ordem “FIFA go home!”, e “Copa para quem?” (Barbieri, 2015; Damo, 2020), além do posterior “Não vai ter Copa” são possivelmente aquelas que mais conseguiram galvanizar essa impressão.

Essas são hipóteses, por certo, das razões pelas quais pouco se pensou como o turbulento ano de 2013 se relacionou com a formação de sociedades torcedoras nos últimos anos. De nenhum modo, estou afirmando que esses eventos foram o motivo principal para a orientação futura das torcidas no período. Apenas, tenho procurado

¹²⁸ Embora as TOs não tenham participado com protagonismo na arena política em 2013, por coincidência ou não, viriam a formar, em dezembro de 2014, portanto poucos meses depois, a Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (ANATORG), uma entidade composta, à época, por representantes de 103 TOs do país. Embora envolta no contexto que antecedeu a vinda da Copa do Mundo FIFA ao Brasil, a atuação dessa associação parece ter se voltado, inicialmente, para a denúncia da repressão praticada por entes do Estado contra as TOs (Teixeira & Hollanda, 2016), de modo que pautas derivadas das “jornadas de junho” (anticorrupção e oposição aos megaeventos por exemplo) não tenham tido repercussão.

indicar que os estádios inaugurados no período estiveram no centro de importantes controvérsias. Nesse sentido, parece plausível que grupos críticos aos megaeventos tenham ganhado tração e inserido temas considerados “políticos”, bem como a reivindicação de direitos, no campo de debate relativo aos estádios.

Nesse sentido, o dado interessante é que, na política partidária, conservadores, em especial a extrema-direita, foram impulsionados a partir de 2013. Nas arenas, viu-se o oposto. Discussões sobre elitização e discriminações tiveram via aberta e caminho liberado em grande parte dos clubes de futebol do Brasil, de modo que mesmo algumas torcidas que não necessariamente traziam essas discussões, passaram a considera-las. Assim, torcidas organizadas reivindicaram setores sem cadeiras. Outros grupos demandaram ingressos mais baratos. Alguns, entre eles a FFC, encamparam a luta pela igualdade de gênero. Houve ainda a exigência de melhoria na acessibilidade.

Por sinal, a questão da acessibilidade – revista a partir da crítica anticapacitista – é um bom exemplo sobre como as discussões a respeito das discriminações se consolidaram apenas no período pós-2013. Lembremos que os estádios inaugurados para a Copa do Mundo de 2014 foram projetados considerando segurança e conforto para o torcedor/consumidor. Ainda assim, alguns deles, entre os quais o Beira-Rio, não contavam, no projeto original, com acessibilidade adequada para pessoas com deficiência, conforme podemos ver em reportagem da época:

Ao deixar cadeirantes, obesos e cegos expostos à chuva e impossibilitados de acessar boa parte do estádio, uma falha no projeto do novo Beira-Rio terá de ser corrigida às pressas.

É com algum constrangimento que dirigentes do Inter reconhecem a necessidade das obras que começam nesta quinta nas arquibancadas do Gigante. A previsão é de que, dentro de 20 dias, o anel superior do estádio esteja apto a receber pessoas com deficiência¹²⁹.

¹²⁹ “Falha no projeto do novo Beira-Rio...”, GZH, 06/03/2014, disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/03/falha-no-projeto-do-novo-beira-rio-faz-inter-rever-espaco-para-cadeirantes-4437643.html> (acessado em 07/11/22).

O estádio, no momento de sua inauguração, até contava com setores destinados a pessoas com deficiência. A obra, contudo, foi bastante criticada afinal reunia em um único setor todo o público alvo. Além disso, a rampa de acesso foi considerada íngreme e inviável para o deslocamento de cadeirantes sem acompanhantes. A pauta da acessibilidade, que talvez fosse ignorada anos antes, parece finalmente ter ganhado espaço na última década, ao menos nos espaços esportivos. Corroborando com a confirmação desse tema, enquanto uma bandeira política de defesa de direitos, a atuação de pessoas com deficiência nos debates do futebol. Com relação a isso, não poderia deixar de mencionar que o movimento O Povo do Clube, que participa das eleições do Internacional e que será melhor tratado no **Capítulo 7**, tem como uma de suas lideranças um cadeirante.

Por último, destaco um evento organizado nas dependências sociais do Internacional, que pude acompanhar em 2019 e que, parece-me, cristaliza a tendência de “politização” das torcidas e reivindicação de direitos: o “I Encontro Nacional Direito de Torcer”. Ao longo de três dias, representantes de associações torcedoras, torcidas e movimentos políticos de clubes de futebol oriundos de diferentes estados do Brasil discutiram a propriedade e a democracia em seus clubes, o encarecimento dos ingressos e os planos de sócio-torcedor, a diversidade nos estádios, o governo Bolsonaro e as frentes antifascistas. Todos esses, temas que tocavam o chamado direito de torcer.

Olhando tanto para a FFC, que passou de ser torcida “feminina” para “feminista”, como para as modernas arenas projetadas sem acessibilidade adequada e adaptadas após a crítica anticapacitista, considero que, há em comum, um processo consolidado no sentido da reivindicação de direitos, tendo em vista a diversidade de clivagens sociais que compõem os estádios. Pensando em retrospectiva a década passada, não pretendo afirmar que os eventos de 2013 deram origem a grupos organizados de torcedores que tivessem a reivindicação de direitos como centro de suas atuações. Muitos deles anteciparam este período. Ainda assim, avalio plausível repensar as “jornadas de junho”, um evento crítico à Copa do Mundo e às arenas esportivas, enquanto fator que contribuiu para impulsionar torcidas na direção de sua “politização”, considerando a reivindicação de direitos no esporte.

Figura 23: I Encontro Nacional Direito de Torcer no Parque Gigante. O evento contou com mesas temáticas em que torcedores, oriundos de diferentes regiões do país, trouxeram relatos locais de suas atuações políticas na reivindicação de direitos do torcedor. Além de bandeiras de clubes, havia símbolos não necessariamente vinculados diretamente com o futebol. É o caso da bandeira arco-íris e da imagem da vereadora e defensora dos direitos humanos Marielle Franco, que foi assassinada em 2018. Porto Alegre, Nov/2019.



Capítulo 6

6. A festa da Popular

Neste capítulo, apresentarei a torcida Guarda Popular, uma barra brava formada no Beira-Rio em 2004, a partir de minha inserção etnográfica. Buscarei adentrar aspectos relativos ao modo como o grupo se constituiu no começo do século até se converter na maior e mais destacada torcida organizada do Internacional logo em seus primeiros anos de existência. A exposição busca recapitular os anos do surgimento da coletividade desde a sua passagem da idílica coreia, extinta no mesmo ano em que a torcida foi fundada, para os setores mais populares do Beira-Rio, atrás das goleiras.

O capítulo está organizado em três seções: (1) a primeira investe especificamente nas características do grupo na atualidade, assim como nos processos internos que levaram ao surgimento da torcida, sua fragmentação até a extinção em função do avivamento de faccionalismos e sua posterior reorganização após o fim do antagonismo entre suas partes; (2) a segunda, considerando categorias êmicas, busca explorar as trajetórias de diferentes torcedores para refletir sobre o que a coletividade representa para eles; e (3), finalmente, na terceira seção, o enfoque recai sobre suas performances torcedoras, perante jogadores e demais torcidas, que combina elementos simultaneamente festivos e hostis.

6.1. A barra do Inter

6.1.1. CINCO MIL LUGARES PARA OS LOUCOS

O ponto central do anel inferior da curva sul, bem no topo e próximo aos camarotes, é ocupado pela banda da Guarda Popular. Sabia, de antemão, que o local tinha suas regras de etiqueta e que, ali, demandava-se dos presentes a participação nos cânticos e gestuais e, quem sabe, no contágio pelos sentimentos de apoio ao time. Não sabia, no entanto, do rigor de algumas dessas regras. Certa vez, na época em que fazia as primeiras incursões de campo, estava a poucos metros da banda e peguei o celular para ler algumas mensagens de um grupo de torcedores que fazia comentários durante os jogos. Fiquei pouco tempo com o aparelho na mão, mas foi o suficiente para ser advertido. Uma mulher que aparentava ter pouco mais do que 20 anos de idade se aproximou e disse: “não pode ficar no celular aqui, perto da banda tem que estar cantando” e, enquanto eu procurava guardar o aparelho, acrescentou “se não for ficar cantando junto, pode ir ali embaixo”, apontando para a parte próxima à mureta inferior.

Esta era uma das primeiras vezes que ficava ao lado da banda. É comum ver torcedores, assim como ocorreu a mim, sendo avisados sobre as etiquetas dado que há cânticos que dependem de um silêncio sincronizado de todos ou de movimentos coreográficos coletivos. O celular é um objeto vedado, gravações da banda não podem ser feitas e todos devem estar em pé. O espaço é, dizem os torcedores, “para cantar e pular em paz”. Quem deseja ver o jogo sentado ou com o celular em mãos tem o resto do estádio para isso: “No Beira-Rio, são cinquenta mil lugares, Ali são cinco mil lugares pros loco”, conforme Diego Abrahão, o encarregado pela banda, definiu para mim em uma conversa que tivemos.

A interdição ao uso do celular, não recorrente em outras áreas, está ligada às performances esperadas do torcer naquele contexto. O *smartphone* e seus aplicativos são tecnologias capazes de transportar as pessoas a interações que interrompem a temporalidade do jogo de futebol enquanto ritual. Olhar as mensagens do Whatsapp ou dar uma passeada pelo Instagram reporta a eventos que não são compreendidos

pelo espaço-tempo da partida de futebol e tampouco da peça musical performatizada pela torcida. A ruptura espaço-temporal possível graças aos *smartphones* leva a interações para fora do estádio e reorienta as emoções vividas durante a partida. Ela impede o “desprender-se de si, da casa, da rotina, para reencontrar-se com estranhos e reconstruir uma experiência junto a uma coletividade irmanada por uma causa banal e ao mesmo tempo essencial” (Damo, 2018b). Com aplicativos conectados por uma rede de internet 4G, o frequentador do estádio pode estar, em vez disso, ligado a círculos de familiaridade não necessariamente vinculados pelo rito da partida de futebol.

Daqueles que vão ao território da Guarda Popular, deseja-se, ao contrário da fragmentação provocada a partir do celular, a participação em uma forma coletivizada do torcer que, neste caso, implica atuar em uma produção sequenciada de sons e imagens de longa duração – e, por que não, de emoções torcedoras, conforme veremos na última seção deste capítulo, quando discutirei os repertórios da torcida. O frequentador desse setor é demandado por inteiro pela coletividade.

A atuação da torcida inicia muito antes da partida. O grupo se concentra no pátio do Beira-Rio, mais propriamente nas proximidades do ginásio Gigantinho. Meia hora antes do começo do jogo, um membro é encarregado de submeter os instrumentos e bandeiras à revista do policiamento ostensivo para o ingresso dos mesmos ao estádio. Nessa hora, cada peça é examinada. Em seguida, o grupo se reúne nos corredores internos e faz seu “aquecimento” com uma ou duas músicas. Logo, sobe as escadas e acessa as arquibancadas.

O visual é outro elemento muito importante para a torcida. A marca da barra brava em relação às demais é a presença das faixas verticais, denominadas “barras”, nas cores do Internacional e do Rio Grande do Sul em seu setor. Elas são estendidas sobre o anel inferior em direção ao campo de jogo. As bandeirolas são outros itens que aparecem ali. Menores do que as bandeiras de torcida, são distribuídas em larga quantidade entre os frequentadores do setor. Em determinadas partidas, há também o uso de papel picado, fumaça ou sinalizadores.

Figura 24: Bandeirolas na Guarda Popular. Torcedores em pé e cantando apesar do pequeno público no estádio e da baixa atratividade do espetáculo. Nov/2019.



Nos relatos que colhi, os torcedores foram unânimes em atribuir essa identidade visual à influência das torcidas dos países vizinhos. Segundo Chileno, um antigo membro da torcida, havia a vontade de ser uma presença mais “latina”, mais “quente”. Bolatti, outro torcedor, sugeriu que as viagens internacionais na disputa da Copa Sul-Americana de 2004 possibilitaram, através do espelhamento com os vizinhos argentinos, a percepção de uma identidade “platina”. O mimetismo podia ser notado principalmente pela importação da *murga*, gênero musical de carnaval tradicional nas duas margens do Rio da Prata que ao começo dos anos 2000 se popularizou nos estádios de Internacional e Grêmio.

6.1.2. SURGIMENTO, EXTINÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

Em dezembro de 2011, eu sequer cogitava iniciar uma pesquisa sobre as torcidas organizadas de futebol, porém acompanhava pelos noticiários um evento que seria decisivo para os rumos atuais da Guarda Popular. A temporada do futebol já havia sido encerrada e o Beira-Rio recebia uma partida festiva em despedida a um ex-jogador do clube. O “jogo do Fabiano”, como ainda hoje é referido¹³⁰, fora visto por um pequeno público e é improvável que ainda fosse recordado caso não houvesse sido o cenário da briga que evidenciou a cisão – o “*racha*” – na Popular.

Na fatídica noite, as câmeras registraram uma batalha estádio adentro entre dois grupos de torcedores. Como saldo, o confronto deixou três pessoas esfaqueadas e motivou uma denúncia do Ministério Público contra Jorge Roberto Martins, conhecido como Hierro, por tentativa de homicídio. Tratava-se do grande *capo*, termo importado pelas torcidas que remete às nomenclaturas da máfia italiana e indica a posição de chefia, que até aquele momento conduzia a torcida monocraticamente.

O episódio foi o ápice da briga entre a Guarda Popular (comandada por Hierro) e a Popular do Inter (liderada por dissidentes). No dia seguinte, ambas as torcidas foram excluídas

¹³⁰ Fabiano Souza (1975-) foi um atacante que atuou no Internacional entre 1996 e 2002, com um pequeno hiato em 2001. Após defender a União Frederiquense do interior do estado, anunciou aposentadoria em 2011. Em 07 de dezembro daquele ano, após o término da temporada regular, o clube ofereceu uma partida de despedida do futebol para o jogador.

do clube. Em depoimento, Hierro negou que tenha esfaqueado qualquer pessoa; mesmo assim, teve sua prisão preventiva decretada e foi detido em março de 2012. Em maio daquele ano, Hierro recebeu liberdade provisória, sob as seguintes condições: ficou proibido de participar de torcidas e de frequentar estádios de futebol - permanecendo a uma distância de ao menos 100 m de cada estádio. Também não deve sair de casa entre 19h e 7h, e deve apresentar mensalmente à Justiça emprego e residência fixa (Santos, 2014).

As motivações para o ocorrido foram relacionadas a “disputas de poder” e “insatisfação” com decisões da liderança suprimidas através da “violência”¹³¹. Essa versão foi endossada anos depois pelo antigo *capo* em entrevista concedida junto a Master, a liderança dos insubordinados e desafeto de outrora:

Eu tenho a minha versão porque todo mundo pensa que o racha se deu ali em 2011, mas não foi. O Master sabe, a gente já estava afastado desde 2009. Lembro de uma viagem para Curitiba para a semifinal da Copa do Brasil. Aconteceram umas coisas lá que eu achei que devia me afastar deles. Comecei a dificultar as coisas para eles na torcida. Eles foram perdendo a vontade de estar comigo porque eu estava agindo de uma maneira, não querendo eles por perto. Chegou um momento que eles tomaram aquela atitude e decidiram que não dava mais para a gente ficar junto. E se separaram. A última vez que a gente tinha falado tinha sido em 2010, naquele jogo da fumaça contra o Estudantes. Eu não dava mais acesso a eles em nada e eles queriam muito ir. Aí separamos um ônibus para eles, e eles foram. Depois dali, nunca mais. Era só guerra e guerra entre a gente (Hierro & Master, 2016).

As consequências da briga se fizeram sentir ao longo dos anos, a começar pelas entradas e saídas de Hierro do sistema prisional. Isso o afastou do estádio e da torcida, inviabilizando uma posição de comando sobre a mesma. Em 2016, reconciliadas, as duas lideranças históricas formaram um novo grupo não reconhecido pelo clube, uma barra brava chamada Os Donos da História em alusão ao passado épico no início da Guarda Popular. Alegando a vontade de permanecerem alheios à torcida de origem, que já havia se reorganizado com outras lideranças, frequentaram o anel superior da curva sul por um breve período.

¹³¹ Ver “Antigo líder de torcida volta a ser preso em Porto Alegre” em <http://globoesporte.globo.com/rs/noticia/2016/06/antigo-lider-de-torcida-do-inter-volta-ser-detido-em-porto-alegre.html> (acessado em 16/09/20).

Para abordar o evento crítico de 2011, seria valioso voltar aos primeiros anos da torcida no começo do século. Os relatos dos torcedores são unânimes em considerar o fechamento da coreia como um marco que assentou terreno para o surgimento da barra. Tratava-se, como vimos no **Capítulo 5**, de um setor localizado abaixo do nível do gramado, que era o mais próximo ao campo de jogo e que tinha os preços mais baratos do Beira-Rio, equivalente às “gerais” de outros estádios, como a do Maracanã por exemplo. Seus frequentadores se tornaram uma imagem da popularidade do Internacional, sendo, até hoje, lembrados pelas torcidas e inclusive por movimentos políticos dentro do clube:

A Popular, pra mim, ela surge de forma meio que espontânea, não algo muito organizado, e ela faz parte de um processo, que eu vejo, que [...]é um processo que traz um aceleração da elitização do futebol no Brasil, que é quando caiu a arquibancada do Vasco. Não sei se foi em 2000, 99. Foi uma final adiada que fizeram e caiu a arquibancada e, se não me engano, morreu gente¹³². E a partir desse processo, começa uma elitização, medidas de segurança mais rígidas dos bombeiros. Todos os estádios tiveram que passar por uma adaptação. Daí veio o estatuto do torcedor que não tinha. Veio o estatuto do torcedor, que é ridículo até hoje, persegue torcida, torcedor. E foi um processo que se deu nacionalmente, em todos os estádios tiveram que passar por normas novas. A geral do Maracanã é fechada, a coreia do Beira-Rio é fechada anos depois. O Inter conseguiu segurar anos... A coreia é fechada em 2004 ali, que foi quando surgiu as duas Popular. O Inter conseguiu segurar uns três anos, mas chegou um tempo em que a coreia ficou insustentável e fecharam (Bolatti, entrevista concedida em 26 de junho de 2020).

A avaliação do fechamento dos setores mais populares e precários no futebol brasileiro como um primeiro movimento de “elitização”, elaborada no depoimento do torcedor colorado, é compartilhada entre outros torcedores, além de alguns grupos políticos do Internacional, e também nas abordagens acadêmicas do tema (Gaffney & Mascarenhas, 2006; Gaffney, 2008; Holzmeister, 2005; Curi, 2012). Com isso, os clubes foram forçados a deslocarem esse público para outros setores ou para

¹³² Trata-se de referência ao jogo Vasco e São Caetano pela final do campeonato brasileiro de 2000, disputada em 30 de dezembro daquele ano. Na oportunidade, um alambrado do estádio se rompeu, provocando um acidente que deixou aproximadamente 160 torcedores feridos. Cf. “São Januário 90 anos...” em <https://www.lance.com.br/vasco/sao-januario-anos-alambrado-cai-transforma-festa-tragedia.html> (acessado em 28/10/20).

fora do estádio. Segundo a mesma análise, esse processo, culminado com a extinção da coreia em 2004 (Oliveira Jr, 2017, p. 134), provocou o cenário ideal para o surgimento de novas torcidas organizadas no Beira-Rio:

E o povo que ia na coréia - tinha até torcidas na coreia - acaba se locomovendo para atrás das duas goleiras. O Inter criou dois setores populares. Um atrás de cada goleira. Era o setor mais barato, então o pessoal que ia na coréia acabou se dividindo entre esses dois lados. E dessa divisão acabou surgindo as duas Popular. Tinha a Popular Gigantinho e a Popular Placar (Bolatti, entrevista concedida em 26 de junho de 20).

As duas torcidas, Popular do Inter e Guarda Colorada, se integrariam em 2004, formando a Guarda Popular no Portão 7 do estádio, e permaneceriam coesas até o movimento de dissidência no final daquela década, culminando na briga de 2011. A espontaneidade, apontada como característica da torcida que surgia, deve ser considerada em relação às demais torcidas organizadas que existiam naquele contexto. Evidentemente, o surgimento dos dois grupos e a sua conseqüente união decorre das ações de pessoas que tiveram a capacidade de organizar aqueles conjuntos de torcedores, capturando as eventuais dissonâncias entre estes. Porém, na comparação com as torcidas organizadas que tinham evidência e que logo perderiam espaço para o novo agrupamento, a Guarda Popular não obrigava a adesão a um quadro social institucionalizado, constituindo-se enquanto uma forma mais aberta e menos regulamentada de torcida – uma barra brava¹³³.

O crescimento da mesma no decorrer da década também é indicado como um dos fatores de aumento da instabilidade interna. Quanto maior o número de torcedores, maior a distância destes para a liderança principal da torcida. Ao mesmo tempo, maiores são as dificuldades para que o chefe consiga satisfazer as necessidades gerais, no caso, providenciar ingressos, ônibus para as viagens, alimentos e bebidas. Com isso, é comum o surgimento de segmentos, grupos menores, *núcleos*, e lideranças locais. A crescente incapacidade do chefe em atender

¹³³ Contemporaneamente à Guarda Popular, surgia no setor mais popular do Estádio Olímpico a torcida Geral do Grêmio, grupo não institucionalizado, sem sede, sem estatuto e sem dirigentes formais e que, já em 2001, se identificava como uma barra. Segundo relatos de lideranças da época, a nova torcida gremista angariava membros de outras torcidas organizadas insatisfeitos com a “burocratização” e com as “hierarquias” destas (Rodrigues, 2012, pp. 48-59).

as demandas de um conjunto cada vez mais heterogêneo é um fator que favorece a “insatisfação” que pode levar a processos de insubordinação. Bolatti, meu principal interlocutor durante a inserção com a Guarda Popular avaliou o quadro da seguinte maneira: “se tu rejeitar alguém ou algum grupo, vai formar uma dissidência. Então tem que agregar as pessoas, tem que chamar elas”.

A “disputa por poder” também é mencionada enquanto uma causa constante para o acirramento dos conflitos internos à torcida. Esse “poder” está ligado às vantagens derivadas da posição de mando. O *capo* centraliza a organização da torcida e isso inclui o controle sobre o dinheiro, cuja principal fonte de entrada são os ingressos disponibilizados pelo clube. No período da pesquisa de campo, o Internacional vinha repassando uma cota para os grupos organizados que revendiam a seus torcedores pelo preço de 10 reais. A contrapartida desses torcedores era a obrigatoriedade da associação e a adimplência ao clube.

Os anos posteriores à briga de 2011 são narrados enquanto momentos de dificuldade. Além da perda das lideranças envolvidas no confronto físico, as torcidas foram banidas do clube, impedidas de irem aos jogos em 2012, ano em que o Internacional, além disso, iniciaria a reforma do Beira-Rio. A temporada seguinte, longe de Porto Alegre, alternando-se entre as sedes de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, forçou uma reaproximação dos grupos que acabavam frequentando o mesmo setor nesses estádios, apesar da reincidência dos conflitos. Nesse momento, há ainda o surgimento do Comando do Trem, seção de torcedores que reúne os residentes de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, cidades atendidas pela linha férrea da região metropolitana.

Historicamente, tratava-se de um grupo minoritário na torcida, que ocupava quatro ou cinco lugares nas viagens. Eram vistos como a “tropa de choque” da Guarda Popular, conforme definição que ouvi em certa oportunidade. A reputação obtida através da vocação guerreira os elevou a uma posição de protagonismo no momento da reestruturação da torcida. Gilberto Bitencourt Viegas, conhecido como Giba do Trem, era a liderança desse segmento da torcida e assumiu uma relevância também por suas ações que viabilizariam o retorno da estabilidade ao conjunto heterogêneo da torcida. Entre suas medidas, os torcedores recordam de sua

capacidade diplomática pela criação dos núcleos de torcida pelo interior do estado, dando espaço a esses, em um momento que seria descrito como uma nova fase de crescimento do grupo.

Finalmente, a Guarda Popular assumiria seu formato atual. Depois de anos sendo comandada por uma única liderança, chegava ao modelo da divisão geográfica entre os três comandos: Porto Alegre; Cachoerinha e Gravataí; além do Trem (região da linha férrea). Abaixo das três *lideranças*, aparecem ainda os “*referentes*”, que são pessoas capazes de mobilizar grupos menores de torcedores, além dos núcleos regionais nas cidades mais distantes.

A banda, embora faça parte da torcida, tem um funcionamento autônomo. As decisões sobre escolha dos músicos, repertório e outros atributos visuais não passa pelo crivo das *lideranças*, ainda que a manutenção da mesma esteja relacionada à política mais ampla da torcida. Sua organização mais imediata é feita por um coordenador próprio que, diferentemente das lideranças, apresenta competências musicais específicas.

6.2. Gurizada barra brava

6.2.1. BAR E LADAIA

Atualmente, a Guarda Popular é composta por aproximadamente 2 mil integrantes. O dado é uma estimativa pois, diferentemente de outras torcidas organizadas, não há a obrigatoriedade de associação formal dos torcedores ao grupo. Apesar disso, o Internacional mantém, em seu departamento de Relacionamento Social, um cadastro daqueles que se identificam como pertencentes às cinco torcidas organizadas reconhecidas. Esse vínculo impõe alguns controles individualizados, a biometria por exemplo, mas garante o acesso a vantagens, como os ingressos destinados a esses grupos.

A ingerência indireta que o clube exerce sobre seus grupos organizados, por meio da obrigatoriedade de associação e identificação, afeta a Guarda Popular em um ponto que é basilar para a ideia de barra brava: a fluidez de sua organização oposta à necessidade do clube em estabilizá-la. Uma das vantagens desta forma de organização é a maior abertura para pessoas de fora, visto que o que possibilitou o crescimento da torcida foi a própria aproximação de estranhos, que ocorria na arquibancada. Essa característica não seria eliminada por completo visto que não há impedimentos práticos para que alguém frequente o mesmo setor, vista as roupas da torcida e participe da performance musical durante o jogo ou inclusive de eventos alheios às partidas de futebol. As medidas do clube, no entanto, terminam, por via da institucionalização, assemelhando a barra brava às demais torcidas organizadas.

Menciono o tamanho do grupo para reconhecer sua heterogeneidade em função sobretudo de seus localismos, mas também de suas questões de geração, raça, gênero e classe. Considerando, além disso, as frequentes mudanças de comando na torcida, a rotatividade de seus participantes, somados aos processos de transformações recentes dos estádios, conforma-se um quadro volátil ao conjunto que, veremos adiante, é capaz de se dissolver e refazer em função da sucessão de poucos eventos.

A partir do trabalho de campo, minhas observações sobre as características dos torcedores estão circunscritas a dois contextos principais: a arquibancada e um bar frequentado por muitos deles. Em relação ao primeiro ambiente, o bar assumiu uma posição privilegiada pois permitiu condições para conversas mais longas e detalhadas.

Localizado na mesma avenida do estádio, o Dezenove Zero Nove – nome que remete ao ano de fundação do Internacional – havia sido inaugurado em 2018 por Arthur e Gabriel, dois amigos que até então faziam parte da banda da torcida. O primeiro deles havia se mudado a Porto Alegre em 2015. Antes, vivia no interior do estado e participava de atividades consulares em sua cidade. Ainda nessa época, adquiriu instrumentos de uma antiga liderança da Popular e formou à distância uma banda. O envolvimento com seu Consulado local e o trânsito com a capital o aproximou da Popular. Assim que fez sua mudança, já estava inserido na torcida.

Ambos mantiveram empregos formais até que decidiram iniciar um negócio próprio. De acordo com Arthur, poderia ter sido um bar em outro lugar da cidade, sem a relação direta com a temática futebol. Inesperadamente, um ponto em frente ao Beira-Rio estava sendo liberado em condições que consideraram vantajosas. Com o dinheiro economizado depois de anos trabalhando como funcionários de conveniências, fizeram investimentos para adaptar o ponto.

A decoração também era inspirada no clube. Seu interior estava repleto de pôsteres dos times campeões e fotos de jogadores históricos, sendo impossível dissociá-lo de seu coloradismo. Na parede de fundo, um enorme mural com pintura em tamanho real dos jogadores Figueroa, Falcão, Fernandão e D'Alessandro.

Os dias de jogo concentravam as maiores demandas para o bar. Quando a previsão de público era muito grande, tornava-se difícil conseguir um lugar na parte interna e a calçada ficava totalmente ocupada. Sem o futebol, mantinham ainda uma barbearia, um estúdio de tatuagens e opções de almoço, atendendo principalmente os trabalhadores do comércio da região. Com o avanço da pandemia durante 2020, foram forçados a se adaptarem ao sistema de *delivery*.

Embora não fosse um lugar exclusivo para a torcida, havia se convertido no ponto preferido destes torcedores que, em muitos casos, eram amigos pessoais dos donos. Nesse contexto, destaco a centralidade do fator geracional. Embora fosse possível encontrar torcedores com 30 anos ou mais, havia prevalência de pessoas jovens, muitas delas nos últimos anos da adolescência. Esses, dentro do estádio, costumavam ser a maioria no setor, bem como os mais animados nas partidas, saltando, cantando e gritando.

No bar, o consumo de bebidas alcólicas era constante e parecia variar também em função desse marcador geracional. A cerveja se mantinha como a mais consumida, mas o “*kit*”, um drink barato e instantâneo feito pela simples mistura de vodca e suco, era igualmente apreciado pelos mais jovens que adquiriam a garrafa do destilado para um consumo compartilhado. O funk e o samba, levados em pequenas caixas de som portáteis, figuravam como as músicas mais ouvidas no ambiente.

Na primeira partida colorada na Copa Libertadores de 2020, disputada em Santiago, enquanto o Chile vivia semanas de protestos, repressão policial e instabilidade política, a impossibilidade da viagem internacional fez com que muitos desses torcedores se reunissem no recém-descrito bar Dezenove Zero Nove. Cheguei cedo, pedi uma cerveja e mantive uma interação com um dos donos do local. Acompanhava, ao mesmo tempo, as conversas paralelas no balcão. Um *guri* de boné, camiseta e bermuda folgadas, havia chegado e outros dois brincavam com ele, perguntando se sua suspensão já havia terminado. Ele respondia, no mesmo tom jocoso e repleto de gírias, “ainda não, pai”, e recordava, “quatro meses por causa daquela *ladaia*”.

Minutos depois, Arthur, o dono do bar que tentava me auxiliar na pesquisa, parava ao meu lado e dizia, “olha só, esse aqui tu pode entrevistar, vai te ajudar”, trazendo consigo um jovem branco de 25 anos e barba rala. Ele recém havia cortado o cabelo na barbearia do bar e seus amigos brincavam a respeito: “o outro corte demorou 15 minutos. Eu achava que tu não ia sair mais de lá”. Para entender o motivo da demora, bastava olhar para seu cabelo desenhado à máquina. Nas laterais, o couro cabeludo exposto e um atualizadíssimo efeito *dégradé* em direção às orelhas. Atrás, um moicano discreto que terminava na nuca em formato de “V”.

Logo estava sentando em minha mesa e contando uma série de histórias. Morara no bairro durante a infância e começo da adolescência e frequentara o estádio com regularidade. Assim, conheceu a torcida, encantando-se com o visual daqueles torcedores: “a Popular tinha uma camiseta que eu via de longe e gostava”. Por isso, buscara se aproximar embora fosse muito novo, em idade escolar ainda. Em seguida, uma *ladaia* familiar teria feito com que ele se mudasse para a região metropolitana e permanecesse afastado por algum período.

Ladaia é uma gíria muito singular e central nesse espaço. Possui ao menos dois significados: pode indicar uma mentira, intriga ou “conversa fiada”. Nesse caso, diz-se que a pessoa está *fazendo ladaia*, “inventando história”. Também pode significar briga, confusão, discussão, problema. O termo, em poucos anos, se popularizou na juventude dos bairros periféricos de Porto Alegre e região

metropolitana e, considerando a proliferação de músicas que o empregam, tudo indica ter surgido, com esta semantização, no contexto do funk local.

A escolha das palavras normalmente não se dá ao acaso e, em qualquer contexto, pode revelar valores e concepções daqueles que as usam. A ambiguidade da categoria *ladaia*, ora como mentira, ora como impasse, provoca um efeito curioso, achatando em uma mesma definição eventos díspares: num caso, alguém que inventa ou aumenta uma história para impressionar, noutro, alguém que arruma problemas, provoca brigas ou causa confusão. O que há em comum entre os dois empregos é que narram fenômenos pontuais da cotidianidade, situações banais, porém dignas de serem recontadas.

Neste caso, chama a atenção que aquilo que, em outros contextos, é tratado como a “violência dos torcedores” é percebido por estes como eventos corriqueiros, potencialmente curiosos, porém não necessariamente escandalosos. Os desentendimentos, as brigas, as agressões relativas ao futebol circulam nas rodas de conversa enquanto situações rotineiras ora como façanhas, quando, por exemplo, um torcedor conta vantagem por ter enfrentado um número maior de oponentes; ora como vergonhas, quando são narradas histórias de comportamentos considerados covardes, como tende a ser o caso das fugas ou das emboscadas. De qualquer modo, as *ladaias* constituem histórias as quais os torcedores se dedicam costumeiramente a contar e ouvir em seus momentos de interação.

O bar, assim como o estádio, reúne muitas pessoas que participam esporadicamente da Guarda Popular. Esses torcedores, em geral, não têm a torcida enquanto uma prioridade em suas vidas, dividindo-se entre outras atividades e, não raro, interrompendo suas participações no contexto do futebol. A seguir, apresentarei as biografias de Bolatti e Abrahão, dois torcedores que fazem parte do grupo reduzido daqueles que conseguiram se dedicar e durar, ao longo dos anos, na barra brava.

6.2.2. O CONSELHEIRO

Conheci Matheus Moreno, de apelido Bolatti, na metade de 2019 através de um conhecido de ambos. Em nossas primeiras interações, fui questionado sobre os interesses de pesquisa e advertido que minha entrada dependia de consulta às lideranças da torcida. Seguimos em contato através de mensagens até o dia em que tivemos o primeiro encontro presencial nos momentos prévios a mais um jogo do Internacional. Pouco antes do anoitecer, encontramos-nos no Parque Marinha durante um churrasco com seus amigos mais próximos de torcida. Ele ouviu sobre a minha intenção de acompanhá-los durante os meses seguintes, fez perguntas e logo me levou para dar uma volta pelo pátio do estádio. Enquanto caminhávamos, cada um com sua lata de cerveja mão, Bolatti se alternava entre narrar a história do surgimento da Guarda Popular na primeira metade dos anos 2000 e mostrar lugares e pessoas. Falava sobre o fim da coreia e, em seguida, apontava para uma das lideranças da torcida descrevendo seu perfil.

Ele fluía entre diferentes grupos de torcedores. Conversava com uns, cumprimentava outros. Além disso, contava histórias sobre a torcida com desenvoltura. Nesse mesmo dia, revelou que era também estudante de Ciências Sociais e que já havia visto algumas pesquisas sobre torcidas de futebol, obcecadas com o tema da violência, na sua opinião. Perguntei então qual seria sua posição sobre o tema e a registrei desta maneira no diário de campo:

[...] os autores se resumiam a falar deste tema, sem uma noção adequada de como as coisas funcionam [na torcida]. Foi então que falou a frase que mais me impactou naquele momento: a torcida é violência! Imaginava que inicialmente ele buscasse negar ou apresentar uma justificção para a violência, mas Bolatti complementou sua ideia: a violência e a força vêm em primeiro lugar. É assim que se se ganha uma torcida (*Diário de campo*, setembro de 2019).

Sua análise pragmática das torcidas, conjuntamente ao seu olhar sobre a atuação das lideranças me chamaram a atenção na mesma hora. Em princípio, trocávamos mensagens de texto e áudio via WhatsApp e combinávamos encontros que aconteciam sempre antes dos jogos do Inter no Beira-Rio. Com o time envolvido simultaneamente em três competições importantes (Campeonato Brasileiro, Copa

Libertadores e Copa do Brasil), passamos a manter contato semanal, fosse nos churrascos do Parque Marinha quando estava em meio a seus amigos ou no bar Dezenove Zero Nove, que reunia muitos dos torcedores organizados.

Nessas interações, Bolatti respondia a meus comentários sobre as notícias recentes do Inter, tanto àquelas relativas às questões envolvendo dirigentes e torcidas quanto referentes ao próprio rendimento recente do time. Normalmente, após poucos minutos de conversa, apareciam conhecidos seus que, aos poucos, iam sendo apresentados a mim. Nesses momentos, eu escutava às conversas buscando identificar nomes e rostos enquanto tentava situar as *ladias* narradas por eles em relação a outras informações que já conhecia sobre as torcidas.

Bolatti era morador do Jardim Botânico, bairro em que nasceu e cresceu situado a oito quilômetros do Beira-Rio. Nessa época, morava com a família. Circulava pela cidade, incluindo os dias de jogo, em sua bicicleta e às vezes nos encontrávamos também em situações inesperadas, em outros contextos. Conservava um perfil discreto sem aderir aos novos penteados. Ao invés dos modismos, mantinha seu cabelo de tom castanho claro, quase ruivo, sempre curto. Vestia camisetas do Inter, abrigos esportivos e bermudas. Era jovem, tinha 25 anos de idade, mas já completara uma década na Guarda Popular além de ser presença constante nos grupos de torcedores colorados autodenominados antifascistas. Seu apelido remetia a Mario Bolatti, um jogador argentino que havia passado pelo clube no começo da década passada. Na apresentação de sua trajetória precoce, incluía a recente nomeação enquanto conselheiro do Internacional, fato que atribuía à sua entrada no movimento O Povo do Clube quando este buscava um estreitamento com as torcidas organizadas.

Com o passar do tempo, forneceu-me mais detalhes sobre sua história pessoal com o futebol e a herança familiar com o clube. Bolatti, como tantos outros, começara a frequentar o Beira-Rio através do pai que o levava. O vínculo com o clube – hoje atualizado nas posições de sócio e conselheiro – era umbilical. Sua avó havia sido funcionária da instituição muitos anos antes de seu nascimento, conforme contara:

A história da minha família tá ligada com o Inter. A minha vó trabalhou no Inter na década de 70. Trabalhava na lavanderia direto com os jogadores. Era uma época que ainda se lavava o material de jogo, os ternos. Ela trabalhava em contato com os jogadores. Meu pai cresceu dentro dos Eucaliptos¹³⁴, pegou a transição pro Beira-Rio. Andava pelo Beira-Rio inteiro, catava copinho de uísque e vendia - lavava e vendia. Cresceu nisso... A trajetória familiar tá ligada ao Inter

Ela foi demitida pelo pai ou tio do Medeiros¹³⁵. 80 ou 81 ali, eles fizeram uma limpa e demitiram a "velha". Aí [o pai] acabou se afastando também. Mas conheceu todos os jogadores, aprendeu a chutar bola com eles (Bolatti, entrevista concedida em 26 de junho de 2020).

O relato da demissão da avó e o mencionado contraste com a elite política do Internacional, quando pedi para que se apresentasse e falasse sobre suas origens familiares, ajudam a compreender questões importantes para seu interesse pela política no clube. Marcelo Medeiros, citado na fala, era advogado, sócio de uma firma de advocacia e surfista amador, lazer que o levava a viajar o mundo em busca de ondas propícias à prática do esporte. No Internacional, foi o diretor de futebol entre 2013 a 2014 e assumiu a presidência em 2017 após o rebaixamento para a segunda divisão. Ainda criança e adolescente, convivera com os jogadores dos anos 1970 e, na juventude, chegara a estar hospedado, por intermédio de seu pai, na casa de Falcão¹³⁶ em Roma¹³⁷. Apresentando um perfil de *bon vivant* provinciano, Medeiros ocuparia o cargo mais prestigiado da política colorada e daria continuidade à tradição familiar de presidentes. Antes dele, a posição fora do avô Afonso Paulo Feijó em 1945, do tio Marcelo Feijó entre 1978 e 1979 e finalmente de Gilberto Medeiros, o pai, entre 1986 e 1987.

¹³⁴ Inaugurado em 1931, o Estádio dos Eucaliptos, localizado no bairro Menino Deus, antecedeu o Beira-Rio, conforme vimos no **Capítulo 2**. Na última década, foi vendido e demolido, dando lugar a um condomínio e à Praça dos Eucaliptos.

¹³⁵ Marcelo Feijó de Medeiros, presidente do Internacional eleito para o biênio 2017-2018 e reeleito para o biênio 2019-2020.

¹³⁶ Paulo Roberto Falcão (1953-) jogou no Internacional das categorias de base até 1980 e na seleção brasileira nas Copas de 1982 e 1986. Foi protagonista nos três títulos nacionais conquistados em 1975, 1976 e 1979 e é reconhecido com um dos maiores ídolos do clube.

¹³⁷ Essa e outras curiosidades sobre sua biografia são narradas pelo próprio, ver <http://globoesporte.globo.com/rs/futebol/times/internacional/noticia/2013/05/surfista-colorado-dirigente-deixa-ondas-para-honrar-familia-vencedora.html> (acessado em 13/09/20).

Bolatti, para além do futebol, manifestava uma militância política à esquerda, envolvendo-se principalmente nas lutas contra o processo de “elitização” do futebol e vinculando-se ao Povo do Clube, movimento que demandou e obteve a criação do plano de associação Academia do Povo, voltado às pessoas que foram marginalizadas pelos novos preços da “modernização” dos estádios. Marcelo Feijó de Medeiros – com seus sobrenomes ilustres na política colorada – lhe viabilizava a reflexão e a dramatização desse conflito por meio da comparação das histórias familiares. Apesar de aquele, a herança ao clube lhe havia sido negada como costuma ocorrer à maioria esmagadora dos torcedores anônimos.

Chegando à adolescência, com a possibilidade de ir por conta própria aos jogos, foi possível se aproximar da torcida organizada que, conforme contava, lhe impressionava. O início dessa relação foi em 2009. Conforme contou: “vinha no jogo, tava sempre junto, vinha nos ensaios, ficando sempre ao redor, conversando com a gurizada, ajudando [...]. Naturalmente começa[-se] a fazer parte, tu tá ali todo o dia”. Assim, entrou para a banda da torcida, tendo participado entre 2012 e 2016, momento delicado, segundo ele, pois o grupo passava pelo “racha interno”, abordado nas páginas anteriores, e atravessava, não obstante, o ano em que o Beira-Rio esteve fechado para a reforma, obrigando o Internacional a mandar seus jogos fora de Porto Alegre. Fazia-se necessário, de acordo com seu relato, “passar por reestruturação, [enquanto havia] pouca gente para reestruturar a torcida”. Um período crucial, mas difícil, afinal havia sido “complicado ter que viajar o ano inteiro pra Caxias. Foi um ano de prova de fogo pra gurizada”.

Sua conversão em conselheiro o afastava da linha de frente da torcida. Ainda que continuasse frequentando o mesmo setor, permanecia à margem da banda. Circulando pelo local, encontrando e conversando com conhecidos. Seguia, contudo, atualizado e envolvido nos assuntos do estádio. Manejava o cadastramento de torcedores junto à Central de Atendimento ao Sócio (CAS) do clube, participava do controle dos ingressos da torcida, da organização dos ônibus e das excursões e, nas redes sociais, ajudava na comunicação para o público externo.

6.2.3. O PROFESSOR

Diego Abrahão era contemporâneo a Bolatti, mas diferentemente deste, não expunha seus vínculos e interesses políticos no clube. Conhecemo-nos pessoalmente no bar da rua, apresentados por um dos donos do local em janeiro de 2020. Antes disso, eu já tinha conhecimento de quem se tratava tanto pelas conversas em que seu nome era mencionado ocasionalmente quanto pelo curta-metragem “Atrás do gol”¹³⁸ em que ele protagonizava, dando entrevista sobre o surgimento da torcida. Em comparação com os demais torcedores, Abrahão era uma figura em evidência naquele contexto, representando a torcida, muitas vezes, como porta-voz¹³⁹. Além disso, ele ocupava a posição de coordenador da banda ao mesmo tempo em que era professor de música em um projeto mantido pela Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional (FECI). Lá, dava classes gerais para adolescentes e, como contrapartida, obtinha da fundação um espaço para a formação de pessoas interessadas em se tornarem instrumentistas da banda da torcida.

Morador da zona sul da capital, Abrahão chegava ao bairro em um Fiat Palio vermelho, fácil de reconhecer. Passava pelo bar por alguns minutos e em seguida se dirigia ao Gigantinho, onde funcionava o projeto de música. Dividindo-se entre os jogos, os ensaios e reuniões da banda, as aulas e a faculdade de música que havia iniciado recentemente, tinha uma rotina atribulada. Nossos encontros precisavam ser agendados com a antecedência de alguns dias e, não raro, atrasavam ou eram interrompidos pela sobreposição de outros compromissos. Apesar do curto espaço de tempo, eram compensados pelo seu gosto por narrar histórias combinada à naturalidade de sua oratória.

A memória do estádio popular, uma herança familiar possível aos torcedores anônimos, também era um dado salientado em seu relato autobiográfico. O pai era

¹³⁸ *Atrás do Gol – Guarda Popular, a Barra Brava do Internacional*. Direção de Ronaldo Fontana. Florianópolis: Independente. Youtube (15 min.).

¹³⁹ Durante a pandemia, Abrahão também apareceria em uma longa reportagem do canal Peleja, que ouviu representantes de torcidas e imprensa sobre a rivalidade Gre-Nal. Na oportunidade, defendeu os xingamentos homofóbicos da torcida colorada dirigidos aos gremistas. Essa fala, em nome da Guarda Popular, causou controvérsia inclusive entre pessoas ligadas às torcidas organizadas do Internacional. Cf. *É por isso que até fogo já botaram durante o Grenal*. Direção de Murilo Megale. São Paulo: Peleja. Youtube (29 min.).

colorado, porém não tão engajado quanto a mãe, esta sim, “fanática”. Havia frequentado o Beira-Rio dos anos 1970 em diante, testemunhando os icônicos jogadores que ele não chegou a ver jogar, embora os carregasse nos trapos da torcida. Destacava ainda que, sendo mulher em uma época em que os estádios eram muito mais restritos nesse sentido, ela recorria a estratégias para apagar as marcas de gênero interditas naquele contexto: “na época o estádio era meio proibido pra mulher, mas ela ia. Usava um boné, algo assim”. Fugindo à convenção de que a socialização do filho no futebol é competência do pai, coube a ela introduzi-lo ao Beira-Rio.

Abrahão fez o caminho em direção à torcida organizada, assim como a maioria daqueles que conheci, no momento em que sua presença no estádio se desvinculou da presença familiar. Tinha 12 anos e era mais jovem do que a média dos outros meninos, mas, um pouco mais alto do que o esperado nesta faixa etária, disfarçava e aparentava ser uns dois anos mais velho, conforme contara. Cedo, assim, já participava das excursões da torcida, indo a outros estados do país inclusive: “precisava autorização [dos responsáveis] pra viajar [...]. Tinha outros guris de 15 ou 14, mas eu comecei antes. [...] Eu me passava por mais velho, a gente não falava nada e só quem sabia era o líder da torcida”.

Chamava-me atenção essa precocidade em sua trajetória. Tinha 25 anos e liderava a banda havia outros quatro. A rapidez com a qual se sobressaía era reconhecida por ele mesmo e atribuída a seu envolvimento intenso e constante nas atividades da torcida. Segundo dizia, no seu começo,

[...] ia lá e incomodava, ficava lá. E tu ia fazendo coisas, ah...
"precisa duma ajuda pra tal coisa, precisa duma ajuda pra outra coisa", tu vai querendo ajudar, querendo prestar um serviço, auxiliar em alguma coisa [...] (Abrahão, entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2020).

As “ajudas” eram através de pequenos gestos, fosse permanecendo após as partidas e procurando recolher as bandeiras e materiais que ficavam na arquibancada ou circulando pelo setor da torcida durante os jogos enquanto cantava as músicas e buscava contaminar com aquela performance os menos animados.

Eram ações silenciosas. “Aproximando-se”, “incomodando”, “ajudando” passou a ser notado e, em 2010, entrou para a banda. Aprenderia o trompete, instrumento mais complexo da barra brava, e, movido por uma dedicação notável à torcida, combinada com o processo de reestruturação da mesma no começo da década, chegaria ao comando da banda.

O projeto de ensino de música empreendido em parceria com a fundação do clube havia sido ideia sua, segundo afirmava, e demonstrava o modo como atuava nas questões da torcida. Até então, os trompetistas não eram formados entre os torcedores. Antes disso, as lideranças optavam pela terceirização dos músicos de sopro que eram remunerados para se apresentarem nos dias de jogo. Abrahão pertencia a uma geração que começou a aprender por conta os instrumentos e, com sua ascensão no grupo, conseguiu capitanear a proposta de modificação da organização da banda. Afora a transformação da imagem da torcida, que poderia se orgulhar de ter seus próprios músicos, a formação destes desonerava deste custo a liderança do grupo.

A busca por soluções aos problemas que a torcida eventualmente atravessaria era um traço constante de seu trabalho. No começo de 2020, a Guarda Popular havia sido suspensa pelos incidentes de dezembro de 2019, sendo impedida de frequentar os jogos na abertura da Copa Libertadores. Estranhamente, as músicas da torcida seguiam sendo tocadas nessas partidas, apesar de que esta não se encontrasse em seu setor. Certo dia, contou-me que isso só estava sendo possível porque ele e outros haviam migrado para o setor da FICO, unindo as bandas temporariamente.

Com as medidas de distanciamento social forçadas pela pandemia do novo coronavírus, Abrahão buscou atividades para manter os torcedores envolvidos. No Instagram¹⁴⁰, começou a produzir *lives* em que os torcedores tocavam juntos, porém remotamente, as músicas mais conhecidas, entrevistas com pessoas ilustres da torcida, além de manter as aulas de sopro à distância.

¹⁴⁰ Ver na rede social a conta @soprodaguardapopularoficial (acessado em 13/09/20).

6.2.4. VIDAS BREVES

No contexto observado, é possível assinalar alguns pontos que se repetem nas biografias da *gurizada* – poderíamos chamar assim – da Guarda Popular. A gíria é um regionalismo derivado dos termos *guri* e *guria* e pode ser empregado na definição da infância ao fim da juventude. Seu uso reiterado na torcida indica o predomínio dessa faixa etária, afinal é o período em que a maioria se mantém nas atividades do grupo. O recorte geracional, já identificado em outros trabalhos (Teixeira, 1998; Hollanda & Florenzano, 2019), é percebido como um dado natural, considerando que os torcedores associam esse pertencimento à torcida a diversão, “loucuragem”, sacrifício pessoal, inconsequência e outras ideias consideradas antagônicas ao que entendem enquanto uma “vida adulta” e estável que, no outro extremo, constitui o desfecho da participação na torcida.

A entrada no grupo é relatada como a primeira transição: o batismo (Teixeira, 1998, p. 115). No caso, uma modificação do modo de torcer, da ida aos jogos. É a passagem da infância à adolescência, sendo normalmente o momento em que a maior autonomia em relação aos familiares que fomentaram o gosto pelo clube permite a ida ao estádio por conta própria. Todos os entrevistados relataram ter conhecido o estádio ainda na infância e, muitas vezes, enquadraram o *coloradismo* enquanto uma espécie de herança da experiência pessoal dos pais, demarcando uma posição da família em relação ao clube. A conversão desses jovens para a torcida é considerada lenta, demandando do interessado “ajudas” e “contribuições” espontâneas durante os jogos de futebol. O reconhecimento e a integração ao grupo são variáveis em função do nível desse comprometimento pessoal.

A saída dos torcedores da torcida, por sua vez, está compreendida enquanto a segunda transição. A grande maioria, incluindo os assíduos, consegue permanecer por um par de anos até que demandas familiares ou profissionais comecem a restringir o mesmo nível de participação nos jogos. São poucos os que podem seguir, mesmo desejando, ao longo de uma década vivendo em função da torcida. Buscar ocupações que viabilizem uma outra forma de colaboração é um dos caminhos seguidos por alguns dos torcedores. Há também o caso daqueles que são afetados diretamente pelas consequências de suas atitudes transgressoras, afastando-se

devido a punições, suspensões e até prisões. Conforme já assinalado por outras etnografias, a juventude, no entanto, está menos ligada à idade biológica dos torcedores do que a seus comportamentos, aparecendo como um valor para o grupo: “O que importa é a prática ser jovem, mesmo se o torcedor tenha 12 anos ou 50” (Caldas & Tella, 2019, p. 241).

Em nossas entrevistas, Diego Abrahão ilustrou o processo de afastamento do grupo citando os donos do bar Dezenove Zero Nove como exemplos bem-sucedidos. Em função das demandas pessoais deixaram as atividades da banda, porém seguiram próximos:

Hoje tu vê, [aqui] não é um bar da torcida nem nada, mas é de pessoas que vieram da torcida, que se juntaram pra criar uma iniciativa. Não só aqui, em outros lugares [também], pessoas que saem do Brasil. Hoje nós temos dois caras que não vivem mais no Brasil, que são da torcida e que hoje tão fazendo um negócio junto, fora.

Então, vou dizer... O cara aqui, ele é, digamos, tatuador. O cara aqui corta cabelo, ah, o cara aqui é músico, pode trazer uma banda pro teu lugar... Então, num lugar onde tu conhece muita gente, tem várias possibilidades... Tem um grupo do Uber, tem dez ou vinte caras da torcida que é do Uber [...]

[Pergunta] Forma redes pra fora do estádio?

Forma... pra fora da torcida, pra fora do estádio, pra fora do Inter (Abrahão, entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2020).

Torcedores, como Abrahão, referem-se à atividade torcedora enquanto um trabalho: “o estádio está bonito porque alguém levou aquelas bandeiras, porque alguém colocou aqueles trapos, porque alguém está tocando aquelas músicas”, conforme exemplificou certa vez. Segundo ele, são aproximadamente 50 pessoas que se envolvem diariamente com esse planejamento e o priorizam em relação às demais atividades de suas rotinas. Esse trabalho na torcida dificilmente será rentável economicamente para os torcedores, que precisam encontrar fontes de sustento.

Nesse sentido, alguns conseguem trabalhos remunerados que os possibilitem a proximidade com o futebol, com Inter e com a torcida. O bar Dezenove Zero Nove,

além de ter se tornado essa fonte de renda para dois torcedores da banda, conseguiu, através dos serviços oferecidos, atender a um público relacionado às torcidas do Internacional. Não obstante, seus trabalhadores e colaboradores nos serviços de cozinha, entregas, barbearia e tatuagem, advinham também desse convívio torcedor. A impossibilidade de durar uma década nas mesmas funções da torcida se impõe à maioria deles, inclusive àqueles que alcançaram posições de liderança, conforme os exemplos anteriores de Hierro e Master, envolvidos em conflitos duradouros que terminaram por consumi-los dentro do próprio grupo.

6.3. Inferno Murgueiro

6.3.1. COLORADO HOJE EU VIM TE VER: MÚSICA, BANDEIROLAS E TRAJOS

No decorrer dos quatro anos em que essa pesquisa se desenvolveu, pude acompanhar, desde diferentes ângulos, as relações estabelecidas entre a torcida Guarda Popular e outros agentes de seu universo: o Internacional, os outros torcedores e torcidas do clube, os dirigentes, jogadores e demais profissionais, além das torcidas adversárias. Foram eventos que incluíram os jogos no Beira-Rio, alguns jogos como visitante, o apoio nos treinamentos do time, os protestos no pátio do estádio e tantos outros em que a torcida demonstrou seus sentimentos pelo clube e pelos rivais. Sempre momentos de expressão coletiva da alegria e do prazer, mas também da tristeza e da raiva. Nesta seção do capítulo, discorrerei sobre as performances e os repertórios da torcida com o objetivo de colocar em questão os elementos poéticos que compõem a “festa da Popular”. Uma festa, que veremos mais adiante, incorpora elementos de hostilidade e animosidade. Antes, tratarei de abordar, a partir das performances musicais, o apoio incondicional e as cobranças ao time. Expressões, em aparência, ambíguas, mas que conformam duas faces de uma mesma moeda: o amor pelo clube.

Tratado costumeiramente como um “espaço da emoção”, orientado por comportamentos considerados ilógicos, irracionais e passionais, o estádio de futebol

é frequentado por torcedores e torcedoras que costumam atribuir sua predileção por um time ou outro justamente a esse amor incondicional – desde sempre e para sempre – ao clube. Quando se fala em torcidas, esse entendimento costuma explicar tanto os sentimentos de alegria e felicidade das festas, quanto sua faceta menos desejável, o sofrimento pela derrota, ou, ainda, as brigas, os tumultos e os enfrentamentos violentos, questões supostamente inexplicáveis do ponto de vista da racionalidade para determinado senso comum. A literatura sobre o tema hoje é vasta, como vimos no **Capítulo 1**, e sabemos bem que nem são traços de bestialidade ou de irracionalidade, mas sim comportamentos esperados e, até mesmo, encorajados em certos contextos.

Desde o ponto de vista de uma antropologia das emoções, sabemos também que o pertencimento clubístico, apesar de atribuído a razões “inexplicáveis”, está orientado por lógicas muito próprias que ditam expectativas sobre a expressão dos sentimentos, interdições e outras etiquetas na relação entre torcedores de um mesmo time ou de times rivais. No aprendizado do torcer, há todo um processo de educação emocional que, ao fim, é apagada da biografia dos torcedores. Assim,

A dor dos gremistas é o combustível da alegria colorada, razão pela qual aprender a amar o Inter é tão importante quanto detestar o Grêmio e o processo de socialização torcedora inclui tal sensibilidade. A incorporação dos dispositivos de amor e de ódio diante da derrota e da vitória, tanto quanto em relação a um “nós”, representado pelo clube/time amado, e a um “outro”, identificado com o clube/time rival, é um processo gradativo, de educação sentimental, pois a expressão pública desses insultos envolve algumas regras em relação a espaços, tempos, pessoas e, sobretudo, certo autocontrole acompanhado de humor, sarcasmo, ironia e criatividade (Damo, 2012, p. 65).

Com relação aos tempos e espaços, o estádio tem sido, ou ao menos foi por muito tempo¹⁴¹, um palco, por excelência, para as ofensas, o deboche, os palavrões e a galhofa, dando vazão a comportamentos interditados, no ambiente de trabalho, no lar ou em outros contextos. Concordando com a compreensão de que há uma educação da expressão das emoções no futebol, podemos pensar, para além de

¹⁴¹ Em anos recentes, ofensas racistas, sexistas e homofóbicas passaram a ser denunciadas nos campos de futebol. Sobre o questionamento dos antigos hábitos e as novas etiquetas, cf. Bandeira (2019).

explicações psicológicas, nas emoções como fundamentais na relação entre indivíduo e grupo, sendo tanto uma linguagem quanto uma ação simbólica, para usar as noções de Marcel Mauss (2013). Pensada como ação simbólica, ou ainda prática discursiva corporificada (Abu-Lughod & Lutz, 1990), devemos ter em mente os contextos de expressão das emoções.

Figura 25: "Guarda Popular - Inferno Murgueiro": O prato e o bumbo compõem a murga. São estampados com os símbolos da torcida, do clube ou com o rosto de ex-jogadores. Fonte: Instagram @popularoficial.



Para pensar os comportamentos de apoio e cobrança ao time enquanto as duas faces do amor ao clube na barra brava, tomo como referência as performances da torcida. No **Capítulo 3**, já falei sobre como a noção de *performance torcedora*, ao

considerar as disposições verbais, gestuais e corporais, poderia contribuir para analisar diferentes modalidades de experiência do jogo de futebol e do torcer. Sendo a Guarda Popular uma torcida que atua com artifícios visuais, como bandeiras, trapos, fogos e coreografias, mas tendo sempre a música como seu elemento mais chamativo, considero que a noção de performance musical é bastante adequada para avaliar a atuação poética do grupo, visto que ela permite incluir também os elementos não sonoros que fazem parte dessa atuação¹⁴².

No futebol, de forma ampla, a música e, sobretudo, o canto são elementos importantes da experiência torcedora. Mesmo os frequentadores menos assíduos do estádio de futebol, incluindo aqueles que tem pouco interesse pelo esporte, conseguem identificar a melodia e a letra do hino de seus clubes. O mesmo acontece em relação às músicas mais famosas das torcidas organizadas. Neste sentido, os estádios oferecem experiências sonoras e visuais bastante singulares cuja reprodução através da televisão ou das gravações de celular consegue captar apenas em parte. Entendo, a partir de minha experiência etnográfica, que, no caso das barras bravas, os jogos são momentos de performance do pertencimento clubístico, através de cânticos, coreografias, bandeirolas, trapos e outros apetrechos que expressam – mas também fabricam – uma noção de “amor pelo clube”.

Assim, o futebol se torna uma experiência musical e multissensorial para qualquer um que o frequente. Extasiados, antes dos jogos, os torcedores cantam em grupos e até sozinhos, nos arredores do estádio, nos ônibus de linha urbana ou de excursão. No caso das torcidas organizadas, a sonoridade assume uma proporção ainda maior, sendo um requisito obrigatório para frequentar o setor do grupo. A música, tocada sem interrupção enquanto a bola rola em campo, forma uma espécie de peça sequenciada, em que o arranjo depende daquilo que acontece na partida e no estádio. Por seu aspecto sequencial, tem-se uma música performada ao vivo, cujo

¹⁴² Tomo emprestado o conceito de performance musical do campo da etnomusicologia que, em sua constituição, se dedicou ao estudo musical no mundo não ocidental (Finnegan, 2008). O conceito ajudou a considerar elementos não sonoros, historicamente desprezados pela musicologia, porém muitas vezes essenciais em outros contextos. Também com a introdução desse conceito, foi possível deixar de avaliar a música como um elemento cujos significados deveriam ser decodificados, deslocando o interesse analítico do significado para os efeitos da experiência musical sobre o ouvinte. Falei mais sobre o tema em minha dissertação de mestrado (Teixeira Pinto, 2015).

sentido é produzido em interação com entorno. Apesar de as músicas não serem inéditas ou improvisadas, formam, em boa medida, uma experiência singular¹⁴³.

Segundo Diego Abrahão, o líder da banda, a escolha do repertório depende diretamente do desempenho do andamento da partida: “Quando o time tá precisando fazer um gol, a gente toca para motivar. Se tá muito mal e o estádio tá quieto, uma pra acordar. Se tá ganhando bem, já é alguma em ritmo de comemoração”. Foi possível notar, assim, algumas tendências. Em jogos importantes e decisivos, contra adversários difíceis, a mobilização da torcida costuma ser maior. Minutos antes do início da partida, a banda opta por músicas conhecidas e simples, com poucos versos, de modo a contagiar todo o estádio. Nesses casos, quase sempre o grito: “Oh! Vamo vamo Inter” Vamo vamo Inter! Oh”, consagrado em 2006, na campanha do título da Libertadores do Mundial de Clubes. Outras músicas de poucos versos, mas rápidas, fazem parte desse repertório para jogos difíceis, como os gritos de “Colorado! E dale Colorado!” ou “Colorado, colorado/ Nada vai nos separar/ Somos todos teus seguidores/ Para sempre eu vou te amar”.

O repertório é grande e aumenta a cada vez que uma nova música é adaptada pela banda. Uma temática principal é a declaração de amor, apoio e fidelidade ao Internacional. “Camisa Vermelha”, talvez a canção mais ilustre da Guarda Popular, é um bom exemplo disso. A música é uma versão de “Pelados em Santos” da banda Mamonas Assassinas: “Inter!/ Estaremos contigo, tu és minha paixão/ não importa o que digam, sempre levarei comigo/ Minha camisa vermelha e a cachaça na mão/ O Gigante me espera para começar a festa/ Xalaialaia, xalaialaia/ Você me deixa doidão”. Ou “Oh Inter”: “Levamos a nossa paixão/ Sempre no peito de um campeão/ Oh Inter! Sempre vou estar/ Eu te prometo nunca abandonar”.

A exaltação aos feitos históricos e aos ídolos do clube também aparecem em boa parte dos temas, por exemplo “Academia do Povo”: “Academia do Povo só tem uma/ E se chama Inter essa loucura/ É um sentimento, para mim, uma religião/ Salve

¹⁴³ Aqui recorro novamente a uma contribuição da etnomusicologia. Contestando a tendência da musicologia em analisar peças musicais isoladas pelo seu valor em si, Seeger (2013) traz alguns exemplos para demonstrar a existência de contextos em que uma canção avulsa só faz sentido quando pensada em relação com o conjunto da performance.

Bodinho, Dom Elias, também Falcão/ Vamo Inter! Vamo Inter!”. É, no entanto, nos trapos – espécie de pedaços de pano confeccionados pelos torcedores – que aparecem a maior parte das menções da torcida ao passado: imagens de jogadores de diferentes épocas, preferencialmente aqueles considerados bravos e “raçudos” que “honraram a camiseta”: o goleiro Manga, os volantes Dunga e Guiñazú, o capitão Fernandão. É também nos trapos que a torcida expressa a memória a antigos torcedores seus já falecidos.

Figura 26: Antes de uma partida importante, Ruas de fogo, o recebimento feito com sinalizadores, para a chegada ao estádio ônibus do time colorado. Set/2019.



Participar nas coreografias é também necessário para demonstração do apoio ao time. A maioria das músicas tem, a partir da marcação de seus tempos, gestuais próprios, quase sempre envolvendo o movimento dos braços. Essas coreografias em alguns casos, envolvem pular ao ritmo da música, principalmente nos temas de comemoração e provocação aos rivais.

Desde a proposta de antropologia da arte de Alfred Gell (2018), poderíamos dizer que esse conjunto de disposições estéticas não é meramente decorativo. Para além da possibilidade de apreciação, são também tecnologias com agência sobre o mundo. As canções podem afetar o time – e “fazer efeito” – se cantadas com intensidade e ouvidas/sentidas em todo o estádio, principalmente pelos jogadores. Mas, além disso, é, principalmente, com elas que a torcida se territorializa no estádio. Música, faixas e bandeiras são formas de identificar qual grupo pertence a determinado setor do estádio, o que leva os torcedores que fazem parte dele a cobrar de quem se aproxima o respeito às convenções do local. Como vimos ainda no **Capítulo 3**, o estádio está composto por diferentes territórios e regras tácitas de convívio, o que não chega a fazer dos setores das torcidas os únicos em que ocorre a expectativa de comportamentos específicos. Vimos que há locais onde as pessoas são recriminadas quando tentam assistir ao jogo em pé. Vimos também que há outros em que a crítica e a “corneta” é bem aceita. No caso das torcidas organizadas – e especificamente na barra – a participação na performance musical é esperada e inclusive demandada. Cantar constitui a forma básica de demonstração do apoio ao time e do amor pelo clube.

Mas a territorialização não ocorre apenas pela ocupação de assentos ou arquibancadas. A música, diferentemente da banda e dos trapos, se desloca por todos os setores e é também uma maneira de disputar o estádio. Entre os êxitos da Guarda Popular, Abrahão considera que a torcida conseguiu acabar com o murmurinho e as vaias vindas das sociais do Beira-Rio durante os jogos. Segundo sua avaliação, isso ocorreu graças à mudança de estilo de torcer, antes nos moldes da bateria das Torcidas Organizadas. Com a incorporação da murga, baseada na estética argentina das *hinchadas*, a torcida passaria a um gênero musical mais

“cantado” do que “batucado”: “apoando e cantando os 90 minutos, ganhando ou perdendo”.

Neste sentido, a capacidade de uma torcida cantar e ser ouvida em todo o estádio será considerada uma das qualidades mais valorizadas de uma barra. Entre os momentos de maior orgulho para uma torcida, encontram-se aqueles em que impuseram suas músicas, seus sons a uma torcida rival. Do mesmo modo, uma das maiores vergonhas possíveis é perder essa batalha sonora dentro da própria casa.

Figura 27: Com criatividade, a banda costeia de barco o centro de treinamentos do time. Uma demonstração de apoio que visava contornar restrições do isolamento social durante a pandemia. Foto: Ricardo Duarte/divulgação Inter.



6.3.2. PONHA RAÇA! NÃO PODEMOS PERDER: PROTESTOS E COBRANÇAS

Os anos recentes foram especialmente duros para os torcedores colorados. Em 2016, depois de algumas rodadas nas primeiras posições da Série A do Campeonato Brasileiro, o Internacional repentinamente despencou na tabela. Uma improvável sequência de quase três meses sem vitórias levou o time à zona de rebaixamento. Algumas rodadas mais tarde, depois de mudanças na direção de futebol e na comissão técnica, o quadro não foi revertido e, em dezembro, o clube foi rebaixado para a segunda divisão nacional pela primeira vez em sua história.

Figura 28: A banda se aproxima do campo para protestar. Dez/2019.



Um rebaixamento, por si só, representa um momento de crise grave para qualquer um dos chamados “times grandes” do Brasil. No caso do Inter, a situação se agravava em função da rivalidade Gre-Nal. Os colorados, ao contrário de seus históricos rivais, tinham orgulho em dizer que jamais haviam sido rebaixados.

Nas eleições para o Conselho de Gestão do clube naquele mesmo ano, a Assembleia Geral dos sócios elegeu de forma esmagadora Marcelo Medeiros, candidato da oposição, à presidência do Internacional. Ele teria a tarefa de devolver o clube à primeira divisão e recolocar o time na briga por títulos importantes. Seu primeiro mandato, entre 2017 e 2018, não foi fácil, pois combinou um desempenho esportivo abaixo do esperado com um importante ciclo vitorioso dos gremistas, que

chegariam à sua terceira conquista da Copa Libertadores. Com muita frustração e pouca paciência, os colorados protagonizaram recorrentes cenas de protesto a cada fracasso do time. Ainda assim, a inesperada boa classificação no Campeonato Brasileiro de 2018 contribuiria para que Medeiros se reelegesse naquele ano para o biênio seguinte.

Em 2019, quando me mudei para as proximidades do Beira-Rio e iniciei formalmente a pesquisa, havia um misto de expectativas e cobranças em relação ao time do Inter. A inferioridade técnica em relação ao rival ainda existia depois de um Campeonato Gaúcho perdido nos pênaltis. Apesar disso, ela parecia encurtar na comparação com o abismo das temporadas anteriores. Na Copa Libertadores e na Copa do Brasil, o time fazia frente a adversários difíceis, avançando às fases finais e dando esperanças à torcida.

O fim do inverno de 2019 foi repleto de jogos importantes. Num intervalo de semanas, o time recebeu Flamengo (28/08), Cruzeiro (04/09) e Athletico Paranaense (18/09), em noites de meio de semana que registraram sempre públicos superiores às 45 mil pessoas, quebrando, um após o outro, os recordes de lotação do estádio após a reforma. Foram dias em que a mobilização no bairro começava por volta do meio-dia, com a vinda de excursões, foguetes e cantorias, e se encerrava depois da meia-noite. No jogo contra o Cruzeiro, a Guarda Popular organizou as “Ruas de fogo”, uma maneira de receber os jogadores e demonstrar apoio com um corredor pirotécnico formado pelo artifício de mais de uma centena de sinalizadores manuais. Com tamanha euforia, via-se nesses torneios a possibilidade de encerrar o jejum de títulos.

Apesar do ambiente favorável, o time sucumbiu nas quartas de final da Libertadores e na final da Copa do Brasil. O apoio oferecido pelos torcedores tinha também um componente de pressão, a medida em que a derrota não seria um resultado aceitável. A frustração geral dos colorados logo foi transformada em críticas e protestos. No jogo seguinte ao vice-campeonato da copa nacional, contra a Chapecoense pela Série A, a Guarda Popular se manteve em silêncio durante os primeiros 20 minutos da partida. Quando a banda começou a tocar, entoou apenas

canções de cobrança aos jogadores: “Oh! Seja mais guerreiro! Oh! Seja mais guerreiro! Isso é Inter, não é Grêmio!”.

Os meses restantes da temporada seguiram sendo desapontantes. Em outubro, o técnico Odair Hellmann e o vice-presidente de futebol Roberto Melo foram demitidos como indício de mudanças e forma de acalmar a pressão sobre o time que ainda disputava a reta final do campeonato brasileiro. Embora a direção fizesse promoções, inclusive liberando acesso gratuito a todas as modalidades sociais, os últimos jogos do Inter não tiveram um volume de público semelhante àquele visto meses antes, atraindo em média 20 mil espectadores. Mesmo com as demissões, o desempenho do time não melhorou.

Com palavras de ordem, a Guarda Popular endereçara a cobrança principalmente aos dirigentes, nomeando-os e pedindo suas saídas. Nas canções, letras críticas:

Topamos fazer um trato entre jogadores e a Popular/ Honrem
nossa camiseta que atrás do gol
vamos te apoiar/ Joguem com raça,
joguem com coração/ porque isso é
Inter, para sermos campeões/ Sigo
te amando e ninguém vai calar
nossa festa.

Figura 29: Protesto da Popular após eliminação do time. Ago/2022. Fonte: Instagram @popularoficial.

Os protestos seriam também fora das partidas de futebol. Na véspera de uma viagem do time, dezenas de torcedores apareceram no pátio com uma faixa: “Acabou a paz, mercenários!”, enquanto entoavam: “Putaquepariu! Tem que ter raça pra jogar no Beira-Rio”. Houve tumulto, depredação e objetos lançados. A Brigada Militar foi chamada, chegando em poucos minutos ao local e realizando a detenção de três torcedores¹⁴⁴.



¹⁴⁴ Ver “Três torcedores do Inter foram detidos...”, disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/esportes/inter/tr%C3%AAs-torcedores-do-inter-foram-detidos-com-soqueiras-no-jogo-contra-o-fluminense-1.379732> (acessado em 26/08/22).

Nestas circunstâncias, é comum que os jogadores sejam xingados. O curioso é que quando seus nomes são citados, as críticas normalmente não são fundamentadas em uma suposta falta de qualidade técnica do profissional. A acusação que lhes é dirigida costuma ser a de “mercenário”, de modo que a culpa pelo desempenho ruim seria resultante da falta de comprometimento com o clube e com a torcida. Quando a qualidade do grupo de jogadores é questionada ou considerada insuficiente, os alvos tendem a ser dirigentes e treinadores.

No futebol, o torcedor se coloca enquanto aquele que oferece ao clube e aos jogadores seu tempo, seu dinheiro e sua vida. Aquele que inclusive briga e se expõe ao perigo por esse amor, aquele que “daria tudo, daria a vida” e que em troca “só pede mais esse campeonato”. Em suma, aquele que sustenta o clube através de sua fidelidade e que, justamente por essa razão, se torna credor. Os jogadores, por outro lado, são aqueles que devem sua vida profissional à paixão torcedora. São remunerados tanto na vitória quanto na derrota.

As canções que exigem raça e empenho e os trapos que pedem um time “guerreiro” terminam por sugerir que a relação entre clube e torcida demanda uma reciprocidade para funcionar. No sistema clubístico, o “apoio” não deixa de ser uma moeda, cuja retribuição é obrigatória por parte de dirigentes e jogadores. Eles mesmos demonstram ter noção disso, como quando expressam a ideia de que a cobrança e a vaia são um direito do torcedor.

De forma semelhante ao que ocorre no caso de movimentos sociais (Goodwin, Jasper, & Polletta, 2004; Zenobi, 2014), o “direito de protestar”, muitas vezes referido no contexto do futebol, é autorizado e parece exemplificar o entrelaçamento entre emoções, espaço público e legitimidade política. Esta relação, contudo, é ambivalente e pode produzir efeitos também de desautorização quando transborda para a violência.

6.3.3. EU CANTO, BEBO E BRIGO: UMA FESTA HOSTIL

Como temos visto no decorrer desta tese, animosidade, hostilidade e vocação guerreira são elementos constituintes desta e de outras torcidas. No caso da

modalidade barra brava, em que não ocorre a formalização de instâncias políticas, busquei, por meio da adaptação de ideias de Pierre Clastres, considerar esses valores em relação ao modo de organização do grupo, naquilo que venho denominando a socialidade torcedora. A hostilidade e a guerra, nesta configuração, funcionam como mecanismos que dificultam a captura do grupo por lideranças. Mas temos, além da animosidade, outros elementos muito importantes na constituição desses grupos: a festa, a música, a celebração do clubismo. Entre os elementos presentes nas performances desta torcida já indiquei a demonstração do “amor ao clube”, do “apoio” aos jogadores e de sua contrapartida, a “cobrança” de “raça”, uma espécie de contradádiva devida pelos jogadores, e de resultados esportivos aos dirigentes.

Assim como Toledo (1996) apontava que sociabilidade e conflito não se contrapõem nas torcidas organizadas, mas formam duas faces da experiência torcedora, venho argumentando que há um vínculo íntimo entre os atos de “apoiar” e de “cobrar” em algumas torcidas. O custoso apoio aos torcedores deve ser retribuído pelo time com “sangue”, “suor” e “honra à camisa”.

A cobrança pode eventualmente ser violenta, agressiva, incluindo um corpo a corpo intimidador com os jogadores. Nos próximos parágrafos, quero explorar a hostilidade, que pode ser dirigida a jogadores, a torcedores rivais ou torcedores do mesmo clube, além de dirigentes, como um aspecto elementar da festa dessas torcidas. O futebol, que sempre colocou em oposição equipes de jogadores e comunidades de pertencimento clubístico, poderia ser pensado como uma festa cujo principal componente é a ritualização esportiva e festiva do antagonismo. Uma celebração que produz, dentro das regras do esporte e do “jogo limpo”, o desequilíbrio entre as partes querelantes. Nesta festa, a hospitalidade para receber um rival em seu estádio, a “casa” dos times de futebol, está também banhada em hostilidade.

Neste jogo, o “convidado” é sempre um adversário. Para muitas torcidas, que – como vimos no **Capítulo 4** – nem sempre se orientam por noções do abstrato *fair-play* que já discutimos, o adversário/convidado chega a ser, a depender da rivalidade, inclusive um inimigo. Hospitalidade e hostilidade são termos em aparência opostos, mas em alguns contextos podem ser vistos combinados, como já apontado por

Perrone-Moisés (2015) no caso de sociedades ameríndias das terras baixas, onde as festas são sempre oferecidas para forasteiros e inimigos. A festa aparece como uma forma de reprodução das relações de antagonismo com alteridades. São espaços de troca, em que hospitalidade e hostilidade se entrelaçam sem que haja incompatibilidade. No caso amazônico, essas festas podem ser banquetes que, não raro, descambam em brigas, de maneira que festa é também guerra.

Os encontros entre algumas torcidas rivais são festivos e comportam diferentes artifícios sonoros e visuais, como apresentei acima. Ao mesmo tempo, são belicosos na mesma medida e incluem disputas territoriais através de cânticos, faixas, bandeiras, pixos, grafismos, adesivos colados pela cidade, entre outros recursos que fazem parte da *festa hostil* torcedora.

Assim, no conjunto estético apresentado pelas barras, muitas das músicas têm como fundo a exaltação de um torcedor/guerreiro pronto para demonstrar seu amor pelo clube através das brigas. Vejamos o seguinte exemplo musical: “Haja o que houver, passe o que passar/ Aonde for jogar, também vou estar, sempre a te apoiar/ Eu canto, bebo e brigo pelo nosso amor/ Eu canto, bebo e brigo, não temo o perigo pelo nosso amor”.

Além disso, há tantas outras canções com provocações e ameaças a rivais entoadas nas arquibancadas. O Grêmio e os gremistas são os alvos preferenciais: “Grêmio, vamos te matar! Grêmio, vamos te matar! Ninguém vai salvar/ nem a Federal”, conforme canta a Guarda Popular a cada Gre-Nal.

Além da animosidade dirigida aos torcedores de times rivais, devo mencionar ainda como muitas dessas músicas empregam categorias racistas e homofóbicas com o intuito de agredir adversários. A torcida Geral do Grêmio, precursora entre as barras gaúchas, se notabilizou por empregar o termo “macaco” para identificar os torcedores colorados, de modo a reavivar a presença do componente racial na rivalidade Gre-Nal. Essa categoria aparece em muitas de suas canções que seguem sendo cantadas apesar de parcela da torcida gremista contestá-la, principalmente após a punição ao clube pelas ofensas racistas direcionadas ao goleiro Aranha na

década passada¹⁴⁵. Um dos temas mais famosos diz: “Somos campeões do mundo e da Libertadores também/ Chora macaco imundo que nunca ganhou de ninguém/ Somos a banda mais louca, a banda louca da Geral/ A banda que corre os macacos do Internacional”.

As categorias homofóbicas são ainda mais comuns entre essas torcidas, sendo difícil encontrar alguma delas que não as use ou que nunca as tenha utilizado em algum momento. A Guarda Popular costuma cantar: “O Grêmio puto/ não existe mais!” ou, parodiando músicas da Geral, “Lá no bairro da Azenha há uma banda puta que faz avalanche/ Se encocha o tempo inteiro e vive correndo até do Xavante/ Cuidado! Oh Grêmio! Nós vamos derrubar o chiqueiro”. Vale dizer, que o setor da barra não é o único a cantar essas músicas. Em “Atirei o pau no Grêmio”, uma canção de fim de jogo entoada para comemorar vitórias, é possível ver todos os setores do Beira-Rio reproduzindo a coreografia e cantando: “Atirei o pau no Grêmio/ e mandei tomar no cu/ Oh Gremista filha da puta/ Chupa a rola e dá o cu/ Ei Grêmio, vai tomar no cu/ Olê Inter! Olê Inter/ Até morrer”.

O repertório musical não é único em que a belicosidade torcedora é reinventada ou que a rivalidade é atualizada. Podemos elencar ainda o caso dos trapos das barras bravas, que são faixas ou pedaços de pano colocados por torcedores nos estádios. Geralmente, prestam homenagem a ídolos do clube, não apenas jogadores, mas eventualmente torcedores ilustres; eles fazem referências a pertencimentos individuais, como uma menção a alguma cidade ou bairro; recordam grandes títulos conquistados; provocam rivais; ou deixam mensagens de apoio aos jogadores. Enfim, as possibilidades são incontáveis e os torcedores sabem ser bastante inventivos¹⁴⁶.

A proliferação dos trapos tem a ver com a facilidade de confecção, dado que são feitos artesanalmente com materiais precários, sem grandes custos, revelando a

¹⁴⁵ O caso ocorreu em 2014, durante um jogo da Copa do Brasil, quando parte da torcida atacou o goleiro rival chamando-o de macaco e vocalizando imitações sonoras deste animal. Para uma discussão sobre as categorias legítimas e ilegítimas no futebol, a partir desta ocorrência, ver Bandeira & Seffner (2016).

¹⁴⁶ O site Barra Brava dedicado à reunião de materiais e informações sobre essas torcidas traz uma seção inteira dedicada aos trapos, disponível em <https://barrabrava.net/trapos> (acessado em 01/09/22).

“simplicidade” do torcedor. Em suma, com qualquer pedaço de pano e um pouco de tinta, é possível produzir um novo trapo. Este aspecto não é um simples detalhe. Após pesquisa sobre a Geral do Grêmio, Rodrigues considera que

[O trapo] OS BORRACHOS DA GERAL, agora tido como o primeiro trapo, que surgiu logo depois do trapo IMORTAL TRICOLOR / LARA VIVE, demonstram no seu modo artesanal de confecção, antes mesmo do que dizem os seus escritos, o que movia aqueles torcedores: dar o que tiver e fazer o que puder pelo Grêmio. Determinados a não depender mais de subsídios da direção do clube, por entender que são o Grêmio e sua torcida maiores que tais administrações, os torcedores passaram a confeccionar essas pequenas faixas, carregadas de simbolismo, tanto para torcedores, como para os jogadores em campo. Além disso, serviam para demarcar o território que agora era ocupado por torcedores dispostos a erguer estandartes de incentivo às vitórias, enaltecer ídolos e heróis do passado e colocar nas frases o perfil da torcida da amizade, do alento e do trago (Rodrigues 2012: 80).

Uma questão importante que o autor identifica é a forma como os torcedores vão se territorializando no estádio. Os trapos ajudam a identificar uma determinada torcida com um setor específico do estádio, assim eles indicam a quem pertence aquele espaço. Além disso, os trapos não são descartáveis. Esse fator os distingue de bandeiras e camisetas do time que são produzidos em larga escala, comercializados e obtidos por meio do dinheiro. Em vez disso, os trapos são obrigatoriamente personalizados, pois possuem suas próprias histórias que revelam aspectos de sua fabricação, seus donos, suas próprias vidas, localizações específicas no estádio, etc. Vejamos como surgiu um dos trapos mais conhecidos na torcida gremista:

Uma outra faixa, que ocupa a mureta da lateral do campo, no lado oposto às cabines de rádio e TV, relembra um feito histórico (...): JAMAIS NOS MATARÃO – 26/11/2005. A data é referente à partida mítica, que decidia o quadrangular final da Série B do Campeonato Brasileiro de 2005, (...) responsável pelo aumento da mística da imortalidade do time, daquele que luta bravamente até o final de cada partida (Rodrigues 2012: 82-83).

Assim, os critérios para avaliação de um trapo não mensuram tão simplesmente qual é “mais bonito”, “melhor elaborado”, etc. Os trapos nascem em algum momento e necessariamente reportam a uma temporalidade diferente

daquela do jogo. Um trapo se torna famoso quando remete a uma memória da torcida: As relações que os torcedores desenvolvem com esses “objetos” são visivelmente diferentes se compararmos com peças e artigos industrializados e comercializados. Sendo artigos extremamente pessoalizados, não surpreende que eles sejam também alvo frequentes de roubos ou ainda tratados como troféus quando ganhos em confrontos físicos (Aragón, 2007). Em geral, o roubo, a obtenção ou a destruição deve ser mostrada publicamente. Isso pode ocorrer dentro do próprio estádio em meio a torcida ou em outras ocasiões.

Considerando esse conjunto de elementos estéticos em que a música desempenha um rol central, venho avaliando que as performances torcedoras, na barra brava, combinam “apoio” e “cobrança”, “festa” e “animosidade”, sem que haja uma contradição entre esses elementos. Vimos, desde apontamentos a partir da antropologia das emoções, como existem formas adequadas e esperadas quanto à expressão dos afetos, entre eles o “amor ao clube”. Por fim, procurei enfatizar o conflito e a vocação guerreira como fatores fundantes da *festa hostil* nessas torcidas.

IV. CAPTURA

Capítulo 7

7. Relacionamento Social

Clubes de futebol do porte do Sport Club Internacional ou do Grêmio Foot-Ball Porto Alegre são complexas sociedades burocráticas, impregnadas pelo que venho chamando, no decorrer desta tese, da herança associacionista. Tanto um como outro, um dia, reproduziram o modelo de organização das sociedades recreativas restritas formadas entre o fim do século XIX e o começo do século XX no Brasil. Ambos já foram compostos por um pequeno contingente de dezenas de associados, em geral os *sportsmen* – homens jovens oriundos dos estratos sociais mais elevados que tinham apreço pelas inovadoras práticas esportivas. Um século depois, tornaram-se clubes de futebol com milhões de torcedores espalhados em todas as regiões do país e, apesar disso, conservaram elementos do associacionismo.

Hoje, essas sociedades esportivas são compostas pela livre associação de milhares de pessoas que fazem parte de quadros sociais amplos, diversos e formados principalmente por residentes de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul. Elas são reguladas por Estatutos Sociais e possuem dispositivos políticos formais: Conselho de Administração, Conselho Deliberativo, Assembleia Geral, Vice-presidências, Ouvidoria e outros. Neste capítulo, abordarei as relações que estabelecem os clubes, por meio de seus órgãos burocráticos de gestão, com seus

quadros sociais. Nesta etapa da tese, veremos as maneiras pelas quais um clube consegue condicionar, mobilizar, e até organizar, seus torcedores através da composição de seu quadro social.

Nos capítulos anteriores, ao abordarmos as diferentes torcidas organizadas no sentido amplo desse termo, enfatizei uma perspectiva diacrônica que oferecesse um ponto de vista processual sobre as transformações nas formas coletivas do torcer no Brasil. A partir de agora, neste capítulo que apresento o quadro social colorado, e no seguinte, quando trago à discussão os Consulados de torcedores, duas modalidades de organização geridas no interior dos clubes de futebol, darei prioridade a um olhar em escalas (Tsing, 2000). Isto é, considerando o que os milhares de sócios do Internacional, quantificados e considerados nas previsões orçamentárias, significam desde a perspectiva em larga escala do clube, num primeiro momento, e, em seguida, nas diferentes perspectivas de torcedores e associados que se organizam em movimentos políticos.

A exposição se divide em quatro seções: (1) na primeira, discute o processo de *consumerização* do futebol engendrado principalmente pelo marketing, que teve como objetivo principal desenvolver uma relação mais próxima do consumo mercantilizado com os torcedores. Na outra ponta dessa relação – que não deixa de ser mercantil – veremos, desde os usos dos planos sociais, como o consumo futebolístico está orientado não necessariamente pelas vantagens utilitaristas, mas por benefícios simbólicos, entre os quais podemos incluir o direito à participação política na entidade esportiva. Em seguida (2), trarei à discussão o processo eleitoral do Internacional acompanhado em 2020 para pensarmos como os quadros sociais, organizados pelos clubes, e, cada vez mais orientados pelo marketing para um consumo individualizado do futebol, possibilitam a formação de sociedades torcedoras cujo fim é a atuação na política institucional do clube. No caso do Internacional, (3) são os chamados “movimentos” que serão tema da terceira seção, onde percorrerei a história recente das disputas internas entre conselheiros e associados no clube. Ao fim (4), faço uma avaliação sobre como as elites dirigentes se reorganizaram dentro de suas entidades esportivas após a expansão do quadro social e da participação política.

7.1. O quadro social colorado

7.1.1. PLANOS, MENSALIDADES E VANTAGENS

Um passo importante para a realização de minha etnografia com as torcidas do Internacional foi o momento em que me associei ao clube. Embora fosse uma possibilidade assistir aos jogos sem adquirir um plano social, e ainda usufruindo do direito à meia entrada estudantil garantida nos estádios de futebol, sabia que as longas temporadas esportivas alternavam momentos menos atrativos ao torcedor e outros, ao contrário, muito concorridos. Tendo um quadro social aproximadamente duas vezes maior do que a capacidade do Beira-Rio, era comum que, no caso dos “jogos grandes” e decisivos, o Internacional priorizasse seus associados na fila da compra de ingressos, de modo que, em algumas oportunidades, a venda sequer abrisse para o torcedor comum não associado. Em 2019, isso aconteceu pelo menos em quatro jogos: na semifinal e na final da Copa do Brasil, assim como nas oitavas de final e nas quartas de final da Copa Libertadores.

Assim, fui à Central de Atendimento ao Sócio (CAS), uma sala situada no térreo do Beira-Rio, avaliar os diferentes planos sociais oferecidos pelo clube, considerando as demandas de minha pesquisa. Ali, tirei uma ficha e pude observar, enquanto esperava ser chamado, outras pessoas atualizando seus cadastros, acertando pagamentos de obrigações sociais ou solicitando ao setor a resolução de problemas referentes a entradas nos jogos. O formulário para associação era relativamente simples. Bastava apresentar um documento de identidade e um comprovante de residência, além, claro, de definir o plano social escolhido e abonar uma taxa de associação. Semelhante aos sistemas públicos de identificação, como o do Título de Eleitor ou da Carteira Nacional de Habilitação, o CAS também coletaria informações sobre nome dos pais e data e local de nascimento. Após fazer uma fotografia, no próprio local de atendimento, pude sair de lá já com meu número de matrícula, além de um cartão de identificação.

Na época de minha associação, o Internacional tinha cinco diferentes planos sociais. Eles ainda existem, mas apenas dois deles são de adesão universal e

disponível para qualquer interessado: a modalidade “Campeão do Mundo” e a modalidade “Nada vai nos separar”, cujas mensalidades são, respectivamente, de R\$ 50,00 e R\$ 25,00¹⁴⁷. As duas oferecem como benefícios o direito à participação nas eleições do clube, a preferência para a compra de ingressos, o acesso ao Museu e à visita ao estádio grátis, além de descontos em produtos oficiais. A primeira modalidade, em relação à segunda, garante sempre ao menos 50% de desconto nas entradas para os jogos¹⁴⁸.

Além destas, há ainda a modalidade “Carteira Vermelha”, nem sempre disponível para a adesão de novos associados. Seu título dá direito aos mesmos benefícios que os dois planos já mencionados, bem como à entrada liberada e gratuita para todos os jogos da temporada. A obrigação social é de R\$ 125,00 mensais, um número que equivale a cerca de 10% de um salário mínimo, além de uma importante taxa de adesão de R\$ 2.200,00 que pode ser dissolvida em até 12 parcelas. A modalidade se tornou restrita a partir do momento em que o quadro social do clube superou a capacidade máxima do estádio colorado. Considerando que esse plano social deve garantir a entrada a todos os jogos há um limite de associados.

Depois destas modalidades, o clube dispõe, desde 2017, do plano “Academia do Povo” que surgiu após acalorados debates no Conselho Deliberativo do clube. A modalidade foi pensada com o intuito de reaproximar as classes mais pobres do estádio. Após o avanço dos processos de “elitização” e “modernização” sobre o Beira-Rio, tema que já discutimos no principalmente no **Capítulo 5**, alguns grupos de torcedores e conselheiros, com destaque para a atuação do Movimento O Povo do Clube, avaliaram que o crescente preço dos ingressos e dos planos sociais teria alijado o estádio dos torcedores humildes, sobretudo os *coreanos*. O processo teria

¹⁴⁷ A título de comparações futuras, registro que, em 2022 o valor do salário mínimo foi de R\$ 1.212,00 no Brasil, de modo que as mensalidades dos planos “Campeão do Mundo” e “Nada vai nos Separar” equivalem respectivamente a 4,125% e 2,062% do salário mínimo.

¹⁴⁸ O valor dos ingressos, embora seja tabelado, está sujeito a promoções que muitas vezes têm relação direta com a fase esportiva do time. Em 2022, por exemplo, o ingresso inteiro para as chamadas “áreas livres” cuja prioridade é dos sócios era de R\$ 100,00. Com públicos aquém do esperado e críticas ao preço dos ingressos, a Direção começou a disponibilizar lotes especiais cujo valor inteiro era de R\$ 40,00. Para a modalidade “Campeão do Mundo”, o preço desse ticket ficava R\$ 16,00, para o “Nada vai nos separar”, R\$ 32,00.

“embranquecido” o Beira-Rio e afastado o autointitulado Clube do Povo das classes populares.

Esse nome – “Academia do Povo” – remete à alcunha atribuída ao bem-sucedido time colorado dos anos 70, que praticava um futebol considerado vistoso e bem jogado pelos pés de jogadores talentosos, muitos dos quais formados nas categorias inferiores do próprio clube. O termo expressava a ideia de um futebol catedrático produzido por um clube popular e festivo do antigo Beira-Rio.

Resgatado décadas depois, a “Academia do Povo” se tornaria um plano social voltado para os torcedores de baixa renda. Com ele, são garantidos os mesmos benefícios da “Campeão do Mundo” e da “Nada vai nos separar”, o que muda são os preços: os ingressos passam a R\$ 10,00, o mesmo valor da mensalidade. Para ser postulante à esta forma de adesão, o clube exige a comprovação de renda inferior a dois salários mínimos. São ainda aceitas pessoas beneficiárias de programas sociais do governo federal, além de estudantes da rede pública de educação.

Por fim, há uma última modalidade: a “Coloradinho” disponível apenas para crianças menores de 12 anos. O plano custa R\$ 6,25 ao mês e dá entrada isenta aos jogos, além de descontos e promoções. Nesta categoria, diferente das demais, não há direito à participação política nas esferas institucionais do clube.

7.1.2. ESTÁDIO SÓ PARA SÓCIOS

De acordo com os relatórios do Portal de Transparência do Internacional¹⁴⁹, o clube concluiu agosto de 2022 com 104.721 matrículas ativas, sendo 90.272 delas adimplentes. Sobre a composição desse vasto quadro, equiparável à população de municípios de médio porte do estado, podemos fazer alguns apontamentos. Primeiro, quanto a gênero, ele confirma o predomínio de homens, que são cerca de 77%, em relação a mulheres, aproximadamente 23%, proporção que se manteve estabilizada no recorte do último ano. Do ponto de vista da faixa etária, o maior contingente aparece entre adultos economicamente ativos, entre os 26 e 50 anos.

¹⁴⁹ Cf. <http://transparencia.internacional.com.br/> (acessado em 08/08/22).

Eles formam 45% do quadro. Em seguida, estão os maiores de 50 anos, que atingem 30%. É interessante notar que, entre os meses de agosto de 2021 e agosto de 2022, intervalo em que o quadro aumentou em mais de 10 mil matrículas, essas duas faixas etárias não acompanharam o ritmo das novas adesões. No caso dos maiores de 50 anos de idade, houve inclusive decréscimo de mais de 100 matrículas, como podemos ver no quadro abaixo:

Tabela 3: Quadro social colorado por faixa etária¹⁵⁰.

Faixa etária	Ago/21	%	Ago/22	%
Até 15	6453	7%	9193	9%
16-25	11239	12%	16705	16%
26-50	4237	46%	47474	45%
50+	31512	34%	31349	30%
Total	91581		104721	

O quadro social do Internacional, como o de outros clubes, sofre oscilações em relação a diferentes fatores. Podemos aventar algumas hipóteses para a variação desses dados. Num período recente, a pandemia de Covid-19, por exemplo, foi um fator relevante. No caso do futebol, assim como em outras atividades econômicas, houve restrições para o controle sanitário. Com isso, as competições profissionais no Brasil foram interrompidas assim que o coronavírus começou a se alastrar em meados de março de 2020. A interdição completa se estendeu até julho daquele ano quando as competições foram retornando gradualmente, porém se manteria sem

¹⁵⁰ Tabela elaborada com base nos dados do Portal de transparência do S.C. Internacional.

autorização para público até outubro de 2021, aproximadamente um ano e meio depois do início da pandemia no país.

Sendo o espetáculo futebolístico no estádio o carro-chefe dos clubes de futebol, seria de se supor impactos tanto na redução de receitas devido à ausência de bilheteria, como por um possível desinteresse do torcedor em manter os pagamentos em dia de um plano de associação. Tomando o Internacional como ponto de partida, podemos buscar pensar alguns elementos da relação dos sócios com o clube olhando para as oscilações estratificadas no quadro social.

Retornando a março de 2020, portanto no primeiro mês de pandemia, fiz um levantamento do número geral de sócios. Naqueles dias, o Inter tinha 122 mil matrículas ativas, das quais 94 mil estavam com as obrigações em dia. Um ano e meio depois, em setembro de 2021, o clube chegaria ao último mês de interdição do Beira-Rio com 90 mil associados, dos quais 74 mil adimplentes. Números que apontam uma baixa de 32 mil matrículas. T tamanha queda pode estar relacionada com a política de desligamento automático por inadimplência a partir da 13ª prestação em débito.

Utilizando o recorte de tempo da **Tabela 3**, que inicia em agosto de 2021, ou seja, pouco antes da possibilidade de retorno dos públicos, e vai até agosto de 2022, quando já não restam restrições sanitárias, é perceptível um aumento total de cerca de 13 mil associados. Proporcionalmente, as faixas etárias que tiveram maiores acréscimos foram as mais jovens.

Neste sentido, penso que duas razões podem explicar esse aumento nos meses posteriores às restrições pandêmicas. A primeira pode ser uma menor estabilidade financeira dos mais jovens em relação aos mais velhos, de modo que os valores das mensalidades impactem mais significativamente o orçamento dos mais jovens. A segunda razão pode ser a relação mais assídua desta faixa etária com o estádio, o que faria com que a associação ao clube esteja mais diretamente condicionada pela possibilidade de ir aos jogos.

Sem cenários muito atípicos, como o que vivemos entre 2020 e 2021, o desempenho esportivo do time principal passa a ser um fator fundamental na

variação desses números. Isso pode ser percebido no decorrer do ano de 2022. No segundo semestre, por exemplo, à medida em que as possibilidades de título aumentavam na Copa Sul-Americana, o quadro saltaria para 101 mil em julho e 104 mil em agosto, ao mesmo tempo em que a inadimplência baixaria para 13,8%, o menor índice alcançado na série dos últimos doze meses.

Isso se deve, em boa medida, à centralidade ocupada pelo time de futebol masculino na relação entre colorados e o seu clube, especialmente para os mais jovens. Como há pouco mencionei, em jogos muitos importantes, quando o interesse da torcida é grande, a procura por ingressos é intensa. Pude ver, durante o período de minha pesquisa em 2019, uma sequência de partidas da Copa Libertadores e da Copa do Brasil em que o clube sequer abriu a venda de entradas para o público em geral. Com o time em boa fase, com chances de título, o movimento aumentava na CAS sobretudo devido aos torcedores que esperavam ter a oportunidade de adquirir ingressos para esses jogos.

Para corroborar com a hipótese de que as associações ao clube social estão impactadas em larga medida pelo consumo dos jogos do time principal, podemos analisar a composição dos públicos do Estádio Beira-Rio ao longo de uma temporada. Abaixo trago tabelas que registram a significativa presença do quadro social colorado nas principais competições nacionais. A primeira contém as partidas da Copa do Brasil de 2019, onde é possível ver o crescimento do público com a iminência da possibilidade de título. Na segunda, são elencadas, em ordem cronológica, as 19 partidas do Campeonato Brasileiro daquele ano, uma competição em que a dramaticidade é distribuída ao longo de 38 rodadas¹⁵¹.

¹⁵¹ As tabelas foram produzidas com base nos boletins financeiros das competições organizadas pela CBF. Eventualmente o público total não coincide com o divulgado nos borderôs, isso porque, para efeitos contábeis, são relacionados apenas os ingressos disponíveis para comercialização. Convites e cortesias fazem parte do chamado “público não pagante” e não constam nos informativos. Ao mesmo tempo, os setores visitantes, cerca de 2 mil lugares que não podem ser comercializados entre sócios, constam no público pagante total. Para acessar esses dados, ver <https://www.cbf.com.br/> (acessado em 09/09/22).

Gráfico 5: Partidas da Copa do Brasil 2019. Das oitavas de final até a final.

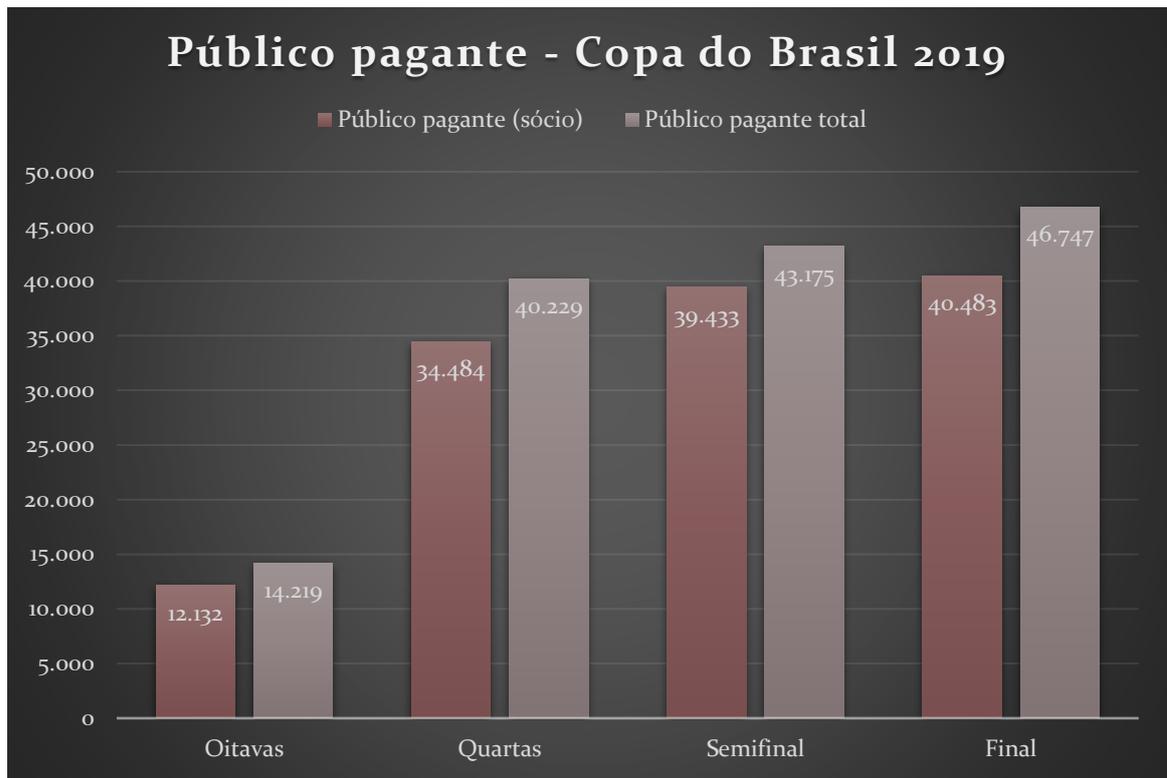
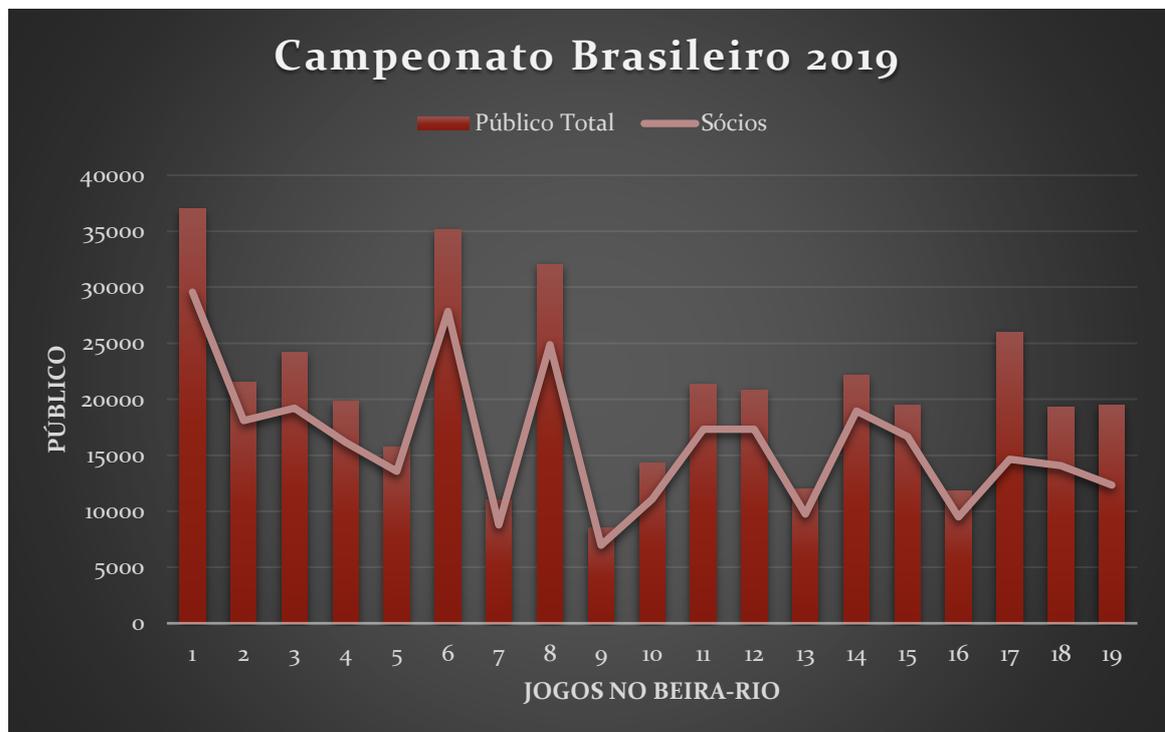


Gráfico 4: Partidas do Campeonato Brasileiro 2019 no Beira-Rio.

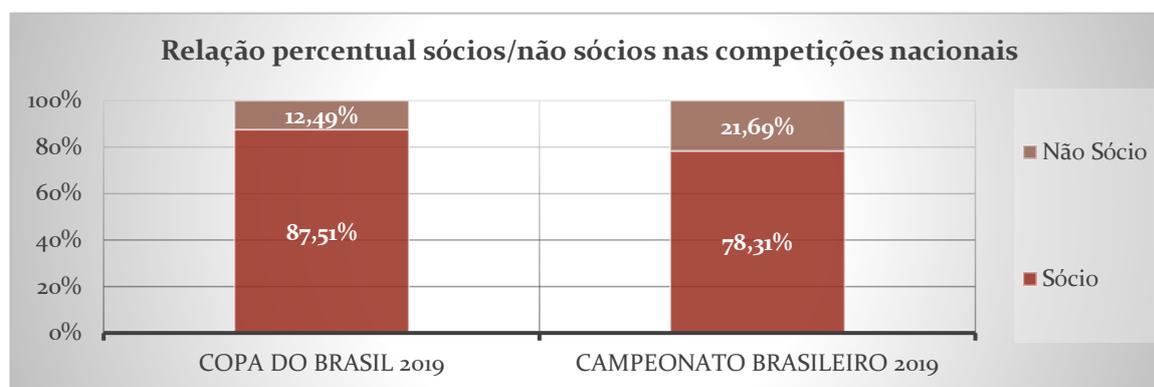


A primeira observação que podemos fazer diz respeito às características de cada competição. Com um formato eliminatório, a atratividade de cada partida da Copa do Brasil tem relação direta com a etapa em disputa. Considerando as cerca de 2 mil entradas destinadas à torcida visitante, é possível ver, a partir dos boletins financeiros, que o não sócio só conseguiria obter entradas em setores caros, como alguns camarotes cujos valores passariam dos R\$ 300,00.

O interesse pelo Campeonato Brasileiro, diferentemente, depende de um conjunto de fatores. Entre eles, a fase do time, o adversário e, não menos importante, as condições climáticas e os horários. Assim, os maiores públicos tendem a aparecer nas partidas contra adversários em que há alguma rivalidade prévia ou nas datas de final de semana, preferencialmente no meio da tarde. Em 2019, as únicas vezes em que os públicos foram superiores às 30 mil pessoas foram nas partidas contra Flamengo (jogo 1), no feriado de 1º de maio, Grêmio (jogo 6), em um sábado à noite, e Corinthians (jogo 8), em um domingo pela manhã. Além de horários e datas, os times adversários, sendo um deles o Grêmio e os outros dois clubes nacionalmente expressivos, podem ter contribuído para qualificar o espetáculo, aumentando o interesse do público.

Feito esse breve parêntese sobre quais são as disputas que tendem a atrair mais torcedores, os dois gráficos trazem um dado importante a respeito da composição dos públicos dos anos recentes: os associados, incluindo todas as modalidades, corresponderam a 87,64% do público pagante total na Copa do Brasil e 78,31% no Campeonato Brasileiro.

Gráfico 6: Composição dos públicos nas competições nacionais de 2019.



Sem entrar em detalhes sobre quais são exatamente os motivos individuais pelos quais as pessoas se associam ao clube, há uma constatação aparentemente óbvia a partir desses números. Independentemente das oscilações que o quadro social venha a sofrer, pode-se afirmar que o atual Beira-Rio, pós-reforma para a Copa do Mundo de 2014, se tornou território de torcedores que são sócios do clube. Os frequentadores que não fazem parte do quadro são, atualmente, uma minoria. Na melhor das hipóteses, um quinto do total, a julgar pelo desinteressante Campeonato Brasileiro de 2019, uma competição disputada ano após ano que, na temporada acompanhada, foi preterida em relação às copas¹⁵².

Tomando como parâmetro a campanha da Copa do Brasil, além de outros momentos em que há concorrência por ingressos, podemos considerar que sempre que o time atravessa um bom momento esportivo e o interesse pelos jogos é reavivado, mais torcedores tendem a realizarem o procedimento de associação ao clube ou, ainda, a quitarem seus débitos em atraso.

7.1.3. UM CRESCIMENTO ABRUPTO

Considerando, portanto, pequenas oscilações, é possível dizer que o quadro se mantém há alguns anos na faixa dos 100 mil associados. Hoje ele é considerado fundamental, injetando cerca de 15% dos recursos orçados para 2022, de modo a representar uma das principais fontes de receita no Internacional, ficando atrás apenas das cotas de televisionamento do futebol e da negociação de atletas¹⁵³. A importância dessa fonte de renda é incontestável. Alessandro Barcellos, que é o atual presidente da instituição inclusive definiu como um de seus objetivos prioritários expandir significativamente esses índices. Deseja, até o fim de sua gestão que iniciou

¹⁵² É difícil saber ao certo o real percentual de sócios nas partidas, isto porque há, pelo menos, dois comportamentos que não são captados pelos boletins financeiros: primeiro, caso tenha direito a meia-entrada, o sócio pode adquirir esta forma de ingresso de modo que sua entrada seja registrada como a de não-sócio; segundo, o empréstimo de carteirinhas é algo que ocorre em alguma medida no Beira-Rio. São situações em que o portador do ingresso social não é um associado.

¹⁵³ Cf. “Plano Orçamentário 2022” no já referido Portal da Transparência.

em janeiro de 2021, atingir o patamar dos 200 mil sócios, nunca antes alcançado por clubes brasileiros¹⁵⁴.

O reconhecimento de que o incremento do quadro social é determinante para a saúde financeira do clube e, conseqüentemente, para o poder de investimento esportivo está muito atrelado ao momento em que diferentes clubes brasileiros incorporaram a figura do “sócio-torcedor”, uma forma de vínculo com a entidade que quase sempre restringe a possibilidade de participação política. Antes de avaliarmos melhor o “sócio-torcedor”, uma espécie de sujeito multifacetado que experimenta tanto aspectos do associacionismo quanto do torcer e do consumo, veremos nessa seção como, a partir do marketing, o próprio Internacional fez parte dos clubes que tomaram a dianteira nesse processo histórico recente, reconfigurando e expandindo drasticamente seu quadro social logo na primeira década deste século.

A título de contextualização, as campanhas pelo aumento do número de sócios dos clubes de futebol no Brasil não foram inventadas na recente etapa de consumerização do esporte. Conforme vimos, principalmente no **Capítulo 2**, após as primeiras décadas do século XX, com a popularização do futebol, as restritas associações de *sportsmen* viram suas existências ameaçadas a partir do avanço do profissionalismo. Recordemos que muitos dos clubes atuais foram criados a partir da iniciativa de poucas dezenas de homens: 40 sócios fundadores, no caso do Internacional, e 31, no caso do Grêmio.

A abertura destas instituições para outros estratos sociais logo se tornou um fator condicionante para a sobrevivência. Não por acaso, muitos clubes que conservaram o formato original foram gradualmente desaparecendo. Em 1940, no momento de criação de seu Departamento de Cooperação e Propaganda (DCP), o Internacional já compreendia a necessidade de aumentar seu quadro de associados,

¹⁵⁴ Ver “Novo presidente quer Inter com 200 mil sócios..” disponível em <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/01/18/novo-presidente-mira-200-mil-socios-e-tornar-inter-mais-digital-do-brasil.htm> (acessado em 08/08/22).

tanto que, entre outros objetivos, tinha como meta atingir a marca dos 10 mil sócios no clube (Silva, 2021).

Na busca por documentos e fontes que permitissem traçar uma linha do tempo precisa da evolução dos quadros sociais dos clubes locais ao longo do século XX, pude encontrar raras menções ao número de sócios ou a campanhas de arrecadação e incremento dos quadros, como durante os anos de construção do Beira-Rio em que o Internacional recorreu a esse expediente para levantar fundos¹⁵⁵. É difícil precisar o tamanho do quadro social década após década, mas poderíamos estimar que a instituição tenha contado, durante todo o século passado, com poucos milhares de sócios, oscilando na marca das 10 mil matrículas.

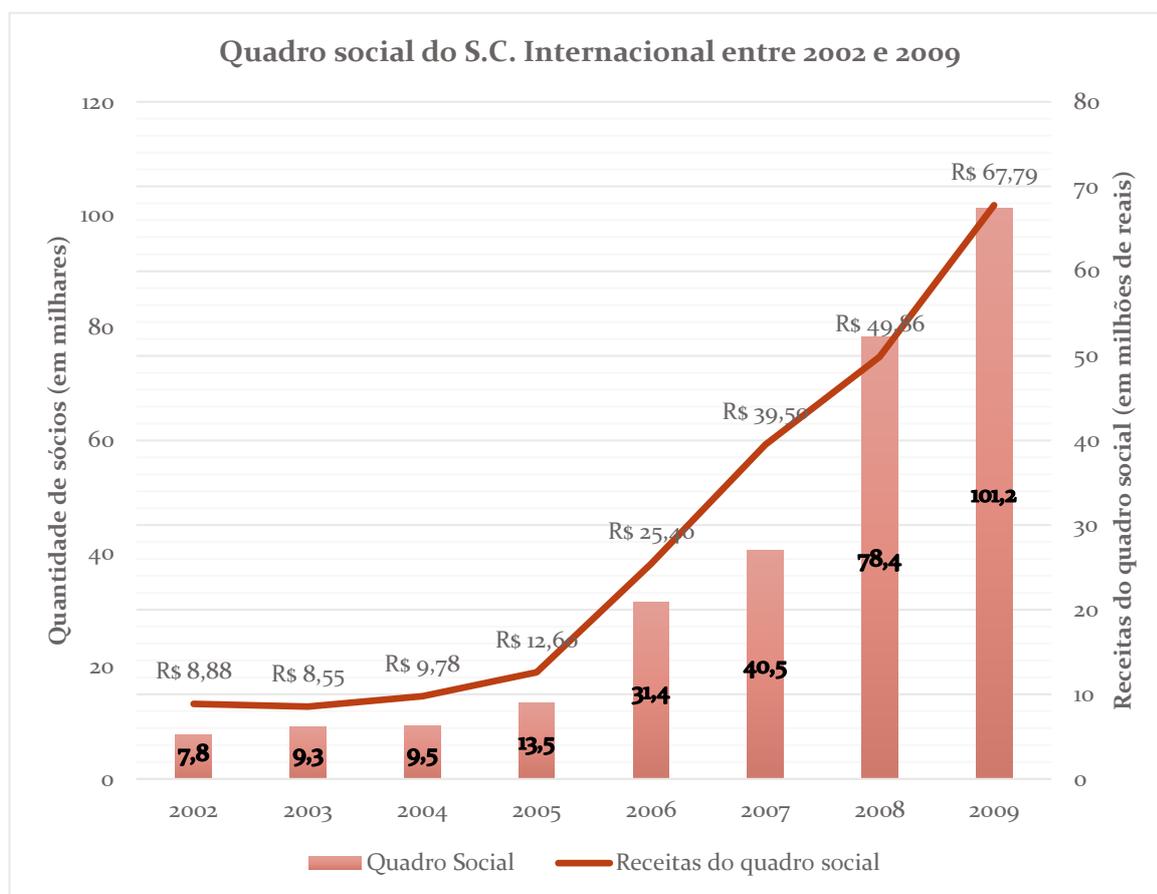
Na dificuldade de apresentar um levantamento mais amplo e fidedigno aos diferentes momentos históricos, buscarei aqui restringir o recorte aos anos recentes, em especial à primeira década deste século quando o clube passou por mudanças importantes. O período, além de bem documentado, já esteve na mira de outras pesquisas, o que permite trazer para cá algumas dessas perspectivas.

Por um lado, podemos citar diferentes estudos que, desde as áreas do marketing e da comunicação, se debruçaram sobre os anos recentes do Internacional, assumindo uma perspectiva celebratória devido ao pioneirismo colorado. São, em geral, os *estudos de case* que avaliaram os êxitos das estratégias de marketing para aumento de receitas (Souza & Lubisco, 2006; Avancini, 2010; Freitas, 2009; Fattore, 2010). Todos eles procuraram descrever o momento em que o clube lançou ações específicas para este fim, incluindo aí: a designação de um dirigente específico para tratar do relacionamento social, a qualificação da CAS, ações de aproximação do associado a dirigentes e às estruturas do clube, além de participação em sorteios e outros benefícios.

¹⁵⁵ De 1960 para 1961, o Inter agregou 4.500 novos associados, saltando de 10.700 para 15.250 matrículas. Os movimentos do clube no sentido de aumentar o quadro eram tão intensos que criara a Taça “Clube do Povo” atribuída anualmente ao diretor que conseguisse propor o maior número de contribuintes de um ano para o outro. Cf. a nota “Campanha de sócios de 1961” da revista do clube *Informativo Rubro*, Ano I, n. 01, março de 1962.

Entre 2002 e 2009, um ano marcado pela comemoração do centenário do clube, a receita oriunda do quadro social passaria de cerca de R\$ 3 milhões para R\$ 33 milhões (Avancini, 2010)¹⁵⁶. Em meio às festividades do centenário, a direção previa ser o primeiro clube do país a alcançar os 100 mil sócios, objetivo que foi cumprido, como podemos ver no gráfico a seguir que registra a evolução no período referido¹⁵⁷:

Gráfico 7: Relação entre tamanho do quadro social colorado (em milhares de sócios) e receitas (em milhões de reais) oriundas dele entre 2002 e 2009. Os valores foram corrigidos pelo índice IPCA/IBGE de dezembro de 2021.



Antes disso, chama atenção que, entre 2002 e 2004, o Inter tenha estado estável abaixo dos 10 mil associados e com arrecadação corrigida de menos de 9 milhões de reais. Esse é o mesmo período em que surge a torcida Guarda Popular e

¹⁵⁶ Corrigindo com o índice IPCA/IBGE de dezembro de 2021, seria o equivalente a um salto de R\$ 8,88 milhões (2002) para R\$ 67,79 milhões (2009).

¹⁵⁷ Foram usados os dados apresentados por Jorge Avancini (2010), que foi diretor e executivo de marketing do Internacional no período de expansão do quadro social. Ele permaneceu no clube até o final de 2014 e, recentemente em 2021, retornou, sob a presidência de Alessandro Barcellos como vice-presidente de Marketing. O dirigente é considerado como um dos principais responsáveis pelo clube ter atingido a marca dos 100 mil sócios.

que a coreia é interdita definitivamente. A temporada seguinte, de 2005, dá início ao crescimento vertiginoso do quadro social. Um fator importante para isso, seria o desempenho esportivo. De modo surpreendente, o time, depois de anos sofríveis voltava a disputar o título do Campeonato Brasileiro, perdido apenas na última rodada. O ano a seguir, 2006, é considerado ainda hoje o mais vitorioso da história colorada. Marcou a volta à Copa Libertadores depois de mais de uma década. Nunca antes vencido pelo clube, era o torneio mais cobiçado pelos colorados, visto que, na rivalidade Gre-Nal, tinham que aturar as provocações dos gremistas, à época, bicampeões continentais.

A arrancada do time para a inédita conquista do torneio continental coincidiu com as campanhas de marketing que visaram o incremento das receitas através do quadro social. Ganhando a Libertadores e, meses depois, o Mundial de Clubes, o Inter chegaria a 2007 com mais de 30 mil sócios e arrecadação anual superior aos 25 milhões de reais, em valores corrigidos. Ao final de 2008, o time estaria envolto a outra final continental, a Copa Sul-Americana, atingindo 78 mil sócios. Assim, às vésperas do centenário, o clube completaria a lista de títulos possíveis: Campeonato Gaúcho, Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil, Copa Sul-Americana, Recopa, Copa Libertadores e Mundial de Clubes. O que, para a direção, foi um bom pretexto para colocar uma coroa sobre o escudo colorado e criar uma nova alcunha: o “Campeão de tudo”, deixando de lado, em suas peças de propaganda, a anterior “Clube do Povo”.

Em um processo rápido que foi considerado com um modelo a ser seguido pelos demais clubes brasileiros na década que antecipou a Copa do Mundo de 2014 e a reforma do estádio, o Internacional aumentaria em 10 vezes o quadro social. O preço dos ingressos, como já vimos no **Capítulo 5**, subiu no mesmo ritmo. O mais barato saltaria de R\$ 3,00 para R\$ 40,00 no celebrado ano do centenário, significando, em 2009, mais de 8% do valor de um salário mínimo (Scherer, 2011). Essas rápidas transformações, porém, não ocorreram sem contratemplos:

Na grande final da Libertadores da América 2006, em consequência dessa nova realidade, o Internacional disponibilizou apenas 4.000 ingressos para não sócios, o que

resultou num tumulto enorme e em filas intermináveis. A Brigada Militar teve de ser chamada para garantir a segurança naquele período de luta pelo acesso ao espetáculo.

No auge da procura dos torcedores por vaga no quadro social do Inter, atingida a marca de 40 mil sócios, em agosto, o clube teve de interromper a aceitação. "Precisamos ver qual a melhor forma de administrar a situação, buscando informações sobre como procedem clubes como o Barcelona", declarou o vice-presidente de Administração do Colorado, Giovanni Luigi, numa alusão à entidade espanhola, que tem 140 mil associados¹⁵⁸.

Os planos sociais seriam a única possibilidade de amortização desses valores. Nas finais e partidas mais almejadas, seriam uma condição para o ingresso. Ao fim da década, o Internacional chegava ao que alguns de seus dirigentes um dia sonharam, o "estádio só para sócios".

7.1.4. CONSUMO, DÁDIVA E POLÍTICA – CHAVES PARA PENSAR O ASSOCIADO NO SÉCULO XXI.

Uma primeira chave para compreensão dos planos sociais no futebol atual, poderia ser a avaliação de que os dirigentes dos clubes tenham chegado ao entendimento de que oferecem um produto, o espetáculo esportivo, e maximizar a exploração de um mercado cujos consumidores são, por essência, fidelizados, afinal tendem a torcer para o mesmo clube até o fim da vida¹⁵⁹. Esta leitura de que o futebol tenha, ao final do século XX, passado por processos de *consumerização*, *comoditização* ou *mercantilização* tem sido respaldada nos debates sociológicos e antropológicos (Llopis-Goig, 2014; Kennedy & Kennedy, 2012). Tomando o torcedor como um consumidor fidelizado, podemos efetivamente pensar a associação, desde o ponto

¹⁵⁸ "Pioneirismo gaúcho: estádio só para sócios", 05/10/2006, disponível em <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas/2006/10/05/ult1334u938.jhtm> (acessado em 16/09/22).

¹⁵⁹ Mesmo nos casos de bifiliação clubística, o aspecto da fidelidade se mantém crucial. Vale recordar que esse comportamento ocorre quando o torcedor se envolve com mais de um circuito futebolístico, de modo que seus clubes preferidos se encontrem em diferentes escalas competitivas. Podemos ver isso com maior intensidade em diferentes cidades do interior gaúcho. É possível torcer, sem incompatibilidade, para o time local em que a atuação se restringe às divisões estaduais juntamente a um dos times da dupla Gre-Nal. O mesmo se dá quando o torcedor manifesta a preferência por times internacionais que disputam as competições europeias, por exemplo. Ainda assim, é de se esperar que essas predileções sejam duradouras.

de vista do sócio-torcedor, como uma subscrição que garante benefícios. A título de ilustração, poderíamos avaliar os custos para acompanhar toda a temporada de acordo com os diferentes planos sociais oferecidos.

Em 2019, última temporada antes da pandemia, o Inter disputou 36 partidas no Beira-Rio. Foram jogos eram válidos por Campeonato Gaúcho (8 partidas), Copa do Brasil (4 partidas), Campeonato Brasileiro (19 partidas), Libertadores (5 partidas). A política de preços é variável e afetada também pelo momento esportivo e pelo interesse da torcida. Ainda assim, há um preço base usado como referência. Naquela temporada o ingresso mais barato, para o Brasileiro, Copa do Brasil e Libertadores, custava R\$ 80,00¹⁶⁰. No Gauchão, R\$ 40,00. Considerando as quatro competições, o preço médio do ingresso mais barato, sem contar eventuais promoções, fica em R\$ 71,11¹⁶¹. Como vimos, as modalidades sociais oferecem diferentes vantagens na aquisição de ingressos. A “Carteira Vermelha” e a “Coloradinho”, para o público infantil, são as únicas em que há isenção de cobrança. Na “Academia do Povo”, o valor é sempre o de R\$ 10,00. A modalidade “Campeão do Mundo” costuma dar 50% de desconto, enquanto que a “Nada vai nos separar”, apesar de não garantir o desconto, normalmente permite abater 20% do valor completo.

Frequentar a cada um dos 36 jogos sem um plano social ou sem benefícios como a meia-entrada custaria, segundo essa previsão, um total de R\$ 2.560,00. Além disso, sem a garantia da possibilidade de adquirir entradas para os jogos mais concorridos. Com a “Carteira Vermelha”, o mesmo acesso seria garantido com um valor de R\$ 1.500,00 distribuído em 12 mensalidades. No caso da modalidade “Campeão do mundo”, a anuidade seria de R\$ 600,00 mais R\$ 1.280,00 para todas as entradas, totalizando R\$ 1.880,00 para a temporada completa. Com o plano “Nada vai nos separar”, o torcedor pagaria R\$ 300,00 reais anuais, mais R\$ 2.048,00, atingindo R\$ 2.348,00, valor próximo ao preço integral dos 36 ingressos.

¹⁶⁰ Como parâmetro para a valoração do preço dos ingressos, não custa dizer que, em 2019, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 998,00.

¹⁶¹ Para efeitos de uma estimativa dos valores anuais, desconsiderarei as ações promocionais pois elas são relativamente imprevisíveis a longo prazo. Durante a pesquisa, verifiquei que o clube recorreu à redução dos valores nos momentos mais críticos quando, devido à má fase esportiva, esperava-se drástica redução de assistência. Seguindo a mesma lógica, nos momentos favoráveis o clube não recorreu às promoções para atrair público.

Fazendo esta contabilidade, os planos sociais poderiam mesmo ser pensados como uma simples ferramenta comercial de fidelização de clientes a partir do oferecimento de vantagens. Esses cálculos, no entanto, são meras projeções e desconsideram o modo como os associados se relacionam com o clube. Devemos pontuar, em primeiro lugar, que dificilmente encontraremos sócios que frequentam todos, ou quase todos, os jogos ao longo da temporada. Considerando a relação dos jogos do Campeonato Brasileiro de 2019, no **Gráfico 4**, podemos ver a tendência de os públicos oscilarem entre 15 mil e 30 mil pessoas (13 das 19 partidas), o que é apenas uma fração do quadro social. Embora não haja dados disponíveis a respeito da frequência dos associados, a julgar pelo que observei ao longo da pesquisa, considerando meus interlocutores e meu próprio círculo pessoal, a maioria dos associados frequentam jogos pontuais escolhidos em função de aspectos circunstanciais: a competição, o adversário, a data, o horário e até a previsão do tempo. Na contramão dessa tendência, percebi nas TOs e nos Consulados de torcedores – inclusive na seguinte seção trarei dados que ajudam a confirmar essa percepção – uma assiduidade mais alta, menos dependente de qualificantes do espetáculo. Nesse caso, a ida ao jogo depende mais da própria disponibilidade do associado.

Neste sentido, o cálculo do ganho econômico me parece ser apenas um dos elementos a serem elencados. O mesmo possivelmente faça pouca diferença para a manutenção de um plano social por parte dos torcedores mais endinheirados. Por outro lado, para as frações de menor renda, o pagamento de uma mensalidade pode ter um peso relevante na decisão por manter o vínculo social.

Essa compreensão poderia ser corroborada com a constatação, trazida ainda nesta seção, de que, entre março de 2020 e setembro de 2021 quando houve interdição de públicos em razão da pandemia, a diminuição do quadro social foi pequena considerando a extensão do período de suspensão do espetáculo esportivo. Embora o cenário tenha se agravado por cerca de um ano e meio, 90 mil pessoas mantiveram suas matrículas sociais.

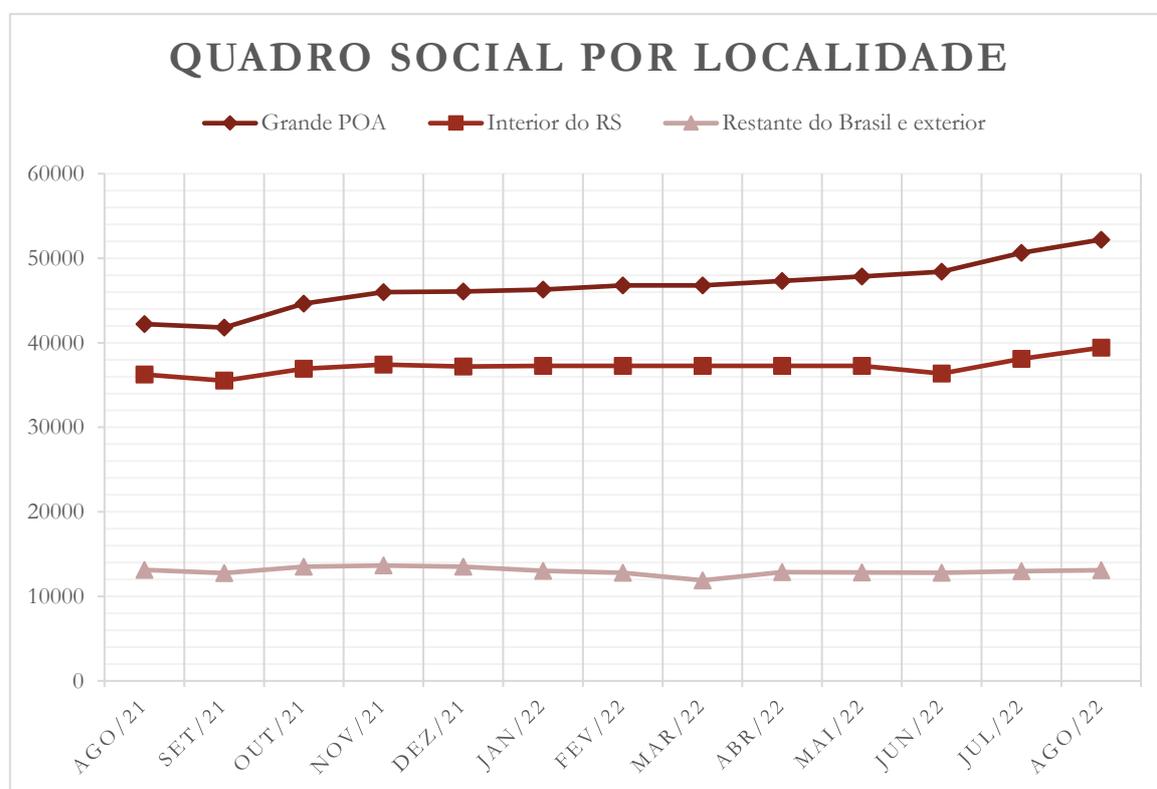
Um segundo dado poderia contribuir para avaliarmos que a associação não passa preponderantemente pela busca do ganho econômico: a distribuição do

quadro social por localidade. Dos pouco mais de 100 mil associados, segundo o balanço referente a agosto de 2022, aproximadamente a metade está distribuída entre Porto Alegre e região metropolitana. A outra metade se divide entre o interior do Rio Grande do Sul e outros estados do país. Vejamos a evolução deste atributo no recorte de doze meses:

Tabela 4: Composição do quadro social por localidade.

<i>Localidade</i>	<i>Agosto/21</i>	<i>%</i>	<i>Agosto/22</i>	<i>%</i>
<i>Porto Alegre</i>	32070	35%	37781	36%
<i>R. Metropolitana</i>	10136	11%	14425	14%
<i>Interior do RS</i>	36236	39%	39424	38%
<i>Outros estados</i>	12769	14%	12740	12%
<i>Exterior</i>	370	0,4%	351	0,34%
<i>Total</i>	91581		104721	

Gráfico 8: Quadro social colorado por localidade.



A distribuição do quadro social por localidade confirma que o Internacional avançou para além dos limites de seu município, tendo sobretudo o interior do estado como importante área de abrangência. Quase 40% dos associados, o maior contingente entre as categorias estabelecidas na **Tabela 6**, pertencem a esse grupo. É interessante, porém, que o número é bastante próximo ao obtido por Reale (2016) em amostragem dos perfis de frequentadores dos estádios do Grêmio¹⁶². No período da transição de sede do clube, sua pesquisa indicou que cerca de 41% dos torcedores do Olímpico vinham do interior do Rio Grande do Sul. Na Arena, o número havia baixado para aproximadamente 35%¹⁶³.

O interior do estado é um universo em particular e, infelizmente, para hipóteses melhor elaboradas, os informativos do clube não trazem um detalhamento maior em função das mesorregiões. Ainda assim, podemos considerar que os associados do interior do estado, excetuando-se quem tenha carro próprio ou participe de excursões organizadas, não possuem a mesma acessibilidade que aqueles que residem em Porto Alegre¹⁶⁴.

Em localidades densamente povoadas, nas quais é plausível imaginar que o clube tenha centenas de sócios como Uruguaiana, Erechim, Santa Rosa ou Alegrete, o deslocamento até a capital pode levar mais de 6 horas de estrada. Com isso, a frequência aos jogos, como pude constatar a partir de entrevistas com Consulados

¹⁶² O *survey* foi circunscrito a três partidas em cada estádio quando 567 entrevistas foram realizadas. Os dados se referem a cerca de uma década atrás e é plausível que não correspondam ao contexto atual, especialmente após a pandemia do coronavírus. Feita essa ressalva inicial, ainda assim, entre diferentes apontamentos, o autor indica, no período observado, um aumento substancial de frequentadores da região metropolitana de Porto Alegre, devido principalmente a Canoas, município limítrofe com o bairro onde está localizada a Arena do Grêmio.

¹⁶³ Chama atenção a diminuição inicial do percentual de torcedores oriundos do interior do estado na mudança de estádio. Na comparação com o Estádio Olímpico, a Arena do Grêmio, situada na zona norte de Porto Alegre às margens do trecho *Freeway* da BR-290, uma rodovia que corta o Rio Grande do Sul de leste à oeste, tem uma posição privilegiada para o acesso via interior do estado.

¹⁶⁴ Com os dados que o Internacional disponibiliza a respeito do quadro social, é arriscado criar hipóteses a partir da facilidade/dificuldade de deslocamento ao estádio. Para além do fator da distância geográfica, há questões socioeconômicas que fazem com que torcedores de maior renda tenham acesso a veículos próprios, bem como condições de arcar com custos de combustível e estacionamento. No Rio Grande do Sul, há regiões densamente povoadas (Serra, Litoral Norte, Vale do Taquari, entre outras) em que o deslocamento rodoviário até o estádio leva entre 1 e 2 horas. Em Porto Alegre, por outro lado, há trajetos internos que, a depender do transporte público, podem tomar 1 hora ou mais, além da combinação de mais de uma linha de ônibus/trem. Especificamente o Beira-Rio está situado a aproximadamente 10/15 minutos em trajeto de ônibus da região central da cidade onde estão os principais pontos de transporte interurbano e metropolitano.

de torcedores, que apresentarei logo adiante, é rara, variando em função da distância até Porto Alegre, do momento esportivo do time e da quantidade de torcedores na região. Para o torcedor que vem a 3 ou 4 jogos por temporada seria consideravelmente menos custoso arcar com esses ingressos de forma avulsa do que contrair um plano social. Apesar disso, podemos verificar que milhares de torcedores, no interior do Rio Grande do Sul e no restante do Brasil, mantêm suas matrículas em dia, compondo metade do quadro.

Com o retorno dos públicos aos estádios, esse extrato de associados cresceu menos do que os localizados em Porto Alegre e região metropolitana. Esta faixa, dos que estão mais próximos ao Beira-Rio, era 46% do quadro e passou a 50%.

Mais do que o cálculo da vantagem econômica, a possibilidade de ir aos jogos, especialmente quando são importantes e concorridos, potencializa a procura pela associação. Embora os preços não se alterem em função disso, são jogos valiosos do ponto de vista simbólico. Vedados ao torcedor comum, estão ao alcance exclusivo do quadro social. Neste sentido, pertencer ao quadro social pode assumir inclusive um valor simbólico ao associado, dado que a associação lhe confere uma espécie de distinção em relação ao torcedor sem vínculo com o clube. Isso se acentua em função ainda da modalidade de pertencimento social: quanto mais exclusivo o plano social, maior o prestígio atrelado a ele.

Como exemplo desse sistema interno de categorizações que os sócios de um mesmo clube fazem, trago um depoimento que escutei nos últimos meses da pesquisa. Certa vez, enquanto apresentava um fragmento desta tese ao Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP) ao qual sou vinculado no Programa de Doutorado da UFRGS, discutíamos as diferenças de estatuto entre associados, torcedores, dirigentes e demais sujeitos que compõem os clubes de futebol. Quando abordamos especificamente o tópico dos planos sociais e o caráter consumista do “sócio-torcedor”, um colega citou a própria experiência para indicar que sua associação não passava exclusivamente pelo cálculo do quanto poderia economizar aderindo à determinada modalidade. Ele disse: “eu lembro bem quando eu passei para a ‘Carteirinha Vermelha’ no Inter. Foi uma sensação de conquista”.

Páginas atrás, mencionei que essa modalidade havia se tornado restrita após o alargamento massivo do quadro social colorado. Com uma mensalidade mais alta, além de uma custosa taxa de adesão, a “Carteirinha Vermelha” ganharia aura de exclusividade. Seria cobiçada pelos colorados de outras modalidades e mantida, mesmo com sacrifício financeiro por aqueles que aproveitaram a oportunidade de adquiri-la.

Além desse exemplo, em que a adesão à modalidade social assume um valor pessoal extraordinário, poderia citar amigos e conhecidos que, mesmo depois de deixarem de viver em Porto Alegre para morar em outras cidades, mantiveram a desejada “Carteirinha Vermelha”, ainda que já não frequentassem o Beira-Rio com assiduidade, de modo que a migração para uma modalidade mais barata seria mais vantajosa economicamente.

Como um elemento presente na *consumerização* do torcer, há nos usos dos planos sociais do Internacional, um aspecto marcadamente dadivoso na relação de muitos associados com o clube, e acredito que o significativo número de pessoas que se mantiveram em dia durante 2020 e 2021, nos meses em que a pandemia interditou os estádios, é revelador dessa faceta. Em última instância, mais do que considerar que estão adquirindo uma mercadoria, os associados avaliam que, mantendo-se adimplentes, estão contribuindo diretamente para a manutenção do clube. Podemos perceber isso em alguns comportamentos. Em 2020, por exemplo, o Internacional temia uma debandada importante no quadro social e, tendo em vista a queda das arrecadações motivadas pela pandemia, considerava essa fonte de receita crucial. Assim, lançou a campanha “Estaremos Contigo”, em que os sócios que quitassem a inadimplência e antecipassem suas mensalidades teriam direito a uma camiseta temática de agradecimento do clube pelo “apoio incondicional”¹⁶⁵. Meses depois, com o retorno dos públicos aos estádios, bastava uma rápida olhada no Beira-Rio para perceber que essa era uma das camisetas preferidas dos frequentadores, que, com ela, podiam exibir o gesto de suporte no momento de necessidade.

¹⁶⁵ Ver “Regras – Campanha Estaremos Contigo”, disponível em <https://internacional.com.br/campanha-estaremos-contigo> (acessado em 12/10/22).

Trata-se de uma espécie de sacrifício pessoal ofertado pelo associado ao clube. O exemplo acompanhado durante o ano em que a pandemia diminuiu as receitas não é caso isolado. Poríamos enumerar tantas outras circunstâncias em que os clubes, para além das obrigações sociais, recorreram a sócios e torcedores¹⁶⁶.

Além do prestígio que o pertencimento ao quadro social pode conferir e do gesto de dispêndio e apoio ao clube, não podemos esquecer que eles oferecem direitos de participação política na sociedade esportiva. Assim, os planos sociais engendrados pelo marketing esportivo contribuíram para a caracterização de torcedores enquanto consumidores. Acrescento, no entanto, que esse consumo, vinculado ao espetáculo esportivo, encontra-se eivado de dádiva e política. Isto é, não se trata de uma relação antitética em que a *consumerização* anula o componente político de pertencimento à sociedade esportiva.

Na seguinte seção, veremos como os associados participam das eleições do clube a partir do processo eleitoral do Internacional de 2020. Pensaremos como o quadro social dá origem a sociedades de torcedores que surgem com o propósito do antagonismo político em seus clubes. No Internacional, são os chamados “movimentos”, grupos organizados que representam facções de associados. Trataremos, ainda, como alguns desses grupos têm aportado noções de “democracia” para os debates no interior da entidade esportiva.

¹⁶⁶ Ainda tomando o Internacional como referência, em outro momento de sua história quando da construção do Beira-Rio nos anos 1960, podemos lembrar da “Campanha do Tijolo” em que o clube solicitou doações de dinheiro para acelerar as obras. Levando ao pé da letra a campanha, muitos colorados levaram pessoalmente tijolos até o canteiro de obras. O fato é recordado com orgulho pela comunidade colorada, tanto que em 2013, já na reforma do estádio, o clube lançou uma “campanha do tijolinho”, mais tarde batizada oficialmente como “Seu Nome no Gigante”. Com ela, os torcedores poderiam fazer doações ganhando em troca uma pequena placa afixada na calçada do entorno do Beira-Rio.

7.2. O faccionalismo legítimo

7.2.1. OS SUJEITOS POLÍTICOS DO COLORADISMO

No primeiro artigo de seu Estatuto Social, reformado em 2020, o Internacional se define como associação sem fins econômicos, fundada em 04 de abril de 1909 e destinada a atividades desportivas, sociais e culturais. No seguinte artigo, determina que: “Todo o poder emana dos associados, que o exercem por meio de seus representantes eleitos ou diretamente”, uma menção quase direta à Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que afirma, em parágrafo único do artigo primeiro: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Com o emprego de noções de direitos e deveres, o referido estatuto parece indicar que o sócio colorado é uma espécie de cidadão no futebol. Não chega a ser uma novidade a ideia de que os clubes se imaginam enquanto Estados Nacionais, formando comunidades de sentimento, adotando símbolos e mitos fundacionais. Não parece, portanto, descabido considerar que seus regimentos estejam influenciados por certas noções de cidadania e democracia, balizadas, neste caso, pela Estado de direito. Como efeito notável, obtém-se, em lugar de um cliente consumidor, um sujeito político no seio do clube de futebol, o associado.

Considerando os esforços antropológicos na compreensão da cidadania, há uma série de estudos que consideraram maneiras pelas quais a categoria é vivida e transformada em diferentes contextos. Adjetivando a cidadania, demonstraram a diversidade da experiência cidadão. Por outro lado, talvez tenham achatado a noção, subentendendo uma categoria sem necessidade de explicação:

One of the results of recent developments in the anthropology of citizenship has been a proliferation of new concepts which work by adding a qualifying adjective to the term citizenship. Scholars have studied biological citizenship, flexible citizenship, agrarian citizenship, insurgent citizenship, therapeutic citizenship, urban citizenship, pharmaceutical citizenship, formal and substantive citizenship, etc. The qualifying adjective is important, because it recognises the diversity of citizenship today and acknowledges that liberal citizenship is one form

among many. However, in the proliferation of adjectives we still risk assuming that we know what citizenship itself is, that the key is the ‘biological’, ‘urban’, ‘differentiated’ aspect, and that citizenship does not require explanation as a concept in its own right. Indeed, we should be wary of all essentialisms and acknowledge that ‘liberal citizenship’ must itself be plural, as attested by the varieties of liberalism both in historical reality and political thought (Lazar, 2016, p. 09).

Isso posto, mais interessante do que pensar em uma espécie de “cidadania esportiva”, seria perceber como determinadas noções de cidadania ou de democracia estão norteando tanto os clubes de futebol como seus associados e torcedores. No caso do Internacional, manifestam-se noções de universalidade e de direitos do associado. Segundo o Estatuto Social, não há limitação do número de membros e tampouco restrições em função de “nacionalidade, gênero, religião, classe social, opção política, capacidades ou limitações individuais”¹⁶⁷. São “direitos”, garantidos, a participação na Assembleia Geral; votar e ser votado; acessar as dependências do clube, consideradas as condições pessoais em caso de pessoa com deficiência; solicitar convocações extraordinárias de Assembleia Geral, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal; demitir-se. Entre os “deveres” discriminados, espera-se a adimplência das obrigações sociais; o cumprimento do Estatuto; a atualização dos dados cadastrais¹⁶⁸.

Além disso, o clube conta ainda com um complexo sistema político. Sua instância máxima de deliberação é a Assembleia Geral, “constituída pelos associados maiores de 16 anos, no gozo dos direitos estatutários, com voto pessoal e unitário”. A Assembleia é universal e deve se reunir de três em três anos para as eleições do Internacional, quando precisa eleger o Conselho de Gestão e os membros do Conselho Deliberativo. Extraordinariamente, reúne-se para aprovar ou reprovocar alterações estatutárias, destituir integrantes eleitos do Conselho de Gestão ou quando convocada pelos associados.

Abaixo da Assembleia Geral, estão o Conselho Deliberativo, constituído pelos conselheiros do clube; e o Conselho de Gestão, composto por Presidente e Vice-

¹⁶⁷ Estatuto Social do Sport Club Internacional, Art. 7.

¹⁶⁸ Cf. Capítulo 3 do Estatuto, artigos 11 e 15.

Presidentes da instituição. A este último conselho compete administrar o clube, enquanto que ao primeiro, fiscalizar. Ambos são definidos pela via eleitoral através da concorrência entre chapas, que são as facções formadas pelos diferentes movimentos políticos internos à instituição.

No quadro social do Internacional, como vimos no começo deste capítulo, há distinções em função dos diferentes planos adquiridos pelos sócios. Isso, porém, não acarreta em desigualdade de direitos políticos¹⁶⁹. Nem sempre, no entanto, foi assim. No começo deste século, o clube, assim como os demais, flexibilizou as normas para associação e aumentou substancialmente seu quadro, o que incrementou em significativas receitas. Esse foi o momento da aparição da figura do “sócio-torcedor”, um associado que adquiria vantagens de consumo através de uma contribuição regular, mas que era impedido de participar da vida política da instituição. Nesse processo, Internacional e Grêmio foram pioneiros em estender os direitos políticos aos novos associados:

Ainda no ano 2000, numa ação arrojada, o Sport Club Internacional decide que seus sócios torcedores, mesmo os ligados aos planos mais baratos, passariam a ter direito a votar para presidente e eleger membros para o Conselho Deliberativo. Com a criação de planos acessíveis nos anos seguintes, o Inter passou a ter o maior quadro social do país, alcançando 42 mil sócios, e realizando eleições com quase 17 mil eleitores. Anos depois, em meio a uma grande crise, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense seguiu os passos do rival, reformando o estatuto para que o sócio pudesse ter participação na escolha do presidente e do conselho deliberativo do clube. (Simões & Santos, 2018, p. 254).

Mais adiante, discutiremos sobre o direito de voto dos associados do Inter, uma conquista que é relativamente recente e decorre de disputas entre grupos políticos do clube. Por ora, registremos que o sócio-torcedor ajuda a desvelar aspectos elementares dos clubes inseridos em uma tradição associacionista. Se

¹⁶⁹ Quanto a este ponto, vale fazer uma pequena ressalva. Ainda que os direitos e deveres mais gerais sejam universais, dentro do quadro social, há distinções de “categorias de associados”. São elas: *Benemérito*, que é conferida pelo CD em função de serviços prestados ao clube; *Patrimonial* (Remido, Paraninfo e Simples), atribuída pela aquisição de títulos patrimoniais; *Atleta*, que identifica quem tenha competido, pelo clube, em qualquer modalidade esportiva na condição amadora; e *Contribuinte*, que é a categoria comum de entrada no quadro social.

voltarmos ao Estatuto Social do Internacional, veremos, como tratado no **Capítulo 2**, que o “torcedor” é uma figura forânea à entidade. Este sujeito não possui direitos nem deveres, e só é mencionado no capítulo que trata das funções da Ouvidoria da instituição, definida como “órgão autônomo de comunicação entre o Clube e o torcedor”. Embora pertença à comunidade de sentimento, o torcedor não necessariamente faz parte da comunidade política – terreno por excelência dos associados. Dito de outro modo, o sujeito torcedor compartilha da experiência de pertencimento com os demais, assiste aos jogos e inclusive frequenta o estádio, porém não participa da política institucional. Toledo (2012, p. 150), no começo da década passada, já identificava nos novos planos sociais a formação de uma modalidade torcedora esvaziada da política e ancorada em uma nova disciplina do torcer¹⁷⁰. Essas transformações seriam exemplares da entrada dos agenciamentos mercadológicos do futebol de espetáculo, em especial o marketing, a partir do último quarto do século XX, contexto que priorizou “seguidores” e “fãs” do esporte¹⁷¹ em detrimento dos “torcedores fanáticos” (Oliveira Jr, 2017; Simões, 2017).

7.2.2. O TEMPO DA POLÍTICA

Recentemente, em dezembro de 2020, o Sport Club Internacional reuniu a sua Assembleia Geral para eleger o Conselho de Gestão, constituído por presidente e vice-presidentes, e renovar os mandatos de 150 conselheiros, número equivalente à metade do Conselho Deliberativo do clube¹⁷². O pleito concluiu um processo eleitoral bastante conturbado em meio a uma temporada afetada pela pandemia da Covid-19 e contou com a participação de mais de 29 mil associados, aproximadamente 45% dos eleitores aptos, tornando-se a maior eleição já vista entre os clubes de futebol do país¹⁷³.

¹⁷⁰ Tomando as muitas pesquisas sobre torcidas (Toledo, 1996; Hollanda, 2008; Teixeira, 1998), seria plausível dizer que a comunidade política por excelência do torcedor seria o grupo ao qual se vincula. Em sua torcida, pode participar, protestar, brigar, etc.

¹⁷¹ Para uma melhor compreensão dessas modalidades torcedoras, cf. a taxonomia proposta por Giulianotti (2002).

¹⁷² Ver “Eleições 2020 – Resultado Final” disponível em <https://www.internacional.com.br/eleicoes-2020-resultado-final> (acessado em 25/10/21).

¹⁷³ Dos cerca de 100 mil sócios colorados, mais de 65 mil estavam habilitados para a participação, formando um colégio eleitoral do porte de cidades como Ijuí, Santo Ângelo e Alegrete.

Coincidindo com a mobilização recorde dos sócios colorados para as escolhas da presidência e dos conselheiros do clube, uma das chapas se destacou. “O Povo do Clube” (PdC), grupo fundado em 2012, atingiu 6.264 votos na eleição do Conselho Deliberativo (CD), obtendo 47 cadeiras e sendo a chapa mais votada entre as onze candidaturas. O grupo se autodefine publicamente como um “movimento social e político da torcida colorada” e tem a “democracia” como uma de suas principais bandeiras. Com o sucesso eleitoral, passou a ser a segunda maior facção política dentro da instituição.

A política no contexto esportivo tem recebido mais atenção recentemente devido à aparição de coletivos torcedores contestatórios nos estádios. Nesse conjunto, os estudos antropológicos sobre eleições e dirigismo esportivo foram minoritários e pouco sistematizados¹⁷⁴. Considerando que a totalidade de torcedores do Internacional forma uma comunidade de sentimento em torno do coloradismo, que é comum a todos, poderia ser útil incorporar a noção de tempo da política, pensada originalmente para análise das eleições político-partidárias em municípios brasileiros, para as dinâmicas que orientam o conflito na instituição esportiva. Segundo Palmeira & Heredia (2010, p. 17),

(...) o tempo da política representa o momento em que essas facções são identificadas e em que, por assim dizer, existem plenamente, como verdadeiras facções políticas, em conflito aberto.

Na temporalidade do futebol, orientada pela sazonalidade das competições, os mandatos políticos são atravessados por diferentes períodos. Há o momento de montagem do elenco de jogadores, os dias de treinamento e os de competição, as fases de jogos menos competitivos e as épocas das “decisões dramáticas” que determinam êxito ou fracasso da equipe. O momento para as críticas à administração certamente não é quando o time decide suas partidas importantes. Aí

¹⁷⁴ Merecem destaque os trabalhos de Verónica Moreira (2011; 2013a) sobre eleições nos clubes argentinos, Matías Godio (2010) sobre as classes dirigentes e Luiz Burlamaqui Rocha (2013; 2019) sobre o dirigismo esportivo e a Federação Internacional de Futebol (FIFA).

é quando todos devem deixar as diferenças de lado, guardar suas “ vaidades pessoais ” e se unirem a partir do pertencimento ao clube.

Os períodos eleitorais interrompem inclusive a temporalidade do futebol e são marcados justamente pela autorização do antagonismo entre os membros da entidade. Da política, entendida como ritual (Peirano, 2002), espera-se sua reclusão aos meios adequados, como o processo eleitoral que, quando encerrado, deve cessar o conflito para reestabelecer a união dos colorados em prol dos interesses do clube. Não raro, insucessos esportivos são atribuídos à “ política ” – ao momento em que o antagonismo mal resolvido escorre para o cotidiano (Das, 2020) do futebol – e os dirigentes afirmam a necessidade “ pacificar ” o clube – isto é, cessar o antagonismo – em nome do interesse coletivo.

No caso colorado, disputaram os cargos diretivos pela via eleitoral quinze “ movimentos ” – definição êmica equivalente aos partidos políticos dos colorados. Nestas eleições, eles se distribuíram em onze chapas para o Conselho Deliberativo e quatro para o Conselho de Gestão. Assim que foram aprovadas as candidaturas, teve início um período eleitoral que durou cerca de dois meses. As lideranças dos movimentos políticos ocuparam os veículos de jornalismo esportivo para se comunicarem com seus eleitores, os sócios colorados. Houve campanhas, lançamento de *jingles* e debates entre os presidenciáveis.

No Internacional, a disputa eleitoral ocorre em dois turnos, sendo que o primeiro deles é indireto, restrito aos membros do Conselho Deliberativo. Os cerca de 300 conselheiros vinculados a diferentes movimentos político definem, em votação secreta, quais chapas para o Conselho de Gestão concorrerão à presidência da entidade. Aquelas que superarem a cláusula de barreira, que é de 15% dos votos, passam ao segundo turno, o “ pátio ”, uma definição nativa que sinaliza o lado exterior do Conselho Deliberativo e se refere ao quadro social em sua totalidade. Então, os eleitores aptos vão às urnas em votação secreta e a candidatura que tiver 50% mais um dos votos é declarada vencedora. Já, para a renovação dos conselheiros, os associados votam diretamente nas nominatas das chapas de sua preferência. A lista é fechada e os conselheiros são eleitos em função do percentual de votos obtidos por sua chapa. Nesta eleição, também há cláusula de barreira e, para ter direito a

representação no Conselho Deliberativo, as chapas devem superar 10% dos votos válidos.

7.3. História recente da política colorada

7.3.1. O FIM DO IMPÉRIO OTOMANO (OU A HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES DIRETAS NO INTERNACIONAL)

Em geral, escreve-se pouco sobre aquilo que acontece dentro dos Conselhos Deliberativos e não é registrado nas atas oficiais. Consequentemente, temos pouco conhecimento a respeito dos grupos de conselheiros e das razões pelas quais antagonizam em seus clubes de futebol. Tendem a ser visibilizados os conflitos e até narrados pela instituição eventos pretéritos que decidiram os rumos da entidade no futuro próximo. No caso do Internacional, os momentos conflitivos mais revisitados são a passagem do amadorismo ao profissionalismo nos anos 30, o que motivou acalorados embates entre o presidente Ildo Meneghetti e o ex-presidente Antenor Lemos (Lopes & Silva, 2018), que, derrotado, terminou excluído do clube, como vimos no **Capítulo 2**.

Outro evento que é uma espécie de encruzilhada da história colorada foi o período de inauguração do Beira-Rio em 1969, quando o time amargava anos de derrotas em sequência para o Grêmio (Coimbra, Noronha, Souza, & Moreira, 2009) e um grupo de jovens assessores do clube que, embora jovens, possuíam boa influência na instituição devido a suas participações nas obras de construção do estádio. Eles ficaram conhecidos como os “Mandarins”¹⁷⁵ e, avaliando que a equipe era muito técnica, mas pouco aguerrida, defendiam que o clube apostasse em um futebol que priorizasse aptidões físicas, como força e velocidade. À época, o jogador Bráulio, talentoso e pouco combativo representava, para os “Mandarins”, um

¹⁷⁵ Ao que tudo indica o termo fazia referência a “funcionários mandarins” que, segundo o escritor colorado Luís Fernando Veríssimo, “tudo sabiam, tudo faziam, mas nada podiam”, dada a subordinação ao presidente do clube (Oliveira Jr, 2017; Tosin, 2008)

símbolo do que precisaria ser mudado no time. Outros conselheiros, no entanto, não pensavam igual, o que provocou, por um certo período, antagonismo entre “braulistas” e “antibraulistas” (Coimbra, Noronha, Souza, & Moreira, 2009). Faziam parte do grupo o vice de futebol Aldo Dias da Rosa, Claudio Cabral, Hugo Amorim, Ivo Correia e Ibsen Pinheiro¹⁷⁶, o mais ilustre deles (Oliveira Jr, 2017). Atualmente, o grupo é reconhecido por aportar uma mudança de filosofia futebolística que possibilitaria que o clube formasse as consagradas equipes que dominariam os circuitos estaduais e nacionais na primeira metade dos anos 1970.

Depois dos “Mandarins”, o “Império Otomano” é o seguinte grupo que aparece nas narrativas coloradas a respeito da história política da instituição. Diferentemente do primeiro, este não influenciou dirigentes, mas efetivamente governou o clube em diferentes mandatos. Encabeçado por José Asmuz¹⁷⁷, que presidiu o clube de 1980 a 1981 e de 1990 a 1993 e pela família Zachia – em especial o ex-presidente Pedro Paulo Zachia (de 1988 a 1989 e de 1994-1997) e seu irmão Luiz Fernando Zachia, ex-vice de futebol em diferentes oportunidades nos anos 1980 e 1990 – foram dominantes na política colorada durante toda a década de 90. A alcunha “otomano” fazia menção à origem étnica dos dirigentes¹⁷⁸ (Oliveira Jr, 2017), embora englobasse aliados que não necessariamente compartilhavam esse vínculo.

Do ponto de vista esportivo, com exceção da conquista da Copa do Brasil de 1992, o clube atravessava, com eles, um período difícil: sucessivos fracassos, endividamento e risco constante de rebaixamento para a segunda divisão. Apesar do cenário desalentador, os otomanos conseguiram se manter na direção até 1999 com o presidente Paulo Rogério Amoretty, que permaneceu apenas um mandato (de 1998 a 1999). A longa duração do grupo político nas posições diretivas talvez só tenha sido

¹⁷⁶ Jornalista e advogado, Ibsen Pinheiro (1935-2020), além da longa carreira como parlamentar estadual e federal, chegando inclusive ao cargo de Presidente da Câmara de Deputados (entre 1991-1993), foi um destacado dirigente colorado. Comandou a pasta do futebol nos anos 90 e nos 2000.

¹⁷⁷ Piloto de automobilismo, em especial das *carreteras* em que foi inclusive campeão gaúcho em 1963, José Asmuz (1927-2016) foi um importante e polêmico presidente do Internacional. Foi sua gestão que acertou a venda do ídolo Paulo Roberto Falcão em 1980. Além disso, teve como rival ferrenho na política interna do clube Gilberto Medeiros (presidente entre 1986 e 1987) (Pons, 2020a).

¹⁷⁸ No Rio Grande do Sul, é bem comum que os imigrantes sírios, libaneses e palestinos recebam a alcunha generalizada e imprecisa de “turco” em alusão à etnicidade.

possível pois, até então, o processo eleitoral do Internacional era totalmente indireto – restrito aos membros do CD.

Os opositores, mesmo organizados, não conseguiam derrotar o grupo de Asmuz e, depois, dos irmãos Zachia. Foi quando uma aliança chamada de “União das Oposições” liderada por Fernando Miranda e Fernando Carvalho¹⁷⁹ obteve uma vitória interna que permitiria o declínio do “Império Otomano”: uma reforma estatutária que garantiria ao quadro social o direito de participação direta nas eleições, enfraquecendo o peso dos conselheiros. A disputa eleitoral passaria a ter o formato atual dos dois turnos (Oliveira Jr, 2017), sendo o primeiro no CD, e o segundo, na Assembleia Geral de associados, o “pátio” como esse órgão é denominado pelos colorados. Para saber se o objetivo dos grupos era aumentar a “democracia” no clube ou se a manobra foi pensada como uma saída para afastar o grupo dominante da década de 1990, seria necessário novos estudos, que buscassem reconstituir, de modo mais detalhado, os processos que uniram as lideranças dos movimentos de oposição. Em todo o caso, foi em razão desses eventos que o direito de participação política direta foi estendido a todo o quadro social antes mesmo do lançamento das ações de marketing que flexibilizaram as modalidades associativas, trazendo para o clube o chamado sócio-torcedor, conforme expus na primeira seção deste capítulo.

A “União das Oposições” – e dos Fernandos que presidiriam o Internacional no começo do século atual, logo teria fim. Miranda, com perfil controverso – definido até como *anti-establishment* – e ainda com grande rejeição no CD devido à sua ferocidade contra os demais conselheiros, seria o primeiro a assumir a direção. Anos antes, em 1993, ele havia fundado, por oposição aos otomanos, o Movimento Inter 2000 (MI2000). Já em dezembro de 1999 sairia vitorioso nas eleições fechadas entre conselheiros para a direção do clube, porém como vice-presidente. Isso porque para acalmar os ânimos do Conselho, o candidato lançado por seu grupo ao posto principal foi Jarbas Lima, um ex-deputado arenista, que dava à chapa a diplomacia

¹⁷⁹ Advogado e presidente do Internacional (de 2002 a 2006), Fernando Chagas Carvalho (1952-) recentemente tem atuado como empresário e consultor de futebol. Desde 2016, está afastado da política do Internacional, embora seja muito influente entre parte dos conselheiros do clube.

que faltava à Miranda (Oliveira Jr., 2017). Menos de um ano depois, antes da metade do mandato, o presidente eleito renunciaria, alegando razões de saúde, e Fernando Miranda venceria nova eleição interna para cumprimento do restante do mandato.

O ano de 2001, sob o comando do MI2000 de Miranda seria de austeridade e de desempenho esportivo desapontante. Do outro lado, Carvalho, que, desde 1982, participara de diferentes gestões do clube inclusive com o “Império Otomano” organizara em 1998 o Movimento Inter Grande (MIG), também opositorista, mas que, diferentemente do MI2000, teria extremo êxito esportivo, levando o clube a suas conquistas internacionais, entre elas a Copa Libertadores (em 2006 e 2010) e o Mundial de Clubes (de 2006). A transformação do Inter de um mero figurante do cenário nacional, dado seus graves problemas financeiros, para uma potência do futebol continental conferiria a Fernando Carvalho o status, entre muitos torcedores, de mais importante dirigente da história colorada, o que por si só garantiria a formação de uma hegemonia do MIG nos níveis diretivos do clube.

7.3.2. ESPÓLIOS DO MIG E PULVERIZAÇÃO NO PLEITO DE 2020

O sucesso externo dos dirigentes é mensurado sobretudo a partir dos resultados alcançados pelas equipes que monta. Se são verborrágicos ou comedidos, impetuosos ou ponderados, pouco importa para o torcedor em geral e, inclusive para a crônica especializada. Embora seja também verdade que tais qualidades tenham valor no âmbito interno, na costura de alianças entre conselheiros e dirigentes.

Foi o sucesso esportivo internacional, sem precedentes na história colorada, que impulsionou o MIG como um movimento hegemônico. Em 2006, por exemplo, quando o clube teve seu melhor ano do ponto de vista esportivo, as eleições sequer chegaram ao “pátio”. Vitório Piffero¹⁸⁰, então vice de futebol, seria aclamado por 249 conselheiros, que são cerca de 80% do CD, como sucessor. Mesmo não repetindo o sucesso que o levou à vitória eleitoral, Piffero seria reeleito em 2008, desta vez no

¹⁸⁰ Engenheiro Civil, Vitório Costi Piffero (1953-) foi presidente do Internacional de 2007 a 2010 e de 2015 a 2016. Por desvios de dinheiro, que segundo o MP foram cometidos em sua última gestão que levou o time ao rebaixamento, foi excluído do quadro social colorado.

“pátio”, já que o apoio de 209 conselheiros não foi suficiente para garantir a vitória em primeiro turno (Pons, 2020b).

Apesar do título da Libertadores em 2010, muita coisa mudaria na nova década, destacando-se dois aspectos: a participação do estádio Beira-Rio como sede da Copa do Mundo de 2014 e a escassez de títulos nos circuitos nacionais e continentais. Na sequência de Piffero, Giovanni Luigi Calvario, da linha sucessória do MIG e que até então fora vice de futebol, governaria o clube em dois mandatos de 2011 a 2012 e de 2013 a 2014. Neste período, aconteceria uma cisão no grupo motivada pela reforma do Beira-Rio. Piffero, defendendo que a obra fosse totalmente custeada pelo clube se voltou contra Luigi e aliados, deixando o movimento. Apesar disso, voltaria à direção como presidente após vencer as eleições de 2014 contra Marcelo Medeiros, o candidato situacionista, reassumindo o clube entre 2015 e 2016¹⁸¹.

O período do retorno de Piffero (entre 2015 e 2016), já como opositor do MIG, provocaria abalos duradouros na política colorada. Ele receberia um clube hegemônico no cenário esportivo regional e classificado para a disputa de uma Copa Libertadores, na qual o time foi capaz de avançar até as semifinais, chegando perto da conquista. Após desfazer-se de muitos jogadores de qualidade, em poucos meses, o clube estaria lutando, sem sucesso, contra o descenso no Campeonato Brasileiro. Sem força política, sua gestão terminaria ocupada pelo que na época se chamou “a SWAT.”¹⁸², uma junta de ex-dirigentes de oposição, entre eles Carvalho e o político e antigo mandarim Ibsen Pinheiro, que havia sido diretor em diferentes oportunidades até o começo dos anos 2000.

O desfecho da temporada de 2016 não foi bom para o Inter, mas foi pior ainda para Piffero e correligionários. Com a entrada de Marcelo Medeiros em 2017, abriu-

¹⁸¹ As eleições de 2014 cristalizaram o ápice do faccionalismo interno pelo qual passou o MIG. No pleito, concorreram três candidatos oriundos do movimento criado por Carvalho em 1998 e que já haviam assumidos cargos diretivos nos anos recentes: Marcelo Medeiros, Vítório Piffero e Roberto Siegmann, sendo os últimos dois dissidentes.

¹⁸² Nome dado em referência à força policial de Armas e Táticas Especiais (SWAT) dos Estados Unidos. Buscava transmitir a ideia de que a junta de históricos dirigentes chegava ao clube no meio da temporada em caráter de urgência para o que seria a operação tática de salvamento do clube do rebaixamento.

se sindicância interna para apuração da gestão anterior. Auditórias realizadas foram encaminhadas para o Ministério Público que, em 2019, ofereceu denúncia contra o ex-presidente e outros três ex-vice-presidentes¹⁸³ por desvios de recursos, cerca de R\$ 13 milhões. No Conselho Deliberativo, tanto Vitório Piffero como o vice de Finanças Pedro Affatato foram expulsos do quadro social do clube.

Depois de quase 20 anos, além de quatro presidentes oriundos originalmente do mesmo movimento político, estabeleceu-se um cenário em que o antagonismo interno (tanto no CD como no seio do próprio MIG) teve grande relevância, configurando a luta entre iguais (Palmeira & Heredia, 2010). Em 2020, contudo, o candidato de situação sequer chegou ao segundo turno.

Esse acúmulo de temporadas frustrantes, incluindo a falta de títulos e até um rebaixamento para a segunda divisão nacional, criou um cenário de muitas críticas às gestões passadas, além de uma disputa pulverizada. Para diferentes movimentos, o MIG foi o grupo mais visado, o principal alvo de ataques. Eleitoralmente, isso consolidou seu declínio político após sucessivas gestões de 2002 em diante¹⁸⁴. Em 2020, a chapa O Inter Pode Mais, composta pelos movimentos Academia Colorada, Convergência Colorada e Inove Inter venceria as eleições, assumindo a presidência da entidade. Na última seção deste capítulo, apresentarei mais detalhes sobre esse grupo que compôs o Conselho de Gestão.

De momento, interessa enfatizar que, nas refregas entre dirigentes e conselheiros, os debates travados pelos movimentos e por seus militantes costumam girar em torno de suas ideias para tornar o clube mais forte no âmbito esportivo. As competições vencidas, perdidas e desejadas são indicadores determinantes para a

¹⁸³ Pedro Affatato, vice de Finanças, Emídio Ferreira, vice de Patrimônio e Carlos Pellegrini, vice de futebol. Para mais detalhes, cf. “Veja detalhes das investigações sobre os desvios...” disponível em <https://ge.globo.com/rs/futebol/times/internacional/noticia/veja-detalhes-das-investigacoes-sobre-os-desvios-de-recursos-do-inter-na-gestao-piffero.ghtml> (acessado em 16/11/22).

¹⁸⁴ Em 2020, o MIG não teve sucesso na disputa para o Conselho de Gestão, mas no Conselho Deliberativo seguiu bem votado. Sua chapa conseguiu 42 cadeiras, obtendo o segundo maior número de novos conselheiros. Comparando com 2018, quando o grupo conquistou 92 assentos, a redução foi de mais 50%. Mesmo assim, o movimento conta com a presença de associados ilustres, entre eles Sebastião Melo, atual prefeito de Porto Alegre do MDB, e Delcir Sonda, um empresário que ganhou fama entre os colorados durante gestões do MIG ao aportar recursos para a aquisição de jogadores de renome como Andrés D’Alessandro, Nilmar, Charles Aránguiz e outros.

definição do voto, bem como a avaliação do trabalho desses dirigentes. Contratações de jogadores e treinadores ou planejamentos para tornar o clube mais rentável economicamente e, por consequência, mais competitivo são as principais promessas eleitorais. Esses são os indicadores que conseguem ser melhor capitalizados nas disputas internas.

Na contramão disso, chama atenção que, como mostra na **Tabela 5**, a chapa mais votada para o Conselho Deliberativo tenha sido aquela cujas propostas giraram mais ao redor do torcedor do que do time de futebol. Em sua campanha, a chapa 4 do movimento PdC definiu quatro eixos: profissionalização de todas áreas do clube; resgate da identidade popular; democracia em todas as instâncias do clube; e transparência dos gastos¹⁸⁵. A seguir, considerando a conjuntura política do final da década passada, trago a trajetória desse movimento político que buscou inserir a “democracia”, uma categoria exógena ao futebol, como uma pauta dentro do clube.

Tabela 5: Chapas que se candidataram para renovação de 150 cadeiras do CD em 2020.

Chapa	Movimentos	Nº votos	Conselheiros eleitos	
1	Juntos Somos Maiores	MIG, Inter Maior e Colorado eu sou	5.572	42
2	Bandeira Colorada	Chapa Pura	541	Não atingiu cláusula de barreira
3	Reage Inter	Chapa Pura	3.408	26
4	O Povo do Clube	Chapa Pura	6.264	47
5	O Inter pode mais	Academia Colorada, Convergência Colorada e Inove Inter	4.687	35
6	Hegemonia colorada	Chapa Pura	785	Não atingiu cláusula de barreira
7	Inter sem fronteiras	Chapa Pura	2.303	Não atingiu cláusula de barreira
8	Rede Gigante	Gigante Colorado e Rede Colorada de Fé	960	Não atingiu cláusula de barreira
9	Sócio Independente Colorado	Chapa Pura	501	Não atingiu cláusula de barreira
10	Surge o Amanhã	Acorda Conselho e Sócio Deliberativo	1.761	Não atingiu cláusula de barreira
15	Movimento Camisa Vermelha	Chapa Pura	1.688	Não atingiu cláusula de barreira

¹⁸⁵ As informações relativas à campanha do PdC apresentadas no texto foram obtidas nas redes sociais do movimento via Instagram, Facebook, Youtube e Twitter.

7.3.3. A ASCENSÃO DA “DEMOCRACIA”

Não deixa de ser um dado curioso: grupos de torcedores, aos moldes dos movimentos sociais, demandam a clubes e ligas esportivas privadas os direitos de participação nos espetáculos esportivos. Operando com uma linguagem pertinente ao Estado de direito, reivindicam a democracia e o direito de torcer, atuando inclusive pela via institucional de suas entidades. Em alguma medida, as perguntas que faço são: em que momento e de que maneiras são introduzidas, na política desses clubes, torcidas em que a democracia se torna uma bandeira central? Vejamos em detalhe a história do PdC, que Oliveira Jr, em sua tese, definiu como

(...) um movimento de torcedores do Internacional que foi fundado em outubro de 2012 com o objetivo principal de resgatar o que é por eles considerado um atributo histórico do clube: as ligações da agremiação com as classes populares e os negros da cidade de Porto Alegre. [...]. Um ponto importante que notei ao longo do tempo é que o envolvimento de seus membros com o Povo do Clube parece ter algumas trajetórias parecidas: ex-membros, atuais participantes ou mesmo fundadores de torcidas organizadas, que delas se afastaram, mas acabaram voltando para a “vida” do clube por meio do movimento; integrantes de partidos políticos do espectro da esquerda (...); líderes ou participantes de movimentos sindicais (...); mulheres envolvidas em movimentos feministas e que levam para o grupo suas questões de debate a partir da participação da mulher no futebol e nos estádios (Oliveira Jr, 2017, p. 117).

Começamos avaliando o objetivo central do coletivo. Tomando a data de fundação, é importante fazer dois apontamentos cruciais: por um lado, o Internacional vivia um momento esportivo muito melhor do que o atual. Havia sido campeão do mundo em 2006 e de torneios sul-americanos no mesmo ano, além de 2007, 2008, 2010 e 2011. No cenário regional, mantinha hegemonia contra seu histórico rival. Por outro lado, o país começava a preparação para receber a Copa do Mundo FIFA em 2014 e o estádio colorado seria escolhido como uma das sedes da competição, tendo que passar por profunda reforma entre 2012 e 2014.

Impactada diretamente pelos megaeventos esportivos no Brasil, a política colorada se acirraria, produzindo atritos inclusive dentro do movimento que

conduziu o clube ao êxito esportivo¹⁸⁶. É o contexto de acirramento do faccionalismo interno no MIG, como abordamos logo antes. No âmbito das torcidas, os debates sobre os processos de “modernização” dos estádios de futebol, pautado sobremaneira pela Copa do Mundo, se afirmou (Toledo, 2013; Simões, 2017; Lopes & Hollanda, 2018), chegando a Porto Alegre e atingindo em cheio os colorados. Segundo fundadores do movimento, o Internacional passava por mudanças no começo da década passada, em um contexto que, de acordo com eles, buscou-se transformar torcedores em clientes (Oliveira Jr, 2017, pp. 117-118). Nesse sentido, é impossível ignorar que em 2004, em nome da segurança e do conforto, a coreia, setor mais popular do Beira-Rio, foi fechada, conforme já discutimos seções anteriores¹⁸⁷. No ano seguinte, o clube iniciou o processo de associação massiva de torcedores, passando de cerca de 10 mil sócios para os impressionantes 100 mil em 2009, ano do centenário da instituição.

Os planos sociais, o encarecimento dos ingressos e a transformação do Beira-Rio em um estádio “padrão FIFA”, para esses torcedores, compõem o cenário do afastamento da instituição de suas origens populares, sendo o momento em que o autodenominado “Clube do Povo do Rio Grande do Sul” traiu sua própria história, afastando-se dos torcedores mais pobres. Disso, advém a reivindicação de que esses torcedores são precisamente o “povo” – impactado pela “modernização” – do clube. Assim, o movimento entendeu que havia chegado a hora de “democratizar” a instituição, isto é, de torna-la novamente acessível ao povo que sempre foi parte significativa de sua história.

Nas eleições de 2014, uma chapa oposicionista montada em aliança com outro movimento mais tradicional no clube, permitiu a conquista de seus primeiros assentos no Conselho Deliberativo. Em 2016, desta vez sem pactuar com outros

¹⁸⁶ Diferenças a respeito da reforma do Beira-Rio são apontadas como os principais motivos da ruptura entre os ex-presidentes Vitório Piffero e Giovanni Luigi Calvario. Cf. “Eleição do Inter consolida ‘racha’ de grupo que comanda clube há 12 anos” disponível em <http://ge.globo.com/rs/futebol/times/internacional/noticia/2014/11/eleicao-do-inter-consolida-racha-de-grupo-que-comanda-clube-ha-12-anos.html> (acessado em 05/11/21).

¹⁸⁷ Para uma abordagem mais detalhada sobre estes aspectos, cf. **seção 5.2.3** quando discuti alguns dos efeitos da organização da Copa do Mundo de 2014 em clubes e torcidas como as ligadas ao Internacional.

grupos, o PdC aumentou sua presença na instituição, momento em que, devido ao número de conselheiros, passou a barganhar com a direção do clube (Oliveira Jr, 2017). Durante a gestão de Marcelo Medeiros, duas promessas de campanha do movimento puderam ser cumpridas: primeiro, uma modalidade inclusiva de associação popular chamada “Academia do Povo”¹⁸⁸, voltada a pessoas de baixa renda; segundo, a obtenção de um setor sem cadeiras no estádio destinado ao torcedor que prefere ver o jogo em pé¹⁸⁹.

A “elitização”, uma categoria muito mobilizada por esses torcedores, não pode ser desconsiderada. Lembremos que no Estatuto do Inter, fortemente influenciado por noções de cidadania, não há menção a torcedores, apenas a sócios. Há uma separação entre estes, mesmo que as duas categorias se confundam atualmente, dado que a maioria – talvez a totalidade – dos sócios também é torcedora. Os membros do quadro social – que cumprem suas obrigações com o clube – sempre tiveram seus direitos reconhecidos, diferentemente dos torcedores que com o processo de elitização foram excluídos do estádio.

A palavra “democracia”, trazida pelo PdC, originalmente esteve orientada pela compreensão de que a “elitização” dos estádios priorizou um determinado público, embranquecendo o Beira-Rio e inviabilizando a presença das classes mais pobres. Democracia vincula-se diretamente com uma noção do “povo” e de que o Inter é um clube popular. Não sem razão, Charuto – um homem negro e sem dinheiro, visto quase sempre ébrio nos jogos do Inter dos anos 30 na era Eucaliptos (Veríssimo, 2010) – e o *coreano* – o antigo frequentador do setor mais popular do Beira-Rio – são figuras constantemente mobilizadas como símbolos do coloradismo popular, bem como a proximidade do clube, em seu surgimento, com os territórios negros da cidade e com o carnaval.

¹⁸⁸ Como já vimos no começo deste capítulo, o valor mensal da associação é de R\$ 10,00, mesmo preço do ingresso. O plano está disponível para pessoas cuja renda é inferior a dois salários; ou que estão no Cadastro Único do Governo Federal; ou, ainda, matriculadas na rede pública escolar.

¹⁸⁹ Lembrando que após a reforma, todos os setores foram planejados para uma assistência sentada, o que provocou oposição das Torcidas Organizadas, visto que as cadeiras atrapalham suas performances musicais.

7.4. Nas classes dirigentes

7.4.1. DEMOCRATIZAÇÃO FUNCIONAL CONTEMPORÂNEA

Na tese “Politica y sociabilidad en un club social y deportivo de la ciudad de La Plata”, Julia Hang (2018) oferece um olhar original a respeito das formas de vínculo a uma associação civil social e esportiva no contexto argentino. Sem possuir um time de futebol, como as entidades que temos abordado nesta pesquisa, a autora mostra como associados e associadas vivem, no tradicional Club Universitario de La Plata, esferas do “social”, do “político” e do “desportivo”. Etnograficamente, ela indica como diferentes formas de pertencimento e de origem social, bem como trajetórias pessoais conformam, na relação com a associação, distintas moralidades. Há, segundo sua abordagem, quem vivencie o clube como espaço de sua sociabilidade de bairro, e quem, por outro lado, o tome apenas pela piscina utilizada para a natação ou pelos demais equipamentos esportivos. Há quem se sinta pertencente ao clube enquanto elemento de sua identidade pessoal enquanto também há aqueles que não sentem que fazem parte da vida social da instituição.

Trazendo isso para os atuais clubes de futebol do Brasil, podemos considerar que, entre os milhares de associados, teremos pessoas cujo vínculo acontece unicamente em função da possibilidade de ir aos jogos nos estádios. Por outro lado, teremos associados que herdaram de pais e avós uma relação umbilical com o clube. A partir dessa ideia, de que as formas de se relacionar e vivenciar o clube social são incontáveis em função dos diferentes pertencimentos pessoais, podemos avaliar que o espaço do “político” e da “democracia” não tenha uma valoração uniforme e homogênea em um quadro social que é diversificado em função de raça, gênero, geração, classe social e demais clivagens.

Torcedores, e também a literatura sociológica (Simões & Santos, 2018; Simões, 2022), por vezes colocam a discussão da participação política nos termos da democratização dos clubes de futebol. Sabendo que o “político” não é vivido uniformemente, sendo eventualmente ignorado por boa parte dos sócios, inclusive desprezado por quem argumenta que a “política” só atrapalha o “futebol”, penso que

podemos incluir um conceito adicional para pensar o estágio contemporâneo dessas sociedades esportivas: a noção de democratização funcional. antes empregada para outros contextos da esportivização, desta vez orientada para as discussões contemporâneas direitos de torcedores e associados.

Originalmente cunhada para descrever efeitos da popularização do futebol na Inglaterra do século XIX, a categoria analítica visava dar conta das reações das elites locais a partir do momento em que houve a consolidação do profissionalismo e dos clubes de operários (Elias & Dunning, 1992). Com isso, o requintado grupo dos *sportsmen* passaria dos não mais restritos espaços de prática do futebol para as classes dirigentes, tanto de clubes como de entidades organizadoras das competições, e para a prática de outros esportes que se mantiveram elitistas. No Brasil, essa categoria aparece com Leite Lopes (1995), em referência ao ingresso das classes subalternas e da população negra no eixo esportivo.

Considerando os clubes de Porto Alegre, discutimos em detalhe no **Capítulo 2** como o *foot-ball* passara de ser um modismo dos *clubs* de elite para, muito rapidamente, cair no gosto popular. Ali, procurei indicar a existência de dois conjuntos de agentes que se relacionavam com o esporte: os associados, que na primeira década do século XX eram os mesmos que dirigiam os clubes e praticavam o futebol; e os torcedores, cuja relação com o jogo se originava na impossibilidade de jogar e de se associar formalmente ao clube social. O torcer, no primeiro momento, competiu às mulheres. Ao menos foi isso o que indicou a pesquisa nos jornais da época, como procurei demonstrar no referido trecho da tese. Esses documentos descreviam os eventos sociais da época como *meetings* de sócios e *torcedoras*, sempre no feminino. Isso se devia à simples razão de que o *club* era composto estritamente por homens. As esposas e filhas desses *sportsmen* até frequentavam os *grounds* e as celebrações sociais visto que esses eram espaços privilegiados para a sociabilidade de suas classes. Elas, no entanto, eram tratadas como dependentes do marido ou do pai. Um bom exemplo da interdição é a história de Maria von Ockel que, apenas em 1918 no Internacional, foi, a primeira mulher a ser aceita como associada nesse clube. Como vimos no mesmo capítulo, mesmo que

aparentemente pertencesse a círculos sociais de distinção, isso só aconteceu devido a intermediação de um ex-presidente da instituição.

Nas décadas seguintes, curiosos e interessados passariam a ser presença constante nos campos de futebol. Muito embora não fossem aceitos como sócios assumiriam partido na disputa entre os clubes: se tornariam torcedores. Na primeira fase da popularização desse esporte, com sua difusão entre diferentes classes, com a incorporação de jogadores negros e, em especial, com a decadência do amadorismo em marcha acelerada, a prestigiada elite dos *clubs* abandonaria o céspede, mantendo o monopólio do dirigismo esportivo. Com quadros sociais também em crescimento, criariam estruturas burocráticas que viabilizassem a manutenção de espaços segregados, tanto do ponto de vista social quanto esportivo. Assim, tomando a história do Internacional como referência, veremos a criação de um Conselho Deliberativo em 1929, como também vimos no **Capítulo 2**. As principais decisões deixariam de ser tomadas pela participação direta nas assembleias gerais de associados, passando ao monopólio de um corpo mais seleto do quadro social.

Sem querer simplificar em excesso esses processos, e ciente de que está fora de alcance para essa investigação avaliar em detalhe os percalços do futebol porto-alegrense na primeira metade do século XX, importa considerar que nos anos 1940, Internacional e Grêmio já teriam órgãos específicos de direção, incluindo seus recém instituídos departamentos destinados à organização das torcidas. O Departamento de Cooperação e Propaganda (DCP) no Inter e o Departamento do Torcedor Gremista (DTG) no Grêmio. A essa altura, a distinção entre dirigentes, associados, torcedores e jogadores era bastante nítida nesses clubes.

No século atual, temos em curso avançado a influência decisiva do marketing sobre as antigas associações esportivas. Mais do que isso, a *comoditização* do futebol traz ao Brasil a possibilidade real de que várias dessas instituições centenárias sejam adquiridas por compradores nos próximos anos¹⁹⁰. Por ora, sem buscar avaliar como

¹⁹⁰ Desde 2021, após a lei das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), Cruzeiro, Botafogo e Vasco da Gama já passaram, após aquisição, por mudanças de formato jurídico. É difícil afirmar o que acontecerá no decorrer desta década e como cada clube debaterá o tema entre seus associados, mas, no momento, há indicativos de que outros sigam por caminho semelhante.

esse processo incidirá localmente sobre as diferentes associações do futebol brasileiro, quero assinalar o que pode ser uma nova forma de democratização funcional desencadeada a partir da massificação dos quadros sociais, incluindo aqui os clubes que expandiram a possibilidade de participação política aos planos associativos menos custosos, como os casos de Internacional e Grêmio. A hipótese trabalhada é a de que, embora essas eleições estejam ao alcance de colégios eleitorais com mais de 50 mil associados, a elite clubística tendo como espaço privilegiado as posições de direção.

7.4.2. COMO NOS VELHOS TEMPOS – ASSOCIAÇÕES DE MASSAS, PORÉM RESTRITAS

De forma resumida, o PdC, que temos tratados nas seções acima, é um grupo político de atuação institucional no Internacional que se origina posteriormente à implementação das estratégias de marketing que baratearam e popularizaram os planos de associação ao mesmo tempo em que encareceram o preço dos ingressos, restringindo o acesso ao Beira-Rio.

A trajetória desse movimento, das arquibancadas para o Conselho Deliberativo, nos coloca frente ao que, ao menos em teoria, poderia ser um reordenamento das classes dirigentes desse clube de futebol por meio do aumento dos quadros sociais e do conseqüente alargamento dos colégios eleitorais. O momento é paradoxal. Por um lado, elitização do estádio, por outro, extensão de quadro social, colégio eleitoral e eventual possibilidade de novos perfis sociais no Conselho Deliberativo.

Em sua tese, Simões (2022) propõe uma tipologia das formas de propriedades das entidades esportivas do futebol de espetáculo e aporta conceitos para pensarmos os processos atuais que têm iniciado a conversão de tradicionais clubes brasileiros em SAFs. Ele define, até o presente momento, como o modelo predominante dos clubes do país as associações civis de dois tipos: “popular” e “restrita”. No **Capítulo 2**, discutimos precisamente sobre o modelo jurídico de organização social, mostrando como o futebol em Porto Alegre teve início em clubes sociais de elite dedicados à prática esportiva e ao lazer e compostos exclusivamente por poucas

dezenas de homens das camadas sociais mais abastadas. O Internacional, cujo histórico recente foi descrito nesse mesmo capítulo, seria um exemplar da passagem do tipo “restrito” para o “popular”, em que o custo da associação é razoável e ocorre participação direta do associado nas eleições (2022, p. 126).

Talvez o termo “associação popular” seja um pouco exagerado considerando o crescente alheamento das classes populares, assim como o embranquecimento do Beira-Rio especialmente após o fechamento da coreia, setor em que os ingressos eram módicos às vezes até abonados com moedas regaladas por torcedores de outros setores. Nesse sentido, a modalidade “Academia do Povo”, possivelmente sem correlato nos demais clubes do Brasil, é uma incipiente iniciativa no sentido de atender parcela da torcida colorada.

As “associações restritas”, por outro lado, seriam aquelas em que os valores para ingresso no quadro social são mais elevados ou que restringem a participação política do associado.

Seguindo essa perspectiva, a expansão do quadro social dos clubes de futebol no Brasil, especialmente a partir dos casos de Internacional e Grêmio que ampliaram significativamente a parcela de associados aptos à participação política, poderia ser lida como um avanço democrático nessas entidades. Com mais cautela, poderíamos, em lugar de olhar para os quadros sociais, dirigir a atenção para as classes dirigentes dessas associações que, quase duas décadas depois das associações massivas – dos poucos milhares de sócios para uma centena de milhar – não sofreu, e tudo indica que dificilmente sofrerão, transformações significativas.

Continuando com o exemplo dos clubes de Porto Alegre, uma rápida olhada na nominata do Conselho de Gestão do Internacional eleito em 2020 para o triênio 2021-2023 revela o consistente predomínio de homens oriundos do setor empresarial, da advocacia e da política. Entre os 12 dirigentes designados para dirigir o clube, a maioria é oriunda dessas atividades profissionais (ver **Tabela 6**). Além disso, quase todos são associados desde tenra idade e, antes da posição de dirigente,

ocuparam assentos no Conselho Deliberativo do Inter¹⁹¹. Alessandro Barcellos, o presidente eleito para o Conselho de Gestão, é formado em Administração. Antes de assumir os cargos de vice-presidente de Finanças (entre 2017 e 2019) e de Futebol (em 2020) no Inter, atuou como chefe de gabinete de deputados estaduais e na presidência do Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran/RS) entre 2011 e 2013¹⁹². Foi filiado ao PT até pedir desfiliação em 2021, meses após assumir a direção do clube.

O pertencimento de classe social não é o único que restringe o acesso às posições diretivas dos clubes de futebol. A questão de gênero também. Muito embora o quadro social colorado esteja composto por aproximadamente 24% de mulheres, nenhuma faz parte da nominata do atual Conselho de Gestão colorado. O mesmo acontece no Grêmio¹⁹³. No caso do Inter, vale uma menção ao processo eleitoral de 2020, quando a conselheira Lenize Doval foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidência do Conselho Deliberativo desde sua criação. Isso aconteceu, pois, em meio às eleições, o então presidente da assembleia colorada decidiu concorrer à presidência do Conselho de Gestão, sendo obrigado, devido a este motivo, a renunciar ao cargo¹⁹⁴. Na questão racial, algo semelhante, somente homens brancos, tanto no Inter como no Grêmio, integram esses grupos altamente restritos de mandatários da associação esportiva.

¹⁹¹ Para uma breve ficha de cada um, cf. “Inter oficializa novos vice-presidentes...” disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/inter/noticia/2020/12/inter-oficializa-novos-vice-presidentes-para-o-trienio-2021-2023-ckjbtwyeoo88017wox2ccdqr.html> (acessado em 18/10/22).

¹⁹² Cf. uma breve biografia de Alessandro Barcellos em “Homem das finanças, relações políticas...” disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/inter/noticia/2019/12/homem-das-financas-relacoes-politicas-e-criador-da-balada-segura-quem-e-o-novo-vice-de-futebol-do-inter-ck44f4rjooimnoi9hg4son3ei.html> (acessado em 18/10/22).

¹⁹³ Olhando para o vizinho, veremos composição semelhante dos grupos dirigentes. À frente da direção gremista está Romildo Bolzan Júnior, no cargo de presidência desde 2015. Ex-presidente estadual do Partido Democrático Trabalhista (PDT), advogado e filho de ex-deputado, Bolzan Jr se tornou o mandatário desse clube após larga carreira na vida pública. Em 1982, elegeu-se vereador pela primeira vez em Osório. Depois disso, seria prefeito no mesmo município por três mandatos.

¹⁹⁴ Médica Veterinária, Lenize, aos 57 anos de idade, chegaria ao feito de se tornar a primeira mulher a comandar a mesa diretora do Conselho Deliberativo. Para conhecer detalhes desses eventos, vale cf. reportagens e entrevistas da conselheira em que ela narra sua trajetória política, desde o ingresso no movimento PdC até as eleições de 2020. Entre outros assuntos, descreve alguns dos diferentes ataques sofridos nesse período, refletindo sobre sua condição de mulher em um espaço historicamente dominado por homens. Ver “Quebrando tabus: Lenize Doval, a primeira mulher...” disponível em https://www.youtube.com/watch?v=kMQsbECiSiM&ab_channel=VozesdoGigante (acessado em 19/10/22).

Os laços de família são outro aspecto notável na trajetória dos dirigentes esportivos no Brasil. Isso pode ser percebido na recorrência de presidentes e vices cujos pais, tios ou avôs ocuparam posições semelhantes. Para seguir com o exemplo do Internacional, menciono dois nomes, vinculados a diferentes grupos políticos, que recentemente estiveram em evidência. O ex-presidente Marcelo Medeiros, cujo pai Gilberto Medeiros (de 1986 a 1987) e o tio Marcelo Feijó (de 1978 a 1979) também presidiram o clube; ou seu opositor João Patrício Herrmann que ocuparia a vice-presidência de futebol, também filho de um ex-mandatário, o presidente Eraldo Herrmann (de 1974 a 1975).

Ao longo de toda a tese, venho argumentando que os clubes de futebol não são mais as mesmas sociedades de finais do século XIX, muito embora sejam herdeiros da tradição associacionista de então. Na atual fase do futebol brasileiro, vimos que algumas dessas entidades, a partir da ampliação do quadro social motivada pela necessidade de incremento das receitas, permitiram o acesso de pessoas negras, mulheres e classes menos abastadas. Esse acesso, contudo, é limitado. Rearranjando-se nos clubes, as elites puderam manter a exclusividade de suas posições diretivas, acessíveis principalmente através de capitais familiares ou outros obtidos no meio empresarial ou político-partidário.

Tabela 6: Quadro do Conselho de Gestão que assumiu o Internacional em 2021¹⁹⁵.

Nome	Cargo	Ingresso no Quadro Social	Ingresso no CD	Profissão
Alessandro Barcellos	Pres.	1999	2014	Administrador
Dannie Dubin	1º VP	1996	2000	Empresário
Arthur Caleffi	2º VP	1997	1998	Administrador
Luiz Carlos Bortolini	3º VP	1997	2002	Engenheiro
Humberto Cesar Busnello	4º VP	1999	2000	Empresário
Cauê Vieira	Relacionamento Social (VP)	1997	2020	Advogado
Carlos Otacílio Selbach Massena	Planejamento (VP)			Administrador
Guilherme dos Reis Mallet	Jurídico (VP)	2006	2008	Advogado
João Patrício Herrmann	Futebol (VP)	1968 (Associado pelo pai ainda recém-nascido)	Conselheiro Nato (no CD há mais de 30 anos)	
Jorge Avancini	Marketing e Mídia (VP)	1962	1998	Empresário
Leandro Bergmann	Finanças (VP)	1998	2019	Administrador
Victor Grunberg	Patrimônio e Administração (VP)	2006	2018	Empresário

¹⁹⁵ Tabela elaborada a partir de informações disponíveis em “Entenda como funciona a eleição...”, ver <https://pasquimcolorado.com.br/2021/01/20/entenda-como-funciona-a-eleicao-do-inter-que-em-2020-bateu-recorde-nacional-de-votantes-entre-clubes-brasileiros/> (acessado em 16/11/22).

Capítulo 8

8. Torceres à distância

Estivemos discutindo no decorrer desta tese as formações de alguns agrupamentos de torcedores para pensar o que venho avaliando serem diferentes modalidades de *socialidades torcedoras* e suas lógicas próprias no contexto mais amplo dos clubes de futebol. Temos visto, inclusive em perspectiva diacrônica, como algumas destas associações esportivas, denominadas clubes, nascidas nos primeiros anos do século passado, extravasaram os limites de seus bairros e cidades para se tornarem entidades massivas que agregam milhares de sócios e milhões de torcedores. Neste sentido, elas foram – e continuam sendo – o ponto de partida para formação de uma comunidade ampla e diversa em torno do pertencimento clubístico.

Ao mesmo tempo, quanto mais se expandiram, mais perceptíveis estiveram os faccionalismos clubísticos, isto é, as tendências que, por outro lado, conduzem à produção do dissenso entre semelhantes. Vale dizer que essa produção de diferenças internas pode ser experimentada de muitas maneiras num mesmo clube de futebol, afinal cada socialidade torcedora encontra meios próprios para lidar com seus jogos de identidade/diferença. Já abordamos esse fenômeno nos processos que levaram ao surgimento das torcidas organizadas de futebol e na própria organização desses

agrupamentos. Agora, neste capítulo, abordaremos uma modalidade de organização torcedora que passou à margem do interesse acadêmico: os Consulados.

Páginas antes, vimos, de forma generalizada, como estes conjuntos de torcedores, na contramão das torcidas organizadas, têm sido estruturados a partir dos próprios clubes de futebol. Sob a responsabilidade de um cônsul ou de uma consulesa além de seus vices oficiais, eles devem ser a representação institucional fora da cidade. Como as nomenclaturas indicam, essas organizações oficiais reproduzem uma espécie de *forma-Estado*, conforme procurei ilustrar anteriormente na comparação com outras formações torcedoras.

Nas seções seguintes, trataremos, de forma pormenorizada, destas coletividades torcedoras no Internacional e no Grêmio. A exposição está ordenada em três seções: (1) Na primeira, apresenta o Departamento Consular desde a perspectiva dos dirigentes dos clubes de futebol, dando destaque para sua característica de associação burocrática de expansão territorial do clube; (2) na segunda, traz elementos socioeconômicos para pensar perfis de classe e raça mais recorrentes nesses grupos; e (3) na terceira, dirige o olhar para as histórias de torcedores em um Consulado do interior do estado, dando ênfase para seus valores – que incluem uma noção de “ajuda à comunidade local” – e para os meios pelos quais vivenciam suas diferenças internas.

8.1. O Departamento Consular aos olhos dos dirigentes

8.1.1. EXTENSÕES TERRITORIAIS E FORMAIS

Já vimos, brevemente em capítulos anteriores, como os Consulados são também uma forma de organização do torcer coletivizado na medida em que coordenam ou orientam a ação de torcedores e torcedoras em determinados espaços e temporalidades. Originados como formas de representação oficial dos clubes fora de

suas cidades, tornaram-se importantes eixos para a sociabilidade de colorados e gremistas. Na linha do que venho argumentando a respeito das tendências dos faccionalismos no futebol, isto é, dos movimentos que provocam dissenso dentro do pertencimento clubístico, podemos identificar a formação de sociedades torcedoras desde os impulsos desses clubes na direção de se fazerem presentes em todo o país. Grosso modo, ao serem designados por Inter ou Grêmio, cónsules e consulesas conformam coletividades locais do coloradismo ou do gremismo.

Previstos nos Estatutos Sociais e nos Organogramas institucionais, essas modalidades de organização assumiram formas complexas e elaboradas. Hoje há diferentes cargos que podem ser atribuídos. Além dos cónsules e consulesas gerais que assumem a chefia de Consulados avulsos, podemos mencionar o cónsul honorário, cujo título é atribuído em função da biografia e dos serviços prestados por antigos cónsules; o cónsul comunicador, atribuído a artistas ou comunicadores famosos que se assumem publicamente como torcedores dos clubes; e os coordenadores regionais que têm a responsabilidade de acompanhar a organização de conjuntos regionais de consulados.

Para compreender como essas sociedades torcedoras são pensadas pelos dirigentes que as organizam em suas entidades, conversei com Fernando Cofferi, Diretor Geral do Departamento Consular do Grêmio durante 2022 e Camila Silveira, sua assistente. Com pouco mais de 30 anos de idade, e oriundo de São Sebastião do Caí, um pequeno município de cerca de 21 mil habitantes situado a menos de 70 quilômetros de distância da capital gaúcha, a história de Fernando no clube teve início no Consulado de sua cidade, quando foi cónsul aos 18 anos. Depois disso, enveredou para a política partidária, elegendo-se vereador no mesmo município para dois mandatos entre 2013 e 2020, pelo MDB. Ele próprio foi capaz de elaborar a relação entre a visibilidade possibilitada pela atuação no Consulado e o sucesso eleitoral posterior: “Querendo ou não, [ser cónsul] me ajudou. Eu organizava as excursões. Quando eu era cónsul, eu não pensava em ser vereador, mas, querendo ou não, me ajudou”. E acrescentava: “Claro, entre os colorados prejudicava. Tinha colorado que não votava em mim por causa disso. Mas a visibilidade, na cidade como um todo, aumenta”.

Com experiência na política institucional clubística e partidária, o dirigente definiu os Consulados como instrumentos oficiais de representação do Grêmio em diferentes localidades e diretamente vinculados à figura do presidente do clube:

O Cônsul é um cargo de confiança não remunerado – mas do presidente. Se eu não concordo com o que o presidente faz, então o certo é eu não ser o representante dele. Claro, é muito difícil trocar tudo, mas, teoricamente, deveria ser assim (Fernando Coffferri, entrevista concedida em 24 de maio de 2022).

Embora não existam códigos de conduta rigorosamente detalhados para a atuação consular, o clube pode realizar alterações a partir daquilo que entende ser esperado de seus representantes. Neste sentido, estando sob atribuição do Conselho de Administração, condutas que sejam entendidas como opositivas à direção podem resultar em modificações.

Apesar disso, na entrevista, Fernando Coffferri ressaltou que desligamentos ou intervenções não são comuns. Via de regra, as alterações nos Consulados acontecem quando um representante entende que não tem mais o interesse em seguir com a responsabilidade de conduzir o Consulado. Os motivos que levam às mudanças são, quase sempre, de ordem pessoal e têm relação com uma diminuição da disponibilidade, em razão de outros compromissos, para se envolver com as atividades consulares. Outro motivo para isso pode ser ainda o baixo envolvimento do cônsul nas atividades que deveriam ser desempenhadas no Departamento Consular. Nesses casos, o acompanhamento dos Diretores Regionais, que conhecem em maior detalhe as especificidades de cada local, é decisivo para a avaliação, caso o trabalho de representação esteja aquém do esperado.

Aparte os usos considerados como indevidos do Consulado, o dirigente salientou que os processos de escolha dos representantes e seus assistentes, os vice-cônsules ou cônsules adjuntos, costuma ser por indicação quando se trata de uma localidade em que o clube não dispõe de representação. Em casos onde já existe um Consulado, a sucessão tende a ser definida pelo próprio cônsul e por seus colegas, não ocorrendo processos de eleição ou, ao menos em teoria, faccionalismos internos.

Ainda que não sejam obrigados a desempenhar atividades específicas, os cônsules tendem a realizar dois tipos mais gerais de ações: o primeiro inclui eventos públicos que normalmente são divulgados inclusive nas mídias oficiais do clube: são as excursões para jogos, as campanhas solidárias e as reuniões festivas e jantares de celebração do pertencimento clubístico em suas cidades. Menos frequente, mas ainda assim corriqueiro, são os Consulados que organizam a recepção do clube, quando o time se desloca a suas cidades. Isso pode acontecer em viagens internacionais, quando cônsules no exterior podem prestar até auxílio burocrático ao clube, ou deslocamentos domésticos, quando esses Consulados realizam eventos para comitivas de dirigentes.

No segundo tipo geral, poderíamos incluir ações mais internas, voltadas ao atendimento dos torcedores e sócios do clube. Trata-se de uma espécie de corpo a corpo com a comunidade local, pelo qual o cônsul busca aumentar o quadro social, satisfazer às dúvidas desses torcedores ou intermediar suas demandas na relação com o clube. Segundo o diretor gremista:

Nos Consulados não tem uma regra, assim “tu tem que fazer isso ou aquilo”. Na verdade, a função é desenvolver ações sociais, trazer mais sócios para o clube, trazer mais torcedores para o jogo. É aproximar o cara lá da ponta com o clube. Basicamente é isso. Então [a gente] tem esse representante lá que pode ajudar [a sanar essas questões]: “Como que eu faço pra ser sócio?, Como que eu faço pra comprar ingresso?”. (...) Então, ele faz esse elo entre o clube e o torcedor (Fernando Cofferi, entrevista concedida em 24 de maio de 2022).

As estratégias que Grêmio e Internacional empregam para a aproximação com seus torcedores situados “lá na ponta” do pertencimento clubístico não se restringem ao estabelecimento de um Consulado na localidade afastada. Fernando destacou também que a atuação do clube se pauta, em certa medida, pelos interesses demandados pelo conjunto da torcida. Exemplo disso, foi a criação, em 2018, dos Consulados Femininos, em que tanto a organização ficava a cargo de mulheres como os próprios fins se voltavam para o atendimento desse público. De acordo com ele, a pauta foi uma reivindicação expressa de torcedoras que buscavam espaços próprios para a participação no futebol:

Hoje tem os Consulados Femininos. Tem o Consulado Geral, que as mulheres podem participar evidentemente, mas, paralelo a isso, tem os Consulados Femininos, que foram criados até para dar um espaço para as mulheres se sentirem mais à vontade também. Porque, às vezes, no ambiente do Consulado o que a gente vê é o Cônsul homem e mais dez marmanjos atrás. Então, [para as mulheres] pode ser um pouco constrangedor. Por isso, foram criados os Femininos. Em todo caso, as mulheres podem participar dos dois. Inclusive tem Consulesa Geral que é mulher.

E essa ideia deu muito certo. Os Consulados Femininos hoje são mais atuantes que os gerais proporcionalmente. Isso porque as mulheres são mais engajadas em ações sociais, determinadas. Os marmanjos são mais: “se dá, dá. Se não dá, não dá”. As mulheres acompanham mais, vem mais ao jogo. A gente vê hoje, a presença feminina é quase meio a meio no estádio¹⁹⁶.

[Camila] Elas querem buscar o espaço delas. Mostrar que mulher também pode vir, também gosta de futebol. Elas entendem de futebol.

[Fernando] E foi uma coisa que deu super certo. Hoje nós temos já quase 100 Consulados Femininos (Fernando Cofféri e Camila Silveira, entrevista concedida em 24 de maio de 2022).

Figura 30: A Caravana Colorada para Consulados. Como atrações o mascote Saci, ex-jogadores, troféus e até o ônibus do clube.

A criação dos Consulados Femininos a partir da reivindicação de torcedoras representa um caso em que o Departamento procurou satisfazer às demandas advindas da “lá da ponta” do pertencimento clubístico.

O entretenimento também aparece como um meio pelo qual o clube atende a esses torcedores. Internacional e Grêmio, muitas vezes, disponibilizam ex-jogadores, réplicas de troféus, mascotes, grupos musicais e apresentadores enquanto atrações de festas



¹⁹⁶ É difícil aferir se a percepção do dirigente quanto a este dado corresponde às estatísticas. Em pesquisa sobre o perfil do público por variável gênero, Reale (2016) indicou, há cerca de 10 anos, que a presença de mulheres era aproximadamente de 26% no Olímpico e 17% na Arena.

consulares. São excursões, quase sempre ao interior do estado. Um exemplo disso é a Caravana Colorada (**Figura 30**) do Inter.

8.1.2. HISTÓRICO E CONTEXTO

Consulados são extensões oficiais dos clubes de futebol em localidades afastadas das sedes destas entidades esportivas. Como a nomenclatura adaptada diretamente da diplomacia dos Estados Nacionais indica, eles são organismos formais e oficiais. Fazendo alusão a esse léxico, o diretor Fernando Coffferri foi bastante ilustrativo: “os Consulados do clube são como os consulados de países. Eles representam o clube em determinada cidade, assim como o Consulado do Brasil no Japão, ou em outro país, representa o Brasil”.

Deste modo, sua coordenação fica a cargo de cônsules ou consulesas cujas nomeações são chanceladas nas instâncias competentes. No caso do Internacional, o Conselho Deliberativo, no caso do Grêmio, o Conselho de Gestão. Entre suas atribuições compete buscar novos associados ao clube, organizar ações solidárias com suas comunidades locais, excursões para jogos de futebol, assim como festas ou outros eventos de celebração do pertencimento clubístico em suas localidades.

É difícil precisar o momento em que surgiram os primeiros Consulados de clubes do futebol brasileiro e, mais especificamente, do Rio Grande do Sul. Tomando como referência as raras informações disponibilizadas sobre eles, poderíamos especular que esta forma de organização institucional tenha aparecido somente a partir do final dos anos 1940, conforme a menção do Grêmio, em seu site, aos 75 anos de existência de seu Departamento Consular¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Nesta etapa da pesquisa, entrei em contato com o Arquivo Histórico do Internacional, com historiadores, vinculados ou não a clubes de futebol, e ainda com o próprio Departamento Consular do Grêmio. Apesar da insistência, não obtive documentos ou informações detalhadas sobre a criação dos Consulados. Além disso, a pesquisa documental, através das atas dos clubes e de jornais da cidade, foi inviabilizada logo no início da pandemia, o que me obrigou a fazer adaptações metodológicas tanto para a abordagens desses grupos como de outras coletividades torcedoras. De qualquer modo, desejo registrar aqui a possibilidade futura de novas avaliações a partir da pesquisa desses documentos.

Conforme venho afirmando, desde os capítulos anteriores, a ausência de maiores detalhes sobre estas coletividades tem certa relação com a própria desconsideração das mesmas enquanto torcidas de futebol. Já vimos, na revisão da literatura, como os Consulados não são mais do que nota de rodapé na historiografia dos torceres, que enfatizou principalmente as Torcidas Organizadas Independentes e seus valores. É muito provável que esta invisibilidade decorra, em boa medida, dos contornos regionalizados, pois parece evidente que se trata de uma forma de organização muito mais disseminada entre gremistas e colorados do que entre outros torcedores nacionais.

Não por acaso, um dos poucos olhares sobre os Consulados foi o de Damo (1998), em meados dos anos 90, quando já identificava os cônsules e vice-cônsules como legítimos representantes do clube entre os torcedores e os sócios de suas cidades. Nessa abordagem, acrescentou que, sendo representações oficiais do clube, os cônsules figuravam numa posição intermediária: nem torcedores anônimos, nem ilustres. Eram, por um lado, bastante reconhecidos localmente, sem gozar do mesmo prestígio em seus clubes. Mais adiante, abordaremos detidamente as características de cônsules e consulesas, bem como dos demais participantes desses grupos.

Por ora, interessa dizer que, apesar de não termos muitos dados sobre a origem dos Departamentos Consulares, há bons indícios para acreditar que esta modalidade de arranjar torcedores e sócios dos clubes tenha ligação com o momento em que o futebol já via a consolidação do profissionalismo no país. No **Capítulo 2**, insisti na importância de olharmos para os processos que transformaram os restritos e elitizados *clubs* sociais de *sportsmen* em associações complexas, burocratizadas e massivas. Nesta direção, a rápida popularização do esporte enquanto um dos lazeres mais apreciados no contexto urbano brasileiro conduziu à formação de departamentos voltados a agregar e arregimentar torcedores. Nos anos 1940, alinhados aos preceitos disciplinares do Estado-Novo, primeiro o Internacional e depois o Grêmio tiveram órgãos próprios para isso: respectivamente, o Departamento de Cooperação e Propaganda (DCP) e o Departamento do Torcedor Gremista (DTG).

Essa década seria também o momento em que os clubes da capital se tornariam os mais destacados do estado. Antes disso, também vimos como o Rio Grande do Sul teve um desenvolvimento futebolístico peculiar em relação ao restante do país. Aqui, o futebol se originou simultaneamente em muitos pontos, desde as bordas para o centro, com a vanguarda das regiões da campanha e do sul gaúcho a partir da decisiva influência do Uruguai, país limítrofe onde este esporte se popularizou ainda no século XIX. Assim, apenas com o profissionalismo afirmado que a dupla Gre-Nal passaria a monopolizar os certames estaduais até a projeção aos circuitos nacionais nos anos 50¹⁹⁸.

Não seria, portanto, absurdo situar a criação dos Departamentos Consulares ao final dos anos 1940, já na etapa em que os clubes da capital começaram a transbordar os limites citadinos, dando início ao processo de extensão de seus territórios simbólicos ao interior do estado

8.1.3. O AVANÇO TERRITORIAL DO GRENALISMO

Internacional e Grêmio atualmente contam com cerca de mil Consulados cada espalhados pelo Brasil e pelos demais continentes. São números impressionantes, ainda mais quando colocados em perspectiva com os de outros clubes do futebol brasileiro. Pesquisando por essa forma de organização em outros locais, foi possível ver que nem todas as associações esportivas a empregam. Entre aquelas que organizam Consulados, destacam-se o Flamengo, dono da maior torcida do Brasil, com menos de 500 representações. Depois, o Palmeiras que soma algo em torno de 150 e o Atlético Mineiro que não chega a 100 Consulados na totalidade.

O modo como os Consulados são enquadrados no organograma desses clubes nem sempre coincide com o que se vê nos casos de Inter e Grêmio. No Flamengo,

¹⁹⁸ Vimos anteriormente como até os anos 1930 cidades interioranas tiveram importante protagonismo no circuito estadual. Algumas delas, em especial aquelas mais sintonizadas com as tendências do Rio da Prata, anteciparam as contratações e a profissionalização dos jogadores. Duas décadas depois, porém, quando surge a Taça Brasil (1959-1968), a primeira competição anual que reunia apenas campeões estaduais, estabelecendo assim um circuito regular para o futebol nacional, Grêmio e Internacional já compõem a elite local do Rio Grande do Sul. Afirmada regionalmente, a dupla se projeta a um novo circuito enquanto que os interioranos ficam à margem desse processo.

embora agenciado pelo clube, o projeto é definido como de “movimentos espontâneos de torcedores rubro-negros”, onde se espera a reunião de aficionados, o incremento de associados e até a observação de jogadores para o futebol de base. Além disso, teve início em 2008, sob a nomenclatura de “Embaixadas da Nação”. Somente em 2016, surgiram os Consulados do clube¹⁹⁹, mais aos moldes de uma campanha de marketing do que propriamente como extensão da entidade esportiva, visto que sequer constam no Estatuto Social desse clube.

Tendo quadros consulares muito mais amplos e antigos do que os demais clubes brasileiros, esse modo de organização parece ser um traço que distingue as sociedades esportivas gaúchas em relação ao restante do país. Diferentemente do Flamengo que alcançou um número importante de Consulados e Embaixadas, na dupla Gre-Nal, eles constam nos respectivos Estatutos Sociais, como organismos desses clubes, e desempenham funções sociais de representação oficial da instituição.

A organização consular demonstra semelhanças com outra maneira institucional de representação identitária conhecida no Rio Grande do Sul: os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), expoentes do tradicionalismo gaúcho. Criados no final dos anos 40, a partir da iniciativa de jovens interioranos que buscavam fundar na cidade de Porto Alegre um espaço recreativo onde pudessem “arrefecer o saudosismo do mundo rural que haviam deixado para trás” (Damo, 1998, p. 197). Uns anos depois, Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e outros que deram início a esses espaços de sociabilidade seriam reconhecidos como ideólogos do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), fundado em 1961. Enquanto organização formal, conseguiriam impor com êxito uma imagem de gauchidade orientada pela figura do gaúcho da Campanha ao mesmo tempo em que apagaram a presença de outros sujeitos históricos, como negros e indígenas (Oliven, 1992).

O tema é complexo e, até hoje, motivou inúmeros debates, estando, sem dúvidas, fora de minhas pretensões explorá-lo por aqui. Importa dizer, no entanto,

¹⁹⁹ Essa e outras informações foram obtidas na página Embaixadas e Consulados do clube, disponível em <https://embaixadaseconsulados.com.br/flamengo/embaixadas-e-consulados-da-nacao> (acessado em 26/09/22).

que o supracitado MTG, com aproximadamente seis décadas de atuação, congrega quase 4 mil CTGs espalhados pelo Brasil e pelo Mundo. São cerca de 1.700 no Rio Grande do Sul, 800 no restante do Brasil e 1.200 no exterior²⁰⁰. Esses Centros Tradicionalistas, enquanto entidades filiadas ao tradicionalismo, se propõem a “preservar a identidade gaúcha” e se reúnem em organizações regionais, os MTGs locais²⁰¹, realizando concursos e competições entre si.

De maneira semelhante, os clubes da capital também recorreram a células de representação oficial para impulsionarem seus expansionismos territoriais. Esse movimento, semelhante ao tradicionalismo, poderia ser chamado de grenalismo, que é tanto o cultivo de uma tradição local (o Gre-Nal) quanto uma maneira de assentar vínculos territoriais. Tamanho expansionismo pode ser confirmado pelos números. Dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, contabilizei a presença consular colorada em 353 deles, e a gremista em 341, o que significa a presença oficial e formal da dupla em cerca de 70% das localidades do estado²⁰². Tanto um como outro contam com cônsules e consulesas nas mais diferentes regiões: extremo sul, sudeste, sudoeste, região central, nordeste, noroeste, litoral e região metropolitana de Porto Alegre.

No mapa a seguir (**Gráfico 9**), compilei cada um dos municípios alcançados. A cor roxa representa os locais em que há representações consulares dos dois clubes. Em vermelho, locais em que aparece apenas o Internacional e, em azul, aqueles alcançados apenas pelo Grêmio. Com a preferência massiva dos torcedores do interior, a dupla Gre-Nal se distribui, aparentemente, de forma uniforme pelo estado. Inclusive em municípios que possuem clubes locais com importantes contingentes de torcedores, como Pelotas, Caxias do Sul ou Santa Maria, colorados

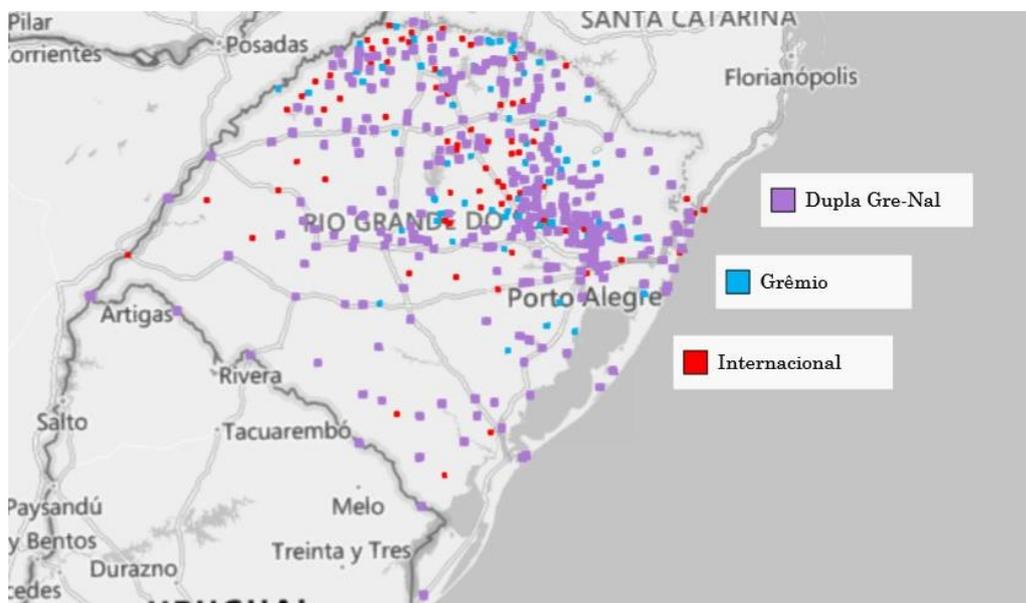
²⁰⁰ Sobre esse levantamento, cf. a matéria “Gaúchos espalhados pelo mundo encontram formas...” disponível em [https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/semana-farroupilha/noticia/2020/09/gauchos-espalhados-pelo-mundo-encontram-formas-criativas-de-manter-os-costumes-do-rio-grande-do-sul-apesar-da-distancia-ckey3vkpg000501617w8jd1kv.html#:~:text=CTGs%20trazem%20a%20identidade%20ga%C3%BAcha%20pelo%20mundo&text=Atualmente%2C%20existem%20mais%20de%203,Ga%C3%BAchas%20\(CTGs\)%20no%20mundo](https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/semana-farroupilha/noticia/2020/09/gauchos-espalhados-pelo-mundo-encontram-formas-criativas-de-manter-os-costumes-do-rio-grande-do-sul-apesar-da-distancia-ckey3vkpg000501617w8jd1kv.html#:~:text=CTGs%20trazem%20a%20identidade%20ga%C3%BAcha%20pelo%20mundo&text=Atualmente%2C%20existem%20mais%20de%203,Ga%C3%BAchas%20(CTGs)%20no%20mundo). (acessado em 27/09/22).

²⁰¹ A entidade tem representações específicas para Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Planalto Central e Amazônia Ocidental.

²⁰² Esta contagem foi realizada no primeiro semestre de 2021 nas seções destinadas aos Consulados dos sites de ambos os clubes.

e gremistas são maioria e recebem a presença dos Departamentos Consulares. Tendo isso em vista, a distribuição dos Consulados parece ter uma relação mais direta com as diferentes densidades demográficas do Rio Grande do Sul. Comparativamente, é possível ver maior concentração de Consulados na metade norte, onde estão a maioria dos municípios, do que na metade sul, onde eles são mais extensos e menos densamente povoados

Gráfico 9: Distribuição de Consulados da dupla Gre-Nal pelo Estado.



8.1.4. GAUCHISMOS A PARTIR DO FUTEBOL

A presença da dupla no restante do território nacional também é significativa. Com exceção do estado do Amapá, o Internacional está representado nas demais 25 unidades da federação. Ao todo, são 471 municípios alcançados pelos Consulados colorados. O Grêmio só não está representado no Amazonas e aparece em 245 municípios no resto do país.

Depois do Rio Grande do Sul, os estados da região sul são aqueles em que os Consulados estão mais disseminados. Primeiramente, Santa Catarina com 104 municípios com a presença colorada, e 111 com a presença gremista. Números que representam cerca de um terço dos 295 municípios do estado vizinho. Em seguida,

vem o Paraná, com 81 municípios alcançados pelo Inter e 53 pelo Grêmio. A grande presença da dupla nesses estados pode ser pensada a partir da importante influência do Rio Grande do Sul sobre ambos, especialmente no oeste catarinense e no oeste paranaense. Nessas regiões, a presença dos clubes atinge níveis semelhantes aos vistos no interior do Rio Grande do Sul, ao menos no que diz respeito à presença de Consulados, como podemos ver no mapa abaixo (**Gráfico 10**), onde trago a localização dos quase 500 Consulados colorados espalhados pelo Brasil:

Gráfico 10: Consulados do S.C. Internacional fora do Rio Grande do Sul.



Na região Sul do país, a presença consular de Inter e Grêmio é semelhante em termos numéricos. Quando elencadas as outras regiões, percebemos que hoje os colorados possuem mais representações espalhadas. São 286 municípios, enquanto há 86 no lado gremista. Nessa distribuição, temos um quadro com leve variação por região:

Tabela 7: Número de municípios alcançados pelos Consulados da dupla Gre-Nal no Brasil.

<i>Região</i>	<i>INTERNACIONAL</i>	<i>GRÊMIO</i>
<i>SUL</i>	538	505
<i>CENTRO-OESTE</i>	50	29
<i>SUDESTE</i>	145	23
<i>NORDESTE</i>	53	20
<i>NORTE</i>	38	9
<i>TOTAL</i>	824	586

As diferenças mais notáveis aparecem na região Sudeste, onde o quadro colorado é substancialmente maior do que o gremista. Apesar disso, não há motivos consistentes para acreditar que essa discrepância tenha relação direta com presumíveis características socioeconômicas próprias de gremistas e colorados. Pesquisas anteriores (Damo, 1998; 2005) já avaliaram que, apesar de a imagem do Internacional ser considerada mais popular na comparação com o Grêmio, tanto um como outro se popularizam entre todas as classes sociais, transpondo questões raciais. Nesse sentido, avalio que seria raso supor que a maior presença consular colorada em São Paulo ou Minas Gerais tenha relação com uma suposta predileção dos sudestinos pelo Internacional.

Em vez disso, é mais plausível considerar que a diferença numérica seja devida a uma maior flexibilidade para acesso ao quadro consular colorado. Isso pode ser constatado no maior número de Consulados do Inter em todas as regiões. De qualquer maneira, fora da região Sul, a dispersão formal dos clubes parece seguir as lógicas da própria distribuição demográfica do país, concentrando-se no entorno das cidades mais populosas. Assim, esses locais, por, provavelmente, receberem em média maiores contingentes de migrantes gaúchos, têm também a presença dos clubes gaúchos. É deste modo que o Internacional aparece em Minas Gerais (com 63 municípios), São Paulo (57) e Rio de Janeiro (18).

Na contramão dessa tendência, temos a região Centro-Oeste, que no caso do Grêmio, é a segunda com mais municípios atendidos. Apesar da baixa densidade demográfica, a dupla aparece com força especialmente no estado do Mato Grosso. Entre Consulados de um e de outro, são mais de 40 representações oficiais em um

estado territorialmente extenso que comporta 141 municípios. Isso poderia ser explicado pelo intenso deslocamento de gaúchos vinculados ao agronegócio em direção ao oeste e ao norte nas últimas décadas (Almeida, 2013; Santos, 1993).

Gráfico 11: Área de abrangência dos Consulados de Inter e Grêmio.



Para testar a hipótese de que os Consulados, fora da região Sul, são sociedades de torcedores gaúchos espalhados pelas mais variadas regiões do Brasil, realizei entrevistas pelo telefone com cónsules de Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE) e Palmas (TO), capitais muito diferentes entre si, mas que congregam centenas de torcedores da dupla Gre-Nal. Embora suas trajetórias pessoais fossem circunstanciais, quando indagados se eram gaúchos, os três responderam que sim, indicando, mesmo sem que houvessem sido perguntados, a localidade de nascimento. Quando perguntei sobre a quantidade de pessoas que seus Consulados atendiam e quantas delas não possuíam qualquer vínculo com o Rio Grande do Sul, os três afirmaram que o número não passava de um terço: 10% segundo o cónsul de

Palmas; 20% segundo o do Rio de Janeiro. Corroborando com isso, o cônsul de Fortaleza foi bastante enfático: “Tem muito gaúcho aqui! Tu não faz ideia! Na fase boa do time, a gente já colocou 3 mil pessoas no Castelão”, e acrescentou: “Aqui tem fábrica da Grendene, então tem muito gaúcho mesmo”.

A referência feita uma empresa calçadista fundada no Rio Grande do Sul, mas que a sede atualmente está em Sobral, no interior cearense, indica que os Consulados são também espaços de sociabilidade em que, não apenas o clubismo é celebrado, mas também o gauchismo. Semelhante ideia foi expressada pelo cônsul tocantinense, ao reiterar que o Consulado é bom para acompanhar o time, mas também para matar a saudade do Rio Grande do Sul.

Não é simples afirmar com precisão se é a dupla Gre-Nal ou o gauchismo que se expande territorialmente através dos Departamentos Consulares. O fato é que esses elementos parecem estar diretamente ligados à medida em que esses clubes se converteram em mais um elemento do regionalismo. Assim, muito embora a dupla Gre-Nal tenha chegado aos milhões de torcedores espelhados pelo Brasil, as entrevistas supracitadas indicam que estes seguem sendo predominantemente clubes de gaúchos.

Ao mesmo tempo, as centenas de Consulados espalhados pelo Brasil podem ajudar a desconstruir a ideia de que as migrações massivas de gaúchos tenham se dado exclusivamente em direção ao Oeste e ao Norte do Brasil. Essa percepção parece se fundamentar na consistente presença de agricultores e pecuaristas oriundos do Sul do país em Rondônia, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso sobretudo. Efetivamente, essa impressão acaba sendo realçada pela presença volumosa dos CTGs, acima referidos, que se concentram principalmente nas regiões brasileiras entendidas como de “colonização gaúcha”. Comparando, na **Tabela 8**, a presença de Consulados com CTGs, é possível notar o desajuste:

Tabela 8: Distribuição de Consulados e CTGs por regiões do Brasil.

<i>Região</i>	<i>Consulados de Inter/Grêmio</i>	<i>CTGs no Brasil</i> ²⁰³
<i>SUL</i>	1043	2668
<i>CENTRO-OESTE</i>	79	75
<i>SUDESTE</i>	168	39
<i>NORDESTE</i>	73	11
<i>NORTE</i>	47	41
<i>TOTAL</i>	1410	2834

Vemos que, nas regiões Centro-Oeste e Norte, o número de Consulados da Dupla Gre-Nal é semelhante ao número de entidades tradicionalistas filiadas ao MTG, nas regiões Sudeste e Nordeste o mesmo não acontece. A presença de Consulados é consistente, embora quase sempre desacompanhada dos CTGs, cuja expansão se deu, efetivamente, em direção ao Oeste e ao Norte do Brasil. Assim, é possível aventar que os Consulados de torcedores de Inter e Grêmio reproduzem a sociabilidade entre gaúchos e o gauchismo em uma acepção mais ampla. O tradicionalismo, por outro lado, se sobressai em algumas das regiões que receberam as migrações gaúchas, enquanto que em outras não.

De qualquer modo, as reuniões de torcedores organizados por via consular em diferentes pontos do país, impulsionam também excursões e idas a jogos de Inter e Grêmio em todas as regiões, o que quase sempre possibilita que esses clubes tenham centenas de torcedores quando jogam como visitantes em Cuiabá, Goiânia, São Paulo ou demais localidades. Esses deslocamentos foram detalhados pelo cônsul cearense: “Quando temos jogos aqui, os outros Consulados vêm. Vem gente do interior, do Piauí, de outros estados”.

Analisando os boletins financeiros do Campeonato Brasileiro de 2022, disponíveis no site da CBF, é possível constatar que o Internacional costuma ter, contra qualquer um de seus adversários, no mínimo uma centena de torcedores

²⁰³ Dados de 2015 referente especificamente a CTGs, compilados por reportagem do G1, disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/semana-farroupilha/2015/noticia/2015/08/quase-40-dos-ctgs-estao-fora-do-rs-confira-mapa-do-tradicionalismo.html> (acessado em 30/09/22). Como é possível existir mais de um CTG por município, decidi comparar a totalidade de CTGs com a totalidade de consulados da dupla Gre-Nal.

quando joga como visitante. No estado de São Paulo, contra Bragantino, Santos e Corinthians, a torcida comprou cerca de 500 entradas nos setores visitantes. Nas rodadas, contra Palmeiras, Athletico Paranaense e Avaí, adquiriu mais de 1.000 ingressos.

Ainda assim, a presença como visitante chama mais atenção em localidades como Goiás e Mato Grosso. Embora sejam estados muito afastados geograficamente de Porto Alegre, o setor de torcida colorada foi superior a 20% do público total contra Atlético Goianiense e Cuiabá. Lá, a presença dos clubes gaúchos consegue concorrer em pé de igualdade com os clubes locais. Nesses jogos, foram respectivamente 1.100 e 1.600 entradas adquiridas pelos colorados. Ainda que proporcionalmente a presença de torcedores gaúchos seja maior nesses locais, tem-se números semelhantes aos que são vistos em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador ou demais localidades que sejam visitadas pela dupla Gre-Nal.

8.2. Perfis dos Consulados do interior do estado

8.2.1. SOCIEDADES TORCEDORAS E EXCURSIONISTAS

Quando entrevistei os cônsules de Palmas (TO), Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ) perguntei, a cada um, com que frequência vinham aos jogos de seus clubes em Porto Alegre. Sendo um deles gerente de marketing e os outros dois advogados com vidas profissionais estabelecidas nessas cidades, todos coincidiram em afirmar que suas vindas eram esporádicas, o que, com sorte, possibilitava assistir a um ou a dois jogos por ano no Rio Grande do Sul. Por outro lado, no caso de Fortaleza e Rio de Janeiro, os jogos nas suas cidades, que ocorrem uma, duas ou até três vezes por ano, apareceram como a experiência mais recorrente do torcer nos estádios.

Uma hipótese para o sucesso dessas organizações dos torcedores gremistas e colorados que residem longe do Rio Grande do Sul passa pela relação que o futebol estabeleceu com noções de gauchidade, a medida em que os Consulados se

constituíram em espaços de sociabilidade para gaúchos, conforme os depoimentos desses cônsules, que indicam a presença maciça de migrantes em seus grupos. Nesse sentido, o grenalismo, assim como o chimarrão ou o churrasco, foi convertido em um símbolo do regionalismo, não necessariamente tradicionalista, na acepção de tradicionalismo dos MTGs. Em razão disso, poderíamos cogitar a hipótese de que, onde há a sociabilidade face a face entre gaúchos, excetuando-se cidades muito pequenas ou distantes e no exterior nas quais o contingente é exíguo, a rivalidade induz à criação de um Consulado para cada metade, dado o nexos com o gauchismo. Assim, de modo até inesperado para os torcedores, o avanço territorial de um implica no avanço do rival, afinal o grenalismo consiste em pertencer ao Grêmio por oposição ao Inter e vice-versa.

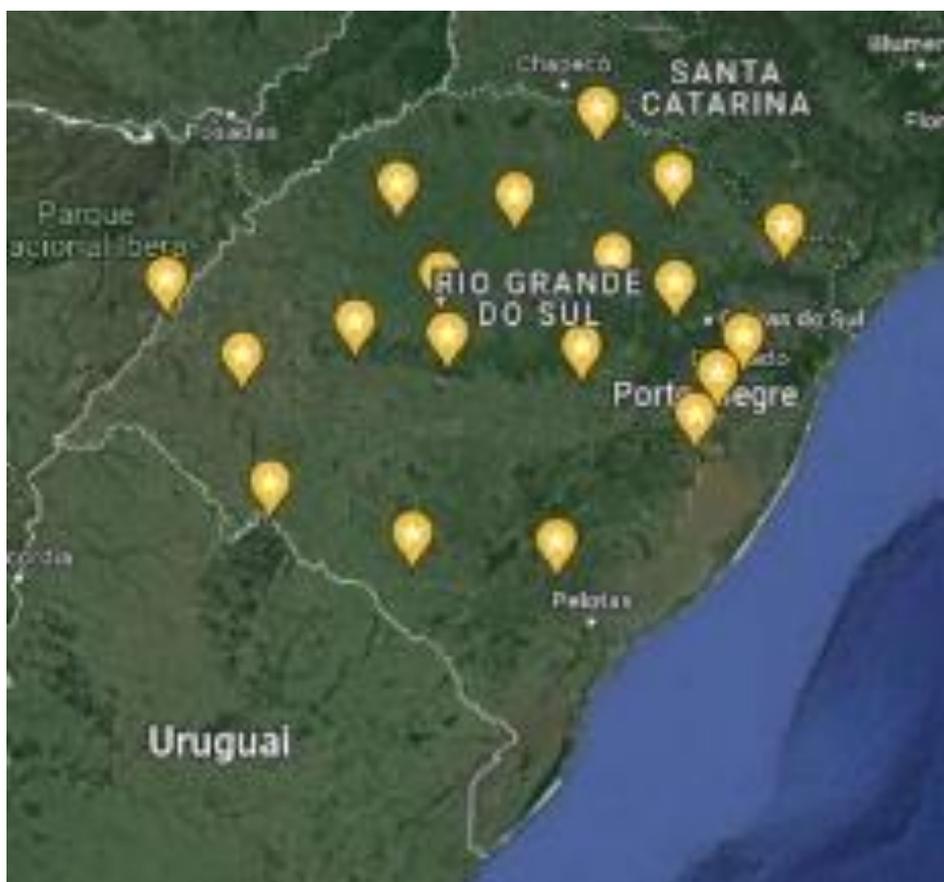
A questão do território parece fundante para esse tipo de organização torcedora. Em meu diálogo com o Departamento Consular gremista, escutei também que, no caso dos Consulados no exterior, muitas vezes, são formados por sócios que estão se mudando para outro país e se interessam pela possibilidade de levar a representação do clube a outros lugares. Sendo pouco provável que os times porto-alegrenses viagem para jogar nesses países de destino e, menos provável ainda, que esses cônsules consigam agregar sócios estrangeiros para a dupla Gre-Nal, a maior motivação apontada é o desejo de – estando longe de casa em um fuso horário que, em alguns casos, é muito diferente – ter um recurso que possibilite reunir torcedores nessas regiões, tendo o futebol como esse laço de familiaridade. Assim, nos Consulados mais afastados do Rio Grande do Sul, frequentar os jogos nos estádios não aparece como o único motivo para a adesão ao coletivo. Nesses casos, é preciso inserir nessa equação a possibilidade de “matar a saudade” de casa e se reunir com conterrâneos através dessa modalidade coletivizada do torcer.

Dentro do Departamento Consular, mas no polo oposto do modo de relação com o clube de futebol, temos os Consulados situados no Rio Grande do Sul. Nesses grupos, a marca do gauchismo perde espaço na composição do social, visto que a “saudade do Rio Grande do Sul” não é um elemento que orienta a adesão de torcedores. Diferentemente das localidades muito afastadas de Porto Alegre, nas quais as vindas aos jogos são pouco viáveis, a maior parte dos Consulados

interioranos têm nas excursões como suas principais atividades. Esses grupos são, por essência, sociedades torcedoras e excursionistas, isto é, associações de torcedores nas quais viajar para os jogos é um dos fins principais de suas formações.

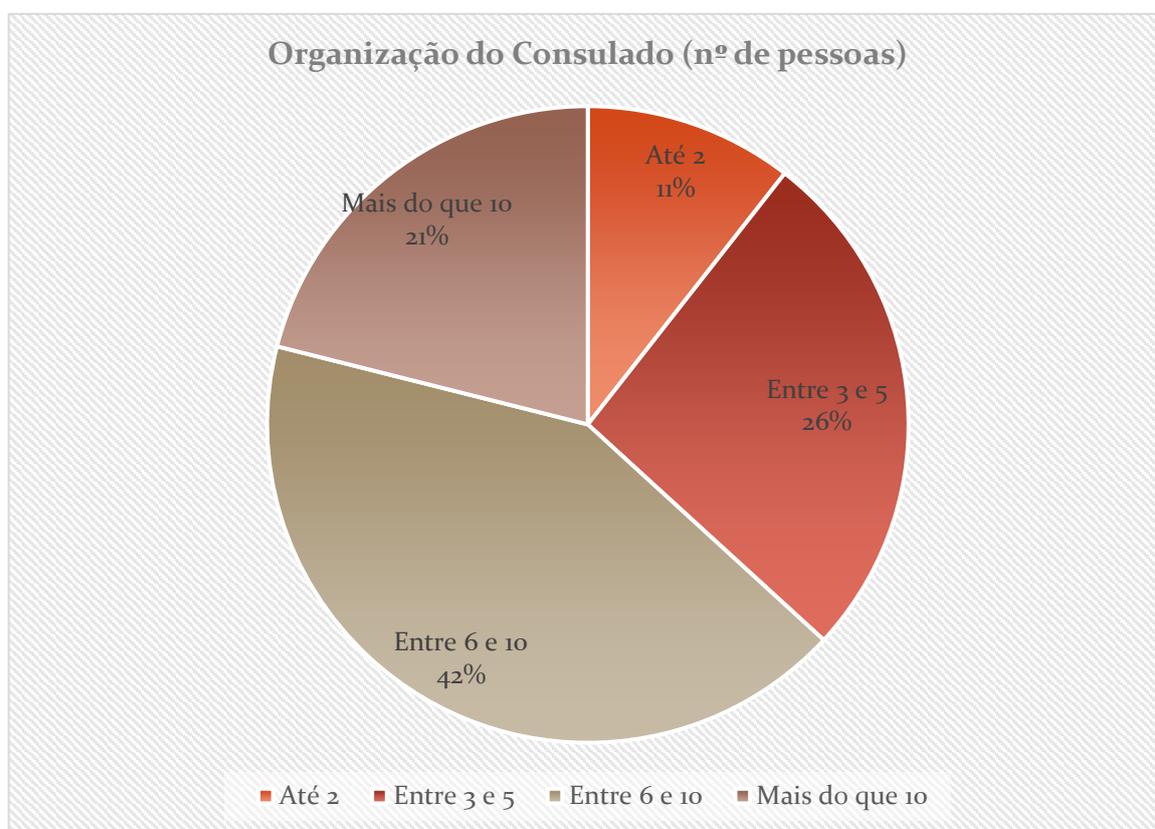
Para produzir dados que possibilitassem conhecer melhor uma fração das centenas de Consulados interioranos, apliquei, durante o mês de setembro de 2022, um questionário para 16 cônsules e 3 consulesas, incluindo diferentes regiões do estado e perfis demográficos. Do total de 19 municípios consultados, 3 tinham até 10 mil habitantes, 5 tinham entre 10 mil e 50 mil habitantes, 7 deles tinham entre 50 mil e 100 mil habitantes e 4, cujas populações eram superiores a 100 mil habitantes.

Gráfico 12: Consulados entrevistados.



O primeiro aspecto relevante que pretendo destacar a respeito da concepção dos Consulados na perspectiva das pessoas que os vivenciam no interior do estado em suas rotinas cotidianas é o caráter coletivo. Ainda que, desde a perspectiva dos clubes, o Consulado possa ser composto tão somente pelo Cônsul designado à representação na localidade, normalmente eles reúnem agrupamentos restritos de pessoas. A partir da amostragem, são, em média, 8 pessoas. O seguinte gráfico (**Gráfico 13**) apresenta os tamanhos desses Consulados do interior:

Gráfico 13: Quantidade de participantes dos Consulados.



Apenas dois cônsules entrevistados responderam que organizavam sozinhos as atividades ou acompanhados de mais uma pessoa. Em ambos os casos, tratavam-se de Consulados inaugurados ou reinaugurados a menos de um ano, de maneira que os entrevistados alegaram que, ao menos por enquanto, não havia um grupo formado. Esse dado reforça a ideia de que os Consulados são espaços de sociabilidade em que o interesse de seus organizadores é compartilhar diferentes experiências do pertencimento clubístico. Em outros casos, podemos ver grupos maiores para os parâmetros consulares: três representantes afirmaram ter a

companhia de outros 15 ajudantes; outro indicou que o grupo era de cerca de 20 pessoas.

Como coletividades torcedoras, relativamente restritas se comparadas com as volumosas torcidas organizadas que congregam centenas e até milhares de participantes, a relação com o jogo de futebol tem sua centralidade. Quando questionados quanto às vindas ao estádio, à exceção de um dos cônsules, os demais afirmaram que vêm a Porto Alegre para as partidas rotineiramente, sendo que quase a metade dos entrevistados indicaram vir sempre a mais do que 10 jogos por temporada, configurando uma frequência assídua, apesar da necessidade de deslocamentos intermunicipais.

Quanto ao meio de transporte utilizado, verificou-se equilíbrio entre aqueles que se deslocam preferencialmente em ônibus de excursão e aqueles que recorrem à carros particulares. Para entender como é feita a escolha do meio de deslocamento, podemos citar dois aspectos preponderantes: o carro tende a ser empregado por cônsules de municípios menores onde as chances de conseguir interessados para a viagem é menor; o carro também é preferido por cônsules de municípios próximos à capital, de modo que o deslocamento individual ou em pequenos grupos é o mais viável. Excepcionalmente, podemos citar um Consulado entrevistado da região metropolitana em que o Uber foi apontado como o meio mais recorrente. Podemos ver esses dados nos **Gráficos 14 e 15**.

De um total de 19 entrevistas, 14 responderam que assistem no estádio mais do que 6 jogos por ano, o que resulta em uma média de ao menos um deslocamento a cada 2 meses. Embora a maioria de cônsules e consulesas tenha afirmado que costumam utilizar veículo próprio, quase todos responderam que essas vindas acontecem com outros torcedores no mesmo carro ou em comboios. Três deles disseram que também utilizam ônibus de excursão do Consulado quando há esta possibilidade. Para corroborar com a ideia de que excursionar constitui uma das atividades centrais dos agrupamentos consulares, perguntei aos responsáveis pelos Consulados quais atividades haviam realizado no primeiro semestre de 2022. Embora 9 dos 19 entrevistados tenham mencionado espontaneamente que as ações do Consulado foram reduzidas após o começo da pandemia, mais da metade deles

indicou terem reiniciado a realização de excursões, conforme podemos ver no **Gráfico 16**.

Gráfico 14: Meio de deslocamento escolhido por cónsules(as) para jogos.

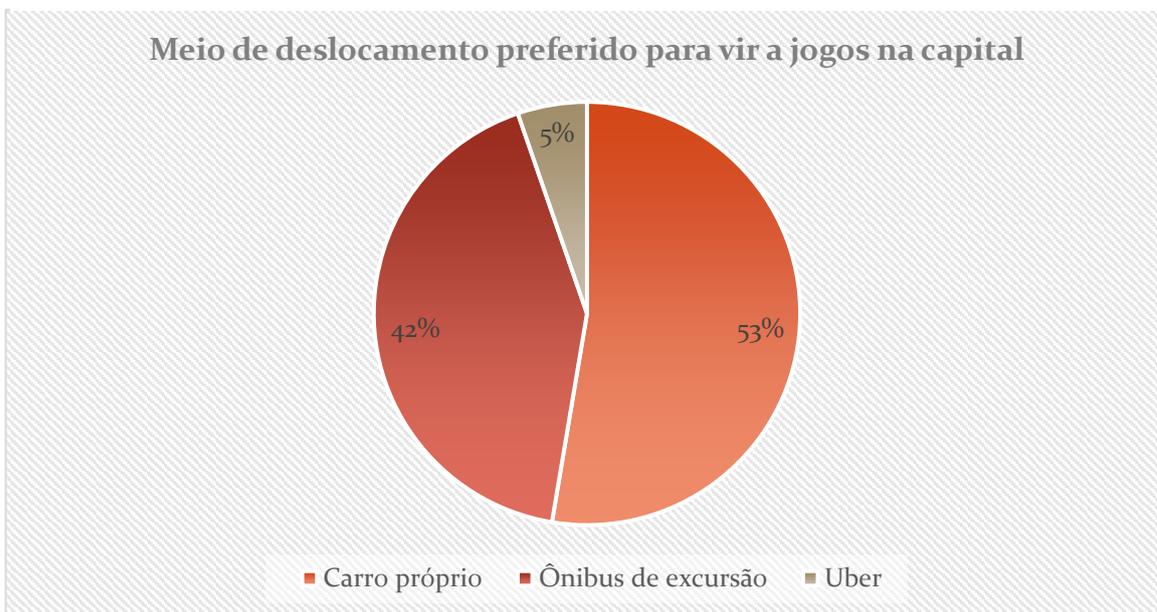


Gráfico 15: Frequência média de deslocamentos do(a) cónsul(esa) para jogos em Porto Alegre.

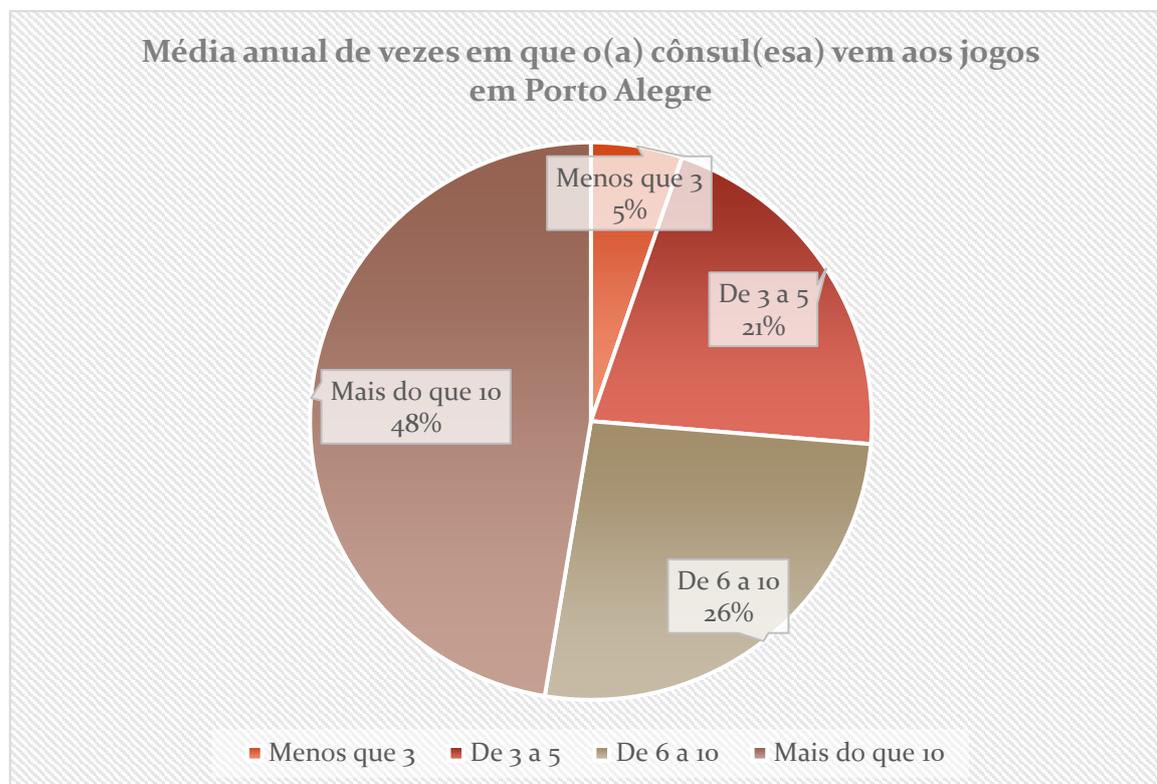
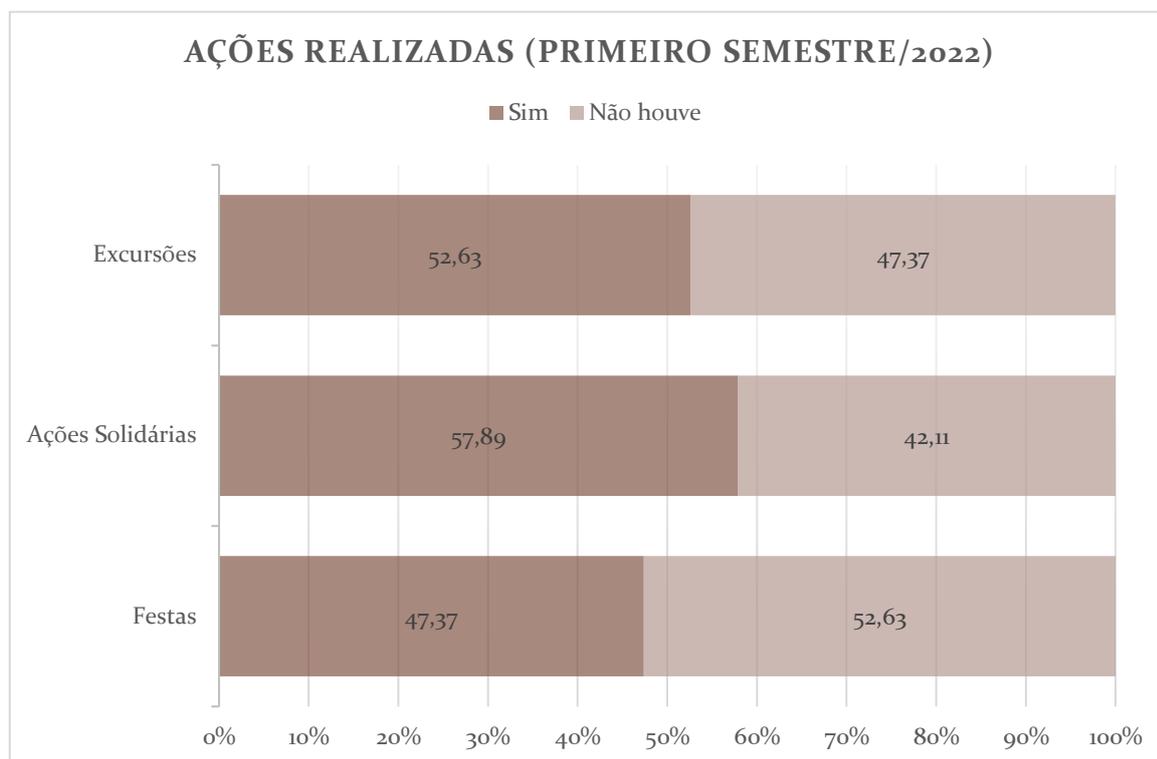


Gráfico 16: Atividades realizadas por Consulados do interior do RS, 1º semestre/2022.



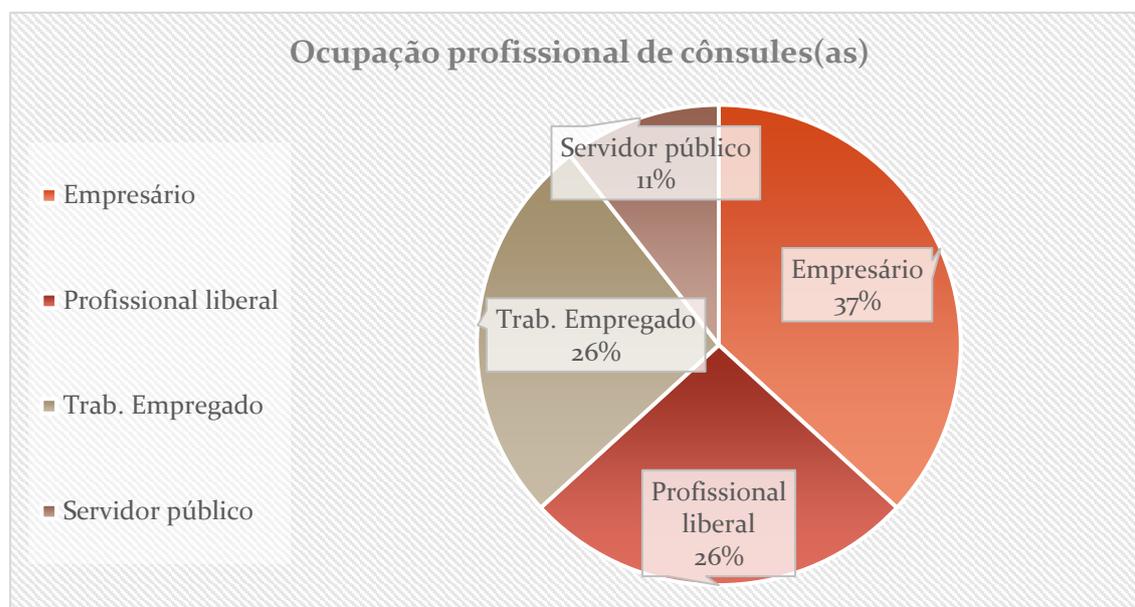
Os indicadores que apresentei acima – de que a maioria dos representantes consulares viaja em seus grupos e com frequência regular para assistir aos jogos – permitem conjecturar que os Consulados, pensados em sua origem como extensões formais dos clubes, são vivenciados nessas localidades também como espaços para o agrupamento de torcedores cuja principal característica é a disposição para as excursões coletivas em deslocamentos, via carro próprio ou ônibus, pelas estradas até a capital do estado.

8.2.2. BRANQUITUDE E PRESENÇA DAS CAMADAS MÉDIAS-ALTAS LOCAIS

Quanto aos perfis socioeconômicos de cónsules e consulesas, é possível apontar algumas características sobressalentes nos dados produzidos através do questionário. A mais gritante delas é possivelmente o componente racial, já que quando indagados quanto à cor da pele, todos entrevistados se declararam brancos. Não sendo remunerados pela atuação consular, o segundo ponto que chama a atenção diz respeito às ocupações profissionais, que indicam o pertencimento às

classes médias altas e altas: a maior parte dos entrevistados afirmou ser empresários ou profissionais liberais, enquanto uma minoria se declarou ser trabalhador empregado/assalariado, como podemos ver no gráfico seguinte:

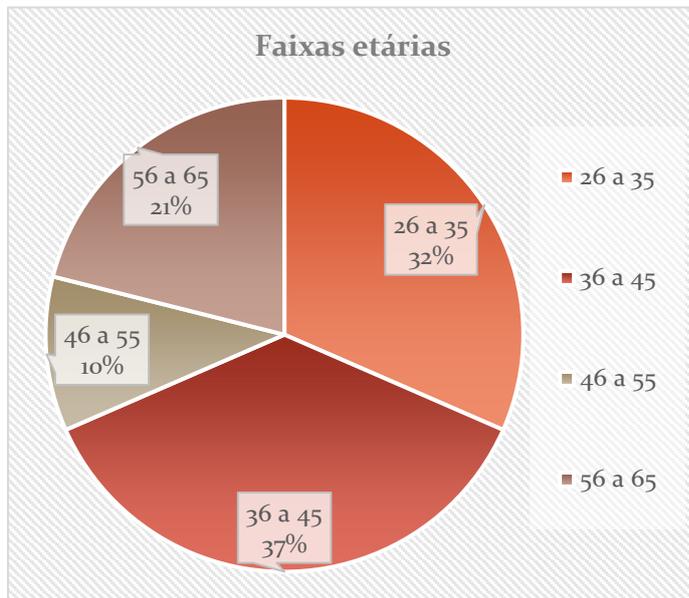
Gráfico 17: Ocupação profissional de cônsules(as) entrevistados(as).



Com o *survey*, é possível indicar que os Consulados têm sido espaço privilegiado para a participação de empresários locais das mais diferentes áreas, como o comércio, serviços e a produção rural. É o grupo mais representado entre cônsules e consulesas. Uma segunda categoria profissional bastante presente é a dos profissionais liberais, cerca de um quarto entre os entrevistados. Aqui, foi possível ver principalmente a presença de advogados, mas podemos acreditar na presença de outras áreas, como profissionais da corretagem e da saúde, conforme os depoimentos colhidos para os questionários. Em menor escala, ainda foi possível identificar servidores públicos oriundos de grupos bem remunerados, como a Polícia Federal ou o Judiciário. Por fim, cerca de um quarto dos entrevistados afirmaram serem funcionários assalariados/empregados. Ainda assim, há motivos para considerar que pertençam às classes médias e altas, visto que afirmaram ser gerente comercial, assistente de projeto e técnico de segurança do trabalho. À exceção destes, obtive resposta de um cônsul que é vendedor e outro que é encarregado de estoque, empregos cuja média salarial é mais baixa do que as citadas acima.

No que diz respeito às faixas etárias, o quadro é relativamente diverso, incluindo quase sempre adultos economicamente ativos e aposentados. Com as entrevistas, verifiquei que o mais jovem deles tinha 27 anos, enquanto o mais velho, 61 anos de idade.

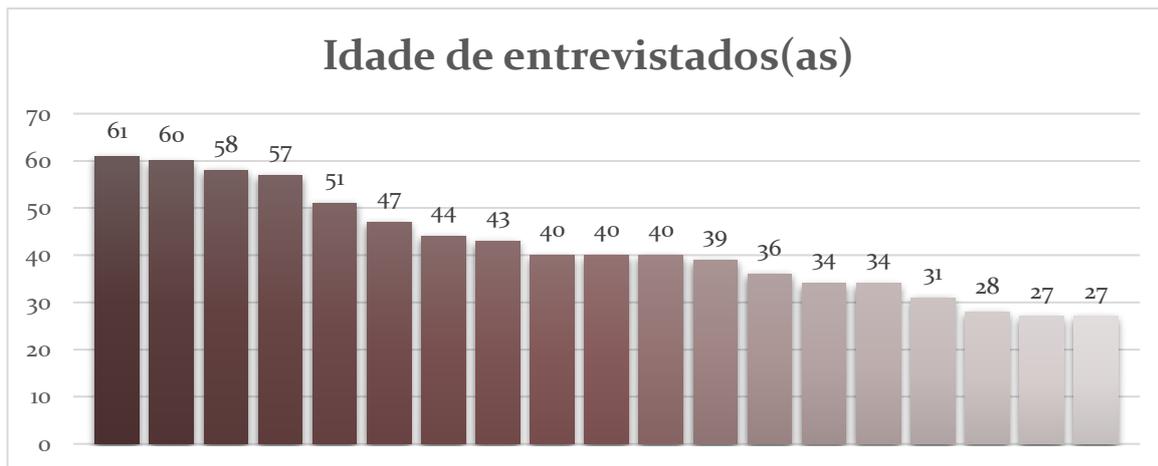
Gráfico 18: Faixas etárias.



Quase um terço dos representantes consulares tinham até 35 anos, sendo que apenas 3 desses, estavam abaixo dos 30 anos. Em seguida, dos 36 aos 45, aparece a faixa mais volumosa, contendo 37% de cónsules e consulesas, sendo que boa parte deles afirmou ter 40 anos de idade. Na faixa dos 46 aos 55, há uma redução importante interrompida pela seguinte faixa, dos 56 aos 65 anos.

Na faixa dos 46 aos 55, há uma redução importante interrompida pela seguinte faixa, dos 56 aos 65 anos.

Gráfico 19: Idade de cada entrevistado(a).



A questão etária para cónsules e consulesas pode estar diretamente relacionada com dois fatores principais. O primeiro poderia ser a frequência aos jogos, o que demanda disposição e ânimo para combinar a vida pessoal e profissional

com viagens e deslocamentos implicados na rotina de excursões. Considerando a questão relativa à quantidade de vindas aos jogos em Porto Alegre, ninguém das duas faixas mais velhas, isto é, a partir dos 46 anos de idade, afirmou vir mais do que 10 vezes por temporada ao estádio. Eles se concentraram na média de 6 a 10 jogos por ano, o que significa um deslocamento por mês, no máximo.

A segunda questão pode ter relação mais direta com os índices etários é que na organização torcedora por via consular, há cargos e posições ordenados em função de hierarquias internas. Além do cônsul, existem, nessa estrutura, coordenadores gerais e cônsules honorários. Essas duas funções costumam ser atribuídas a cônsules ou consulesas que adquiriram, em suas localidades, prestígio e experiência. Dessa maneira, muitos representantes consulares, com o passar do tempo, passam a esses títulos hierarquicamente superiores. No primeiro caso, atuando na orientação de um conjunto de Consulados; no segundo caso, “aposentando-se” mas recebendo um reconhecimento honorífico.

Assim, apenas 5 cônsules declararam estarem no Consulado há mais de 10 anos, todos com mais de 40 anos de idade, sendo três deles justamente os mais velhos da amostragem. No extremo oposto, 11 cônsules informaram estarem no Consulado há menos de 5 anos, o que englobou a faixa dos mais jovens. Neste sentido, parece-me plausível considerar que as promoções internas para outros títulos dentro do Departamento Consular sejam componentes que rejuvenescem a posição de cônsul ou consulesa.

Com relação a gênero, é importante apontar a presença predominante de homens e, para isso, podemos tomar como referência as próprias declarações concedidas por Fernando Coffferri, diretor do Departamento Consular gremista. Como vimos, no tópico acima, a criação de Consulados Femininos foi uma reivindicação das próprias torcedoras que sentiam que, tal como existiam, os Consulados eram espaços pouco inclusivo – e até desconfortáveis – para a participação de mulheres na organização das atividades. Segundo o clube, hoje o clube conta com 60 Consulados Femininos, considerando interior do estado, Brasil e exterior. Nesses grupos, tanto a consulesa como as demais participantes são

mulheres, conforme informado pelo Departamento Consulado e, como pude comprovar, pelas entrevistas realizadas a três consulesas.

8.3. O Consulado aos olhos dos torcedores

8.3.1. O CONSULADO DE SANTIAGO

Vimos na primeira seção deste capítulo como os Consulados são compreendidos desde o ponto de vista dos clubes que os estabelecem em seus Estatutos Sociais e Organogramas. Estivemos destacando como essa forma de representação do clube em localidades fora de Porto Alegre é também uma maneira de organização coletivizada do torcer. Em seguida, passamos pela análise de dados obtidos a partir de amostragem desses grupos no Rio Grande do Sul para indicar características gerais dos Consulados e das pessoas que se envolvem em sua organização. Neste sentido, foi possível sinalizar como eles têm combinado perfis de gênero, classe social, raça e idade nas cidades do interior sul rio-grandense, como espaços ocupados majoritariamente por homens brancos de estratos sociais médios e altos, com destaque para os empresariados locais. A partir de agora, apresentarei como as atividades consulares são vivenciadas desde uma perspectiva em microescala, isto é, desde os torcedores que as organizam em seus municípios. Para isso, apresento minha inserção etnográfica com o Consulado colorado de Santiago, um município da região centro-ocidental do Rio Grande do Sul, distante a cerca de 450 quilômetros de Porto Alegre.

Escolhi esse grupo, considerando que no primeiro semestre de 2021, justamente no momento em que dirigia a pesquisa para as formas de organização consular, atravessávamos uma nova escalada da pandemia no Rio Grande do Sul. Com a piora consistente no controle da Covid-19 e sem acesso significativo às vacinas, grande parte do estado readotou algumas medidas restritivas. Nesse cenário, encontrei, como a melhor opção para uma inserção etnográfica, recorrer à minha rede pessoal. Assim, entrei em contato com Yuri Perufo, um antigo amigo da

época de adolescência que entrara para o Consulado do Internacional em Santiago²⁰⁴, minha cidade de origem.

Então com 31 anos de idade, Yuri, além de ter assumido a posição de Representante Consular, havia se tornado um empresário vinculado ao comércio local. Quando o procurei com o intuito de acompanhar as atividades do Consulado, ele e os demais representantes se encontravam em meio a uma campanha de arrecadação de alimentos e itens de higiene, que seriam doados a famílias em situação de vulnerabilidade social. Após negociar minha presença com o cônsul, fui convidado para acompanhar e fotografar a entrega das arrecadações.

Assim, conforme o prometido, fui levado por ele, nessa data, à casa de outro membro do consulado, onde o grupo se preparava para as doações. Lá se encontravam os demais representantes consulares, cônsul e vice-cônsul junto às cestas básicas já organizadas e preparadas para a entrega. Eram cerca de 700kg de alimentos e materiais de higiene pessoal divididos em 26 cestas básicas, que logo distribuiríamos nos carros dos próprios integrantes do consulado.

Ali, o cônsul Adelino Mello Lutz, 60 anos de idade e militar da reserva, explicava sobre a organização do grupo. “Seu Lutz” – como também era referido com deferência – contava que havia se tornado cônsul no começo daquele ano. Atribuía sua chegada ao cargo ao falecimento do cônsul anterior, ocasião que fez com que “lhe colocassem” no posto. Como o cargo não está sujeito a eleições ou outras disputas formais, foi a indicação interna dos próprios colegas de Consulado que o alçou à posição de cônsul. Respeitando hierarquias próprias do grupo, havia passado

²⁰⁴ Santiago é um município que tem cerca de 50 mil habitantes, situado a aproximadamente 450 quilômetros de distância para Porto Alegre e 150 quilômetros da fronteira gaúcha com a Argentina. No quesito futebolístico, a cidade não conta com clubes profissionais em atividade, apenas com um quadro de formação de jogadores juvenis, o Cruzeiro Esporte Clube, fundado em 1967 e, mais conhecido como Cruzeiro de Santiago. A cidade não está inserida nas ligas profissionais, nem sequer das divisões inferiores do Rio Grande do Sul, porém, recebeu, entre 1989 e 2020, a Copa Santiago de Futebol Juvenil, uma prestigiada competição internacional para jogadores sub-17. Tradicionalmente o torneio era disputado no mês de janeiro, recebendo sempre a dupla Gre-Nal e outros clubes importantes do Brasil e da América do Sul. Além de ser a oportunidade para os santiaguenses assistirem jovens promessas do futebol do continente, durante o período de disputa, a competição permitia um contato estreito para colorados e gremistas da região com seus clubes. Os Consulados locais participavam mais diretamente oferecendo jantares, reuniões e suporte logístico. Desde o começo da pandemia da Covid-19, o torneio não foi reeditado.

também pelas funções de vice-cônsul e de representante consular nos cerca de dez anos que fazia parte do grupo. Relatava ainda que, antes disso, ajudava ou participava de algumas atividades, mesmo sem estar formalmente vinculado.

Tendo se aposentado de sua ocupação profissional, seu tempo agora era destinado principalmente para corresponder às demandas do consulado. Sua rotina consistia em participar de reuniões com os setores de Relacionamento Social e Direção de Consulados do Internacional e desenvolver as ações esperadas pelo clube, que no período da pandemia se concentravam sobretudo no atendimento às necessidades dos sócios colorados da região para com o Internacional, o que incluía resolver problemas de cadastro, de associação e até de pagamentos de mensalidade e outros produtos.

Esse modelo de organização, ordenando os integrantes em uma estrutura hierárquica do cônsul aos representantes, havia sido estabelecida desde anos recentes. Ainda que ninguém tivesse afirmado com precisão datas e acontecimentos, afirmavam que no passado o Consulado estava todo concentrado sobre a figura do cônsul, sem um grupo em seu entorno.

Apesar disso, o Consulado não contava com uma sede fixa na cidade e, por esse motivo, as arrecadações haviam sido recebidas nos endereços comerciais de dois dos representantes consulares. Por essa mesma razão, o ponto de encontro para organização e distribuição das cestas básicas era a casa de um deles. Localizada em um bairro residencial, a casa era ampla e contava com uma área de churrasqueira, espaço que havia sido convertido no principal ponto de encontro para o grupo. As reuniões incluíam também a presença de familiares não necessariamente vinculados formalmente ao Consulado. Nesse dia, por exemplo, estavam a esposa de um dos participantes, além da neta do cônsul, uma menina de cerca de 5 anos de idade.

8.3.2. CONHECER A REALIDADE E AJUDAR A COMUNIDADE

Após o momento das apresentações, comecei a fotografar o grupo posando com os donativos, bem como o momento das doações no decorrer da tarde. As fotos seriam utilizadas, conforme indicado por eles, na divulgação da ação do Consulado, tanto

em página própria como no site do Internacional, na seção de notícias consulares²⁰⁵. Logo em seguida, carregamos duas camionetes, um carro SUV e um sedan com as cestas básicas.

Na saída para as primeiras entregas foi decidido que seguiríamos em carreata, ao menos nos primeiros endereços atendidos. A ideia era a de que a fila de carros adornados por bandeiras e faixas do Inter bem como a presença de um grupo inteiro caracterizado com as camisetas do Consulado, provocaria um maior impacto visual, dando mais visibilidade à ação.

Dividimo-nos nos quatro carros e começamos a percorrer os bairros mais pobres da cidade. Nesse momento, estive junto a Vitor, o vice-cônsul, e Josieli Lamana Miorin, a única mulher do Consulado. Perguntei a eles como haviam definido quais seriam os destinatários das doações e, por consequência, como haviam obtido seus contatos. Josieli respondeu que ela mesma havia pedido ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) vinculado à prefeitura do município. Por esse meio, conseguiram uma lista que, de acordo com os critérios empregados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ordenava as famílias em situação de maior vulnerabilidade. Conforme me explicou, não apenas a renda da família entrava no cálculo para a definição, mas outros fatores como quantidade de crianças e idosos na moradia.

Na hora da entrega, embora todos descêssemos dos carros, a abordagem das famílias era feita normalmente em dupla. Um dos dois apresentava a ação e o Consulado: “Olá! Somos do Consulado do Inter e estamos fazendo uma campanha solidária de distribuição de alimentos. A sua família foi contemplada com uma cesta básica”. A outra pessoa preenchia a lista e pedia a assinatura do responsável por receber a entrega.

²⁰⁵ Em seu site, o Internacional divulga as atividades realizadas por seus Consulados. São quase sempre ações solidárias de doação de alimentos, vestimentas, itens de higiene, sangue, entre outras. Uma de minhas fotos da ação solidária de Santiago foi usada com a seguinte descrição: “Cerca de 700 quilos, entre alimentos e produtos de higiene e limpeza, foram arrecadados pelo Consulado Colorado de Santiago, através de uma campanha solidária promovida durante o mês de maio. Os donativos foram distribuídos para cerca de 26 famílias em situação de vulnerabilidade social” cf. <https://internacional.com.br/noticias/familias-recebem-doacoes-do-consulado-de-santiago> (acessado em 19/11/22).

Figura 31: Cônsul e Representantes consulares posam em frente às arrecadações. A foto, feita por mim, foi usada na divulgação posterior da campanha solidária.



Do grupo, Josieli era quem demonstrava maior conhecimento sobre as pessoas que receberiam as doações. Quando chegamos a uma das primeiras casas, comentou conosco: “Aqui é importante conseguir entregar. É uma mulher que está em prisão domiciliar e quando acontecem doações na cidade, ela não pode ir buscar”. Além disso, fazia avaliações sobre as condições dos moradores e suas necessidades em relação aos itens que seriam distribuídos, dando indicações: “Naquela casa tem muitas crianças, então vai ser preciso colocar duas caixas de leite a mais”, ou “nesta aqui seria bom deixar mais absorventes”. Imagens como crianças de colo, moradias pequenas para famílias numerosas e pessoas adoecidas provocavam impactos a

ponto de que as cestas começassem a ser rearranjadas de acordo com as percepções dos entregadores de quais eram as “carências” nas casas visitadas.

Reiteradamente alguns participantes mencionavam o quanto ficavam chateados de ver as condições que consideravam precárias daquelas famílias. Diziam que seria importante que as demais pessoas pudessem “sair do centro da cidade” e “conhecer melhor a realidade”. Ao mesmo tempo, manifestavam a gratificação pessoal em poder “fazer algo pela comunidade”.

8.3.3. ENTRE O CLUBE A COMUNIDADE – A DUPLA OBRIGAÇÃO DO CÔNSUL

Ainda ao longo do ano de 2021, o Consulado santiaguense do Internacional doou uma camiseta autografada pelos jogadores em benefício da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade filantrópica voltada a educação, saúde e assistência social da pessoa com deficiência intelectual. Além disso, realizou uma atividade de apoio ao Asilo Santa Izabel, ambas instituições localizadas no município.

As campanhas de solidariedade, definição empregada pelo grupo, tornaram-se, com as restrições sanitárias motivadas pela pandemia, as principais atividades dos Consulados. Isso podia ser facilmente constatado observando as mídias do clube no período, de modo que, podemos avaliar que, dedicar-se voluntariamente e ser “solidário” são valores centrais para esses grupos.

Posteriormente, em entrevista concedida, Lutz, o cônsul santiaguense, explicou que as ações sociais, como a que acompanhei, eram habituais mesmo antes da pandemia, dada a proximidade entre Consulado e “comunidade”:

Antes da pandemia sempre teve uma ou duas ações consulares durante o ano [...] então, sempre está envolvido o Consulado com a comunidade - as pessoas em situação vulnerável, vamos dizer assim. E na pandemia ficou mais difícil. Tu viu, até tivemos que sair de máscara para entregar aquelas cestas todas. Até a questão financeira. Para ajudar, diminui o poder financeiro, né. E também o contato, porque antes a gente saía de casa em casa. Conhecia todo colorado e olhava lá: “[ali] estão precisando de uns quilos de arroz”. Então, na pandemia, ficou mais difícil

realizar essas ações (Cônsul Adelino Lutz, entrevista concedida em 28 de setembro de 2021).

Estar envolvido com a comunidade e conhecer todos os colorados não figuram como simples detalhes na biografia do cônsul. Quando indagado sobre sua trajetória como torcedor até o momento em que alcançou a posição institucional no clube de coração, Lutz avaliou que, por andar sempre vestido com as roupas do time, por ser bastante conhecido e por "falar com todo mundo" ganhou um reconhecimento automático, em sua opinião, tornando-se assim "o Lutz colorado", conforme fez referência a si mesmo para descrever o modo como vizinhos e conhecidos lhe identificam. A dedicação, o tempo dispensado às atividades relacionadas ao clube e a disponibilidade fizeram, segundo contou, com que essas pessoas passassem a vê-lo como alguém a quem podiam recorrer. No posto máximo do Consulado de Santiago, essa função passava a ser desempenhada de modo formalizado.

Chama atenção, ainda em seu relato, a maneira como o Consulado é compreendido sempre em relação com o Internacional e a "comunidade". Neste sentido, o clube cobra relatórios mensais das atividades consulares, o que inclui registro e controle dos quadros sociais locais, visto que o Consulado também é responsável pela manutenção e aumento de sócios em suas localidades. Além disso, há trâmites burocráticos em que os sócios alocados fora de Porto Alegre dependem de seu cônsul para a resolução. Ao representar o Internacional em sua localidade, o cônsul se vê duplamente obrigado. Por um lado, deve dedicar tempo e energias para colaborar com o que deseja o clube. Por outro lado, deve olhar para necessidades e demandas que poderiam ser amenizadas com a atuação voluntária do Consulado.

Assim, no que diz respeito, à "comunidade local" em geral, não há exigências de ações específicas, mas uma orientação que procura englobar a relação clube-Consulado-comunidade, conforme mencionado por Lutz:

O Inter hoje tem um relatório de ações consulares, que a diretoria propôs ali. Então a cada mês tem que mandar um relatório do que foi feito, do que será feito, a ideia né. Mas não existe uma cobrança do clube. Fica a critério de cada consulado.

Em cada região tem a orientação, mas cada Consulado decide o que fazer em prol da comunidade.

[...] O Internacional, ele não é só futebol. Lá tem o Gigantinho que acolhe os moradores de rua em tempo de frio, né. E agora teve a vacina lá dentro. Se uniram o Internacional e o Grêmio pra fazer essa [campanha da] vacina. Então não é só o futebol. Nessa área social, eu acho que o Inter tá muito bem programado e seguindo suas metas.

[...] É uma orientação do clube, no caso das ações sociais. Tem o Cauê, que o é o nosso Diretor de Relacionamento Social e, seguido, nós estamos conversando com ele, né. Daí, essa semana, por exemplo, deve chegar uma camiseta que vamos doar para a APAE. Então é clube, Consulado e comunidade (Cônsul Adelino Lutz, entrevista concedida em 28 de setembro de 2021).

A compreensão de que o clube não se resume aos assuntos do desempenho esportivo e de que a torcida tampouco se restringe a contribuir com o êxito nos campeonatos disputados é expressa quando se assume que “o Inter não é só o futebol”. Entende-se que o clube não é constituído apenas pela manutenção de uma equipe esportiva, mas também por ações voltadas a associados e torcedores. O alcance do clube, no entanto, não se encerra aí. Este ainda deve perceber-se em meio à comunidade à qual faz parte.

A noção reiterada de “comunidade” extrapola a comunidade de pertencimento clubístico. São englobados na ideia de que o clube deve se relacionar com sua comunidade também os não associados, também aqueles que sequer são colorados, questão que pode ser pensada a partir da ação solidária acompanhada em Santiago, quando os membros do Consulado identificaram a “comunidade”, ou as “pessoas em situação vulnerável”, como destinatárias das doações.

8.3.4. UMA FEMINISTA EM MEIO AOS HOMENS DO CONSULADO²⁰⁶

Acima discutimos, com base no relato do cônsul santiaguense, como, no Consulado, os torcedores devem dispende suas energias em favor do clube, por um lado, e da

²⁰⁶ Esta seção teve a colaboração da antropóloga Elisa Oberst que inclusive participou da entrevista feita a Josieli Lamana Miorin. Como mencionei no **Capítulo 1**, ao discorrer sobre aspectos metodológicos, em diferentes momentos da pesquisa, recorri a minhas redes pessoais para

comunidade, por outro, de modo que estão duplamente obrigados. Ao longo dessa tese, temos tratado especificamente a respeito das formas de organização coletiva do torcer, e as representações consulares são exemplos do que, capítulos antes, convimos chamar de *forma-Estado*, isto é, são sociedades formadas desde o impulso do próprio clube em orientar institucionalmente o torcer. Sabemos, no entanto, que essas categorias foram colocadas com o propósito de permitir visualizar lógicas por trás das modalidades de organização torcedora. Com a etnografia, é possível perceber como essas tipologias são, ao final, tendências que aparecem quase sempre misturadas, havendo ora captura, ora dispersão nos processos de faccionalização clubística, que nada mais é do que a outra face do pertencimento clubístico. Em outras palavras, é a tendência à produção da diferença entre os que se assemelham; é o processo que desencadeia o surgimento de diferentes torcidas e agrupamentos no entorno de um mesmo clube de futebol.

Assim, embora a organização consular seja idealizada em níveis burocráticos e institucionais, ela não prevê em detalhe como deve ser a atuação do cônsul na comunidade ou quais devem ser os públicos alcançados pelas ações sociais do grupo. Tampouco esmiuça como o grupo deve se organizar politicamente no sentido de resolver questões conflituosas ou disputas internas. Para pensar, desde uma mirada mais esmiuçada, como decisões são tomadas, como os participantes do Consulado lidam com suas diferenças, bem como são feitas e negociadas as escolhas no cotidiano desses torcedores, apresentarei agora a história de Josieli Miorin, a Representante Consular que mencionei quando descrevi a campanha solidária em Santiago. Quero salientar as formas como ela tem conseguido conciliar sua atuação em um coletivo feminista no município, ao mesmo tempo em que aporta, para as ações consulares, pautas do que denomina como “feminismo popular comunitário” da União Brasileira de Mulheres (UBM)²⁰⁷.

estabelecer vínculos com interlocutores. Neste caso, é possível que o interesse comum entre Josieli e Elisa por temas da atuação feminista e da experiência de ser mulher em um ambiente dominado por homens tenha sido importante para conduzir nosso diálogo na direção do conteúdo que apresento a seguir.

²⁰⁷ Trata-se de uma associação ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que surgiu nos anos 80 no debate nacional acerca dos direitos da mulher. Para mais sobre a UBM e sua atuação, cf. “A corrente emancipacionista e a trajetória da UBM”, disponível em

Para além de ser a única mulher instituída no Consulado enquanto Representante, Josieli tem uma biografia repleta de singularidades. A primeira delas diz respeito à sua “conversão” em torcedora do Internacional. Conversão, pois antes de ser colorada, torcia para o Grêmio. Conforme conta, oriunda de uma família de gremistas, era torcedora do rival até o começo da vida adulta. A mudança de time só aconteceu após começar uma relação afetiva com um colorado:

Eu comecei a namorar o Ronald com 16 anos. Então até meus 18... 20 e poucos, eu era gremista. Aí o Ronald sempre foi colorado e a gente sempre se *toreava* (se provocava): "aah teu time perdeu", sabe? Aquelas flautas. Eu fazia com ele e ele fazia comigo. Aí veio a tal Libertadores [de 2006]. Eu achava que o Inter não ia ganhar e torcia contra, óbvio. Quando veio a semifinal, o Ronald começou a não dormir, daí eu comecei a dizer: "Tchê, te acalma. Ganhando ou perdendo é só um jogo".... Só que o Inter ganhou. Ele fez a festa e me sentenciou: "Na final, eu vou!". E eu digo: "Sozinho, tu não vai!". (Josielie Lamana Miorin, entrevista concedida em 10 de agosto de 2022).

Contrariando o então namorado, afinal Josieli era gremista, tiveram que negociar condições para a ida até a decisão da Libertadores. Para ir, ela deveria “comportar-se”, isto é, não poderia nem torcer contra, nem “tocar flauta”. Em caso de derrota, não poderia fazer provocações. Promessas feitas, os dois conseguiram ingressos e saíram de Santiago, na excursão para o jogo. Durante a partida, ela conta que se sentiu, a partir de algum momento, comovida com a apreensão do namorado e do estádio inteiro. Ao final daquele jogo dramático, que terminaria com o muito aguardado título continental colorado, se daria conta de que havia efetivamente passado a noite torcendo para o Inter.

Uma troca de time, isto é, a passagem de pertencimento de uma comunidade de sentimento à outra, não é recomendada, especialmente nos casos em que há rivalidade entre os clubes envolvidos. Isso é ensinado desde cedo e aqueles que desrespeitam essa interdição são pejorativamente chamados de *vira-casaca*. No caso de Josieli, que atualmente é inclusive uma Representante Consular do clube, temos uma das raras situações em que essa mudança não traz consigo graves

<https://vermelho.org.br/2006/08/01/a-corrente-emancipacionista-e-a-trajetoria-da-ubm/> (acessado em 13/10/22),

consequências, como questionamentos sobre a idoneidade e honestidade de seu coloradismo. Conforme já tratado pela literatura (Damo, 2012), muitas das dinâmicas em torno do pertencimento clubístico estão orientadas por expectativas de gênero de maneira que são quase sempre os homens que transmitem o pertencimento a filhos e filhas. Menos comum, ainda assim recorrentes, são os casos em que ocorre a transmissão clubística via casamento (2012, p. 63), quando a mulher é englobada pelo clube do cônjuge.

De qualquer maneira, o fato é que a marcante ida à final da Copa Libertadores de 2006 daria início à época em que Josieli, na companhia de seu namorado, passaria a frequentar seguidamente os jogos do Inter, tanto no Beira-Rio como em outros estados e países. Assim, com orgulho e com nostalgia, ela cita muitas experiências torcedoras vividas nesses anos: a vez em que confeccionou e levou escondida na bolsa, ao Estádio Pacaembu, a faixa “2005: A estrela roubada” dirigida à torcida corintiana²⁰⁸, ou quando ela, o marido e outro amigo da torcida se perderam pelas ruelas do bairro de La Boca em Buenos Aires logo após uma partida em que o Inter eliminou o Boca Juniors na Bombonera. Lembra ainda das pequenas transgressões torcedoras: como quando, antes de um jogo decisivo no Beira-Rio, hospedou-se no hotel do time adversário e, no meio da madrugada, disparou o alarme de incêndio para atrapalhar o sono dos jogadores rivais.

Essas e outras histórias – narradas com excitação e divertimento – fazem parte de uma trajetória de torcedora que contabiliza viagens, excursões e amizades principalmente no final dos anos 2000, porém sem envolvimento direto com o Consulado de Santiago. Ao mesmo tempo, indicam que as histórias de façanhas e contravenções torcedoras têm valor em outros territórios do torcer que não somente os das TOs ou das barras bravas, agrupamentos mais associados à valorização de proezas de seus participantes, como vimos em especial no **Capítulo 6**.

²⁰⁸ Em 2005, Internacional e Corinthians disputaram o título do Campeonato Brasileiro até a última rodada. Em função de um escândalo de arbitragem, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) decidiu pela anulação e reedição de algumas partidas consideradas sob suspeição. Uma decisão que foi controversa à época. Com ela, o time paulista se beneficiou, o que possibilitou terminar a competição à frente do Inter. Insatisfeitos, os colorados até hoje contestam o campeonato vencido pelos corintianos em 2005.

Figura 32: À esquerda, Josieli e Ronald com amigos da C12. À direita, a polêmica faixa “2005: A estrela roubada” no Pacaembu. Fonte: Acervo pessoal de Josieli Lamana Miorin.



Figura 33: Ação conjunta do Consulado com UBM e Coletivo Sobre Elas no Bairro Guabiroba, Santiago. Entrega de cestas básicas para a Cooperativa das Catadoras e Recicladoras, abr/22. Fonte: Acervo pessoal de Josieli Lamana Miorin.



Paralelamente ao futebol, Josieli também dava seguimento à sua trajetória profissional. Como advogada, trabalhando no escritório do marido, tornar-se-ia simpática a causas sociais: primeiro, quando ainda muito jovem, na condição de estagiária, trabalhara *pro bono* defendendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) contra uma ação de reintegração de posse na região. Anos depois se aproximaria do Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais recentemente, ajudaria a organizar em Santiago os atos “#EleNão”, disseminados pelo movimento de mesmo nome e liderados por mulheres em todo o Brasil contra a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país em 2018. Com tantas facetas, define-se em tom bem-humorado: “comunista, feminista, esquerdista. Eu tenho todos os ‘istas sociológicos’. Colora... *Coloradista!* É, dá pra dizer assim: *coloradista* também”.

Esses elementos de sua biografia foram importantes também para sua chegada ao Consulado do Internacional. Conforme conta, o convite para se somar ao grupo foi inesperado, vindo do próprio cônsul Lutz. Segundo sua avaliação, isso não ocorreu precisamente por relações prévias de amizade ou por alinhamentos políticos em específico. O que foi determinante para o convite, em sua opinião, foi seu histórico de atuação feminista no município, sobretudo depois da criação do Coletivo Sobre Elas, um grupo que de atuação “feminista, anticlassista, antirracista e anticapacitista” que se propõe a dialogar diretamente com mulheres dos bairros periféricos da cidade.

O que a gente faz? A gente escolhe um bairro, dessa vez foi o bairro das recicladoras. Primeiro, uma roda de conversa em que a gente vai só pra escutar. Depois, em uma outra roda de conversa, perguntamos: do que que vocês querem falar? Então, a gente não vai lá ensinar feminismo. A gente vai falar sobre violência, sobre geração de trabalho e renda, sobre meio-ambiente, afinal elas têm uma usina de reciclagem. Tudo isso é o mote delas. A violência entra na vida de todas nós, mas o que elas querem? Querem saber sobre a violência, sobre trabalho, sobre fatos cotidianos (Josieli Lamana Miorin, entrevista concedida em 10 de agosto de 2022).

O sucesso do coletivo e a sua capilarização desde os atos #EleNão no centro da cidade para os bairros atraiu, segundo conta, diferentes interesses em Santiago, rendendo inclusive convites para ingressar em partidos políticos de diferentes

alinhamentos ideológicos nas eleições municipais de 2020. Josieli recusaria todas essas ofertas. Foi quando Lutz a convidou, indicando que vinha acompanhando esse trabalho com as mulheres e que gostaria que ela fosse a “Representante Feminina” do grupo. A aproximação foi surpreendente, mas considerada como uma boa oportunidade para expandir o trabalho social que vinha realizando.

Em reflexão sobre sua trajetória, Josieli salienta que o Consulado nunca havia sido um objetivo a ser alcançado. Sublinhando suas transformações pessoais, resume-se da seguinte forma:

Sou de uma família de italianos bem conservadores. E gremistas. Então, a ordem cronológica é: primeiro o MST, depois virei colorada. Então virei ativista feminista e depois Representante Consular. De 2006 pra cá, eu fui torcedora. Acompanhando e ajudando o Ronald. Sempre num papel secundário. Ajudando a montar um Chapa [para as eleições do Conselho do clube], a InterNet. Lá atrás. Ali, fiquei só com o papel de torcedora.

Depois quando veio o #EleNão, foi quando eu comecei a ter um protagonismo maior e ele se afastou pra deixar o protagonismo pra mim. Senão eu ia ser sempre “a mulher do Miorin”. Então agora ele se afastou. Ele me ajuda em casa e tudo mais, mas deixa que eu tome o protagonismo pra eu fazer a minha história. Essa é a parceria que a gente tem.

Então com as atividades que a gente faz no Coletivo feminista aqui e com o Consulado precisando de atividades, me chamaram (Josieli Lamana Miorin, entrevista concedida em 10 de agosto de 2022).

8.3.5. TENDÊNCIAS CENTRÍPETAS

As histórias do cônsul Adelino Lutz e da Representante Consular Josieli Lamana Miorin podem ajudar a pensar nas lógicas por trás da composição do social nos Consulados. A *socialidade consular*. Recordando que essa forma de organização coletiva do torcer figura dentro da institucionalidade e da burocracia do clube de futebol.

Por um lado, podemos apontar aspectos de semelhança entre ambos. Ele, militar da reserva e ela, advogada, são representantes dos estratos médio-altos do

interior do estado, têm carreira profissionais consolidadas e são brancos, preenchendo com exatidão as características mais sobressalentes dos grupos consulares, como vimos no *survey* que apresentei neste mesmo capítulo.

Por outro lado, os dois guardam importantes diferenças entre si. Quanto aos temas da “política”, com aspas, e aos pertencimentos ideológicos se colocam em posições divergentes inclusive antagônicas. Como pude ver a partir da inserção etnográfica, o Consulado não é espaço para esses debates e as posições individuais sobre temas considerados polêmicos, por exemplo as eleições político-partidárias, a militância feminista ou outros assuntos, são tratados como predileções pessoais. Do ponto de vista da manutenção do grupo, a tendência é de que esses pertencimentos individuais não sejam motivadores de cizânias. Assim, a dispersão provocada por divergências internas não faz parte das lógicas da organização consular.

Por certo, também nas Torcidas Organizadas tratadas anteriormente, é possível ver grupos comportando diferentes pertencimentos sociais ou ideológicos. No caso da organização torcedora *barra brava*, porém, a tendência é que, à medida em que as diferenças, por mais triviais que possam ser, se acentuem, frações internas dispersem em relação à liderança do grupo. Dado que, como procurei argumentar, a insubordinação é um valor principal, o grupo contempla constantemente a possibilidade de sua fragmentação.

Pensando em um sentido mais amplo sobre a constituição e formação das várias formas de sociedades torcedoras, os Consulados estão orientados segundo uma lógica inversa. Isto é, mais semelhantes à noção de *forma-Estado* como indiquei capítulos antes, tendem a manter a coesão coletiva. Dentro de uma estrutura organizada pelo clube, são refratários às tendências de faccionalização. Sendo a designação do cônsul feita por indicação de outros cônsules e chancelada por autoridades burocráticas na entidade esportiva, o antagonismo interno é constantemente desencorajado. Ele é desaconselhável.

Evidentemente que, havendo centenas de Consulados de Internacional e Grêmios distribuídos pelo Brasil e pelo mundo, é provável que possamos encontrar exemplares onde as indicações institucionais não tenham sido seguidas à risca, ou

casos de rupturas entre cónsules e seus representantes. No entanto, diferentemente das torcidas barras bravas em que a tendência é que os insatisfeitos abandonem o líder, formando novos grupos, ou tentem enfrentá-lo, inclusive através da força, esses exemplos seriam excepcionais, servindo, no mais, para revelar interdições ou limites sobre a participação nos grupos consulares.

Retomando a perspectiva do clube sobre suas representações consulares, podemos recordar a fala do diretor gremista Fernando Cofferi quando frisa que não podem haver dois Consulados em determinada localidade. Em uma perspectiva mais purista da representação consular, caberia inclusive ao clube a possibilidade de destituir cónsules que não se alinhem ao que é considerado como os interesses institucionais. Há razões para acreditar que, na prática, isso seja infrequente, à medida em que a própria *socialidade consular* contraindique as tendências de fuga em relação à liderança consular.

Contornos do Beira-Rio, imagens

Se por um lado, os torcedores, organizando-se, tentam adentrar espaços dos clubes e se territorializar no Beira-Rio e seus entornos, por outro, o clube frequentemente se mobiliza no sentido oposto de ampliar sua presença territorial. No interior do Rio Grande do Sul, onde a maioria dos torcedores se divide a partir do grenalismo, o Internacional chegou a centenas de cidades com seus Consulados. A seguir uma mostra fotográfica da campanha solidária dos torcedores santiaguenses.











Considerações finais

Torcedores, associados, dirigentes, cónsules, chefes de torcida, além de muitos outros personagens, mesmo sendo tão diferentes entre si, juntos eles podem pertencer a uma mesma comunidade de sentimento, os clubes de futebol. Essa coexistência não ocorre sem conflitos, mas se mostra, não apenas possível como também duradoura em que pese as sucessivas transformações no futebol de espetáculo. No âmbito de seus clubes de coração, movidos por afetos, valores e ideologias clubísticas, esses personagens se associam, formam relações, com correligionários em grupos de afinidade, fracionando suas entidades que não eram homogêneas nem mesmo quando foram criadas por poucas dúzias de associados, há mais de um século, quanto menos agora quando fazem parte do cotidiano de milhões de pessoas.

Vivido no espectro do associacionismo, o esporte inglês reinventou os clubes sociais oitocentistas de lazer e recreação, modificando de forma irreparável aquelas distintas sociedades esportivas. Muito embora fossem espaços restritos destinados à sociabilidade dos estratos sociais mais altos, muitos deles não desaparecem. Em vez disso, tornaram-se uma espécie de totem moderno no qual o vínculo é crucial para a passagem do indivíduo à condição de pessoa em países como o Brasil (Toledo,

1996; Damo, 2012), e, quem sabe, mais ainda em cidades como Porto Alegre onde ser colorado ou gremista constitui uma questão elementar para os gaúchos, seja para aqueles que acompanham com fervor a todos os jogos ou para aqueles que sequer conhecem as regras do jogo.

Ao longo do século XX, a expansão vertiginosa, por meio do futebol, de uma pequena parcela dos clubes sociais provocou efeitos paradoxais: ao mesmo tempo em que o sentido de pertencimento comunitário, semelhante aos nacionalismos, foi mantido e até exacerbado, houve, em decorrência de diferentes processos históricos, diversificação e, de carona, faccionalismos que, embora incessantes, não conduziram necessariamente suas associações à dissolução. Muito pelo contrário, fizeram delas – no caso dos clubes que sobreviveram primeiro à profissionalização e, depois, à mercantilização – maiores e mais plurais.

As comunidades clubísticas e seus faccionalismos foram o cerne desta tese, ao longo de seus oito capítulos. A partir de um olhar etnográfico, ora em diacronia, ora em escalas, direcionado para os processos que proporcionaram a proliferação de várias coletividades menores nestas comunidades de pertencimento, dei destaque para duas tendências principais: a primeira, das organizações impulsionadas, de maneira formal e institucional, pelo próprio clube desde seu interior; a segunda, desde fora da entidade esportiva, pela organização própria de torcedores e à revelia de seus clubes. Inicialmente, a pesquisa visava dar conta das modalidades de organização de torcidas, mas seu desenvolvimento permitiu enfatizar uma abordagem matizada para as relações que se estabelecem entre as associações de torcedores e suas associações clubísticas.

As duas tendências poderiam ser transcritas de forma simplificada como, de um lado, os movimentos que os clubes fazem para arregimentar e organizar seus torcedores e, de outro, como as reações dos torcedores que se mobilizam coletivamente para adentrarem espaços internos do clube. A proposição é um modelo teórico que explora constantemente as tantas configurações que o torcer pode assumir desde dentro e fora do clube, o que inclui disposições híbridas por meio de movimentos que combinam as tendências internas e externas. São, em geral, esforços em que o clube busca ordenar coletividades torcedoras que coexistem

com forças centrífugas, linhas de fuga que conduzem seus torcedores a apropriações ou a novos faccionalismos. O oposto também ocorre: linhas de captura em torcidas que se organizam sem vínculo com o clube, mas que conduzem lideranças ou chefias – antes independentes a posições diretivas em seus clubes. Sendo o clubismo uma sociedade viva e pulsante, tais lógicas centrífugas/centrípetas dão origem à múltiplas segmentações societárias, reordenando o pertencimento clubístico – não mais pela lógica totêmica de oposição a outro clube, mas – para as dinâmicas internas que animam as diferenças entre iguais.

A observação das formas pelas quais se combinam essas tendências, desde a antropologia política clastresiana, proporcionou uma análise a respeito das lógicas que orientam a formação do social em diferentes coletividades do torcer, incluindo algumas que já se extinguíram como as antigas Torcidas Uniformizadas, que predominaram a partir dos anos 1940 no país e cuja formação, em clubes como o Internacional, ocorreu por meio oficial e institucional com a mobilização de associados e a designação de dirigentes para a tarefa de constituir uma torcida que organizasse, disciplinasse e produzisse coesão nas arquibancadas.

O percurso em diacronia, partindo das primeiras torcidas organizadas e, antes ainda, da chegada do futebol ao Brasil, praticado no âmbito de associações esportivas de elite, permitiu refletir a respeito de alguns pontos, sendo o principal deles a invenção do torcer, no sentido da constituição da torcida enquanto um agente do universo esportivo. Desde esse ponto de vista, é fundamental coloca-la lado a lado com sua alteridade primeva: o associado. Isto porque os torcedores – em realidade, as torcedoras, afinal a atribuição de torcer competia às mulheres – eram compostos por aqueles impedidos de jogar. Mas não somente isso, a categoria, cujos indícios sugerem ter se afirmado a partir dos anos 1910, designava especialmente quem, não podendo participar na condição de associado ao clube, entregava-se oferecendo, de maneira dadivosa, apoio, suporte e incentivo àqueles que jogavam e organizavam a associação esportiva.

Não por acaso, o torcer, inclusive na contemporaneidade, comporta essa espécie de atitude aparentemente desinteressada que oscila, a depender das circunstâncias em que ocorre, entre a dádiva e o sacrifício de si. Quanto a isso,

diferentes grupos demonstram comportamentos próprios que são variáveis em função principalmente de valores atrelados a gênero e sexualidade além de etarismo. No que diz respeito às lógicas da formação/dissolução de sociedades torcedoras, porém, a distinção entre associado e torcedor é elementar, embora tenha tomado contornos borrados à medida em que os clubes de futebol foram se popularizando.

A pedra angular da tese, sustentada ao longo do texto, é a de que o torcer constitui uma posição exógena em relação ao clube de futebol, afinal o direito à participação política nesta comunidade de sentimento é restrito aos associados, estes sim os sujeitos políticos institucionais por excelência do associacionismo. As sociedades do torcer, por outro lado, sejam elas as TOs, as barras bravas ou as comunidades online constituem, ao seu turno, territórios políticos para os torcedores que podem ser, mas não necessariamente são associados.

Pensei essa multiplicação de comunidades políticas – em meio a uma mesma comunidade de pertencimento clubístico – desde minhas inserções etnográficas, sendo o diálogo com integrantes da Guarda Popular a principal evidência para fazer tal afirmação. A torcidas barras bravas, inspiradas nas *hinchadas* sul-americanas, são aquelas que se mostram mais avessas aos movimentos de captura por parte do clube de futebol e ao mesmo tempo – talvez justamente por isso – aquele que é tido como o grupo que mais se aproxima de um ideal de torcer, porque torce tão intensamente como se jogasse. É o grupo que converte toda a forma política da sua associação em estética, indicando, possivelmente, que o máximo de engajamento emocional/estético só pode ser alcançado com o mínimo de engajamento político institucional.

Trata-se, pois, de um jogo entre interesse e desinteresse essencial para a compreensão de uma forma até certo ponto vanguardista de torcer, que implica abandonar-se temporariamente não apenas do mundo exterior, mas de si mesmo, das concepções individualistas que marcam as formas de subjetivação modernas. Sua antítese seria o sócio-torcedor, cujo reconhecimento, enquanto coletividade, só ocorre por parte da instituição clubística, que promove esta modalidade de associação a partir de uma ética econômica, cujo equilíbrio entre os interesses das partes é buscado pelas estratégias de marketing. Isso aproxima o torcedor do

consumidor, de um sujeito de direitos constituído a partir de uma base contratual legal, reconhecida pelo Estado. Em que pese um torcedor barra brava possa se valer de um plano de sócio-torcedor para acessar o estádio, nada pode ser mais distante que essas duas modalidades de associação e das experiências que elas promovem. E disso decorreria, portanto, tamanha dificuldade, por parte do clube, em capturar os torceres dessas coletividades, onde a insubordinação – inclusive interna – se mostra um precioso valor para uma socialidade orientada para a manutenção de uma *sociedade primitiva*, no sentido clastresiano do conceito.

Repito, recuperando o caso das barras bravas, que as categorias que definem torcedor e associado são hoje nebulosas, visto que os sócios também torcem e, muitas vezes se vinculam a torcidas. Como vimos na Guarda Popular, muitos torcedores, à sua vez, ingressaram nos quadros sociais após os planos sócio-torcedor que, salvaguardados casos excepcionais, não deram direitos iguais na participação nas instâncias políticas das associações esportivas.

Olhando para as formas institucionais, por outro lado, é notável que os faccionalismos que se reproduziram largamente nas comunidades clubísticas não são exclusividade das TOs e, mais recentemente, das barras bravas. Tiveram lugar na formação de movimentos políticos de associados que se digladiam nos Conselhos Deliberativos, que são espécie de parlamentos clubísticos, ou no “pátio”, categoria que define as Assembleias Gerais dos clubes. Ao que tudo indica, as refregas internas, motivadas por afetividades, familismos, desavenças pessoais e ideologias esportivas, sempre fizeram parte das sociedades futebolísticas. Elas estiveram, por muito tempo, resguardadas às quatro paredes dos salões e dos demais espaços exclusivos de bastidores dos clubes. Com a expansão em larga escala dos sujeitos políticos de associações como o Internacional e o Grêmio, surgiu este território alargado – e menos restrito – da política, o “pátio”. Como a nomenclatura sugere, fazendo menção a um terreno aberto e até externalizante da associação esportiva.

Sob a égide da legalidade e da burocracia institucional, o “pátio” é ocupado por grupos que se organizam à semelhança de partidos políticos e que – da mesma forma – se expandem, se fragmentam e se dissolvem. As diferenças que orientam esses coletivos derivam de pertencas de classe social, categoria profissional, laços de

família, território, gosto esportivo, além de outros elementos que constituem a disputa entre esses grupos, tanto na temporalidade eleitoral – quando o antagonismo interno, por meio de faccionalismos, é autorizado, permitindo a formação de partições no coloradismo – quanto no Conselho Deliberativo, que é um espaço formal onde as diferenças devem ser negociadas. Quando exacerbado, esse faccionalismo pode produzir disputas e desacordos que não necessariamente cessam após a “temporalidade da política”.

Para a compreensão mais acabada sobre como funcionam e quais as dinâmicas que ocorrem em diferentes agrupamentos torcedores, propus o conceito de socialidade torcedora. O mesmo é um recurso analítico que considera os valores dos coletivos assim como sua relação com o clube e demais torcedores para explorar as maneiras pelas quais seus participantes lidam com dissensos e conflitos tanto internos quanto externos.

Neste sentido, como contraponto às barras e até aos movimentos políticos, há, ainda, as sociedades do torcer que não se orientam exatamente pelas lógicas faccionais. Os Consulados, que hoje existem às centenas e são organizados formalmente para a representação dos clubes de futebol fora de suas cidades. Essas coletividades se formam no entorno de cônsules e consulesas nomeados e designados pelas entidades clubísticas. Trata-se de uma modalidade coletiva, cuja socialidade, poderíamos conjecturar, é mais propensa à captura, dado que se orienta por uma espécie de *forma-Estado*. O dissenso e as linhas de fuga ocorrem constantemente, mas elas não devem conduzir a coletividade à desintegração. A própria atuação do Consulado, enquanto órgão instituído pelo clube de futebol, não pode colidir com a instituição à qual representa, o que, em casos limítrofes, poderia levar o cônsul ou a consulesa ao desligamento de seu cargo.

A tese não encerra as discussões sobre as torcidas de futebol, possivelmente o tema mais explorado até aqui pela literatura dos estudos historiográficos, sociológicos e antropológicos do esporte. Não foi seu objetivo dar conta de todas as possibilidades de composição de associações entre torcedores, até porque as mesmas são cambiantes e, para além do alcance dessa investigação, devem existir

comportando singularidades locais ou regionais, processos históricos, fatores sociais e econômicos próprios que são potencialmente incontáveis.

As socialidades não são regulamentos que devem ser seguidos pelas coletividades observadas. São abstrações analíticas para esboçar teorias sobre a política e o poder nas torcidas de futebol. Não é recomendável ignorar que linhas de dispersão e de captura, como as tendências centrífuga e centrípeta, coexistem. Ou melhor, só podem existir em conjunto. A etnografia apresentou inclusive casos de torcedores barras bravas que se converteram em dirigentes e, seguramente, deve haver, entre os tantos Consulados de Internacional e Grêmio, aqueles que se levaram por processos de faccionalização interna do grupo ou externa contra a direção do clube. O modelo analítico não indica que eventos assim não possam ocorrer, mas cogita que eles são potencialmente indevidos e até disjuntivos em relação às socialidades específicas. Como ocorrências excepcionais, ajudam a visibilizar os limites do que, ao fim, poderia ser contraindicado – até interdito – em cada contexto.

Assim como o olhar para as relações potenciais entre fuga/captura foi imprescindível para pensar as socialidades, também o foi, a consideração do eixo entre dentro/fora, interior/exterior nos clubes de futebol. Internalidade e externalidade, do mesmo modo que as tendências centrípetas/centrífugas, só ocorrem em conjunto. Só há lado de dentro quando há também o lado de fora. Como uma espécie de jogo, as interioridades e as externalidades estão em constante rearranjo, assim como o clubismo, que não deixa de ser uma máquina fabricante de identidades e diferenças, a depender de configurações situacionais. Isso pois, a comunidade de sentimento em torno do Internacional, o coloradismo, existe por oposição ao gremismo, sobretudo, mas também por oposição a outras comunidades de pertencimento futebolístico. Esse ponto é relativamente simples: sem um circuito de clubes, não há clubismo.

À sua vez, o coloradismo não é, como tenho insistido, homogêneo e, tampouco, aplana as diferenças entre colorados e coloradas. Largamente ramificado, é um ponto de partida para a produção e para a reprodução de novas identidades e diferenças. Dentro dessa comunidade – tão vasta – é natural que as

formas de pertencer e de viver os sentimentos clubísticos sejam diversas, inclusive antagônicas em dadas questões.

O clubismo acaba direcionando, portanto, sua potencialidade de fabricar identidades/diferenças também para o interior dos clubes de futebol – e este foi um pressuposto essencial para esta tese. A partir do coloradismo, organizam-se TOs e Consulados, que se ramificam em núcleos; criam-se Movimento Políticos, que se consomem a partir de suas dissidências; formam-se barras bravas, que se fragmentam em comados. Isso sem contar demais pertenças que geram incessantemente associações próprias do torcer. Por isso, não podendo englobar as virtualmente inesgotáveis constituições do torcer, ofereci uma teoria etnográfica, construída a partir do diálogo com torcedores, que sinaliza na direção do lado menos evidenciado do clubismo: a sua propensão para a reprodução do antagonismo interno e, com isso, para a formação de sociedades torcedoras.

Referências bibliográficas

- Abu-Lughod, L. (2012). As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), pp. 451-470. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>
- Abu-Lughod, L., & Lutz, C. (1990). Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. Em L. Abu-Lughod, & C. Lutz (Eds.), *Language and the politics of emotion* (pp. 1-23). Cambridge: Cambridge University Press.
- Aguiar, L. A. (2018). *De "são bichas mas são nossas" à "diversidade da alegria": uma história da torcida Coligay*. Tese de Doutorado em Ciência do Movimento Humano, UFRGS, Porto Alegre.
- Alabarces, P. (2004). Veinte años de ciencias sociales y deporte en América Latina: un balance, una agenda. *BIB*, 58, pp. 159-179.
- Alabarces, P. (2012). *Crónicas del aguante. Fútbol, violencia y política*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Alabarces, P. (2015). Fútbol, música y narcisismo: algunas conjeturas sobre "Brasil, decime qué se siente". *El Oído Pensante*, 3(1), pp. 43-61. Acesso em 13 de Abril de 2020, disponível em <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/oidopensante/article/view/5893>
- Alabarces, P., Garriga Zucal, J., & Moreira, V. (2008). El "aguante" y las hinchadas argentinas: una relación violenta. *Horizontes Antropológicos*, 14(30), pp. 113-136. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-71832008000200005>

- Almeida, C. S. (2018). *Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFSC, PPGAS, Florianópolis.
- Almeida, L. S. (2013). *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte matogrossense*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRF, PPGSA.
- Aragón, S. (2007). *Los trapos se ganan en combate". Una mirada etnográfica sobre las representaciones y prácticas violentas de la "barra brava" de San Lorenzo de Almagro*. Lanús: Antropofagia.
- Archetti, E. (1985). *Fútbol y ethos*. Buenos Aires: Flacso.
- Archetti, E. (2003). *Masculinidades: fútbol, tango y polo en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia.
- Armstrong, G. (1998). *Football Hooligans. Knowing the Score*. Oxford: Berg.
- Armstrong, G., & Giulianotti, R. (Eds.). (1999). *Football Cultures and Identities*. Basingstoke; London: Macmillan Press.
- Arquivo Histórico do Sport Club Internacional. (s/d). *Sport Club Internacional. Data de fundação do clube: 4 de abril de 1909*. Fonte: Memória do Inter: <http://memoriadointer.blogspot.com/p/o-principio-do-clube-do-povo-data-de.html>
- Austin, J. L. (1975). *How to do things with words?* Cambridge: Harvard University Press.
- Avancini, J. (2010). Sport Club Internacional. 100 anos, 100 mil sócios. *Central de Cases ESPM*.
- Bairner, A. (2006). The Leicester School and the Study of Football Hooliganism. *Sport in Society*, 9(4), pp. 583-598. doi:10.1080/17430430600768819
- Balandier, G. (1972). *Political Anthropology*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Bandeira, G. A. (2019). *Uma história do torcer no presente: elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de futebol*. Curitiba: Appris.
- Bandeira, G. A., & Seffner, F. (2016). Aranha, macaco e veado: o legítimo e o não legítimo no zoológico linguístico nos estádios de futebol. *Movimento*, 22(3), pp. 985-998. doi:https://doi.org/10.22456/1982-8918.61508
- Barbieri, A. (2015). *Do "FIFA go home" ao "fora Dilma": uma etnografia dos protestos de rua em Porto Alegre (2013-2015)*. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, UFRGS, IFCH, Porto Alegre.
- Barbosa, G. (2004). A Socialidade contra o Estado: a antropologia de Pierre Clastres. *Revista de Antropologia*, 47(2), pp. 529-576.

- Bateson, G. (2018). *Naven. Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas.* (M. Lopes, Trad.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bauman, R. (1977). *Verbal Art as Performance.* Prospect Heights: Wave- Waveland.
- Berryman, J. (1975). From the Cradle to the Playing Field: America's Emphasis on Highly Organized Competitive Sports for Preadolescent Boys. *Journal of Sport History*, 2(2), pp. 112-131. Fonte: <https://www.jstor.org/stable/43611512>
- Best, S. (2010). The Leicester School of Football Hooliganism: an evaluation. *Soccer & Society*, 11(5), pp. 573-587. doi:10.1080/14660970.2010.497352
- Bocchi, G. M. (2016). *Do estádio Pacaembu para a Arena Corinthians: etnografia de um processo de "atualização".* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, USP, FFLCH/PPGAS, São Paulo.
- Bohrer, M. D. (2001). *O aterro Praia de Belas e o aterro do Flamengo.* Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS, PROPARG, Porto Alegre.
- Bonfim, A. (2019). *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941).* Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais, FGV, CPDOC, Rio de Janeiro.
- Braga, J. M. (2010). As torcidas uniformizadas (organizadas) de futebol no Rio de Janeiro nos anos 1940. *Esporte e Sociedade*, 5(14), pp. 1-24.
- Brito, S. M., Morais, J. V., & Barreto, T. V. (2011). Regras de jogo versus regras morais: para uma teoria sociológica do fair play. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(75), pp. 133-146. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000100008>
- Broch, M. (2021). Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. *Temporalidades - Revista de História*, 13(1), pp. 695-705.
- Bromberger, C. (1995). *Le match de football: ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin.* Paris: Édition de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Caldas, P., & Tella, M. P. (2019). Os jovens da jovem: A questão geracional em uma torcida organizada de futebol. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, 9(2), pp. 231-248. doi:<https://doi.org/10.14393/RCS-v9n2-2019-56651>
- Caldas, W. (1990). *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933).* São Paulo: IBRASA.
- Campos, F., & Toledo, L. H. (2013). O Brasil na arquibancada: notas sobre a sociabilidade torcedora. *Revista USP*, pp. 123-138. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi99p123-138>

- Campos, P. F. (2016). *As formas de uso e apropriação do estádio Mineirão após a reforma*. Tese de Doutorado em Educação Física, Unicamp, FEF, Campinas.
- Castro Lozano, J. A. (2010). Etnografias de hinchadas en el fútbol: una revisión bibliográfica. *Maguaré*, 24, pp. 131-156. doi:10.15446/mag
- Cavalcanti-Schiell, R. (2014). Para além de terras altas e terras baixas: modelos e tipologias na etnologia sul-americana. *Revista de Antropologia*, 57(2), pp. 251-290. doi:https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.89114
- César, B. T. (1981). *Os gaviões da fiel e a águia do capitalismo ou o duelo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, IFCH, Campinas.
- Chaim, A. (2018). *Futebol, corações e mentes: os torcedores na perspectiva do Estado*. Tese de Doutorado em Ciência Política, USP, FFLCH, São Paulo.
- Clastres, P. ([1962] 2012). Troca e poder: filosofia da chefia indígena. Em P. Clastres, *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política* (pp. 46-66). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. ([1963] 2012). Independência e exogamia. Em P. Clastres, *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política* (pp. 67-96). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. ([1969] 2012). Copérnico e os selvagens. Em P. Clastres, *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política* (pp. 25-45). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. ([1972] 2012). Do Um sem o Múltiplo. Em P. Clastres, *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política* (pp. 184-189). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. ([1974] 2012). A sociedade contra o Estado. Em P. Clastres, *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política* (pp. 201-231). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. ([1976] 2011). A questão do poder nas sociedades primitivas. Em P. Clastres, *Arqueologia da violência - pesquisas de antropologia política* (pp. 135-143). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. ([1977] 2011). Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. Em P. Clastres, *Arqueologia da violência - pesquisas de antropologia política* (pp. 215-250). São Paulo: Cosac Naify.
- Clastres, P. (1995). *Crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai*. (T. S. Lima, & J. Caiafa, Trads.) Rio de Janeiro: Editora 34.
- Clastres, P. (2012). *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política*. (T. Santiago, Trad.) São Paulo: Cosac Naify.
- Cohen, R., & Middleton, J. (Eds.). (1967). *Comparative Political Systems: Studies in the Politics of Pre-Industrial Societies*. Austin: University of Texas Press.

- Coimbra, D., Noronha, N., Souza, M. M., & Moreira, C. A. (2009). *A História dos Grenais*. Porto Alegre: L&PM.
- Colacino, M. (2022). Football as format. Sport entertainment between rite, television and seriality. *Mediapolis*, 15, pp. 61-73. doi:https://doi.org/10.14195/2183-6019_15_4
- Curi, M. (2012). *Espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e segurança*. Tese de Doutorado em Antropologia, UFF, ICHF, Niterói.
- Curi, M. (2016). Novos estádios de futebol para o Brasil: uma arquitetura most-modern? Em E. Spaggiari, G. C. Machado, & S. S. Giglio (Eds.), *Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva* (pp. 55-84). São Paulo: Intermeios, FAPESP.
- Dal Sasso, R. (2020). O sonho dos nostálgicos. *HH Magazine*.
- DaMatta, R. (1982). Introdução. Em R. DaMatta (Ed.), *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira* (pp. 13-18). Rio de Janeiro: Pinakotheke.
- Damo, A. S. (1998). *Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRGS, PPGAS/IFCH, Porto Alegre.
- Damo, A. S. (2001). Futebol e estética. *Perspectiva*, 15(3), pp. 82-91. doi:<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300011>
- Damo, A. S. (2002). *Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- Damo, A. S. (2005). *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRGS, IFCH, Porto Alegre.
- Damo, A. S. (2012). Paixão partilhada e participativa - o caso do futebol. *História: Questões & Debates*, 57, pp. 45-72. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v57i2.30571>
- Damo, A. S. (2016). Posfácio. Novas abordagens sobre o esporte em Ciências Humanas no Brasil. Em E. Spaggiari, G. Machado, & S. S. Giglio (Eds.), *Entre jogos e copas: Reflexões de uma década esportiva* (pp. 325-349). São Paulo: Intermeios; Fapesp.
- Damo, A. S. (2017a). Das palavras e dos palavrões -um olhar antropológico sobre formas de sociabilidade e construções narrativas nos estádios de futebol. *Sociabilidades Urbanas -Revista de Antropologia e Sociologia*, 1(1), pp. 81-100.
- Damo, A. S. (2017b). *Do fosso ao selfie*. Acesso em 30 de Abril de 2019, disponível em Ludopédio: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/do-fosso-ao-selfie/>

- Damo, A. S. (2018a). Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. *FuLia/UFMG*, 3(3), pp. 37-66. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2526-4494.3.3.37-66>
- Damo, A. S. (2018b). Arenização, selfies e curtição. *Ludopédio*, 105(29). Fonte: Ludopédio: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/arenizacao-selfies-e-curticao/>
- Damo, A. S. (2020). A tragédia que a Copa legou ao Brasil - as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. *Interseções*, 22(2), pp. 167-200. doi:<https://doi.org/10.12957/irei.2020.54488>
- Damo, A. S. (2021). Dos grounds às arenas - as quatro gerações de estádios brasileiros em perspectiva antropológica. *Museologia e patrimônio - Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, 14(1), pp. 212-246. doi:<https://doi.org/10.521192/1984-3917.2021v14n1p212-246>
- Damo, A. S., & Ferreira, B. S. (2012). No tempo das excursões – o circuito clubístico porto-alegrense e a reconfiguração de suas fronteiras em meados do século XX. *Revista de História Regional*, 17(2), pp. 378-411.
- Damo, A. S., & Oliven, R. (2014). *Megaeventos esportivos no Brasil*. Campinas: Armazém do Ipê.
- D'Andrade, R. (1995). Moral Models in Anthropology. *Current Anthropology*, 36(3), pp. 399-408.
- Das, V. (2020). *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Unifesp.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). Sobre alguns regimes de signos. Em G. Deleuze, & F. Guattari, *Mil platôs* (Vol. 2, pp. 63-114). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012a). Micropolítica e segmentaridade. Em G. Deleuze, & F. Guattari, *Mil platôs* (Vol. 3, pp. 91-126). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012b). Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. Em G. Deleuze, & F. Guattari, *Mil platôs* (Vol. 5, pp. 11-118). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012c). Aparelho de captura. Em G. Deleuze, & F. Guattari, *Mil Platôs* (Vol. 5, pp. 119-190). São Paulo: Editora 34.
- Dinstmann, C. (1987). *Campeonato Gaúcho: 68 anos de história*. Porto Alegre: Sulina.
- Domínguez, M. E. (2009). *Suena el río. Entre tangos, milongas, murgas e candombes: músicos e gêneros rio-platenses em Buenos Aires*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFSC, PPGAS, Florianópolis.
- Drumond, M. (2009). Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estúdos Históricos*, 22(44), pp. 398-421. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200005>

- Duarte, V. V. (2012). *Notícias que vêm da arquibancada: a popularização da torcida do Grêmio FBPA expressa nas páginas do Correio do Povo (1933-1946)*. Monografia de Graduação em História, UFRGS, IFCH, Porto Alegre.
- Dullo, E. (2021). A Political Ritual Without Closure: Serial Liminality and the Escalation of Conflict in Brazil's Street Demonstrations. *Bulletin of Latin American Research*, pp. 1-15. doi:<https://doi.org/10.1111/blar.13236>
- Dunning, E. (1992). Prefácio. Em N. Elias, & E. Dunning, *A busca da excitação* (pp. 11-38). Lisboa: Difel.
- Dunning, E. (1999). Soccer hooliganism as a world social problem. Em E. Dunning, *Sport matters: sociological studies of sport, violence and civilization* (pp. 130-158). London; New York: Routledge.
- Dunning, E., Murphy, P., & Williams, J. (1992). A violência dos espectadores nos desafios de futebol: para uma explicação sociológica. Em N. Elias, & E. Dunning, *A busca da excitação* (pp. 356-388). Lisboa: DIFEL.
- Elias, N. (1992a). Introdução. Em N. Elias, & E. Dunning, *A busca da excitação* (pp. 39-100). Lisboa: DIFEL.
- Elias, N. (1992b). Ensaio sobre o desporto e a violência. Em N. Elias, & E. Dunning, *A busca da excitação* (pp. 223-256). Lisboa: DIFEL.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador*. (R. Jungmann, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. (M. M. Almeida e Silva, Trad.) Lisboa: DIFEL.
- Evans-Pritchard, E. E. (1940). *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford: Clarendon Press.
- Fassin, D. (2019). Além do bem e do mal? Questionando o desconforto antropológico com a moral. Em T. Rifiotis, & J. Segata, *Políticas etnográficas no campo da moral*. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/ABA Publicações.
- Fattore, C. (2010). *A comunicação no Sport Club Internacional*. Monografia de conclusão de curso em Relações Públicas, UFRGS, FBC, Porto Alegre.
- Fausto, C. (2005). Entre o passado e o presente: Mil anos de história indígena no Alto Xingu. *Revista de Estudos e Pesquisas*, 2(2), pp. 9-51.
- Fausto, C. (2014). *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp.
- Finnegan, R. (2008). O que vem primeiro: o texto, a música ou a performance. Em C. Matos, E. Travassos, & F. T. Medeiros (Eds.), *Palavra cantada: ensaio sobre poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Florenzano, J. P. (2009). *A Democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: EDUC; FAPESP.

- Florenzano, J. P. (2019). A república dos torcedores. Em B. B. Hollanda, & J. P. Florenzano (Eds.), *Territórios do torcer: depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol* (pp. 21-40). São Paulo: EDUC.
- Fortes, M., & Evans-Pritchard, E. E. ([1940] 1950). Introduction. Em M. Fortes, & E. E. Evans-Pritchard (Eds.), *African Political Systems* (pp. 1-23). London, New York; Toronto: Oxford University Press.
- Fortes, M., & Evans-Pritchard, E. E. (Eds.). (1950). *African Political Systems*. London; New York; Toronto: Oxford University Press.
- Franco Junior, H. (2007). *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freitas, A. M. (2009). *Internacional, um time gaúcho e internacional. Análise da campanha do centenário do clube*. Monografia de conclusão de curso em Relações Públicas, UFRGS, Departamento de Comunicação, Porto Alegre.
- Frydenberg, J. (2017). *Historia social del fútbol*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina.
- Gaffney, C. (2008). *Temples of the Earthbound Gods. Stadiums in the Cultural Landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Austin: University of Texas Press.
- Gaffney, C., & Mascarenhas, G. (2006). The soccer stadium as a disciplinary space. *Esporte e Sociedade*, 1, pp. 01-16.
- Garriga Zucal, J. (2007). *Haciendo amigos a las piñas: violencia y redes sociales de una hinchada del fútbol*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Garriga Zucal, J. (2010). Violencia: un concepto difícil de asir. *Antropolítica*, 29, pp. 225-241. doi:<https://doi.org/10.22409/antropolitica2010.0i29.a45>
- Garriga Zucal, J. (2016). Del “correctivo” al “aguante” Análisis comparativo de las acciones violentas de policías y “barras bravas”. *Runa*, 37(1), pp. 39-52. doi:<https://doi.org/10.34096/runa.v37i1.1549>
- Gastaldo, E. (2005). “O complô da torcida”: futebol e performance masculina em bares. *Horizontes Antropológicos*, 11(24), pp. 107-123. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000200006>
- Gastaldo, E. (2010). As relações jocosas futebolísticas: futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. *Mana*, 16(2), pp. 311-325. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200003>
- Geertz, C. (1989). Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. Em C. Geertz, *A interpretação das culturas* (pp. 185-213). Rio de Janeiro: LTC.
- Gell, A. (2018). *Arte e agência: uma teoria antropológica*. (J. P. Dias, Trad.) São Paulo: Ubu Editora.
- Giglio, S. S. (2013). *COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. Tese de Doutorado em Ciências, USP, EEFÉ, São Paulo.

- Giglio, S. S., & Malaia, J. C. (2021). "Revolução com espírito empresarial": a criação do Clube dos 13 e a modernização do futebol na Folha de S. Paulo. *Argumentos*, 18(2), pp. 45-82. doi:<https://doi.org/10.32887/issn.2527-2551v18n2p.45-82>
- Giglio, S. S., & Spaggiari, E. (2010). A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). *Revista de História*, 163, pp. 293-350. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi163p293-350>
- Gil, G. (2008). Criminalización, arbitrariedad y doble militancia.: La policía y la violencia en el fútbol argentino. *Revista de Estudios Sociales*, 31, pp. 132-144. Acesso em 15 de Abril de 2020, disponível em <https://journals.openedition.org/revestudsoc/17643?lang=pt>
- Giulianotti, R. (1994a). Social identity and public order: political and academic discourses on football violence. Em R. Giulianotti, N. Bonney, & M. Hepworth (Eds.), *Football, violence and social identity* (pp. 10-36). London: Routledge.
- Giulianotti, R. (1994b). Taking Liberties: Hibs casuals and Scottish law. Em R. Giulianotti, N. Bonney, & M. Hepworth (Eds.), *Football, violence and social identity* (pp. 229-261). London: Routledge.
- Giulianotti, R. (2002). Supporters, Followers, Fans, and Flaneurs. A Taxonomy of Spectator Identities in Football. *Journal of Sport & Social Issues*, 26(1), pp. 25-46. doi:<https://doi.org/10.1177/0193723502261003>
- Giulianotti, R. (2010). *Sociologia do futebol. Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. (W. Brant, & M. O. Nunes, Trans.) São Paulo: Nova Alexandria.
- Giulianotti, R., Bonney, N., & Hepworth, M. (1994). Introduction. Em R. Giulianotti, N. Bonney, & M. Hepworth (Eds.), *Football, violence and social identity* (pp. 1-9). London: Routledge.
- Gluckman, M. ([1963] 2004). *Order and Rebellion in Tribal Africa*. London: Routledge.
- Godio, M. (2010). *"Somos hombres de platea": a sociedade dos dirigentes e as formas experimentais do poder e da política no futebol profissional na Argentina*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFSC, CFH, Florianópolis.
- Goellner, S. V. (2005). Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista brasileira de Educação Física e Esporte*, 19(2), pp. 143-151. doi:<https://doi.org/10.1590/S1807-55092005000200005>
- Goellner, S. V. (2021). Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências. *Movimento. Revista de Educação Física da UFRGS*, 27, pp. 1-12. doi:<https://doi.org/10.22456/1982-8918.110157>
- Goldman, M. (2011a). O fim da antropologia. *Novos estud. - CEBRAP*, 89, pp. 195-211. doi:<https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100012>

- Goldman, M. (2011b). Pierre Clastres ou uma Antropologia contra o Estado. *Revista de Antropologia*, 54(2), pp. 577-599. doi:<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39640>
- Gonçalves, M. G. (2019). *Bandeiras, pedras e tambores: atuação dos anarquistas nas Jornadas de Junho a partir do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRGS, PPGAS, Porto Alegre.
- Goodwin, J., Jasper, J., & Polletta, F. (2004). Emotional Simensions of Social Movements. Em D. Snow, S. Soule, & H. Kriesi (Eds.), *Blackwell Companion to Social Movements* (pp. 413-432). Padstow: Blackwell Publishing.
- Granero, F. S. (1993). From Prisoner of the Group to Darling of the Gods: An Approach to the Issue of Power in Lowland South America. *L'Homme*, 33(126-128), pp. 213-230. doi:<https://doi.org/10.3406/hom.1993.369637>
- Guedes, S. L. (1977). *O Futebol Brasileiro: Instituição Zero*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRJ/MN, PPGAS, Rio de Janeiro.
- Guedes, S. L. (8 de Maio de 2013). Simoni Lahud Guedes. (E. Ludopédio, Entrevistador) Fonte: <https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/simoni-lahud-guedes/>
- Guerreiro, A. (2018). Chefia e política na América do Sul indígena: um balanço bibliográfico para além do modelo clastreano. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 87(3), pp. 41-70. doi:[10.17666/bib8703/2018](https://doi.org/10.17666/bib8703/2018)
- Hang, J. (2018). *Política y sociabilidad en un club social de la ciudad de La Plata*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNLP, FHCE, La Plata.
- Hatzikidi, K., & Dullo, E. (Eds.). (2021). *A horizon of (im)possibilities. A chronicle of Brazil's conservative turn*. London: University of London Press.
- Hierro, & Master. (19 de Fevereiro de 2016). Ex-líderes da Popular falam de nova torcida e prometem evitar tumultos na volta ao Beira-Rio. *gauchazh*. (A. Baibich, & M. Tonetto, Entrevistadores) Acesso em 16 de Setembro de 2020, disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/inter/noticia/2016/02/ex-lideres-da-popular-falam-de-nova-torcida-e-prometem-evitar-tumultos-na-volta-ao-beira-rio-4979916.html>
- Hilgemberg, T., & Marques, M. M. (2020). A cultura da nostalgia como aspecto da mercantilização do futebol. *Revista de Estudos Universitários - REU*, 46(2), pp. 307-321. doi:<https://doi.org/10.22484/2177-5788.2020v46n2p307-321>
- Hollanda, B. B. (2008). *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese de Doutorado em História, PUC-SP, São Paulo.

- Hollanda, B. B. (2012). A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. Em B. B. Hollanda, J. Malaia, L. H. Toledo, & V. A. Melo (Eds.), *A torcida brasileira* (pp. 85-122). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Hollanda, B. B. (2015). O rabo do foguete - civilização & barbárie em uma torcida organizada de futebol. Em B. B. Hollanda, & P. L. Negreiros (Eds.), *Os Gaviões da Fiel: ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol* (pp. 21-48). Rio de Janeiro: 7letras.
- Hollanda, B. B., & Chaim, A. (2020). Ordem & Progresso nas arquibancadas: jornalismo esportivo e a gênese das torcidas uniformizadas de futebol durante o regime político do Estado Novo (1937-1945). Em S. S. Giglio, & M. W. Proni (Eds.), *O futebol nas ciências humanas no Brasil* (pp. 652-670). Campinas: Editora da Unicamp.
- Hollanda, B. B., & Florenzano, J. P. (Eds.). (2019). *Territórios do torcer: depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol*. São Paulo: Educ.
- Hollanda, B. B., & Negreiros, P. L. (Eds.). (2015). *Os Gaviões da Fiel. Ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Hollanda, B. B., Azevedo, A. L., & Queiroz, A. L. (2014). Das torcidas jovens às embaixadas de torcedores: uma análise das novas dinâmicas associativas de torcer no futebol brasileiro. *Recorde: revista de história do esporte*, 7(1), pp. 1-37.
- Holzmeister, A. (2005). *A nova economia do futebol: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRJ, PPGAS/MN, Rio de Janeiro.
- Horn, L., & Mazo, J. Z. (2009). Um estudo histórico sobre a torcida do "Gremio Esportivo Renner" de Porto Alegre/RS (1945-1959). *Pensar a prática*, 12(2), pp. 1-13.
- Ingold, T. (2017). Anthropology contra ethnography. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 7(1), pp. 21-26. doi:<https://doi.org/10.14318/hau7.1.005>
- Jardim Pinto, C. R. (2017). A trajetória discursiva nas manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, 100, pp. 119-153. doi:<https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>
- Karls, C. (2017). *Modernidades sortidas: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História Comparada, UFRJ, PPGHC/IH.
- Kennedy, P., & Kennedy, D. (2012). Football supporters and the commercialisation of football: comparative responses across Europe. *Soccer & Society*, 13(3), pp. 327-340. doi:<http://dx.doi.org/10.1080/14660970.2012.655503>
- Kessler, C. S. (2015). *Mais que Barbies e ogros: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese em Antropologia Social, UFRGS, PPGAS/IFCH.

- Kessler, C. S. (2021). "São tudo sapatão": Lesbianidades e heteronormatividade no futebol/futsal brasileiro. *Revista Brasileira De Estudos Do Lazer*, 7(3), 45-62. doi:<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/26962>.
- Kuper, A. (1977). *Antropología y antropólogos. La Escuela Británica, 1922-1972*. (A. Desmots, Trad.) Barcelona: Anagrama.
- Kurtz, D. (2001). *Political anthropology: power and paradigms*. Boulder: Westview Press.
- Langdon, E. J. (2007). Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *Antropologia em Primeira Mão*, 94, pp. 1-30.
- Lanna, M. (2013). De Claude Lévi-Strauss a Pierre Clastres: da troca à "filosofia da chefia" e desta à política como código estrutural. *Perspectivas*, 43, pp. 17-33.
- Lazar, S. (2016). Citizenship. Em *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology* (pp. 1-11). doi:<http://doi.org/10.29164/16citizenship>
- Leach, E. R. ([1954] 2014). *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. (G. Souza, A. Danesi, & G. Souza, Trads.) São Paulo: Edusp.
- Leach, E. R. ([1961] 2010). Repensando a antropologia. Em E. R. Leach, *Repensando a antropologia* (pp. 13-52). São Paulo: Perspectiva.
- Leirner, P. (2005). Perspectivas antropológicas da guerra. *BIB*, 60, pp. 43-63.
- Leite Lopes, J. (1995). Esporte, Emoção e Conflito Social. *Mana*, 1(1), pp. 141-166.
- L'Estoile, B., Neiburg, F., & Sigaud, L. (2005). Introduction. Anthropology and the Government of "Natives," a Comparative Approach. Em B. L'Estoile, F. Neiburg, & L. Sigaud (Eds.), *Empires, Nations, and Natives* (pp. 1-29). Durham; London: Duke University Press.
- Lévi-Strauss, C. (1980). Raça e história. Em C. Lévi-Strauss, *A noção de estrutura em etnologia; Raça e história; Totemismo hoje* (pp. 45-87). São Paulo: Abril Cultural.
- Lévi-Strauss, C. (2012). *O pensamento selvagem*. (T. Pellegrini, Trad.) Campinas: Papirus.
- Lima, T. S., & Goldman, M. (2012). Prefácio. Em P. Clastres, *A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política* (pp. 9-24). São Paulo: Cosac Naify.
- Llopis-Goig, R. (2013). Racism, xenophobia and intolerance in Spanish football: evolution and responses from the government and the civil society. *Soccer & Society*, 14(2), pp. 262-276. doi:<http://dx.doi.org/10.1080/14660970.2013.776461>
- Llopis-Goig, R. (2014). Propiedad y gestión de los clubes de fútbol. La perspectiva de los aficionados. *Revista Internacional de Ciencias del Deporte*, 35(10), pp. 16-33. doi:<http://dx.doi.org/10.5232/ricyde2014.03502>

- Llopis-Goig, R., & Flores, H. (2017). La creación de peñas de mujeres: ¿Un desafío a la configuración del sistema sexo/género en el fútbol español? *AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*, 12(3), pp. 411-433. doi:10.11156/aibr.120307
- Londoño, J., & Jaimes, S. (2019). Prólogo. *Trans-pasando Fronteras*, 13, pp. 13-31.
- Lopes, F., & Hollanda, B. B. (2018). "Ódio eterno ao futebol moderno": poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. *Tempo*, 24(2), pp. 206-232. doi:http://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v24o2o2
- Lopes, T. M., & Silva, C. C. (2018). A profissionalização do futebol porto-alegrense a partir do S.C. Internacional. 3º *Simpósio de Estudos sobre Futebol*, (p. 13). São Paulo.
- Lowie, R. (1967). Some aspects of political organization among the american aborigines. Em R. Cohen, & J. Middleton (Eds.), *Comparative Political Systems: Studies in the Politics of Pre-Industrial Societies* (pp. 63-88). Austin; London: University of Texas Press.
- Machado, A. S. (2014). Princípios de Le Corbusier no Rio Grande do Sul: o projeto do bairro residencial da Praia de Belas em Porto Alegre. *Urbana*, 6(8), pp. 799-830.
- Malaia, J. C. (2010). *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado em História, USP, FFLCH/PPGHE.
- Malaia, J. C. (2012). Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910-1950. Em B. B. Hollanda, J. C. Malaia, L. H. Toledo, & V. A. Melo (Eds.), *A torcida brasileira* (pp. 53-85). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Malaia, J. C., & Drummond, M. (2013). A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões. *Revista Tempo*, 19(34), pp. 19-31. doi:10.5533/TEM-1980-542X-2013173403
- Malaia, J. C., & Fortes, R. (2021). "Brasil-grande, estádios gigantesco": toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. *Tempo*, 27(1), pp. 166-183. doi: 10.1590/TEM-1980-542X2021v27o1o9
- Maluf, S. W. (2010). A antropologia reversa e "nós": alteridade e diferença. *Ilha. Revista de Antropologia*, 12(1), pp. 41-58. doi:https://doi.org/10.5007/2175-8034.2010v12n1-2p41
- Mandelli, M. (2018). *Allianz Parque e Rua Palestra Itália: práticas torcedoras em uma arena multiuso*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, USP, FFLCH/PPGAS, São Paulo.
- Manenti, C. (22 de Maio de 2016). *Uma trincheira pacífica e popular*. Acesso em 27 de Outubro de 2020, disponível em Puntero Izquierdo: <https://medium.com/puntero-izquierdo/uma-trincheira-pac%C3%ADfica-e-popular-dd3ca71973d7>

- Mascarenhas, G. (1999). O futebol da canela preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre. *Anos 90*, 7(11), pp. 144-161.
- Mascarenhas, G. (2000). A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul. *III Encuentro Deporte y Ciencias Sociales*. Buenos Aires.
- Mascarenhas, G. (2012). O futebol no Brasil: reflexões sobre paisagem e identidade através dos estádios. Em F. Barthe-Deloizy, & A. Serpa (Eds.), *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* (pp. 67-85). Salvador: EDUFBA.
- Mascarenhas, G. (2014). *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Mascarenhas, G. (2015). Pacificação e exclusão: o estádio de futebol na produção da cidade-espetáculo. *Anais XVI ENANPUR: Espaço, planejamento e insurgências*, 16. Belo Horizonte. Acesso em 25 de Outubro de 2020, disponível em <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/issue/view/5>
- Mascarenhas, G., Bienenstein, G., & Sánchez, F. (2011). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Mauss, M. (2013). Joking Relations. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 3(2), pp. 317-334. doi:<https://doi.org/10.14318/hau3.2.023>
- Mazo, J. Z. (2003). *A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre - Brasil (1867-1945): Espaços de representações da identidade cultural teuto-brasileira*. Dissertação de Doutorado em Ciência do Desporto, Universidade do Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Porto.
- Melo, V. A. (2001). *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Melo, V. A. (2012). Sportsmen: os primeiros momentos da configuração de um público esportivo no Brasil. Em B. B. Hollanda, J. C. Malaia, L. H. Toledo, & V. A. Melo (Eds.), *A torcida brasileira* (pp. 21-52). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Melo, V. A., & Malaia, J. C. (2021). *A Barra da Tijuca, os Clubes Recreativos e o Processo de Urbanização*. Rio de Janeiro: Editora dos Autores.
- Melo, V. A., & Peres, F. F. (2017). Rio de Janeiro, uma cidade esportiva: um panorama histórico. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, pp. 465-476.
- Moreira, V. (2011). La política de "los otros": El juego de los hinchas, entre trayectorias y posiciones legítimas. *Publicar*, 10, pp. 107-127. Acesso em 16 de Abril de 2020, disponível em <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/publicar/article/view/1201/1057>
- Moreira, V. (2013a). Participación, poder y política en el fútbol argentino. *Nueva Sociedad*, 248, pp. 52-63.

- Moreira, V. (2013b). Fútbol, violencia y política: redes de relaciones en Argentina. *Revista Colombiana de Sociología*, 36(1), pp. 65-76. Acesso em 16 de Abril de 2020, disponível em <http://hdl.handle.net/11336/27181>
- Moreira, V. (2018). Fútbol, modelos jurídicos y mercado: el dilema de los clubes en Sudamérica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 116, pp. 135-54.
- Murad, M. (2012). *Para entender a violência no futebol*. São Paulo: Saraiva.
- Murphy, P., Williams, J., & Dunning, E. (1990). *Football on trial: Spectator violence and development in the football world*. London; New York: Routledge.
- Murra, J. (1967). On Inca Political Structure. Em R. Cohen, & J. Middleton (Eds.), *Comparative Political Systems: Studies in the Politics of Pre-Industrial Societies* (pp. 339-353). Austin; London: University of Texas Press.
- Murzi, D. (2019). La violencia antes de la violencia: el proceso de construcción de los hechos violentos en el fútbol como problema público en Argentina. *Revista Publicatio UEPG - Ciências Sociais Aplicadas*, 27(1), pp. 27-41. doi:10.5212/PublicatioCi.Soc.v.27i1.0002
- Oliveira Jr, R. G. (2017). *A reviravolta dos "fanáticos" : arenização, agenciamentos mercadológicos e novos movimentos políticos a partir do Sport Club Internacional*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre.
- Oliveira, R. (1992). *A parte e o todo*. Petrópolis: Vozes.
- O'Neill, M. (2005). *Policing Football: Social Interaction and Negotiated Disorder*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Palmeira, M., & Heredia, B. (2010). *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Pardini, M. (2009). *A narrativa da ordem e da voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em História, USP, FFLCH, São Paulo.
- Peirano, M. (2002). A análise antropológica de rituais. Em M. Peirano (Ed.), *O dito e o feito* (pp. 17-42). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Pereira, L. M. (1998). *Footballmania: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, IFCH, Campinas.
- Perrone-Moisés, B. (2015). *Festa e Guerra*. Tese de Livre-Docência em Etnologia Ameríndia, USP, FFLCH, São Paulo.
- Perrone-Moisés, B., Sztutman, R., & Cardoso, S. (2011). Apresentação Dossiê Pensar com Pierre Clastres. *Revista de Antropologia*, 54(2), pp. 555-556. doi:<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39638>
- Pimenta, C. (1997). *Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação, aspectos da construção de novas relações sociais*. Taubaté: Vogal.

- Pinheiro, C. M. (2020). *As ondas que (se) movem (n)o mar das torcidas: das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)*. Tese de Doutorado em História, PPGH, IFCH/UFRGS, Porto Alegre.
- Pinto, M. R. (2017). *Pelo direito de torcer: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol*. Dissertação de Mestrado em Ciências, USP, São Paulo.
- Piva, R. (2019). Cronologia das torcidas organizadas da cidade de São Paulo (das décadas de 1960 a 2010). Em B. B. Hollanda, & J. Florenzano (Eds.), *Territórios do torcer: depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol* (pp. 385-390). São Paulo: EDUC.
- Pons, R. (2020a). *História - Briga de dirigentes colorados na TV*. Fonte: Futebol & Outras Histórias: <https://futeboloutrahistoria.blogspot.com/search?q=asmuz>
- Pons, R. (2020b). *História colorada - as eleições presidenciais no século XXI*. Fonte: Futebol & Outras histórias: <https://futeboloutrahistoria.blogspot.com/search?q=otomano>
- Purdy, S. (2019). Brazil's June Days of 2013: Mass Protest, Class, and the Left. *Latin American Perspectives*, 46(4), pp. 15-36. doi:<https://doi.org/10.1177/0094582X17699905>
- Radcliffe-Brown, A. R. ([1930] 1978). Organização social das tribos australianas. Em A. R. Radcliffe-Brown, & J. Melatti (Ed.), *Radcliffe-Brown: antropologia* (pp. 162-194). São Paulo: Ática.
- Radcliffe-Brown, A. R. ([1940] 1950). Preface. Em M. Fortes, & E. E. Evans-Pritchard (Eds.), *African Political Systems* (pp. xi-xxiii). London; New York; Toronto: Oxford University Press.
- Radcliffe-Brown, A. R. (1922). *The Andaman Islanders*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Reale, G. S. (2016). *Construção de mundos. A onto-política de marketing no contexto do futebol de espetáculo brasileiro*. Tese de Doutorado em Administração, UFRGS, PPGA, Porto Alegre.
- Rial, C. (2002). Televisão, futebol e novos ícones planetários. Aliança congrada nas copas do mundo. *Motrivivência*, 13(18), pp. 15-31.
- Rifiotis, T. (2006). Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. *Revista de Ciências Sociais*, 37(2), pp. 27-33.
- Rifiotis, T. (2008). Violência e poder: avesso do avesso? Em R. F. Nobre (Ed.), *O poder no pensamento social. Dissonâncias* (pp. 157-173). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Rocha, L. B. (2013). *A outra razão: presidentes de futebol entre práticas e representações*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFF, PPGHS.

- Rocha, L. B. (2019). *A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)*. Tese de Doutorado em História Social, USP, FFLCH.
- Rodrigues, F. C. (2012). *Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001-2011) da rebeldia à institucionalização: mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro*. Dissertação de Mestrado em História, ICHF/UFF, Niterói.
- Rodrigues, F. F. (2010). O Programa “Sócio-Torcedor” do Sport Club Internacional. *Aurora*, 9, pp. 128-138.
- Santos, A. G. (2013). *A consolidação de um monopólio de decisões: a Rede Globo e a transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, UNISINOS, PPGCC, São Leopoldo.
- Santos, D. (2012). *Futebol e política: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol*. Dissertação de Mestrado em História, FGV, CPDOC.
- Santos, D. A. (2015). *Onde a Arena vai mal, um time no Nacional: a criação do campeonato brasileiro de futebol em 1971*. Rio de Janeiro: Luminária acadêmica.
- Santos, F. X. (2015). *Ethos dos dirigentes e a figuração do futebol de espetáculo: o caso do Sport Club do Recife*. Tese de Doutorado em Sociologia, UFPE, CFCH/PPGS.
- Santos, J. T. (1993). *Os matuchos: exclusão e luta do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, L. (3 de Abril de 2014). *Ex-líder de torcida do Inter: "eu quero ser atacado"*. Acesso em 16 de Setembro de 2020, disponível em Terra: <https://www.terra.com.br/esportes/internacional/ex-lider-de-torcida-do-inter-eu-quer-ser-atacado,b9f77cb2f5a05410VgnVCM3000009afi54doRCRD.html>
- Scheper-Hughes, N. (1995). The Primacy of Ethical: Propositions for a Militant Anthropology. *Current Anthropology*, 36(3), pp. 409-420.
- Scherer, M. I. (2011). *A modernização do Estádio Beira-Rio no contexto das políticas neoliberais nos anos de 1992-2010*. Monografia de conclusão de curso em História, UFRGS, IFCH, Porto Alegre.
- Scherer-Warren, I. (2014). Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Cadernos CRH*, 27(71), pp. 417-429. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>
- Seeger, A. (2013). Fazendo parte: sequências musicas e bons sentimentos. *Revista Anthropologicas*, 24(2), pp. 7-42.
- Sevcenko, N. (2003). *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras.

- Sigaud, L. (2014). Apresentação. Em E. R. Leach, *Sistemas Políticos da Alta Birmânia* (pp. 9-46). São Paulo: Edusp.
- Silva, C. C. (2021). *"Imitando os negrinhos, hein?" O Departamento de Cooperação e Propaganda do Sport Club Internacional no contexto do Estado Novo (1940-1942)*. Monografia de Conclusão de Curso em História, UFRGS, IFCH, Porto Alegre.
- Silva, P. (4 de Abril de 2021). "Ontem, hoje e sempre" pelo Internacional: Camisa 12, a torcida que nasceu junto ao Beira-Rio. Fonte: O Pasquim Colorado: <https://pasquimcolorado.com.br/2021/04/04/ontem-hoje-e-sempre-pelo-internacional-camisa-12-a-torcida-que-nasceu-junto-ao-beira-rio/>
- Silveira, M. T. (2013). *A recriação dos tempos mortos do futebol pela televisão: molduras, moldurações e figuras televisivas*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, UFRGS, PPGCOM, Porto Alegre.
- Silveira, M. T. (2022). As personas televisivas das teletransmissões de futebol: copas do mundo 1970-2010. *Mediapolis*, 15, pp. 27-41. doi:https://doi.org/10.14195/2183-6019_15_2
- Simões, I. (2017). *Clientes versus Rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.
- Simões, I. (Ed.). (2020). *Clube empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner.
- Simões, I. (2021). Associações civis, sociedades empresárias e participações de torcedores: proposta de tipologia de clubes de futebol no século XXI. *[SYN]THESIS*, 14(1), pp. 21-38. doi:10.12957/(syn)thesis.2021.63707
- Simões, I. (2022). *O Clube no século XXI e o fator "supporter": estudos sobre poder, negócio e comunidade no futebol-espetáculo*. Tese de Doutorado em Comunicação, UERJ, FCS, Rio de Janeiro.
- Simões, I., & Santos, A. (2018). Democracia torcedora versus vantagens consumistas. *Mosaico*, 9(14), pp. 246-261. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n14.2018.74084>
- Smith, R. (2002). Intercollegiate Athletics/Football History at the Dawn of a New Century. *Journal of Sport History*, 29(2), pp. 229-239. Fonte: <https://www.jstor.org/stable/43610228>
- Soares, R. S. (2014). *O Foot-Ball de todos: Uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, PPGH, Porto Alegre.
- Souza, A., & Lubisco, M. (2006). Sport Club Internacional. Estratégia de marketing de relacionamento com seus sócios: a filosofia Alma Colorada. *Think*, 4(2), pp. 112-118.
- Spaggiari, E., Machado, G. C., & Giglio, S. S. (2016). Apresentação. Por uma (nova) agenda de pesquisa sobre práticas esportivas. Em E. Spaggiari, G. Machado,

- & S. S. Giglio (Eds.), *Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva* (pp. 9-32). São Paulo: Intermeios; Fapesp.
- Strathern, M. (2006). *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. (A. Villalobos, Trad.) Campinas: Editora da Unicamp.
- Strathern, M. (2014a). O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? Em M. Strathern, *O efeito etnográfico e outros ensaios* (pp. 231-240). São Paulo: Cosac Naify.
- Strathern, M. (2014b). Os limites da autoantropologia. Em M. Strathern, *O efeito etnográfico e outros ensaios* (pp. 133-157). São Paulo: Cosac Naify.
- Sztutman, R. (2011). Introdução: Pensar com Pierre Clastres ou da atualidade do contra-Estado. *Revista de Antropologia*, 54(2), pp. 557-576. doi:<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39639>
- Sztutman, R. (2012). *O Profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp.
- Sztutman, R. (2013). Metamorfoses do Contra-Estado. *Ponto Urbe*, 13, pp. 1-22. doi:<https://doi.org/10.4000/pontourbe.893>
- Sztutman, R. (2020). Perspectivismo contra o Estado. *Revista De Antropologia*, 63(1), pp. 185-213. doi:<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.169177>
- Taddei, R. (2016). La invención de la violencia (de las hinchadas de Buenos Aires). *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, 24, pp. 15-33. doi:<https://doi.org/10.7440/antipoda24.2016.02>
- Tarde, G. (2007). *Monadologia e sociologia - e outros ensaios*. (P. Neves, Trad.) São Paulo: Cosac Naify.
- Teixeira Pinto, V. (2015). *Sons do sul. Performances e poéticas do rap em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC, PPGAS, Florianópolis.
- Teixeira Pinto, V. (2021). Contramodernidade Ultra e Conflito no Futebol Contemporâneo. *Antropolítica*, 52(2), pp. 418-424. doi:<https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i52.a48701>
- Teixeira, R. C. (1998). *Os perigos da paixão: filosofia e prática das Torcidas Jovens Cariocas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro.
- Teixeira, R. C. (2001). Torcidas jovens: entre a festa e a briga. *Antropolítica*, 10/11, pp. 85-104.
- Teixeira, R. C. (2006). Torcida Jovens Cariocas: símbolos e ritualização. *Esporte e sociedade*, 2, pp. 1-26.
- Teixeira, R. C., & Hollanda, B. B. (2016). Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: Desafios e perspectivas das entidades representativas de

- torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. *Esporte e Sociedade*, 28(11), pp. 1-26.
- Teixeira, R. C., & Hollanda, B. B. (2018). Brazil. Em J.-M. De Waele, S. Gibril, E. Glorizova, & R. Spaaij (Eds.), *The Palgrave International Handbook of Football and Politics* (pp. 485-504). Cham: Palgrave Macmillan.
- Teixeira, R. C., Medeiros, J., Reis, H. B., & Lopes, F. T. (2021). I Censo Anatorg: análise do perfil de lideranças de torcidas organizadas. *FuLiA/UFMG*, 6(1), pp. 110-136. doi:<https://doi.org/10.35699/2526-4494.2021.33177>
- Tempass, M. (2003). *Os malditos da Coréia. Um estudo antropológico sobre os torcedores da arquibancada popular do estádio Beira-Rio*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UFRGS, IFCH.
- Toledo, L. H. (1993). Por que xingam os torcedores? *Cadernos de Campo*, 3, pp. 20-29. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v3i3p20-29>
- Toledo, L. H. (1996). *Torcidas organizadas de futebol*. São Paulo: ANPOCS/Autores Associados.
- Toledo, L. H. (1997). Identidade e conflitos em campo: a "guerra do pacaembu". *Revista USP*, 32, pp. 108-117. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi32p108-117>
- Toledo, L. H. (2000). *Lógicas no Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP, FFLCH/PPGAS, São Paulo.
- Toledo, L. H. (2001). Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). *BIB*, 52, pp. 133-165.
- Toledo, L. H. (2002). *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec.
- Toledo, L. H. (2010). Torcer: a metafísica do homem comum. *Revista de História*, 163, pp. 175-189. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi163p175-189>
- Toledo, L. H. (2012). Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. Em B. B. Hollanda, J. C. Malaia, L. H. Toledo, & V. A. Melo (Eds.), *A torcida brasileira* (pp. 122-158). Rio de Janeiro: 7letras.
- Toledo, L. H. (2013). Quase lá: a copa do mundo no Itaquerao e os impactos de um megaevento na socialidade torcedora. *Horizontes antropológicos*, 19(40), pp. 149-184. doi:[dx.doi.org/10.1590/S0104-71832013000200006](https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000200006).
- Toledo, L. H. (2019). (In)vestindo camisas de futebol: moda esportiva e agência na produção das emoções torcedoras. *Dobras*, 12(27), pp. 31-46. doi:<https://doi.org/10.26563/dobras.v12i27.981>
- Toledo, L. H. (2020a). Antijogo: considerações em torno de uma categoria da diferença. *Horizontes Antropológicos*, 26(56), pp. 255-291. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832020000100011>

- Toledo, L. H. (2020b). Reconversão torcedora: transgressão ou um caso de extensão simbólica? *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos dos PPGAS-UFSCAR*, 12(1), pp. 69-93.
- Tosin, M. (2008). *Futebol e identidade: entre o Estado e a Nação (caso dos "Mandarins colorados" e o Sport Club Internacional nos anos 1969-1971)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UFRGS, IFCH, Porto Alegre.
- Tsing, A. (2000). The global situation. *Cultural Anthropology*, 15(3), pp. 327-360. doi:10.1525/can.2000.15.3.327
- Tsoukala, A. (2009). *Football Hooliganism in Europe: Security and Civil Liberties in the Balance*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Vamplew, W. (2004). *Pay up and play the game: Professional Sport in Britain, 1875-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Varela Hernández, S., & Magazine, R. (2017). Los estudios antropológicos sobre el fútbol en México: una revisión bibliográfica. *Inventario antropológico. Anuario de la Antropología Mexicana*, 10, pp. 106-124.
- Vasconcelos, A. A. (2011). *Identidade futebolística: os torcedores "mistos" no Nordeste*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC, PPGS, Fortaleza.
- Veríssimo, L. F. (2010). *Ah, o Charuto*. Fonte: [esportes.estadao.com.br: https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,ah-o-charuto-imp-,653808](https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,ah-o-charuto-imp-,653808)
- Vimeiro, A., Queiróz, A., Maldini, G., & Martins, M. (2019). A economia cultural do futebol brasileiro no século XXI: comodificação, hibridez e contradições. *Recorde*, 12(1), pp. 1-34.
- Viveiros de Castro, E. (2011). O intempestivo, ainda. Em P. Clastres, *Arqueologia da violência - pesquisas de antropologia política* (pp. 297-361). São Paulo: Cosac Naify.
- Viveiros de Castro, E. (2012). Sociedade. Em A. Lima (Org.), *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos* (pp. 161-186). Brasília: ABA Publicações.
- Viveiros de Castro, E. (2015). Metafísica da predação. Em E. Viveiros de Castro, *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural* (pp. 155-170). São Paulo: Cosac Naify.
- Zenobi, D. (2014). *Família, política y emociones*. Buenos Aires: Antropofagia.